

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC/SP

JOANA DARC VIRGÍNIA DOS SANTOS

**AS ADMINISTRAÇÕES PETISTAS EM DIADEMA (1983-1996):
Entre o poder político e as demandas sociais**

DOUTORADO EM HISTÓRIA SOCIAL

PUC - São Paulo

2014

JOANA DARC VIRGÍNIA DOS SANTOS

**AS ADMINISTRAÇÕES PETISTAS EM DIADEMA (1983-1996):
Entre o poder político e as demandas sociais**

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de DOUTORA EM HISTÓRIA, sob a orientação da Profa. Dra. VERA LÚCIA VIEIRA.

PUC/SP

São Paulo

2014

SANTOS, Joana Darc Virgínia dos. As administrações petistas em Diadema (1983-1996): Entre o poder político e as demandas sociais. Tese (Doutorado em História Social). 2014. 311f. Programa de Pós Graduação em História. PUC, São Paulo, 2014.

Errata

Observação: Embora o texto de agradecimentos não inclua menção a CAPES, na publicação em forma de livro comprometo-me a incluir o apoio financeiro que possibilitou a execução desta pesquisa.

Na página 38 onde se lê “possam se considerados”, leia-se “possam ser considerados”.

Na página 79 onde se lê “delineado por Chasin (2000), que dada suas características sócio históricas foi denominado Via Colonial, será aqui delineado”, leia-se “evidenciado por Chasin (2000), que dada suas características sócio históricas foi denominado Via Colonial, será aqui delineado”.

Na página 100 onde se lê “sobre o envolvimento da COM de Diadema”, leia-se “ sobre o envolvimento da CMP de Diadema”.

Na página 119 onde se lê “paralização”, leia-se “paralisação”.

Na página 127 onde se lê “as recomendações da CNE” e “das decisões conciliatórias do CNE”, leia-se “ as recomendações da CEN” e “das decisões conciliatórias do CEN”.

Na página 130 onde se lê “as decisões da CNE”, leia-se “as decisões da CEN”.

Na página 143 onde se lê “dos chamados independeste”, leia-se “ dos chamados independentes”.

Na página 156 onde se lê “O processo de organização das três chapas para a prévia definidora dos candidatos para as eleições municipais em 1992, expressão da composição de forças no diretório”, leia-se “O processo de organização das três chapas para a prévia definidora dos candidatos para as eleições municipais em 1992, expressam a composição de forças no diretório”.

Na página 161 onde se lê “ISSO-9000”, leia-se “ISO-9000”.

Na página 164 onde se lê “ISSO-9000”, leia-se “ISO-9000”.

Na página 182 onde se lê “Violência Institucional em Diadema sob nova direção: As políticas públicas em habitação nas administrações petistas entre 1983 e 1992”, leia-se “Violência Institucional em Diadema sob nova direção: As políticas públicas em habitação nas administrações petistas entre 1983 e 1989”,

Na página 278 onde se lê “ISSO-9000”, leia-se “ISO-9000”.

Banca Examinadora

Autorizo, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese por processos de fotocopiadoras ou eletrônicos.

Assinatura: _____

Local e data: _____

Para Margarida e José Amaro com muito carinho.

AGRADECIMENTOS

À professora e orientadora Vera Lúcia Vieira agradeço pela condução segura e generosa, nos caminhos da pesquisa acadêmica. Desde os primeiros contatos na Fundação Santo André, pude contar com seu valioso exemplo profissional e pessoal, tendo contribuído decisivamente para minha formação como pesquisadora. Depois de quase uma década de caminhada em parceria, só tenho a agradecer por todo o apoio e confiança.

Ao professor Antonio Rago Filho, pelo incentivo à continuidade da vida acadêmica e, sobretudo, pelo exemplo profissional e humano. Tive a sorte de iniciar a vida acadêmica com suas lições, cuja perspectiva humanista norteia, não só a mim, mas a gerações de estudantes, sensibilizados por ele para a luta pela emancipação humana.

Aos professores Paulo Alves Júnior, Anderson Brettas e Patrícia Spósito Mechi, pelas importantes contribuições durante a qualificação.

Agradeço ao amigo Claudinei Cássio Rezende por todas as vezes que me socorreu, consolou e animou, de tantas maneiras que eu não poderia explicitar, ao longo de nossa trajetória de amizade e companheirismo.

Aos ativistas na luta por moradia associados da Nossa Luta Nossa Terra que muito gentilmente me acolheram durante a pesquisa de campo, especialmente Edineide, Eremita e Vera Lúcia, que me acompanharam em seus momentos de folga tornando possível o acesso à documentação e a execução deste estudo.

Aos amigos de Vitória da Conquista, Ana Mary Bispo, Maria Laura, Antônio, Maria Luíza, Elane Correa, Marcos Ferreira, Valvick Santos, Aurélio Fred, Laiana Meira, Marcio Desquível e Patrícia, meus agradecimentos por tornarem a minha vida mais feliz, na cidade em que escolhi morar. No enfrentamento a todas as dificuldades inerentes a empreitada que me levou a Bahia, nos encontros festivos, nas lutas pela condução dos sonhos comuns, pude contar com estes amigos e agradeço pela generosidade com que me acolheram e me apresentaram a este novo mundo.

Aos amigos do Ifbaiano campus Uruçuca, em especial Maria Élia, Cássia, Marcão, Ricardo, Joaquim, Verena e Leila, agradeço pelo companheirismo e apoio. À Sayonara, agradeço pela disponibilidade em trocar os horários de trabalho, sem a qual seria impossível conciliar a pesquisa de doutorado, com o cumprimento integral das atividades profissionais.

Aos amigos de São Paulo, em especial Sandra Lopes, Marco Polo, Renata Canoura, Lucas, Cilene Oliveira, Joel Gonçalves, Artur, agradeço pelo apoio e amizade sincera. Mesmo a mais de mil quilômetros de distância continuamos na torcida uns pelos outros, trocando experiências, alimentando os sentimentos que nos unem.

Aos meus sogros Dona K e Seu Getúlio; minhas cunhadas Mara e Márcia Ribeiro; enteado Andrei; sobrinhos Joaquim, Enrico e Maíra, pela cumplicidade familiar, carinho e alegria.

Aos amigos de Londrina, José Francisco, Andrea e João Pedro, pela amizade sincera.

Aos meus pais, José Amaro e Margarida Virgínia, agradeço por todo o esforço em me educar e especialmente por construírem condições para que

vivesse meus sonhos. A minha irmã Janice agradeço especialmente por colaborar na tradução do resumo deste estudo.

Ao meu esposo, Marcos Profeta, agradeço pela energia, amor e companheirismo, construídos nestes primeiros anos da vida comum. Mesmo com a correria entre Caetité, Conquista e Itabuna, Marcos buscou contribuir com este trabalho, em leituras e diálogos profícuos. Agradeço especialmente pelas vírgulas, que dinamizaram com alegria o texto e a nossa vida cotidiana, possibilitando que os seus sentidos mais autênticos fossem revelados.

RESUMO

Esta pesquisa teve por objeto analisar a atuação do Partido dos Trabalhadores em Diadema em face das demandas sociais, no período de 1983 a 1996, com destaque para as lutas por moradia.

Cidade marcada pela ilegalidade habitacional, falta de infraestrutura, altos índices de violência e baixos índices de desenvolvimento humano, resultantes das políticas econômicas e de privilegiamento dos interesses industriais, adotadas em âmbito local e nacional, Diadema vivenciou intensos conflitos entre ativistas sociais e proprietários de terras. Com a conquista da primeira prefeitura petista no Brasil, que se estendeu por três administrações consecutivas, 1983 a 1996, milhares de trabalhadores residentes em Diadema, ansiavam pela reforma do Estado com direcionamento do seu aparato para as demandas populares.

A partir da análise imanente das atas de reuniões do Diretório de Diadema, de depoimentos, de matérias de jornais e documentos produzidos pelos militantes petistas e organizações governamentais e não governamentais sobre a atuação petista, no período de 1983 a 1996, foi possível constatar que embora tenha havido uma inversão de prioridades na destinação orçamentária do governo municipal, durante as administrações petistas na cidade, consolidou-se o crescente afastamento do PT em relação às lutas sociais e adoção do politicismo em suas estratégias de atuação. Evidenciou-se que ao adotar a estratégia politicista, o PT em Diadema progressivamente incorporou as práticas neoliberais e passou a assumir um importante papel, em período de nova Reestruturação Produtiva no Brasil: a construção de consentimentos inautênticos, propiciando a ampliação da precarização do trabalho, acomodação de conflitos do capital e o desenvolvimento do projeto industrial, alavancando os negócios na cidade.

Palavras-chave: Lutas Sociais, Politicismo, Reestruturação Produtiva, Participação Popular.

ABSTRACT

This research aims to analyze the acting of the Partido dos Trabalhadores (Workers Party) in face of the social demands in Diadema from 1983 to 1996, highlighting the struggles for housing.

A city that has been marked by illegality housing, lack of infrastructure, high rates of violence, and low rates of human development, resulting by economic policies and privileging of industrial interests adopted in a local and national level, Diadema City has experienced shortages of basic infrastructure, the worst rates of human development of the State and intensive conflicts between social activists and landowners. With the achievement of the first PT city council in Brazil which lasted for three consecutive administrations from 1983 to 1996, thousands of workers who lived in Diadema yearned for the reform of the State with its apparatus for directing the popular demands.

From the immanent analysis of meetings minutes of Diretório de Diadema; testimonies, newspaper items and documents produced by PT militants, government and non-governmental organizations on the performance of PT from 1983 to 1996, it was possible to find that although there had been a reversal of priorities in the budget allocation of the local government during the PT administrations in the city, it was consolidated the increasing alienation of the PT in relation to social struggles and adoption of graft in their strategies. It was evident that by adopting the graft strategy, the PT in Diadema increasingly incorporated neoliberal practices and began to assume an important role in the new period of Productive Restructuring in Brazil: inauthentic building consents, which expanded the precariousness of work, accommodation conflicts of capital and the development of industrial project, leveraging business in the city.

Keywords: Social Struggles, Graft, Productive Restructuring, Popular Participation.

SUMÁRIO DE TABELAS

Tabela 1- Crescimento populacional - Diadema (1950-91)	61
Tabela 2 - Período de implantação dos estabelecimentos em operação em 1995 no segmento formal	230
Tabela 3 - Receita municipal - Diadema - 1980-96	232
Tabela 4- Receita municipal por transferências da cota-parte do ICMS	233
Tabela 5 - Arrecadação de impostos municipais	233
Tabela 6 - Crescimento da população em favelas em Diadema (1960-10)	237
Tabela 7 - Empregos formais em Diadema (1991-96)	237
Tabela 8 - Faixa de renda dos responsáveis por domicílio em Diadema	239

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I - Trabalhadores do ABCD paulista contra a superexploração do trabalho durante a ditadura bonapartista	60
1. Eu vim pra cá! : Diadema sob a precarização do trabalho	60
2. Lutas sociais no ABCD no contexto de descompressão do sistema político	72
3. “Somos um Partido dos Trabalhadores, não um partido para iludir os trabalhadores”	83
4. As Comissões Municipais Provisórias do PT: a relação entre as instâncias regionais de Diadema e ABC	97
CAPÍTULO II - Do ideário da representação das demandas sociais, para a efetivação do projeto politicista	104
1. A construção do corolário da participação popular: a base de sustentação da campanha política de 1982	104
2. Vitória política do PT: “quem passou por cima da decisão dos núcleos, dos critérios, etc., passaria também por cima dos anseios da população (...)”	109
3. O politicismo na nova missão do PT: “a democracia até as últimas consequências”	114
4. “Ideologia, na prática, dentro do regime capitalista, é diferente”: as várias facetas das divergências internas do PT em Diadema	126
CAPÍTULO III - Diadema, rumo à constitucionalidade democrática	134
1. “(...) decidimos tomar o destino em nossas mãos e lançar-nos na aventura de construir um mundo novo”	134
2. Democracia como valor estratégico	138
3. Hegemonia da Articulação em Diadema: enquadramento do PT na proposta de construção do governo democrático-popular	143
4. Aperfeiçoamento dos mecanismos partidários, sob a lógica politicista	147
5. “Ninguém faz nada sozinho. Vamos governar juntos”: a disputa por hegemonia no interior do PT de Diadema	156
CAPÍTULO IV - Violência institucional em Diadema sob nova direção: as políticas públicas em habitação nas administrações petistas entre 1983 a 1992	182
1. Políticas públicas em habitação, no contexto da precarização do trabalho	182
2. Política habitacional da administração petista em Diadema (1983-88): “Atuar de forma curativa e suplementar”	186
3. Política habitacional 1989-92: Captação de recursos e marketing	198
4. “(...) já somos a segunda gestão da primeira prefeitura do PT	

e isto nos traz maiores responsabilidades (...)”: o caso do Buraco do Gazuza e o massacre da Vila Socialista 205

CAPÍTULO V - “O mundo passa por Diadema”: mundialização do capital e Reestruturação Produtiva na cidade sob a égide petista na administração 1993-96	218
1. O novo papel da cidade de Diadema diante da ofensiva do capital contra os trabalhadores em âmbito global	218
2. Impactos da Reestruturação Produtiva nos sindicatos dos metalúrgicos do ABCD paulista	224
3. “1990, uma revolução para Diadema”: a Reestruturação Produtiva e o aumento da arrecadação municipal	228
4. Reconfiguração sócio-espacial da cidade de Diadema aos moldes da Reestruturação Produtiva	240
Considerações finais	268
Fontes	287
Referências bibliográficas	299

INTRODUÇÃO

Território estratégico da produção flexível¹ na região do ABCD² paulista, a cidade de Diadema ocupou importantes papéis desde o início da industrialização da região, especialmente a partir da década de 1960, de acordo com os interesses dos grupos econômicos investidores e em detrimento das necessidades dos trabalhadores residentes nesta urbs. As estratégias de retomada da acumulação capitalista, pós-crise de 1970, que convencionamos chamar de produção flexível, foram adotadas em vários âmbitos do universo do trabalho, lastreadas pelos princípios da redução de custos e aumento da produtividade e decorreram dos conflitos entre as frações da classe trabalhadora e da classe proprietária. Em período de diminuição do custo da reprodução da força de trabalho, operado pela indústria, pós-1970, esta cidade revelou-se como opção de moradia para os trabalhadores-migrantes do setor industrial, semi e não qualificados, cujos salários impossibilitavam a aquisição de moradias via mercado formal.

A maior parte dos recursos territoriais da cidade, privilegiados em termos de investimentos públicos e localização estratégica, foi reservada aos interesses industriais³, mas até a década de 1990 não foram completamente ocupados pelas

¹ Dentre os procedimentos que envolvem a produção flexível destacamos a flexibilidade da produção, produtos e consumo; inovação organizacional, tecnológica e comercial; ampliação do setor de serviços; migração de indústrias para áreas com incentivos fiscais e oferta de mão de obra barata; uso de procedimentos e tecnologias de comunicação e transporte altamente desenvolvidas para o gerenciamento em escala global; aumento da precarização do trabalho, diminuição do poder de associação dos trabalhadores, ver: HARVEY, David. *A condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1989.

² O grande ABCD está localizado na região metropolitana da cidade de São Paulo; é composto por sete cidades: Santo André, São Bernardo do Campo, Diadema, Ribeirão Pires, Mauá, São Caetano e Rio Grande da Serra. A sigla ABCD congrega as iniciais das quatro cidades mais importantes economicamente, considerando o período de maior efervescência econômica desta região, entre 1970 e 2000, quando foram instaladas as montadoras de automóveis, empresas de autopeças, polo petroquímico e polo de cosmético. Diadema é a cidade cuja emancipação é mais recente entre as que compõem a sigla que designa esta região. O processo de emancipação da cidade foi aprovado pela Assembleia Legislativa de São Paulo e posteriormente legitimado em plebiscito popular realizado em 1958. Oficialmente, a cidade de Diadema passou a existir com a posse do primeiro prefeito, vice-prefeito e vereadores em 1960.

³ O plano diretor de Diadema, instituído legalmente em 1973, reservou 60% do território para uso industrial. As áreas reservadas eram as que possuíam as melhores condições de acessibilidade e infraestrutura. A real disponibilidade do território diademense para a área residencial era de 18% do total, devido à delimitação de 22% do território como área de proteção ambiental, o que levou a intensos conflitos entre ativistas na luta por moradia e proprietários de terras. Ver: CARVALHO, M; CYMBALISTA, R; POLLINI, P. "Planos Diretores em Diadema, São Paulo: O desafio da efetivação da função social da propriedade". In: CYMBALISTA, R; SANTORO, P (orgs). *Planos diretores: processos e aprendizados*. São Paulo: Instituto Polis, 2009.

atividades previstas. Diante das urgentes demandas por moradia na região, algumas destas áreas vazias foram ocupadas pelos ativistas, suscitando intensos confrontos que foram mediados pelo governo municipal, com o objetivo de acomodar os conflitos⁴, servindo aos interesses de especulação imobiliária e às necessidades de flexibilização da indústria, na fase de mundialização do capital⁵.

Neste contexto que conduziu a maior parte da população de Diadema para uma ilegalidade funcional aos interesses dos industriais, surgiu a primeira prefeitura petista do Brasil em 1983, estendendo-se a três governos consecutivos até 1996. Ativistas e apoiadores comemoraram com entusiasmo a eleição do primeiro prefeito da cidade pela sigla petista, o ex-diretor de base do sindicato da Scania, Gilson Meneses. Evidencia-se a expressividade desta vitória, ao analisarmos que ela se deu na cidade que tinha um dos piores índices de saneamento e mortalidade infantil do Estado⁶.

Em período de distensão da ditadura militar, pela primeira vez na história do país um operário chegou via voto eletivo ao posto mais elevado da municipalidade, enchendo de esperança milhares de trabalhadores residentes em Diadema, que acreditaram na transformação do Estado, a partir da administração do Partido dos Trabalhadores.

Até 1990, 40% dos recursos territoriais destinados para o uso industrial estavam vazios. Ver: FERNANDES, Edesio; VALENÇA, Márcio. *Brasil urbano*. Rio de Janeiro: Muad, 2004.

⁴ SANTOS, Joana D. V. "Lutas por moradia na cidade de Diadema (1982-1996): cooptação e acomodação de conflitos do capital". 2009. 187f. Dissertação (Mestrado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História, PUC, São Paulo, 2009.

⁵ Utilizamos este conceito para explicitar a nova etapa do desenvolvimento do capitalismo, pós crise de 1970, caracterizada pelo processo de internacionalização das operações financeiras e industriais do capital e acumulação predominantemente financeira. Embora inicialmente Chesnais tenha se apoiado na obra marxiana para construir sua concepção sobre a mundialização do capital, paulatinamente passou a adotar a compreensão de que existe uma relação formal e exterior de dominação da esfera financeira sobre a produtiva. Para este autor a função do crédito é negativa e contrária à acumulação, pois desequilibra a economia, contrariamente à compreensão marxiana, na qual se apoia este estudo, sobre o sistema de crédito como alavanca para a acumulação em todos os segmentos do capital, ver: CHESNAIS, François. "A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século". In: *"Economia e sociedade"*, Campinas, nº 5, dez. 1995, p 1-30. CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996. KLAGSBRUNN, V. H. "Uma leitura crítica dos conceitos de mundialização do capital e de regime de acumulação com predominância financeira". Disponível em:

http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo154Artigo2.pdf.

Consultado em: 22.4.2014.

⁶ Apenas 30% das ruas existentes estavam pavimentadas, 50% dos domicílios estavam conectados à rede de água e a taxa de mortalidade infantil estava em 83/1000. "Sumário de Dados Sócioeconômicos de Diadema". Diadema, 1995.

A história da conquista da primeira prefeitura petista iniciou nas greves de 1978-80, com a organização dos trabalhadores do ABCD paulista contra o arrocho salarial. Como representante dos trabalhadores de Diadema nesta luta, Gilson Meneses orientou a organização operária para a disputa partidária, assumindo a estratégia petista de fortalecimento da participação organizada da população nas decisões políticas.

Naquele momento, a análise dos ativistas do PT sobre as péssimas condições de saneamento da cidade era que os administradores anteriores privilegiaram as áreas central e industrial, em detrimento das necessidades de infraestrutura das áreas periféricas. Bastava, portanto, na compreensão dos membros petistas, que um operário conhecedor das características da cidade e das necessidades de sua classe, estivesse à frente da administração pública, para que esta situação fosse alterada, a partir da orientação dos recursos públicos para as demandas sociais.

Em Diadema, a demanda social por infraestrutura básica em habitação e a necessidade de organização espacial da cidade se colocavam como das mais urgentes e, por isto, era o que mais mobilizava a população trabalhadora. Os grupos que se organizaram pela efetivação do direito à habitação surgiram por iniciativa dos moradores que se utilizavam de estratégias aparentemente informais para discutir a questão. Ou seja, tal necessidade fazia parte de sua vida cotidiana e, neste sentido, a qualquer momento e horário discutiam a questão, fosse nas conversas com vizinhos, fosse para enfrentar a busca de espaços para se instalarem, fosse em pontos de encontro na cidade, tais como garagens, calçadas, botecos, esquinas. Destas conversas em que trocavam suas vivências e problemas, surgiram alternativas de encaminhamento e a percepção de que suas mazelas eram comuns e coletivas, ou seja, passam a desenvolver, conforme Goldman (1972) denomina a consciência de si, que supera a consciência em si. Em outras palavras, a partir da sociabilidade gerada cotidianamente, os ativistas reconhecem que a falta de habitação, aparentemente um problema individual, era na verdade uma situação comum a todos. Das conversas informais às reuniões sistematizadas, começaram a emergir as alternativas de ações coletivas, construindo-se assim novos padrões de sociabilidade voltados para a busca de soluções pelas quais passam a lutar enquanto uma produção comum.

Em especial, as demandas visibilizadas pela expressão popular organizada em Diadema confluíram para um poder público que, no momento, estava sendo gerenciado por um partido formado, fundamentalmente, a partir de demandas com o mesmo teor popular. Esperava-se nesta configuração superar a situação precária em que viviam os trabalhadores em Diadema e progressivamente conquistar a autonomia como classe, apoiados por um partido intimamente ligado aos processos de organização popular.

Na cidade objeto deste estudo, o primeiro passo para o alcance da autonomia da classe trabalhadora envolvia a resolução dos graves problemas de saneamento básico e habitação. Neste sentido, além de orientar o orçamento público para obras de infraestrutura na periferia, tornou-se necessário negociar com proprietários de terras da região, pois a maior parte das terras ocupadas ilegalmente era privada. Destes processos sobressaíram os distintos interesses que expressaram as lutas entre os segmentos de classes vigentes na região.

Assim, apoiados na lógica do alcance do consenso pela via partidária, trabalhadores e intelectuais uniram-se pela construção de um sonho, atender às necessidades de reprodução da vida social, a partir da hegemonia⁷ política, pelo controle do Estado.

As análises empreendidas neste estudo evidenciam, no limiar deste contexto histórico-social e geográfico, os diversos processos que culminaram com o esmorecer deste sonho, já estéril desde sua gestação. Foi possível apreender que, paulatinamente, o projeto do PT em Diadema, adequou-se aos preceitos neoliberais, em decorrência de diversos fatores, que serão aqui explorados, inerentes à organização estatal sob a nova lógica de Reestruturação Produtiva⁸ do capital. As novas estratégias do PT no campo político, consolidadas especialmente

⁷ Utilizamos a palavra hegemonia segundo Gramsci, como capacidade de dirigir um grupo criando um novo campo de liderança. Segundo Gramsci "(...) a Sociedade Civil se põe como hegemonia política e cultural de um grupo social sobre toda a sociedade, como conteúdo ético do Estado", ver: GRAMSCI, A. "Cadernos do cárcere". V 3. *Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, p 225.

⁸ Chamamos de complexo de Reestruturação Produtiva a implantação de novas tecnologias e formas de organizar a produção social capitalista. A Reestruturação Produtiva no Brasil teve grande impulso durante o governo Collor como um processo de integração entre o desenvolvimento do capitalismo no Brasil e a mundialização do capital. Os polos industriais foram modernizados tecnologicamente e também foram alteradas estratégias de gestão, localização das fábricas, bem como a relação entre sindicatos e trabalhadores, ver: ALVES, Giovanni. *O novo (e precário) mundo do trabalho. Reestruturação Produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo, 2000.

pelos membros da tendência Articulação⁹, que vieram a compor os altos escalões do partido, resultaram em um distanciamento das lutas sociais e progressiva domesticação do partido. Nesta configuração, o PT de Diadema, em um movimento conjuntural do partido, passou a assumir um papel diferente daquele investido durante as greves de 1978-80, contrariamente ao esperado pelos próprios orquestradores desta estratégia. Na cidade onde os trabalhadores paulistas tinham as piores condições de vida, o PT foi impelido a conter as demandas de classe e a contribuir para a efetivação de projetos relacionados à nova ofensiva do capital contra o trabalho em escala mundial.

A Diadema¹⁰ do Grande ABC

Os problemas mais urgentes da cidade, saneamento e moradia, figuravam entre as características marcantes desta urbs com superfície de 30,7km², localizada entre São Paulo e São Bernardo do Campo, a 17km da capital, na área hoje conhecida como ABCD paulista. Com relevo morreado, esta cidade possui níveis altimétricos entre 700 e 800 metros. As poucas áreas planas¹¹ foram ocupadas logo no início do processo de urbanização, ou reservadas para fins industriais. Tais características empurraram os trabalhadores migrantes para os terrenos rejeitados, em regiões desvalorizadas, seja pelo declive do terreno, riscos de enchentes, inexistência de infraestrutura, proximidade com córregos ou áreas de proteção ambiental¹².

⁹ Tendência no interior do PT que se tornou majoritária especialmente a partir da década de 1990. “Corrente majoritária do partido, a Articulação, fundada em 1983, anunciava desde seu manifesto de fundação que “foi criada para barrar o crescimento das tendências vanguardistas (...) e da tendência que via o PT como uma frente parlamentar, à semelhança do MDB”. MARTUSCELLI, Danilo Enrico. “Ruptura sem precedentes, pluralismo irrestrito e democratismo: as três faces ideológicas da identidade petista”. *Lutas & Resistências*, Londrina, nº 3, v. 2, p 22-35, 2º sem. 2007, p 28.

¹⁰ Diadema é um adorno de cabeça. Há indicações de que o nome Diadema teria sido escolhido para completar a sequência alfabética da sigla já consagrada ABC paulista, como um coroamento, uma referência à coroa utilizada pela padroeira da cidade Nossa Senhora da Conceição. Neste estudo, evocamos esta expectativa de consagração para analisar o importante papel desempenhado pela cidade durante a Reestruturação Produtiva no Brasil.

¹¹ Documento: Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Social. “Sumário de Dados Socioeconômicos de Diadema”. Diadema, 1995, p 23.

¹² A área de preservação ambiental da cidade de Diadema corresponde a 7,06km² do território pela proximidade com a represa Billings.

O crescimento populacional em Diadema tem como marco a década de 1960 e caracteriza-se pela ocupação ilegal de terrenos baratos sem infraestrutura. A expressão desse incremento demográfico em Diadema evidencia-se na comparação entre o número de habitantes no ano de sua elevação à categoria de município, 1959, com a população do ano de 1980. Neste período a população residente em Diadema cresceu aproximadamente 18 vezes, o que gerou a urgente demanda por infraestrutura urbana e serviços públicos¹³.

Distribuída uniformemente por todo o território diademense, dada a prevalência da função industrial determinada em instrumentos legais, as áreas ocupadas ilegalmente, nesta cidade, tem por característica o pequeno porte (DENALDI, 2003). Resultam de loteamentos comercializados fora da oficialidade e ocupações de grupos ativistas que buscaram realizar diretamente suas demandas urgentes por moradia. Para além do mero aumento populacional, o processo de favelização, ocorrido em Diadema, expressa as condições de desigualdade do desenvolvimento industrial da região, com crescente precarização do trabalho.

O vertiginoso crescimento populacional da cidade de Diadema, entre 1960 e 1990, teve como mola propulsora a necessidade de mão-de-obra nas empresas da região, aliada à grande quantidade de trabalhadores desempregados e desprovidos de meios para garantir a subsistência nas regiões Nordeste e Sudeste do Brasil. Segundo o censo de 2013, a cidade de Diadema possui 392.042 mil habitantes e constitui uma das maiores densidades demográficas do país, ou seja, 12.728,64 hab/km² (SEADE).

Apelidada de “Cidade Vermelha”, pela aparência inacabada da grande maioria das residências, reveladora dos tijolos que a compõe, tornou-se conhecida nacionalmente pelos conflitos entre Estado e ativistas na luta por moradia e pelo alto índice de violência registrado na cidade entre as décadas de 1980 e 90¹⁴.

Até meados de 1940, a região era conhecida como Vila Conceição e tinha como atividades econômicas a produção de tijolos, móveis e pequeno comércio,

¹³ DIADEMA. “Sumário de dados básicos de Diadema-SP”. 2012, p 4.

¹⁴ Entre 1982 e 2000, Diadema liderou o ranking de homicídios da Grande São Paulo. Em 1999, a taxa de homicídios era de 141 por 100 mil habitantes. Em 2003 a taxa foi reduzida pela metade, ver: MANSO, Bruno P.; FARIA, Maryluci; GALL, Norman. Diadema, do “Faroeste” para a vida civilizada da periferia de São Paulo”. In: DAMMERT, Lúcia; PAULSEN, Gustavo (orgs). *Ciudad y seguridad en América Latina*. Santiago: FLACSO-Chile, 2005.

que sobrevivia graças ao trânsito de pessoas em busca de lazer na represa Billings. Com a construção das vias Anchieta e Imigrantes, ligações rodoviárias entre o Porto de Santos e a capital, Diadema passou a integrar o desenvolvimento industrial da região ABCD e ganhou importância econômica, especialmente a partir da década de 1990.

O modelo de desenvolvimento industrial, voltado para a substituição da importação de bens não-duráveis e posteriormente duráveis, adotado pelo governo federal, encontrou solo fértil na região ABCD, cujo processo de industrialização remonta ao início do século XX, especialmente ao longo da linha férrea São Paulo Railway¹⁵.

Os investimentos em infraestrutura promovidos pelo governo do Estado, como a inauguração da Via Anchieta em 1947, alinhados aos projetos federais de desenvolvimento industrial do governo Vargas¹⁶ e Programa de Metas de 1956-61¹⁷, deslocaram o eixo de industrialização para a área de abrangência da rodovia e possibilitaram a consolidação das atividades petroquímica e automobilística no Brasil, especialmente com a instalação em 1954, 1955 e 1959 das Refinarias Capuava, em Mauá, Presidente Bernardes, em Cubatão, e Volkswagen, em São Bernardo.

A reboque deste incremento industrial, em 1952, quando Diadema era distrito de São Bernardo do Campo, foi instalada a primeira indústria em território

¹⁵ Inaugurada em 1867, a São Paulo Railway ligava o Porto de Santos à capital paulista, cortando as cidades de Cubatão, Vila de Paranapiacaba (atualmente pertencente à cidade de Santo André), Rio Grande da Serra, Ribeirão Pires, Mauá, Santo André e São Caetano do Sul. Na capital paulista a estrada de ferro interligava importantes bairros industriais como Ipiranga, Cambuci, Mooca, Brás, Bom Retiro, Santa Cecília, Barra Funda, Lapa, Pirituba, Jaraguá e Perus, ver: SAES, Flávio Azevedo Marques de. *As Ferrovias de São Paulo, 1870-1940*. São Paulo: Hucitec, 1981

¹⁶ O modelo de desenvolvimento econômico adotado durante o segundo governo de Getúlio Vargas foi implantado a partir da articulação entre estado, empresa privada nacional e capital internacional. Foram criadas, entre os anos 1930 e 1950, empresas estatais constituintes de um núcleo de desenvolvimento industrial que visou substituir bens não-duráveis importados. Várias agências de desenvolvimento, instituídas neste período como a Assessoria Econômica da Presidência da República e a Comissão de Desenvolvimento Industrial (CDI), ficaram encarregadas de elaborar e implantar políticas econômicas de desenvolvimento, ver: WAHRLICH, Beatriz Marques de Souza. *A Reforma Administrativa da Era de Vargas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1983.

¹⁷ O Programa de Metas de 1956-61, instituído sob o governo de Juscelino Kubitschek, objetivou estimular setores da economia, especialmente o industrial, em um padrão de acumulação endógena, como foco na superação dos pontos de estrangulamento em infraestrutura. Através deste programa o setor automobilístico recebeu muitos incentivos que possibilitaram a entrada de equipamentos importados sem cobertura cambial. Ver: LESSA, Carlos. *15 anos de Política Econômica*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1982. LAFER, Celso. *JK e o programa de metas (1956-1961): processo de planejamento e sistema político no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

hoje diademense, a IMBRA S. A. Indústria Química, que entre 1957 e 1958 passou a fabricar matéria-prima para indústrias de plástico. Em 1956, fixou-se na cidade a Empresa Roberto L. Gordon, produtora de acessórios para eletrodomésticos e bijuterias. Acompanhando as necessidades de produção do período, esta empresa passou a produzir em 1960 componentes automobilísticos e mudou de nome para METAGAL¹⁸.

As indústrias petroquímica e automobilística, por seu alto poder germinativo e elevado grau de relacionamento com outros setores da economia, provocaram uma série de transformações no ABCD paulista. Inicialmente os municípios dotados de maior infraestrutura¹⁹ como São Bernardo do Campo, São Caetano e Santo André atraíram diversas empresas participantes das operações e projetos subsidiários. Com vistas a atrair para a cidade diferentes grupos econômicos, a administração pública de Diadema, desde a sua emancipação, garantiu legalmente, por meio de planos municipais de uso de solo²⁰, a reserva das áreas estratégicas em termos de localização e infraestrutura, para fins industriais. Inicialmente, a distância em relação à via férrea afastou as grandes empresas, o que gerou reserva de terras de fundamental importância para a viabilidade da terceirização das cadeias produtivas na década de 1990, especialmente nos setores petroquímico e automobilístico, procedimento estratégico das transnacionais para a retomada da acumulação capitalista. Assim, a maior parte dos terrenos reservados para as indústrias, e não ocupados logo de imediato, estava nas mãos de empresários e particulares, adquiridos em sistemas de incentivo à industrialização²¹

¹⁸ Documento: Prefeitura Municipal De Diadema. "Diadema: Caminhos e Lugares", 1999, p 93.

¹⁹ A inauguração da São Paulo Railway em 1867 é um marco no ABC paulista pela ligação ferroviária estabelecida entre o Porto de Santos e a cidade de São Paulo, o que acelerou os processos de urbanização na região, especialmente nas cidades cortadas pela estrada de ferro, Santo André e São Caetano, e aproximou os centros de produção e comercialização. A construção da ferrovia e posteriormente a fixação de vários armazéns e estabelecimentos comerciais, ao longo da linha do trem, atraíram um grande contingente de trabalhadores para a região, ver: FONSECA, Silmara. "Diadema e o Grande ABC: expansão industrial na economia de São Paulo". In: IOKOI, Zilda. *Diadema nasceu no Grande ABC: História Retrospectiva da Cidade Vermelha*. São Paulo: Humanitas, 2001.

²⁰ Sobre os planos diretores elaborados em Diadema ver: CARVALHO, M; CYMBALISTA, R; POLLINI, P. "Planos Diretores em Diadema, São Paulo: O desafio da efetivação da função social da propriedade". In: CYMBALISTA, R; SANTORO, P (orgs). *Planos diretores: processos e aprendizados*. São Paulo: Instituto Pólis, 2009.

²¹ Sobre a política de incentivo industrial em Diadema ver: DRAGHICHEVICK, Perla. "Da vocação industrial e ausência de políticas sociais: os movimentos populares pela moradia". In: IOKOI, Zilda. *Diadema nasceu no Grande ABC: História Retrospectiva da Cidade Vermelha*. São Paulo: Humanitas, 2001. FONSECA, Silmara. *Diadema e o Grande ABC: expansão industrial na economia de São Paulo*. Idem ibid.

adotados pela prefeitura especialmente na década de 1960. As poucas áreas destinadas à moradia legal em Diadema, aproximadamente 18%²² do território, sofreram um processo de valorização, impulsionadas pela especulação imobiliária. A manutenção da reserva de terras para a indústria, diante das necessidades de moradia de milhares de migrantes desprovidos de condições para efetivarem seus direitos, via mercado formal, fomentou intensos conflitos entre ativistas e proprietários de terras, cujas negociações foram mediadas pelo Estado.

Este conjunto de relações levou a cidade de Diadema a se configurar, nas décadas de 1960, 1970 e 1980, como “cidade dormitório industrializada”, porque funcionários especializados das empresas instaladas na região, devido à proximidade com a capital do Estado, à falta de infraestrutura e aos preços altos dos terrenos legalizados na cidade em que trabalhavam, não transferiram moradia para Diadema. Os trabalhadores que residiam nesta urbs ocuparam ilegalmente terrenos particulares e públicos, destinados para empresas e, em sua maioria, não possuíam especialização; eram empregados em São Bernardo e Santo André, ocupando cargos que exigiam muito esforço físico e cuja remuneração não supria as necessidades básicas da família.

Devido à importância geográfica da cidade, pelas ligações que estabelece através das vias Anchieta e Imigrantes, especialmente entre a região portuária de Santos e a capital paulista, Diadema esteve integrada a vários planejamentos de desenvolvimento industrial, mas só configurou exemplarmente seu papel estratégico na era da Acumulação Flexível. Locus exemplar da Reestruturação Produtiva no Brasil, a nova ofensiva do capital sobre o trabalho, Diadema, assim como outras cidades médias do país, sobretudo no estado de São Paulo,

Dentre as principais leis de incentivo fiscal na década de 1960 destacamos: Lei Municipal 09/60. Dispõe sobre a concessão de vantagens para o pagamento do imposto de indústrias e profissões às indústrias que se instalam no município, pelo prazo de 5 anos, e dá outras providências. Lei Municipal 17/60. Autoriza a prefeitura a abater até 30% da dívida ativa de empresas industriais localizadas em Diadema, ou que recolham seus impostos estaduais e federais nesta cidade. Lei Municipal 252/66. Dispõe sobre redução e isenção de imposto de sisa para a aquisição de imóveis para estabelecimentos industriais, comerciais e residenciais sob condições, e dá outras providências. Lei Municipal 253/66. Concede por 30 dias anistia de multas e correção monetária a taxas e impostos atrasados, aos inscritos em dívida ativa do município.

²² A Lei de Proteção dos Mananciais da Região Metropolitana de São Paulo (Lei Estadual nº 898/75) delimitou 22% do território do município como área de proteção aos mananciais, o que significou restrições maiores à ocupação residencial. Ver: CARVALHO, M; CYMBALISTA, R; POLLINI, P. “Planos Diretores em Diadema, São Paulo: O desafio da efetivação da função social da propriedade”. In: CYMBALISTA, R; SANTORO, P (orgs). *Planos diretores: processos e aprendizados*. São Paulo: Instituto Pólis, 2009, p 56.

desempenhou um papel integrado aos objetivos econômicos nacionais e globais. Resultante dos processos de Fragmentação Sistêmica²³, pequenas empresas nacionais instalaram-se em Diadema, atraídas pela localização estratégica, baixos custos de acomodação e mão de obra barata. A aparente solução para as mazelas sociais desta cidade revelou-se um golpe certeiro contra a associação dos trabalhadores.

Estas novas estratégias de localização, logística e inovação tecnológica, inerentes à Reestruturação Produtiva, para além de alimentarem os grupos econômicos locais, contribuíram para a retomada da acumulação capitalista dos oligopólios econômicos a partir da ampliação da espoliação para novas áreas, com a cooperação de pequenas empresas nacionais subsidiárias. Trata-se da imposição de novos arranjos da produção, baseados em inovações tecnológicas e organizacionais, que combinados com as características atroficas de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, aprofundaram as situações de desigualdade e precarização, próprias da constituição histórico-social e econômica de Diadema.

Embora na nova fase de mundialização do capital haja uma combinação entre dispersão global das atividades, integração global e contínua concentração do controle econômico e da propriedade²⁴, que contribuem para a importância da cidade de Diadema nesse processo, de fato, não resultam em modernização espacial da cidade, tampouco mudanças estruturais e profundas no território (FERREIRA, 2007), mas sim em uma nova e sofisticada forma de exploração da produção, em que grupos econômicos nacionais e multinacionais são parceiros na espoliação. Verificou-se ainda, como resultante deste processo, a adoção de inovações administrativas e jurídicas para a acomodação de conflitos, assim como a adequação estrutural desta cidade às novas necessidades da Produção Flexível.

²³ Parte do processo da Reestruturação Produtiva, a Fragmentação Sistêmica consistiu na extinção de cadeias produtivas a partir da subcontratação de pequenas empresas pelas transnacionais em um sistema de cooperação entre os capitalistas. A partir de procedimentos fundamentais de garantia da eficiência do processo e redução de custos, as transnacionais procuram adequar a lógica da produção ao sistema concorrencial na mundialização do capital e às novas fases da luta de classes.

²⁴ Sobre as teorias da cidade global ver: SASSEM, Saskia. *As cidades na economia mundial*. São Paulo: Studio Nobel, 1998. CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

Diante do projeto de mundialização do capital, tornou-se necessário garantir a instauração de um novo tipo de acumulação capitalista, planejada em escala planetária, a partir das especificidades locais. Em Diadema esse processo delineou-se exemplarmente com a exploração das potencialidades geográficas da cidade pelos grupos econômicos, mantendo sob controle as demandas urgentes da fração da classe trabalhadora, cujas condições de vida já eram as mais precárias da categoria e foram subproletalizadas ao longo da década de 1990.

Durante a fase do capitalismo transnacional, novas formas de produção e reprodução social foram construídas a partir de uma rede de cooperação complexa em que participam cidades de todo o mundo. Este novo dispositivo de controle do sóciometabolismo do capital²⁵, adaptativo às realidades locais, buscou a retomada dos patamares de acumulação capitalista, pré-crise de 1970, a partir de uma nova organização do trabalho apoiada pelos governos locais. Em uma complexa teia de cooperação, tecnoburocracias mundiais e governos de países, estados e cidades, passaram a colaborar para a nova organização social mundializada da produção de mercadorias. Objetivações nacionais, regionais e municipais foram articuladas para incrementar a acumulação capitalista, a partir da subsunção real do trabalho ao capital, lastreadas por uma nova ideologia que entrelaça coerção capitalista com consentimento dos trabalhadores, para mascarar as contradições e irracionalismo das formas capitalistas (ALVES, 2007).

Neste contexto, o estado brasileiro, fragilizado pelos interesses dos grandes centros financeiros internacionais e pela própria debilidade de desenvolvimento hipertardio²⁶ do capital no país, passou por reformas resultantes das novas políticas neoliberais, que visaram garantir as condições necessárias para a implantação da nova Reestruturação Produtiva no país. Dentre estas reformas

²⁵ Usamos o conceito sóciometabolismo do capital, conforme Mészáros, para explicitar a estrutura de funcionamento, organização e controle da produção do capital, a partir de seu tripé: capital, trabalho e Estado, ver: MÉSZÁROS, I. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2002.

²⁶ Utilizamos este conceito conforme Chasin para caracterizar a Via Colonial de entificação do capitalismo no Brasil a partir de 1930, integrada à Segunda Revolução Industrial, de trajetória distinta em relação aos países de desenvolvimento clássico e prussiano. No primeiro caso pela ausência da solução revolucionária para a situação agrária e, no segundo, pelo desenvolvimento ainda mais tardio, baseado em uma aliança entre burguesia e latifundiários de forma subordinada ao capital externo, ver: CHASIN, J. *O Integralismo de Plínio Salgado: Formas de regressividade no capitalismo hipertardio*. São Paulo: Ad Hominem, 1999.

destacam-se as políticas de redução dos gastos públicos, desestatização de setores que passaram para controle da iniciativa privada e a descentralização federativa, como estratégia de transferência da execução de políticas estruturantes para estados e municípios, vinculando a ação dos governos municipais ao governo federal e, conseqüentemente, a interesses dos grandes grupos econômicos, inclusive estrangulando ações que fugiam a esta lógica, a partir da restrição de financiamentos.

Os governos petistas em Diadema e as novas funções do Estado na era da mundialização do capital

Neste cenário, já desenhado pelas políticas neoliberais, o intento dos administradores petistas em Diadema, especialmente no período de 1983 a 1992, de encaminhar as demandas da população via Estado, foi obstacularizado. Os poucos recursos, a imposição do pacto federativo e as novas funções à frente do Estado, deixaram as administrações petistas em Diadema comprometidas com a tarefa de conciliar interesses inconciliáveis. Tais fatos impossibilitaram o cumprimento da maior parte das promessas de campanha configuradas na carta de compromissos²⁷ e nos programas de governos, gerando intensos conflitos internos entre as tendências que enxergavam nesta configuração um afastamento do PT em relação às bases sociais.

Diversos acontecimentos contribuíram para a compreensão de que a crescente institucionalização do partido o afastou dos interesses dos trabalhadores. A alardeada proposta de participação popular, os Núcleos de Base²⁸, que propunha

²⁷ “Carta de compromissos dos futuros parlamentares do Partido dos Trabalhadores de Diadema”. Documento elaborado pelos representantes do PT-Diadema. Convenção municipal de 11 de julho de 1982.

²⁸ A implantação dos núcleos de base tinha por objetivo estabelecer ligação entre a direção do partido e suas bases de apoio, a fim de que estas pudessem decidir sobre as diretrizes do partido; assim, os membros do PT se obrigariam a manter a atuação direcionada aos interesses da classe trabalhadora. Os Núcleos de Base, inicialmente, constituíam-se como espaços de educação, conscientização e articulação política, mas gradativamente, na medida em que o partido passou a priorizar a atuação política voltada para disputar espaços nas administrações públicas, tais comitês passaram a atuar como células eleitorais. Sobre os núcleos de base, ver: GADOTTI, M.; PEREIRA, O. *Pra que PT?* São Paulo: Editora Cortez, 1989.

diferenciar o PT em relação aos demais partidos políticos, ao propiciar aos seus filiados deliberação direta sobre as ações e diretrizes do PT, efetivamente exerceu o papel de comitês eleitorais e grupos de apoio aos vereadores. Tais fatos decorreram das necessidades imediatas do PT em alcançar votos suficientes para a conquista de cargos eletivos e assim a hegemonia política, o que demandava a organização de um grande número de pessoas (GADOTTI, 1989).

Corroborando com esta análise, os estudos de Marossi (2000), sobre os núcleos de base da cidade de São Paulo, indicam que o intenso processo de institucionalização do PT incompatibilizou a efetivação de uma instância deliberativa com participação dos militantes a fim de vincular a ação partidária aos interesses das organizações sociais. Imbuídos de uma nova lógica, cuja premissa é o encaminhamento de demandas pelos trâmites legais, os membros petistas viram-se diante da tarefa de negociar com ativistas sociais, a partir de limites estreitos, que de fato obstaculizavam a deliberação direta e o atendimento das necessidades da classe trabalhadora.

Sob esta condição, os petistas que assumiram cargos na administração pública, efetivamente não conseguiram orientar suas ações pelas demandas de classe. Como funcionários do Estado, tinham sua subjetividade voltada para a conciliação dos conflitos da vida social, coordenando recursos parcos e comprometidos com o pacto federativo e políticas estruturantes voltadas ao desenvolvimento econômico.

Os processos de institucionalização do PT, analisados por Novaes (1993), nos trazem subsídios importantes para compreendermos a transformação da militância espontânea em compulsiva, expressão assumida especialmente no VII Encontro Nacional (1990) e no I Congresso (1991). Mais da metade deles exercia militância política remunerada, revelando o intenso grau de institucionalização e burocratização do PT. Segundo Novaes (1993:229):

A limitada preferência propagandística inicial, que vinha imersa num molho de desprezo por quem se dirigia ao “parlamento burguês”, foi substituída pelo interesse impessoal na soma de recursos e pelo atrativo do prestígio político interno e externo que o êxito eleitoral confere, aspectos da mencionada importância propriamente política que o PT passou a atribuir ao plano institucional.

A conquista de cargos eletivos pelos candidatos petistas e consequente incorporação dos militantes ao corpo funcional da administração pública, em cargos comissionados e não estatutários, significou um aumento da arrecadação partidária a partir de recursos públicos e a paulatina conquista da hegemonia política. A composição do fundo partidário do PT, em 1985, era formada por dois terços das contribuições dos salários dos petistas, que ocupavam cargos eletivos e um terço do financiamento partidário do governo (KECK, 1991). Paulatinamente, os militantes institucionalizados afastaram-se das lutas populares para representarem as estratégias do partido.

Embora inicialmente o PT pretendesse representar uma oposição ao Estado capitalista, na prática foi enredado à lógica neoliberal da política já vigente e utilizou o aparato burocrático estatal para o fortalecimento institucional com diminuição progressiva de sua organização de base.

Na prática cotidiana, os militantes petistas, enredados pela crença da humanização do capitalismo, pela possibilidade de melhores condições de vida a partir da realização plena da potencialidade do desenvolvimento industrial no Brasil, iludidos pela aparência do mundo do trabalho europeu no welfare state, não perceberam seus verdadeiros papéis à frente do Estado, na nova fase da mundialização do capital.

Incorporados à ordem sócio-metabólica desigual e estranhada, representantes dos trabalhadores e intelectuais, congregados sob a sigla petista, assumiram a ideologia reformista do Estado interventor em detrimento de proposições radicais da luta de classe, contribuindo para o ocultamento da precariedade e precarização do trabalho (VILAS-BOAS, 2005, p 1-2).

Disputas linguísticas no reino da democracia: participação popular

A expressão da mobilização social a partir da década de 1980 se concretizou no nascente Partido dos Trabalhadores, catalisador das demandas

sociais pela opção de transformar-se em um partido de massas e concorrer às eleições para o legislativo e o executivo.

Na cidade de Diadema, como em outros municípios brasileiros, coexistiram vários interesses, em diversas escalas, que tentaram, por diversos mecanismos, orientar e/ou influenciar as decisões governamentais. Tais mobilizações sociais ganharam muita expressão no Brasil na década de 1980 em decorrência do processo de abertura “democrática” que encerrava a ditadura militar²⁹. Movidos pelas urgentes demandas por habitação, os ativistas em Diadema alcançaram grande mobilização na luta por moradia e na composição das associações contaram com a ampla participação de seus filiados. Inicialmente muito combativos, a partir da década de 1980, durante o processo de institucionalização das demandas sociais na cidade, tornaram-se a base de sustentação do governo municipal.

Com o objetivo de aprofundar a democracia participativa em Diadema e fortalecer o poder local, as três administrações petistas, 1983-96, nesta cidade, buscaram implementar canais de participação popular na gestão pública. O conceito de democracia participativa, proposto em Diadema, é explicitado por Villas-Boas (2005), - analista das políticas de participação popular nessa cidade -, como o exercício direto da população na gestão pública para a construção de novos instrumentos de ação, que permitam emergir para a discussão os diferentes interesses dos “diversos atores sociais”, propiciando transparência às ações governamentais.

Através da criação de diversos canais de participação, as três gestões petistas chamaram a população para discutir as ações de caráter público. Estes canais de participação popular foram apresentados pelos membros da administração pública como um espaço propício para que diademenses conflitassem interesses e chegassem a propostas de intervenção que respondessem às necessidades dos diferentes grupos sociais representados.

²⁹ Utilizamos o conceito ditadura militar, para evidenciar a dinâmica da luta de classes instaurada no período de 1964 a 1985. Não compreendemos que a ditadura tenha se dado em oposição à sociedade civil, mas evidenciamos o papel político do alto comando das Forças Armadas na implantação do projeto dos grupos econômicos brasileiros para a ampliação dos lucros do capital monopolista, a partir do impulso ao consumo e aprofundamento do arrocho salarial.

Dentre os estudos que reconhecem o aprofundamento das relações democráticas na esfera pública, operado pela participação popular, destaca-se a compreensão de Maria da Glória Gohn (2002) sobre os “movimentos sociais” dos anos 1980, como um locus privilegiado do novo modo de participar das decisões políticas. Os preceitos de Gohn se pautam em Jürgen Habermas no que concerne às suas reflexões sobre a ética procedimental na elaboração e aplicação de leis. Este autor, assim como Gohn, contrariamente à análise assumida nesta pesquisa assume a premissa ontopositiva da politicidade.

Os estudos das fontes documentais produzidas por representantes do governo e organizações de luta por moradia em Diadema, no período estudado, indicativos da concretude social, trazem substratos para o entendimento de como, na prática, se deu a negociação entre os diferentes interesses que coexistem nas esferas dos poderes. As fontes documentais revelam como o procedimento da participação popular passou do patamar de idealização teórica para a experiência prática, considerando a interferência dos mecanismos de perpetuação dos poderes.

Algumas pesquisas acadêmicas dedicaram-se ao estudo das práticas desenvolvidas durante as três gestões petistas: urbanistas trataram das aplicações das inovações propostas no campo da legislação urbanista, assistentes sociais se ocuparam com a política de assistência social propiciando o acesso da população às suas necessidades básicas, entre elas a habitação, cientistas sociais analisaram a novidade da participação popular como proposta de gestão pública. Entre estes trabalhos, estão os estudos de Mauricléia Soares dos Santos (2006), Rosana Denaldi (2003), Laila Nazem Mourad (2000) e Nelson Baltrusis (2005). Todos os autores exerceram cargo público na Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Social em Diadema.

Em defesa do caráter democrático da atuação do PT, o estudo de Santos (2006), intitulado “A política habitacional no município de Diadema e a intervenção do assistente social (1994-04)”, afirma que a legislação urbanística de Diadema resulta de uma ação democrática do Partido dos Trabalhadores que tinha como objetivo propiciar melhoria de qualidade de vida à população, interferindo em um processo histórico de ocupação desordenada do território. Esta ação teve por

objetivo garantir à população o direito à cidade e foi impulsionada pela pressão dos ativistas na luta por moradia e pelo compromisso da gestão municipal para com a população. Para Santos, o profissional assistente social, no período por ela analisado, contribuiu para a implantação da política habitacional da cidade, ampliando sua ação democrática e incentivando a participação popular. Contudo, ela atesta que a segregação espacial vigente em Diadema, naqueles anos, ainda persiste nos dias atuais e aponta como possibilidade de mudança a superação da divisão social do trabalho.

As limitações nos processos de urbanização deste período, também são apontadas por Denaldi (2003), cuja tese, intitulada “Políticas de urbanização de favelas: Evolução e impasses” trata da criação e implementação das políticas públicas em urbanização de favelas nas décadas de 1980 e 90. Na década de 1970, a ação pública frente ao crescimento das ocupações irregulares nas cidades era a remoção das famílias para lugares longínquos. A partir da década de 1980 algumas administrações democráticas propuseram a integração das favelas à cidade através dos processos de urbanização. As organizações de luta por moradia em Diadema reivindicavam primeiramente a posse dos lotes de terra. No decorrer do processo, a garantia dos direitos mínimos de saneamento foi incluída no rol de lutas desses grupos.

Dentre as limitações citadas por esta autora no caso de Diadema, estão a desvinculação entre a regularização e urbanização das áreas de intervenção e a descontinuidade do processo. Até 2000, nenhuma área de intervenção urbanística em Diadema havia sido regularizada. As irregularidades fundiárias naquele município abarcam os parcelamentos de solos sem autorização e núcleos habitacionais localizados em áreas particulares e públicas.

As positivities das políticas de urbanização desenvolvidas naqueles anos da gestão petista foram apontadas por Mourad (2000), cujo mestrado, “Democratização do acesso à terra em Diadema”, trata dos mecanismos utilizados para propiciar a urbanização da cidade de Diadema com a participação dos seus moradores na solução dos problemas mais emergente da cidade: a falta de infraestrutura básica em habitação e a irregularidade das habitações existentes. A oferta de lotes para a população de baixa renda, segundo Mourad, ajudou a frear a

ocupação das áreas de mananciais em Diadema. Isso se deveu à inclusão dessa parcela da população na cidade através de uma política urbana com resultados efetivos.

Estudos desenvolvidos por Baltrusis corroboram com as teses acima, pois identificou-se que a efetiva implantação do Plano Diretor em Diadema foi resultado não só da elaboração de legislação urbanística para esse fim, mas também da vontade política por parte da administração municipal em distribuir com igualdade os recursos da cidade. Na tese de doutoramento de Baltrusis (2005), o título já leva ao questionamento sobre a efetividade das políticas desenvolvidas naqueles anos de 1980/90, em Diadema. Seu trabalho, intitulado “Mercado imobiliário em favelas e o processo de estruturação da cidade”, trata da comercialização informal de provisões habitacionais para indivíduos de baixa renda e das legislações urbanísticas da Região Metropolitana de São Paulo.

Constata-se, no entanto, que ainda hoje, o legal e o ilegal convivem lado a lado, e isto se evidencia tanto pela coexistência de ocupações regularizadas com as irregulares áreas de aterro sanitário, quanto pelos alojamentos provisórios que passam ao status de moradia, enquanto os equipamentos da prefeitura ainda carecem de regularização fundiária. Muitas vezes os processos de urbanização delineados reafirmam a falta de condições dignas de moradia, quando, por exemplo, os técnicos da Secretaria de Obras propõem a substituição das tábuas do escadão para construí-lo em concreto, em meio a um barranco inóspito³⁰. Tal fato leva à reflexão sobre a efetividade e permanência das políticas públicas voltadas para a incorporação dos diademenses como sujeitos de direitos.

Poucas são as análises sobre a realidade de Diadema que refletem sobre as políticas públicas e a natureza do Estado e, dentre estas, destaca-se a de Júlio Simões (1992) sobre a proposta de governo de ampla participação popular assumida pela primeira gestão petista em Diadema e das práticas políticas adotadas nesse bojo. Uma série de conflitos, muitas vezes não negociáveis, eclodiu dessa proposta, o que levou o governo à criação de novas estratégias e identidades políticas.

³⁰ Podemos citar como exemplo o Núcleo Habitacional Caviúna, localizado na região sul de Diadema.

Como podemos observar, este conjunto de autores possui como substrato para sua análise a política enquanto dimensão determinante capaz de promover ou não o desenvolvimento urbano, deixando de lado as questões mais amplas relativas à produção e reprodução da vida e que condicionam o conjunto das relações sociais.

O projeto econômico do PT, elaborado para as eleições de 1982³¹, cuja centralidade estava na distribuição de renda a partir do desenvolvimento do mercado interno e ampliação da democracia, já havia introjetado claramente preceitos reformistas.³² Em plena crise estrutural do capital, ampliação brutal do processo de precarização do trabalho, com perda de direitos e aperfeiçoamento da exploração da força de trabalho, o PT progressivamente incorporou em seus programas as propostas neoliberalistas, mas manteve nos discursos o tom socialdemocrata. Tratava-se de incorporar um novo papel em momento de nova ofensiva do capital sobre o trabalho, com a exigência de maior integração, objetiva e subjetiva, do trabalhador à lógica capitalista.

Legitimado pela crise fiscal, o novo estado político de tipo neoliberal, nasceu com a tarefa histórica de tornar-se mínimo para as demandas do trabalho e máximo para realizar os interesses dos grandes grupos econômicos (ALVES, 2007:151). Intimamente vinculados às tecnoburocracias globais, os estados neoliberais impõem os interesses de acumulação dos oligopólios econômicos e financiam suas necessidades, definidas em escala global, mascarados pela neutralidade racional científica.

Diversos teóricos, como Touraine e Habermas, alcançaram notoriedade desenvolvendo teorias que lastream o novo pacto social promovido pelo Estado através de um novo tipo de democracia que exige maior incorporação do cidadão nos processos de implementação de políticas públicas. Neste novo pacto, a conquista da liberdade e efetivação dos direitos de todos os sujeitos, estariam condicionadas à participação direta e indireta do maior número possível de cidadãos nas decisões que incidem diretamente sobre a vida social

³¹ Entrevista de Paul Singer disponível em: MANTEGA, Guido; REGO, José M; SINGER, Paul . In: *Conversas com economistas brasileiros II*. São Paulo, Editora 34, 1999, p 80-81

³² SINGER, André. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo, Cia. das Letras, 2012.

(BOBBIO,1993), para conciliarem os interesses e alcançarem parâmetros que atendam às necessidades dos grupos (HABERMAS, 2002). Sob esta nova configuração, conforme Touraine, o enfoque das lutas sociais deslocou-se do âmbito do trabalho para a construção de pertencimentos fundamentais, como território, questão étnica, religião e outros grupos de interesses. Envolvidos nessas lutas por reconhecimento, os indivíduos construiriam sentidos e significados para suas ações a partir do próprio agir coletivo (TOURAINÉ, 1994). Em luta pela consolidação da democracia, pela superação da injustiça e da violência, os sujeitos individuais e coletivos reivindicam o reconhecimento da pluralidade de interesses e o direito de participar efetivamente das negociações sobre suas demandas no espaço público (TOURAINÉ, 1996).

A crença do alcance da isonomia nos estados democráticos, apregoada por Habermas (2002), um dos principais filósofos da teoria social pós segunda guerra, em sua *Teoria do agir comunicativo*, uma elaboração filosófica que parte do plano ideal para realizar aplicação prática, encontrou terreno fértil a partir da queda do leste europeu e emergência de uma nova teoria integradora. Dedicado a evidenciar as formas mais eficientes sobre como decidir, este autor destacou o exercício da ética procedimental como elemento fundamental para os processos consensuais. Lastreados pela ideia da imprescindibilidade do “como fazer” nos procedimentos democráticos, para o alcance da isonomia, segundo a compreensão deste autor, todos sobre quais incidirão as decisões, devem participar do processo decisório para o alcance do consenso, o telos da linguagem. Segundo esse princípio, seria possível atingir a validade universal das normas para todos os membros da comunidade, a partir das experiências pessoais dos envolvidos e por meio da racionalidade. Ou seja, a validade do direito estaria condicionada ao fato de os “parceiros do direito” ao mesmo tempo se constituírem como autores e destinatários do direito.

A compreensão da linguagem em seu aspecto de comunicação da ação social, para além de suas dimensões formais e de significado, foi desenvolvida por Habermas, em sua *Teoria do agir comunicativo*. Elemento basilar de sua teoria sociológica, a análise da linguagem objetiva contribui para a instituição da razão comunicativa como instrumento de superação das patologias da modernidade. Esta fundamentação justifica-se pela compreensão da linguagem como a própria razão,

logo a instituição de uma razão comunicativa se coloca em oposição à invasão da racionalidade econômica e burocrática no Mundo da Vida³³, causadora da falta de liberdade e de sentido na vida moderna. Ao compreenderem os processos que envolvem o alcance do entendimento, proposta central da Teoria do agir comunicativo, os sujeitos poderiam alcançar acordos racionais, ou seja, o consenso, baseados em reconhecimentos recíprocos das validades de discursos.

A explicação para as situações em que o consenso não é alcançado, segundo a teoria habermasiana, está na sobreposição do sistema, mundo das necessidades, à articulação do mundo da vida. A aglutinação de interesses para Habermas não está ligada à forma como os homens produzem. O elemento de ligação entre o sistema e o mundo da vida, para este autor, é a política, como espaço de interação linguística, cujo telos é o consenso. A repolitização do mundo da vida, através da esfera interativa, passaria a determinar o que acontece na esfera econômica, aperfeiçoando o Estado democrático, resultado do desenvolvimento do capitalismo, para atendimento dos interesses da população, garantindo a equidistância aos cidadãos.

Especialmente útil, durante a nova ofensiva do capitalismo contra o trabalho, a nova Reestruturação Produtiva, a teoria do agir comunicativo nega a mudança social a partir da esfera da produção, delegando para a esfera da interação linguística a resolução dos conflitos. Na atualidade, segundo este autor, “os novos conflitos são deflagrados por questões envolvendo a gramática de formas de vida, não por problemas de distribuição” (HABERMAS, 2012:708). Ao separar as ações comunicativas do seu processo material da vida, este filósofo, desvincula a competência comunicativa dos processos que decorrem da vida concreta (ASSENCIO, 2014), apregoando a linguagem como elemento de acomodação dos conflitos sociais para o fortalecimento da democracia.

Os preceitos habermasianos remetem a uma série de autores e políticos que buscaram desenvolver propostas de participação popular considerando que desta forma estariam consolidando a democratização do Estado. Entre estes autores

³³ Conceito transcendental e não imanente, o mundo da vida representa infinitos espaços de interatividade linguística entre os sujeitos na busca pelo consenso. Reino das necessidades satisfeitas pelo trabalho, o Sistema se põe como ação racional referente a fins, um agir instrumental racional.

citamos Celso Daniel, prefeito por três vezes na cidade de Santo André³⁴, professor universitário formado na Fundação Getúlio Vargas e um dos articuladores da campanha presidencial de Lula em 2002. Os canais de participação popular, conforme Daniel (1994), propiciariam às organizações sociais o alcance de direitos de cidadania. Nesta interpretação, mesmo quando esses não estão deliberando diretamente, a partilha do poder ocorre quando os membros da administração pública decidem, pressionados pelas demandas populares.

Dentre os fatores indicados como obstáculos para a democratização dos estados, pelos autores citados, destaca-se a falta de pluralidade nos processos de representação. Na perspectiva de ampliação da democracia a partir da pluralização da representação política, a fim de torná-la efetiva para o fortalecimento da liberdade de expressão e associação, princípio base dos processos democráticos, destacam-se os estudos de Young (2006). Com o objetivo de agregar legitimidade às representações, diversos países propuseram a instauração de processos de inclusão política, principalmente de minorias ou grupos cujas desigualdades são estruturais. Esta ação foi impulsionada, segundo Young, pela reivindicação de ativistas de vários grupos minoritários, dentre eles o movimento de mulheres de diversos países, que identificaram a impossibilidade de representar seus interesses a partir de legislaturas ocupadas por homens. Na prática, estes processos de inclusão encontraram uma série de dificuldades para se efetivarem e não significaram a materialização dos interesses que teoricamente representariam.

Dentre os motivos que obstaculizaram o encaminhamento das demandas de grupo, foram evidenciadas, pela autora, as múltiplas diferenças expressas pelas especificidades de histórias de vida dos componentes de grupos, o que propicia compreensões heterogêneas da realidade, impossibilitando o consenso absoluto de interesses comuns.

Aspectos distintos da representação, como perspectiva, interesse e opinião se diferem na medida em que as pessoas com a mesma perspectiva, não têm necessariamente os mesmos interesses e opiniões. Neste sentido, cada sujeito vivencia diferentemente a mesma situação. A perspectiva comum, conforme Young, propicia afinidade, pertencimento de um grupo que se posiciona

³⁴ Cidade localizada no ABCD paulista.

diferentemente daqueles que não tiveram as mesmas experiências que eles, o que torna mais difícil a este último compreender o primeiro, mas não impossível. Para a superação destas dificuldades, Young propõe a instauração de comitês lastreados pela similaridade de perspectivas sociais, a fim de pluralizar a representação política.

O processo de democratização ocorrida no Brasil constitui-se objeto de análise de Avritzer (1995), propositor de uma atualização da teoria habermasiana. Em seus estudos, ele identifica, como especificidade deste tipo de desenvolvimento tardio, a instauração do aparato estatal de forma anterior à organização da sociedade civil por suas demandas. Tal fato impõe a necessidade de limitar a atuação institucional para impulsionar a participação da sociedade civil. Nestes países, as organizações econômicas impõem sua atuação de forma não democrática, utilizando os mecanismos estatais e a legitimam a partir de processos de modernização, caracterizando, como particularidade destes casos, a incompletude do processo de democratização.

Analistas das particularidades do processo de democratização política buscaram identificar as causas da debilidade estrutural do sistema partidário brasileiro em comparação a outros sistemas de representação desenvolvidos no exterior. Há uma convergência de análises em relação a algumas características gerais do nosso sistema partidário, como a imaturidade, irregularidade e descontinuidade, cujos principais efeitos resultariam na grande dificuldade de vinculação entre eleitorado e partidos.

Diferentemente do que ocorre nos Estados Unidos, em relação à permanência da lógica partidária ao longo dos anos, conforme Jehá (2009), no Brasil, embora formalmente os partidos tenham origem no final dos anos 1970, com a reforma partidária e restauração do sistema pluripartidário, de fato a cada novo momento histórico suas diretrizes e bases de atuação têm sido alteradas.

Os rígidos requisitos estruturantes das legendas, no início do processo de sucessão partidária em 1982, limitaram a organização dos partidos. Na instituição das primeiras eleições para governador, senador, deputados federais, estaduais,

prefeito e vereadores em 1982³⁵, era obrigatória a composição de chapas para todos os cargos da esfera estadual e municipal, assim como o voto em candidatos do mesmo partido. Tais medidas objetivavam favorecer o partido de sustentação da ditadura militar, que naquele momento histórico era um dos poucos, cujo aparato administrativo burocrático, possibilitava o alcance de maior inserção nacional e estadual. Com a extinção da obrigatoriedade das chapas para os âmbitos estaduais e municipais, a partir de 1985³⁶, houve uma proliferação de vários partidos e progressiva organização de coalizações nos processos eleitorais.

A mais recente imposição de diretrizes das nossas instituições, a Constituição, de 1988, incorporou as mudanças do quadro de partidos delineadas no período de transição. Neste sentido, com o objetivo de intermediar a relação entre sociedade civil e Estado, os partidos políticos no Brasil, dada as sucessivas transformações políticas, econômicas e eleitorais, têm passado por várias mudanças adaptativas, objeto de análises dos teóricos trazidos aqui para debate.

Analista das debilidades do fenômeno partidário brasileiro, Jehá (2009) concluiu pela existência de sete fatores que contribuem para a impressão de uma homogeneidade no sistema partidário brasileiro, a saber: a falta de estabilidade da organização partidária nacional; o grande número de partidos; a semelhança das campanhas eleitorais; a infidelidade partidária; a indisciplina partidária; a composição de alianças partidárias desprovidas de sinergia programática e o agrupamento de áreas territoriais com muitos eleitores no processo eleitoral. Imersos neste contexto, muitos partidos aproveitam-se da falta de vínculo com os seus eleitores para usar de práticas de manipulação que viabilizem seus interesses. Assim, as experiências dos eleitores decorrentes dos processos eleitorais obrigam aos partidos a aperfeiçoar constantemente seus processos de manipulação, sem que queiram de fato enfrentar a estruturação necessária para validar sua representação. O autor parte da lógica ontopositiva da politicidade para afirmar a necessidade do aperfeiçoamento do jogo eleitoral, para aproximá-lo de um sistema ideal de representação.

³⁵ Emenda Constitucional 15, 19.11.1980.

³⁶ Emenda Constitucional 25, 15.5.1985.

Analista da prescrição do caráter nacional da organização dos partidos no Brasil, Braga (2009) discute as implicações do federalismo no sistema partidário. Diferentemente do que ocorre em outros sistemas federais de representação, no Brasil há uma tendência à centralização da organização partidária, resultante da imposição do caráter nacional pelo dispositivo da Constituinte. Inicialmente, a imposição do caráter nacional aos partidos e consequente proibição dos partidos regionalistas e recebimento de recursos do estrangeiro objetivam proteger a federação de organizações que viessem a comprometer a unidade nacional e a autonomia partidária. Porém, no desenvolvimento deste processo, o caráter nacional dos partidos e o princípio federativo tornam-se colidentes, pois o princípio federativo tende a conduzir à regionalização, especialmente em um país de dimensões e diversidades continentais. Neste sentido, Braga compreende a regionalização dos partidos como um fator de renovação, fazendo emergir a identidade representativa regional nos debates políticos.

Estudos sobre outras estruturas partidárias nos trazem subsídios importantes para compararmos o sistema partidário brasileiro. O caso estadunidense, analisado por Duverger (1967), evidencia a existência de outros partidos naquele sistema partidário, além do Democrata e Republicano. Trata-se de agremiações políticas locais e independentes, organizadas a partir de divisões estaduais e locais, que se articulam nacionalmente através dos dois grandes partidos. Assim, a maior força dos partidos estadunidenses está concentrada nos comitês dos condados e dos estados.

Voltando-nos para a América Latina, encontramos na Argentina algumas similaridades e diferenciações. Embora o sistema partidário argentino também tenha passado por muitas discontinuidades, ao longo do processo de instituição da sucessão partidária, com o fim da ditadura militar, houve a manutenção da constituição e do sistema partidário, com a participação ativa dos partidos políticos. Verificou-se, no desdobramento deste processo, o fortalecimento e regionalização dos partidos argentinos, o que possibilitou maior vinculação com os eleitores e a imposição do programa ao candidato (GABIATI, 2006).

A vinculação entre partidos e eleitores no Brasil foi analisada por Kinzo (1993), evidenciando-o com um dos países com mais altos índices de maior

volatilidade eleitoral do mundo. Dados mais recentes têm indicado uma estabilização do índice em 30%, que em comparação com outros sistemas, ainda é considerada uma taxa muito alta. Dentre as causas desta alta volatilidade, a autora cita as transformações no ambiente eleitoral envolvendo o aperfeiçoamento da campanha eleitoral e a personalização dos candidatos que ganham mais visibilidade que o partido.

Entre 1989 e 2002 verificou-se uma tendência declinante das taxas de identificação partidária, cuja média do período atingiu 46% (KINZO, 2007). Embora nos períodos de eleições presidenciais espere-se o crescimento das taxas de preferências partidárias, verificou-se o contrário, o que demonstraria os efeitos da exposição de candidaturas individuais, sem vinculação forte com o programa partidário. A exceção desta tendência declinante da identificação partidária é o PT, cujas taxas de preferência aumentaram no período analisado. Evidencia-se esta diferenciação pela característica do seu processo de formação como partido de massas, que progressivamente foi se consolidando em oposição ao governo e posteriormente assumiu a estratégia das alianças partidárias (KINZO, 2007).

Alguns dos estudos realizados por brasilianistas acerca do sistema partidário brasileiro, especialmente sobre os anos de 1980 e início de 1990, são bastante críticos em relação ao seu processo de racionalização. A tal ponto que Ames (2001), em comparação com outros sistemas, não considera que os agrupamentos políticos brasileiros possam se considerados partidos, dada sua fragilidade, indisciplina e fragmentação. A debilidade dos partidos brasileiros também foi objeto de análise de Mainwaring e Scully (1994), evidenciando o Brasil como o país de piores índices de institucionalização da América Latina. A prática do individualismo nos processos eleitorais, autonomia dos políticos em relação à organização partidária, sistemas de patronagem, clientelismo e patrimonialismo, também foram destacados pelos autores como limitadores da modernização do sistema partidário brasileiro.

Análises nacionais também reconhecem a debilidade do sistema partidário brasileiro. Em comparação aos outros sistemas, Lamounier e Meneguello (1986), identificaram o que convencionaram chamar de um caso de subdesenvolvimento. Nesta compreensão, a construção de uma sociedade democrática prescindiria de

partidos, fortes e enraizados na sociedade, características não encontradas em nosso sistema partidário.

Pesquisas recentes mostraram-se mais otimistas em relação ao processo de racionalização dos partidos no Brasil ao longo da década de 1990, indicando a percepção de maior consistência ideológica dos partidos na esfera nacional, em convergência com as posições assumidas na esfera estadual (KINZO, 1993), assim como a progressiva imposição da lógica partidário-parlamentar nas bases do governo (MENEGUELLO, 1998). A participação constante dos partidos, criados pela reforma de 1979, no Congresso Nacional seria um indicativo do desenvolvimento do nosso sistema partidário e definição de identidades políticas, superando o caráter descontínuo que marcou os períodos anteriores (MENEGUELLO, 1998).

Em relação à baixa identificação entre eleitores e partidos, as análises de Singer (1999) constatam que as particularidades do caso brasileiro impedem uma generalização na comparação de dados. Embora 60% dos eleitores brasileiros não consigam distinguir entre os partidos de esquerda e direita, verificou-se que a identificação ideológica em relação ao partido é importante para 44% do eleitorado. Neste mesmo sentido, Novaes (1994) evidencia que, embora o regime partidário brasileiro registre a existência de coligações aleatórias, a maior parte das coligações se estabelece em torno de afinidades ideológicas, o que indicaria uma tentativa de fortalecimento dos partidos (NOVAES, 1994).

Outro ponto destacado negativamente, especialmente pelos estudos estrangeiros, a infidelidade partidária também tem sido reinterpretada mais recentemente. Estudos sobre a migração partidária entre 1980 e 1994, evidenciados por Nicolau (1996), indicam uma redução da taxa de mudança de partido. Além disso, os casos em que foram registradas trocas de legenda, não se deram de forma aleatória, e mostraram relação com a identificação ideológica. Os motivos alegados para a troca de legenda foram os conflitos pessoais no interior do partido de origem e a possibilidade de ampliar as oportunidades eleitorais.

Com o objetivo de compreender as especificidades do período de retomada da sucessão partidária no Brasil, o filósofo brasileiro José Chasin evidenciou para além da não conformidade entre elementos jurídicos e a prática partidária o

verdadeiro cerne das debilidades do sistema partidário brasileiro, a partir da explicitação da nova estratégia de dominação das burguesias nacionais - o politicismo. Ele analisa que a mística da mudança encarnada por Tancredo Neves, compõe um antigo processo para a manutenção do poder econômico por outras bases, a partir do conservantismo civilizado. Tratou-se da preservação do ordenamento econômico imposto pelas classes dominantes, de uma forma menos perversa, que a praticada no período ditatorial e mais cooptadora pela organização jurídica de um sistema de representação política sem determinações econômicas - o politicismo. Na impossibilidade de superar sua debilidade genesíaca e de desenvolver com amplitude e autonomia as bases da acumulação capitalista no país, os grupos econômicos brasileiros usam o politicismo, produto da irrealização econômica, como proteção às intervenções no seu processo de exploração capitalista. Nascida em um processo de entificação hipertardia do capitalismo no Brasil, a via colonial de desenvolvimento, os grupos econômicos nacionais, desprovidos do elemento modernizador, subsumiram a um papel secundário no sistema econômico internacional. Não era projeto dos grupos econômicos brasileiros a criação de um Estado democrático moderno. Pelo contrário, o grande objetivo desta classe é a realização dos seus interesses de acumulação a partir da superexploração da força de trabalho. Portanto, impõe-se um sistema aparentemente democrático de sucessão partidária, com a exacerbação dos debates políticos, especialmente sobre o aperfeiçoamento do sistema, sem que de fato os desdobramentos políticos revolucionem o processo econômico. Assim, os anseios populares pela mudança foram canalizados para a construção jurídica de um sistema democrático esvaziado de conteúdo, moldando as lutas sociais à formalidade das instituições.

Exauridas pela violência institucional, manifestada na superexploração do trabalho e na violência física e emocional sofridas nos processos de embate sob a autocracia bonapartista³⁷, as massas trabalhadoras tornam-se as principais

³⁷ O conceito “bonapartismo” foi cunhado por Marx ao analisar a natureza da dominação autocrática-burguesa durante o governo de Napoleão III na França. A burguesia francesa exerceu o domínio político e econômico, de forma indireta, na figura de Napoleão III, que por sua vez se declarou representante de todas as classes sociais, mas na prática investiu na instituição de mecanismos de repressão que mantiveram as demandas sociais dos trabalhadores reprimidas. Como uso da figura que representou historicamente a natureza do poder exercido por Napoleão III, alguns autores, como Rago Filho e Martins, para a compreensão específica do período de ditadura

interessadas no ressurgimento da “democracia”, garantida em termos jurídicos. Porém, para a conclusão desta tarefa histórica, caberia aos trabalhadores romper com a lógica politicista, impondo a realização das necessidades de reprodução da via material, ou seja, suplantando a preservação do sistema econômico de superexploração da força de trabalho.

Enredadas na exacerbação da política e sistemas jurídicos ineficientes em relação ao atendimento das reais demandas sociais, as esquerdas brasileiras, continuaram na busca pelo aperfeiçoamento democrático, lastreadas por teorias da socialdemocracia europeia, descoladas das particularidades do caso brasileiro.

A nova configuração imposta às lutas sociais, na estrutura estatal, dentro do projeto democrático, foi analisada por Mészáros e Alves, evidenciando as estratégias de contenção das demandas populares em período de nova ofensiva do capital sobre o trabalho.

Contemporaneamente incorporados à nova teoria social do consenso, os sujeitos políticos no jogo democrático, conforme Mészáros (2002), aparecem destituídos do seu caráter de classe, passando a integrar “movimentos de questão única”, como o ambientalista, étnico, feminista, religioso, dentre outros, para o encaminhamento de suas demandas. Em busca de amplo apoio eleitoral para o alcance da reforma do Estado, os “movimentos de questão única” têm sofrido sucessivas derrotas. Enquanto suas demandas puderam ser integradas ao sistema capitalista e resultaram em vantagem produtiva, como a incorporação das mulheres no mercado de trabalho, as concessões foram incorporadas institucionalmente. Porém, em períodos de crise estrutural do capital, mesmo questões parciais tornam-se obstáculos à sua autoexpansão. “Os movimentos de questão única”, por não almejarem a derrubada do capital, têm alcance limitado, pois não exigem mudanças no controle sóciometabólico e de reprodução social, o que os impede de alcançar a emancipação da humanidade (MESZÁROS, 2002).

militar, iniciada em 1964, utilizam o conceito de bonapartismo para caracterizar o domínio indireto da burguesia nacional sob a figura dos militares, que, em nome do desenvolvimento nacional, construíram um aparato repressivo violento para conter as demandas populares, ver: MARX. *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*. In: *Marx - Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1974; MARTINS, C. Estevan. *Capitalismo de Estado e Modelo Político no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1977; RAGO FILHO, Antonio. “A ideologia 1964: Os gestores do capital atrofico”. Tese de doutorado. São Paulo, PUC, 1998.

Mesmo em períodos em que as lutas sociais alcançam vitórias no atendimento de demandas por direitos sociais, conforme Alves (2007), a precariedade mantém-se como marca inerente à condição do trabalhador que, impossibilitado de garantir a sua subsistência autonomamente, vê-se obrigado a vender sua força de trabalho em permanente insegurança. Quando na correlação de forças da luta de classes, os direitos conquistados são suprimidos, impõem-se uma precarização do trabalho, “um atributo modal da precariedade”, como uma ofensiva jurídico-política contra as lutas sociais.

No sistema capitalista de produção os sujeitos possuidores de força de trabalho e de meios de produção aparentemente estabelecem no mercado uma relação de iguais, pois ambos são possuidores de mercadorias e ilusoriamente concebem que podem dispor delas livremente, segundo seus interesses. Esta igualdade, estabelecida juridicamente, está em constante desequilíbrio, pela própria condição de precariedade³⁸ histórico-ontológica da força de trabalho, oferecida como mercadoria.

Para o alcance da isonomia nas normatizações impostas institucionalmente, as aparentes liberdade e igualdade entre os sujeitos são sustentadas pela diluição das diferenças, sejam elas derivadas da posição social que ocupam na produção, gênero, etnia ou outras. Assim, as diferenças sociais, que não foram possíveis de diluir nos processos democráticos, são organizadas em demandas de grupos e encaminhadas pelos seus representantes no âmbito do aparato burocrático do Estado (PINHEIRO, 2007).

Neste sentido, o alcance da democracia burguesa depende do respeito às leis, independente das motivações subjetivas dos indivíduos (PINHEIRO, 2007). Nesta forma de gestão da vida social, que privilegia o Estado como elemento ordenador, o progressivo aperfeiçoamento do Estado burguês reside na elaboração de normas que garantam de forma impessoal o exercício do direito individual.

Contrariamente ao discurso apregoado pelos defensores da democracia neoliberal, compreendemos a existência do Estado como parte de um controle

³⁸ Utiliza-se o conceito de precariedade para caracterizar a condição sócioestrutural, inerente ao trabalhador assalariado, desprovido do controle dos meios de produção e das condições de produção da vida social, ver ALVES, Giovanni. *Dimensões da Reestruturação Produtiva. Ensaios de Sociologia do Trabalho*. Bauru: Editora Práxis, 2007, p 151.

sóciometabólico, justificado pela necessidade de manter sob controle os grupos sociais em situação de desigualdades no acesso ao atendimento de suas demandas, para garantir a realização dos interesses dos oligopólios econômicos.

Na prática politicista de separar as questões políticas das necessidades de produção da vida, o Estado esvazia o significado das mudanças políticas e mantém os fundamentos socioeconômicos responsáveis pela obstacularização da autoconstituição da individualidade humano-societária.

Assim, para a produção e reprodução desta ordem, o Estado é constituído como instrumento de coerção em favor dos interesses dos proprietários jurídicos (ALMEIDA, 2007), mas aparece como elemento organizador da vida social de base científico-racional-legal.

Os programas politicistas do PT

Participantes do Estado Social, os membros petistas foram paulatinamente “civilizados” e integrados à reprodução sóciometabólica do sistema do capital. Embora o PT, durante seu processo de formação, tenha adotado discursos em defesa da transformação social e de caráter anticapitalista, na prática, pela própria condição da estratégia politicista, se aninhou nas estruturas do poder realizando reformas para a manutenção do estado capitalista, alcançando benefícios possibilitados pelo acesso ao aparato institucional (OLIVEIRA, 2008).

Durante o longo processo histórico de consolidação do PT como partido governista, houve grande variação na relação entre as categorias identidade e estratégia, conforme Oliveira (2008). Decorre desta análise que a derrocada do Estado de Bem Estar Social, na Europa, as sucessivas derrotas do partido nas eleições federais e a implantação do processo Reestruturação Produtiva no Brasil, trouxeram mudanças significativas para a definição de estratégias do PT no alcance de seus objetivos político-partidários. Ao mobilizar as organizações de lutas sociais para realização das demandas populares no interior da estrutura

estatal, os representantes do governo petista desmobilizaram as organizações populares autônomas e reprimiram seu âmbito de ação.

O período de formação do PT, 1979-82, conforme Souza (2004), foi profundamente marcado pelas experiências dos movimentos sociais. Os programas estabelecidos neste período trazem formulações que propõem a realização das demandas sociais de diversos grupos via Estado.

Durante o período 1982-87 o conteúdo dos programas do PT sofreu mudanças substanciais, provocadas pelos impactos das derrotas eleitorais municipais. A necessidade de alcançar o poder político via eleições, durante a “redemocratização”, levou os membros do partido a institucionalizar progressivamente sua organização e atuação, diminuindo a influência das lutas sociais, cuja força não se traduziu em votos no processo eleitoral. Tornou-se necessário, aos membros do PT, ajustar-se à nova ordem política e reorientar o partido para seu papel dirigente disputando a hegemonia, ocupando os espaços institucionais e estabelecendo alianças com outros setores da sociedade brasileira, como a “classe média”. Neste sentido, a democracia participativa, proposta assumida nos programas pós-1982, apresentou-se como uma institucionalização das demandas sociais, combinando elementos da democracia direta e indireta. Tais fatos trouxeram novos interesses ao rol de representação do Partido (SOUZA, 2004).

Apesar dos graves conflitos com os representantes do PT que estavam à frente das prefeituras de Diadema e Fortaleza, segundo Souza, a direção nacional pouco escreveu oficialmente sobre estes embates. Tal fato expressa as dificuldades dos membros, que compunham a direção do partido, em enfrentar as incongruências e divergências entre o programa de governo e as experiências das gestões municipais.

A primeira vez que a prefeitura de Diadema foi citada nos documentos oficiais do PT foi em 1987, por ocasião da eleição de 36 prefeituras municipais em todo o Brasil. Neste documento é possível identificar: o fortalecimento das prefeituras petistas como elemento de sustentação para as lutas no âmbito nacional, a cobrança para que estas administrações se pusessem como exemplo de um modo eficiente de governar diante das limitações do sistema capitalista e a

identificação de poucas mudanças efetivamente implementadas durante a gestão petista (SOUZA, 2004).

Importantes subsídios para a compreensão das propostas de atuação do referido partido, frente às crises que assolaram o país nas décadas de 1980 e 1990, foram destacados por Árabe (1998), em análise sobre os projetos políticos elaborados pelos membros do Partido dos Trabalhadores no âmbito nacional. Em momento de acentuada crise econômica, dos fracassos das reformas e dos planos econômicos instituídos pelos representantes do Estado brasileiro, deu-se a primeira eleição direta para presidente da República do Brasil. Neste sentido, o programa do PT, para as eleições presidenciais em 1989, apresentou-se como uma crítica ao estado capitalista, propondo um novo tipo de desenvolvimento, que se constituiria como uma fase de transição para o socialismo. Dentre os elementos estratégicos deste tipo de transição, são destacados no programa: desenvolvimento econômico nacional, redistribuição do poder político a partir da instituição da reforma agrária e fortalecimento da democracia e autonomia nacional. A fim de superar os limites impostos pelo sistema de dominação sobre as classes trabalhadoras, propôs-se o alcance da hegemonia política, para coordenação de um projeto de desenvolvimento econômico com justiça e equidade.

Neste sentido, a proposta de desenvolvimento econômico, declarada em oposição à prática “imperialista” dos mercados internacionais, caracterizou-se pelo fortalecimento de um projeto de desenvolvimento econômico autônomo e nacionalista.

A análise sobre o Estado brasileiro, descrita no programa de 1989, expressa a compreensão dos principais articuladores do PT a respeito da estratégia de luta para o fim da dominação capitalista sobre os trabalhadores. Tomada como principal linha de ação, a conquista do poder político pelos representantes dos trabalhadores organizados em um partido, objetivou o alcance do poder através das eleições “democráticas”. Uma vez no poder, os representantes dos trabalhadores teriam acesso ao aparato burocrático do Estado e poderiam transformá-lo colocando-o a serviço dos interesses da classe que representam.

Diante da crise suscitada pelo impeachment do primeiro presidente eleito por voto popular pós ditadura militar, e da assunção de Itamar Franco à presidência

com poucos resultados em termos de crescimento econômico, Lula passou a despontar nas pesquisas de intenção de voto com vantagem significativa em relação ao seu potencial oponente, Fernando Henrique Cardoso³⁹. Todavia, às portas das disputas eleitorais de 1994, o sucesso das políticas de estabilização econômica adotadas pelos representantes do governo Itamar Franco, conhecidas como Plano Real, alinhadas à economia internacional, passam a interferir decisivamente sobre as intenções de voto do eleitorado.

Compunha este cenário de incertezas os embates decorrentes da cisão interna da tendência petista Articulação. Os dissidentes da Articulação organizaram-se sob o nome Articulação de Esquerda e alcançaram hegemonia no partido com a vitória nas disputas pela direção do diretório nacional em 1993. Sob a tensão da disputa interna, o programa de governo de 1994 teve por principal elemento mobilizador a luta por um governo democrático e popular. As gradativas transformações nas diretrizes do partido estão concentradas no programa nacional do PT de 1994, com destaques para a subtração da proposta de controle operário do Estado e o abandono dos conselhos populares que foram substituídos pelos conselhos setoriais, com canalização das reivindicações sociais para a disputa de hegemonia na elaboração de políticas públicas.

Neste programa, a definição do papel dos representantes do Estado caracterizou-se pela coordenação e centralização das ações de intervenção nas áreas econômica e social. Tal conceituação difere do programa de 1989, pois põe o Estado como realizador das transformações democráticas no âmbito do aparato burocrático, por meio de reformas e instituição de legislação reguladora.

Havia um consenso interno sobre a necessidade de realizar alianças com vistas a fortalecer a proposta petista nas eleições⁴⁰ e, em caso de vitória, a ampla intervenção nos poderes Executivo e Legislativo⁴¹. A questão era se articulariam uma frente estritamente de esquerda, proposta de parte dos membros da

³⁹ Conforme a pesquisa publicada pelo Instituto Datafolha em 29/5/1994, Lula detinha 40% das intenções de voto, contra 17% de Fernando Henrique Cardoso.

⁴⁰ Sobre os debates acerca das alianças para as eleições em 1989, ver: FALCÃO, Rui. "Alianças e hegemonia". Disponível em: <http://www.teoriaedebate.org.br/materias/politica/debate-eleicoes-1994>. Consultado em 20.5.2014.

⁴¹ Sobre os debates acerca das alianças para as eleições em 1989, ver: DUARTE, Ozeas. "Sem fantasias doutrinárias". Disponível em: <http://www.teoriaedebate.org.br/materias/politica/debate-eleicoes-1994?page=0,2>. Consultado em 20.5.2014.

Articulação de Esquerda, ou se buscariam uma aliança de centro-esquerda, conforme ansiavam os ativistas da Articulação Unidade na Luta. Neste sentido, a decisão da direção nacional de estabelecer, como critério para as alianças políticas, o acordo em relação ao plano de governo do PT e a candidatura de Lula, colaborou para a composição de uma frente de esquerda. No processo de negociação para a estruturação das alianças, em consonância com os anseios de alguns petistas mais ao centro, uma série de mudanças programáticas foi imposta, na construção de um programa de caráter reformista e desenvolvimentista, a ser viabilizada através do Estado.

No contexto de estabilização econômica, alcançado com a implantação do Plano Real, sob coordenação do então ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, o PSDB fortaleceu-se, na direção de uma aliança de centro-direita. Tal perspectiva, conforme Souza (2004), resulta de novas estratégias de conquista do poder após as derrotas nas eleições presidenciais no segundo turno, em 1989 e 1994. Se por um lado, isso propiciou a constituição do PT como principal partido de oposição ao governo, por outro, neste novo cenário político, a construção do programa do PT assumiu caráter governista propondo uma atuação democrática em oposição ao neoliberalismo⁴².

Os diferentes matizes ideológicos presentes no conteúdo programático dos programas nacionais do PT, entre 1979 e 2000, segundo Souza (2004), contribuíram para que as diretrizes sobre participação popular, Estado e inversão de prioridades, apresentassem significados diversos, ambiguidades e indefinições.

Desenvolvido de forma processual, de acordo com a interação dos membros do partido com as emergências de sua organização e atuação, a formação do corpo programático do PT padecia de uma teoria integradora. Embora houvesse diretrizes gerais sobre a atuação dos membros do PT como governantes do Estado, as vivências individuais e coletivas dos petistas atribuíram novos significados às propostas formuladas, modificando o conteúdo-programático no decorrer da trajetória do partido.

⁴² Utilizamos o conceito neoliberalismo para explicitar a reorganização do capital em resposta à crise de 1970, cujas características são a privatização do Estado, desregulamentação dos direitos do trabalho, reestruturação da produção e do trabalho. Os países que estavam fora do centro da economia capitalista foram incorporados de forma subordinada ao processo de reestruturação produtiva, lastreados pelo neoliberalismo como nova política de Estado.

Em confluência com as análises de Souza sobre os programas e atuação do PT nacionalmente, identificamos na atuação dos petistas em Diadema o abandono da perspectiva de classe, para a construção de uma identidade pluralista que atingisse o maior número de eleitores possível, a fim de propiciar o alcance dos objetivos do partido: ocupar os postos mais elevados da estrutura estatal.

A relação entre o programa nacional do PT e os programas municipais elaborados pelos diretórios petistas, em Diadema, e a análise sobre a operacionalização prática das gestões na cidade, nos possibilitam identificar as variações de diretrizes do partido no âmbito local e nacional; os dilemas, impasses e incongruências da proposta de governo chamada de democracia participativa e o crescente descolamento dos dirigentes petistas, ex-metalúrgicos, de sua classe de origem.

Impelidos a uma nova função social: a construção de consentimentos espúrios

As dificuldades de realizar mudanças pela via partidária foram expressas pelo sociólogo Florestan Fernandes, eleito três vezes deputado federal pelo PT. Em entrevista ao programa Roda Viva, da TV Cultura, em 5 de dezembro de 1994, ele expressou seu descontentamento quando tratou sobre o fato de o PT ter tido várias candidaturas financiadas por empreiteiras em 1993:

Eu acho que o Partido dos Trabalhadores poderia ser financiado a partir de baixo se ele tivesse se dedicado mais à educação política das massas populares, das classes trabalhadoras, da pequena burguesia, etc.(...) Eu, se fosse consultado, se dependesse da minha posição, sequer estaria dando tanta importância à conquista de posições parlamentares e executivas... Um partido socialista novo precisa, primeiro que tudo, conquistar apoio. É preciso lembrar a frase de [Vladimir] Lênin [(1870-1924), líder da Revolução Russa de 1917 e chefe de governo da Rússia de 1917 a 1922], que ele repetiu várias vezes, de que “não se pode enganar o povo”. E receber doações de grandes empresas, mesmo que isso seja declarado para a Justiça (...). É uma forma de negar o socialismo⁴³.

⁴³ Entrevista concedida ao Programa Roda Viva da TV Cultura, em 5 de dezembro de 2004. Disponível em <http://www.tvcultura.com.br/rodaviva/programa/pgm0439>. Consultado em 10.02.2012.

Neste depoimento Florestan reconhece que, ao aceitar que candidaturas do partido fossem financiadas por grandes grupos econômicos, o PT renunciava à sua autonomia política e ao projeto socialista. Sob as normas do jogo democrático, o encaminhamento de demandas prescinde da representação político-partidária, impelindo os partidos políticos a concentrarem esforços no pleito eleitoral. No caso do PT, essa condição levou à aceitação de filiações de diversas frações da classe proprietária e a consequente incorporação de demandas incompatíveis com as da classe trabalhadora, visando ampliar sua base de apoio político e econômico para as eleições.

Tal estratégia adveio da formação de uma “nova classe”, constituída por “sujeitos monetários”, trabalhadores, grande parte deles sindicalistas, que, ao tomarem contato com as esferas do poder, ocuparam cargos nas administradoras de fundos de pensão das empresas estatais. Assim, dedicaram-se à garantir a rentabilidade destes fundos e a financiar a Reestruturação Produtiva, colaborando com o aprofundamento da pauperização das condições de vida dos trabalhadores, conforme aponta Francisco de Oliveira, em ensaio construído após a primeira vitória do PT em eleições presidenciais, intitulado *O ornitorrinco* (2003).

A aparente oposição entre PSDB e PT se apresenta na prática, conforme Oliveira, como uma disputa de poderes para o controle dos rendimentos e da forma de fazer render o fundo público. Os núcleos dirigentes do PT e PSDB apresentam grandes semelhanças e seus membros mais ativos, segundo Oliveira, compõe a chamada nova classe.

Embora concordemos com a análise de Oliveira sobre a proximidade dos projetos políticos e práticas do PT e do PSDB, assim como em relação à nova função social dos ex-sindicalistas, consideramos que o reformismo social incrustrado nas representações políticas não resultou na formação de uma nova classe, mas antes inscreveu estes sujeitos em uma nova função sistêmica, apropriada ao período da nova reestruturação política, qual seja: colaborar para o escamoteamento da precariedade, objetiva e subjetiva, inerente às condições dos trabalhadores sob a lógica capitalista. Como representantes eleitos em processos democráticos, amplamente referendados pela população, especialmente os

membros petistas assumem uma função social imprescindível para o sistema capitalista, forjar o consentimentos dos trabalhadores, especialmente aqueles mais afetados pelo novo processo de precarização do trabalho.

Diante das perversas condições de desregulamentação e precariedade, que no século XXI em momento de desenvolvimento mais avançado das forças produtivas, se assemelham às condições de trabalho no século XIX, tornou-se essencial para o controle sóciometabólico do capital acomodar conflitos por meio de complexos mecanismos de captura da subjetividade e pela construção de consentimentos inautênticos. A incorporação dos trabalhadores e de seus representantes políticos, de forma objetiva e subjetiva, nos processos de retomada da acumulação capitalista, constitui parte deste mecanismo. Dentre os casos exemplares destes processos, destacamos, a já citada por Oliveira (2003), integração dos trabalhadores ao mercado financeiro, através da gestão dos fundos de pensão.

A construção da hegemonia governamental do Partido dos Trabalhadores alcançou seu auge em 2002 com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva como presidente do Brasil. Dentre os diversos apoios recebidos em sua candidatura, destaca-se um manifesto assinado por dirigentes de fundos de pensão, em que criticam o governo de Fernando Henrique Cardoso pela instabilidade gerada no sistema, e depositam esperanças na promoção da democratização dos fundos a partir da eleição de Luiz Inácio Lula da Silva pelo PT⁴⁴. Este apoio, sinalizado pelos dirigentes de fundos de pensão, significou, durante a gestão do PT no governo federal, a incorporação de sindicatos, cooperativas e conselhos como instituidores dos fundos, para a manutenção dos velhos dirigentes e ampliação dos negócios gerados pela financeirização da economia.

No Brasil a previdência privada foi regulamentada em 1977⁴⁵ para dois tipos de atuações, em sociedades seguradoras e entidades exclusivas. As sociedades fechadas destinadas ao atendimento de empregados de um setor, ou empresa, são chamadas de fundos de pensão e caracterizam-se por serem fundações ou

⁴⁴ Dirigentes eleitos dos 39 fundos de pensão. "Carta de Brasília: apoio do setor de fundos de pensão ao candidato Lula". 17 de outubro de 2002.

⁴⁵ Documento: BRASIL. "Coletânea de normas dos fundos de pensão". Brasília, MPS, 2004. LC 109, 26.1.1977.

organizações da sociedade civil de administração de previdência privada, sem fins lucrativos, cujo público alvo é o trabalhador de entidade de classe ou empresa específica⁴⁶.

O novo dispositivo implantado pela Lei 109/01, chamado de Plano Instituidor, ou Previdência Associativa, regulamenta a criação e gestão dos fundos de pensão pelas organizações profissionais, sindicatos e outros. Diferentemente da previdência pública, que atua com o regime de repartição⁴⁷, os fundos de pensão baseiam-se no regime de capitalização que se caracteriza pela reserva de recursos durante a vida ativa do trabalhador, para sua aposentadoria. Proposto a partir da legislação de previdência complementar, a Contribuição Definida (CD) impõe ao associado depósitos de valores fixos no fundo e, no futuro, o valor do benefício será definido pelos resultados dos investimentos praticados pelos gestores do fundo.

Críticos do modelo CD indicam que este plano é um investimento financeiro e não um plano de previdência, em que todos os riscos de prejuízos são repassados para os associados. Em contrapartida, com intuito de construir credibilidade para o modelo CD, os dirigentes dos fundos de pensão criticam o plano de Benefício Definido (BD), pelo retorno exíguo do investimento para o associado e uso indevido do fundo.

Desde sua instituição, os fundos de pensão sofreram com gestões fraudulentas possibilitadas pela falta de fiscalização e mecanismos de correção monetária, o que levou à falência dessas entidades e causou prejuízos aos associados⁴⁸. Durante o governo Collor os fundos de pensão foram utilizados em esquemas de corrupção e em processos de privatizações em que os gestores do fundo eram constrangidos a comprarem ações nos leilões estatais. Muitos dos negócios empurrados aos acionistas dos fundos eram prejudiciais. A alta rentabilidade das ações, devido ao baixo valor de venda de ações das empresas públicas, era providencial para facilitar a aquisição das ações por consórcios que

⁴⁶ Documento: BRASIL. **Coletânea de normas dos Fundos de Pensão**. Brasília, MPS, 2004. LC 109, 31.1.2001.

⁴⁷ O regime de repartição é baseado na solidariedade entre as gerações participantes. Os filiados que estão em atividade pagam os benefícios dos indivíduos que já se aposentaram.

⁴⁸ Dentre as entidades que faliram na década de 1970 destacam-se a Caixa de Pecúlio dos Militares (CAPEMI) e a Associação de Profissionais Liberais Universitários do Brasil (APLUB).

não reuniam condições de comprarem, sozinhos, as empresas estatais. A má gestão dos fundos de pensão, durante os governos Collor e Fernando Henrique Cardoso, associou este tipo de previdência complementar à corrupção, levando ao descrédito da opinião pública. Durante a gestão de Lula houve vários esforços no sentido de construir a credibilidade dos fundos de pensão⁴⁹.

Diversos casos de rombos nos fundos de pensão foram noticiados durante as gestões de Lula pelos meios de comunicação, dentre eles, o Fundo de Pensão PETROS (JARDIM, 2007), pertencente aos funcionários da PETROBRAS. Em resposta a estas denúncias, o presidente da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada (ABRAPP), Fernando Pimentel, afirmou que não houve rombos e sim correções das distorções e instituições de novas regras para melhoria do sistema.

Para explicitar algumas distorções e regras que necessitaram de intervenção, Jardim cita o depoimento de Pinheiros, presidente da PETROS, denunciando os erros de cálculos de projeções de mortes dos beneficiários, associado à política de plano de previdência imposta durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, como alguns dos responsáveis pelo déficit financeiro que prejudica o pagamento dos benefícios futuros (JARDIM, 2007).

A gestão dos fundos de pensão foi objeto de reivindicação de membros do PT com origem no sindicato dos bancários, como Berzoíni e Gushiken que, como parlamentares, iniciaram os debates sobre a regulamentação da Lei 109/01 na Câmara. A partir destas ações, a evolução do ativo de investimento dos fundos de pensão passou de R\$ 72 bilhões em 1996 para R\$ 246,1 bilhões em novembro de 2004 (JARDIM, 2007).

As análises sobre os novos princípios de gestão dos fundos de pensão, realizadas por Jardim, destacaram o surgimento de uma “nova solidariedade” baseada na legitimação dos fundos de pensão, a partir da gestão realizada pelos representantes dos trabalhadores.

Ocorre a “sacralização” dos fundos de pensão, pela mesma forma que estes passam a construir a ideia de reciprocidade na relação trabalhador *versus*

⁴⁹ Revista Fundos de Pensão, nº 302, 2005, citada por Jardim (2007:65).

empresa, sindicato *versus* sindicato e servidor *versus* Estado (JARDIM, 2007:69).

Mesmo os aspectos negativos como a transferência dos riscos financeiros para os trabalhadores, imposta pelo modelo CD, são apontados pela autora como avanços pela “coletivização dos riscos”. Tal ação, imbricada com a cultura associativa, possibilitaria a construção de solidariedades para a gestão dos fundos. A nova relação estabelecida entre governo e mercado financeiro e a criação de programas de microcréditos e previdência complementar são apontados respectivamente pela autora, como um aspecto de moralização e popularização do capitalismo.

Subsidiários teóricos das análises de Jardim, Aglietta e Rebérioux (2004) afirmaram a possibilidade de humanizar o capitalismo por meio da atuação dos sindicatos no Estado e nos fundos de pensão. A compreensão da ação dos sindicatos na alteração da política liberal é embasada pelos autores na análise da implantação de sistemas de autoproteção pela sociedade, domesticando o mercado autorregulável. Neste sentido, implantar modelos democráticos de governança corporativa nas empresas e mercados de capitais, segundo Aglietta e Rebérioux (2004), possibilita aos sujeitos interferirem nas relações de mercado, tornando o capitalismo mais eficiente e socialmente justo.

A ampliação dos sistemas complementares de aposentadoria, com gestão realizada por sindicatos e cooperativas, é um fenômeno que iniciou na América do Norte e Europa e tem sido implantado recentemente na América Latina. Sindicatos de diversos países reivindicaram a gestão dos fundos de pensão dos trabalhadores com a justificativa de alcançar o “equilíbrio entre os dispositivos social e financeiro”. Há semelhanças entre o tipo de administração de pensões sindicais realizadas pela Confédération Française Démocratique du Travail (CFDT) e Central Única dos Trabalhadores (JARDIM, 2007).

As “alianças” entre mercado financeiro e representantes dos trabalhadores são destacadas por Jardim como avanços para o desenvolvimento humano no país:

Assim sendo, o material empírico mostra que a “esquerda” tem encontrado eco junto a seus novos interlocutores, sobretudo

aqueles externos ao país. Portanto, da mesma forma que a esquerda brasileira buscou novos aliados, tais como o presidente da Bovespa, dirigentes de fundos de pensão e empresários do setor de previdência privada, aproximou-se de importantes atores internacionais, como Tony Blair e Jacques Chirac. Por outro lado, as relações com o antigo aliado, o movimento sindical, sobretudo com a CUT, intensificaram-se e ganharam novos ingredientes: fundos de pensão ou previdência associativa (JARDIM, 2007:132).

A expressividade econômica dos fundos de pensão no Brasil, atividade que representa cerca de 16% do PIB, levou esta autora a nomear as administrações de fundos de pensão, por parte dos grupos sindicais, como forma de realizar a “socialização do capitalismo” ou o “capitalismo popular”, em busca de um consenso a partir da relação capital/trabalho.

Esses fundos de pensão, que devido aos históricos de usurpação do dinheiro dos trabalhadores, eram considerados mecanismos legais e imorais, foram retomados pelo governo Lula como “poupança sagrada dos trabalhadores”. A ampliação do sistema de previdência complementar está entre os debates prioritários do PT, desde a década de 1990. Em 1996, a ABRAPP discutiu no Sindicato dos Metalúrgicos, com Guido Mantega, Aloizio Mercadante, Luiz Gushiken (ABRAPP, 2003) sobre a ampliação dos sistemas de previdência complementar. No ano seguinte, Ricardo Berzoíni, como presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, discursou na Câmara dos Deputados sobre o mesmo assunto, além de ter batalhado pela aprovação da Lei Complementar 109/01 e, como Ministro da Previdência, ter realizado as reformas acalentadas pelo partido.

Depoimentos de Lula, como presidente da República, registrados no jornal *Valor Econômico* (29/5/2003) destacam o papel social do PT e dos sindicatos diante dos atuais desafios, a incorporação dos trabalhadores nos mecanismos capitalistas, neste caso, a partir da gestão dos fundos de pensão dos trabalhadores, o que ele chama de “poupança sagrada do trabalhador”.

Embora fosse coerente esperar que os diretores dos fundos de pensão, como representantes dos interesses dos trabalhadores, investissem em capital

produtivo, a maior parte dos investimentos realizados concentra-se em capital especulativo. Além disso, os fundos de pensão estão entre os maiores compradores de títulos da dívida pública do Brasil. Explica-se por isso o posicionamento favorável dos gestores à alta de juros.

Ao descartarem o socialismo real, os militantes petistas buscaram a humanização do capitalismo através de mecanismos capitalistas. No caso da administração dos fundos de pensão, trata-se de utilizar o mercado financeiro contra a especulação e financeirização, a partir da interferência nas operações financeiras e, conseqüentemente, na distribuição de renda.

Embora a inclusão da gestão dos fundos de pensão como pauta legítima pelo governo Lula, pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Força Sindical, teoricamente se justifique como um instrumento de inclusão social, diante das transformações do sistema capitalista, na prática, se configura como um mecanismo de incorporação dos trabalhadores à lógica capitalista, como forma de escamotear a precariedade inerente à condição do trabalho sob este sistema. Abençoados pelos representantes legais dos trabalhadores, os fundos de pensão foram travestidos de uma aura positiva, que forjou o consentimento de uma estratégia de ação amplamente favorável ao processo de acumulação capitalista em curso, disponibilizando a “poupança sagrada do trabalhador” para o atendimento das necessidades de financiamento do capital monopolista.

Contrariamente às análises de Jardim, evidencia-se que, durante o governo Lula, a estratégia de gestão dos fundos de pensão teve por objetivo constituir, o que vinha se tentando fazer desde 1977 pela ditadura militar, uma poupança interna que viabilize o desenvolvimento econômico do país, inclusive novas reestruturações produtivas, como ofensivas às organizações do trabalho.

A transferência de responsabilidades de atendimento das necessidades sociais para a sociedade civil, através dos fundos de pensão, dentre outras estratégias, atende amplamente a orientação neoliberal de liberação do Estado dos encargos sociais. Nesta perspectiva, concluímos que embora os militantes petistas possam genuinamente ter assumido uma estratégia de humanização do capitalismo, ao incorporarem estratégias de reforma do Estado, de fato foram conduzidos a uma nova função social, cara às suas origens: construir

consentimentos espúrios que ampliaram os processos de subsunção real do trabalhador aos interesses de acumulação capitalista.

As particularidades deste processo histórico, em sua instância regional, foram evidenciadas neste estudo, a partir da análise das atas de reuniões do Diretório de Diadema; de depoimentos; de matérias de jornais que remetem ao exercício dos petistas à frente da administração municipal; de requerimentos do Ministério Público de São Paulo contra os ativistas na luta por moradia em conflito com o Estado; de decretos-leis que dispuseram sobre os mecanismos de participação popular e de documentos de natureza diversa, produzidos pelos militantes petistas e organizações governamentais e não governamentais sobre a atuação deste partido.

Para cada período histórico foi possível compor um cruzamento de fontes diferentes, oriundas especialmente do arquivo privado do diretório municipal do PT em Diadema. A organização dos documentos, sob guarda do diretório, estava dividida em atas de reunião do diretório, programas de governo, documentos das administrações e um dossiê com matérias jornalísticas sobre a administração 1989-92. As disputas pela direção do diretório, entre 1989 e 1996, levaram as direções do diretório naquele período a manter sob guarda pessoal as atas de reunião. Segundo relato dos funcionários, não se sabe o paradeiro destes livros-atas, ou mesmo se eles ainda existem. Portanto, para construir a trajetória da administração, entre 1982 e 1989, utilizamos especialmente os livros de atas de reunião do diretório municipal de Diadema do período 1980-88, legislações municipais do período e reportagens jornalísticas.

Para a construção histórica das administrações petistas, entre 1989-96, contamos com uma gama mais diversificada de documentos, com predominância das reportagens jornalísticas, documentos oficiais da prefeitura, legislações municipais, depoimentos dos sujeitos envolvidos, documentos produzidos pelos ativistas sociais, documentos esparsos do diretório municipal, arquivos do DOESSP, dentre outros. Resulta da diversidade de fontes utilizadas em cada período a abordagem distinta para a construção das evidências históricas.

Para análise destes documentos tomamos como base o estabelecimento de relações entre o discurso dos membros do partido, os documentos oficiais

produzidos em nome do partido, os fatos descritos nas matérias jornalísticas e outros documentos oficiais, expressivos das diferentes ideologias coexistentes no diretório do PT de Diadema. Especificamente sobre as matérias jornalísticas, buscamos destacar os depoimentos dos sujeitos históricos deste processo e os fatos narrados, sem atermos-se à análise do discurso do jornal e dos jornalistas. Mantivemos neste estudo a preservação parcial do sigilo da identidade dos ativistas que aparecem na documentação, optando-se pela menção apenas do primeiro nome, salvo quando os nomes dos ativistas aparecem por completo nos documentos, utilizados neste trabalho.

Analisamos as políticas públicas na área de habitação implementadas ao longo das administrações em Diadema, buscando fazer emergir da documentação as ideologias imersas nas propostas de instrumentalização do Estado, para atendimento das demandas das diferentes frações da classe trabalhadora que o elegeram.

Utilizamos para desenvolvimento deste estudo a análise da imanência, o que pressupõe o respeito à integralidade do objeto, na busca do fenômeno histórico em suas circunstâncias específicas e em sua dinâmica própria, nos limites das determinações e dos condicionantes que lhe são próprios e particulares. A perspectiva da análise imanente visa recuperar a lógica interna desta dinâmica social resultante de suas contraditórias correlações de forças sociais permitindo-nos identificar conceitos, a função política que o Partido dos Trabalhadores cumpre na correlação de forças, naquela conjuntura, investigando suas determinações históricas. Através desta abordagem analisaram-se a ideologia contida no discurso grafado nos documentos, as propostas apresentadas, o que efetivamente foi feito pelos representantes políticos e o que revela tal prática social, enfocando a existência e inexistência da coerência entre os programas propostos e a efetividade das implantações, suas determinações gerais e específicas, identificando, finalmente a dimensão de Estado revelada nesta perspectiva.

Assim, o desenvolvimento de nosso arcabouço teórico não consiste em mera aplicação, mas em uma redescoberta das determinações, a partir da análise histórica aqui empreendida.

No primeiro capítulo nos dedicamos a construir o contexto histórico-social da cidade de Diadema e os processos envolvidos na formação e consolidação do PT, no âmbito nacional e regional. Evidenciamos ainda os impactos sociais resultantes da política econômica nacional nas décadas de 1980 e 1990 e a ampliação do processo de pauperização das condições de vida dos trabalhadores, especialmente sobre aqueles semi e não-qualificados, como é o caso dos residentes em Diadema. Foi possível observar que a ampliação das desigualdades econômicas no país, e na cidade objeto de estudo, resultou das características atroficas de subordinação e dependência do desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

Neste cenário, as estratégias lastreadas pelas equivocadas análises do caso brasileiro, desenvolvidas pelos intelectuais do PT, resultaram em ações débeis e enfraquecidas pela repressão da autocracia bonapartista, impossibilitando mudanças de cunho estrutural.

A morfologia do PT em Diadema, a composição das tendências e as primeiras organizações do partido com a comissão provisória municipal, também constituem objeto de estudo do primeiro capítulo.

As diferentes faces das divergências internas do PT, evidentes nos primeiros meses da administração política 1983-87, assim como a progressiva transformação da militância espontânea em militância compulsiva, são abordadas no segundo capítulo. Pressionados para cumprirem sua nova função social, a base governista do PT de Diadema deslocou-se de sua base social, especialmente pela necessidade de administrar recursos parcos e manter a governabilidade. Conscientes das disparidades entre os princípios estabelecidos na Carta de Compromisso e suas práticas, os petistas à frente da administração municipal avaliaram que os objetivos de atendimento das demandas sociais pela via política estavam sendo alcançados, mesmo que de forma limitada, pelas condições impostas pelo sistema econômico vigente.

A progressiva perda da influência das lutas sociais no interior do partido, nas ações dos petistas à frente da administração pública municipal em Diadema, a partir da hegemonia política da Articulação no diretório do PT em Diadema; e a exacerbação da política nas administrações 1989-92 e 1993-96, são objetos de análise do terceiro capítulo.

No quarto capítulo serão discutidos os embates sobre o uso do espaço urbano em Diadema, especialmente o conflito de interesses entre a “vocação industrial” do município e as necessidades de moradia dos trabalhadores, assim como sobre as políticas públicas na área da habita o, elaboradas pelas administra es petistas. Também comporão este capítulo as análises sobre a implanta o dos processos de Reestrutura o Produtiva em Diadema e conseqüente configura o do seu potencial industrial, desenhado nos planos de desenvolvimento da região metropolitana, sob a égide da precariza o; além dos impactos desses novos processos sobre a popula o residente na cidade.

Em momento de grande investida contra as organiza es dos trabalhadores por melhores condi es de trabalho, a administra o política petista em Diadema viu-se diante da necessidade de acomodar as lutas sociais, para atender aos interesses de desenvolvimento econômico da cidade. Neste sentido, compreendemos que os fen menos analisados nesta cidade, no período em que o PT alcançou hegemonia partidária por três administra es consecutivas, configuraram-se como um aperfei amento da estratégia de domina o societal, orquestrada internacionalmente de acordo com os interesses dos oligopólios financeiros. Tratou-se de uma nova forma de domina o política, a partir da inclusão de representantes da popula o no interior do governo, amplia o dos debates sobre a coisa pública, sem que eles tivessem condi es efetivas de alterar as condi es de produ o e reprodu o da vida, também não atingindo os fundamentos econômicos vigentes.

CAPÍTULO I

OS TRABALHADORES DO ABCD PAULISTA CONTRA A SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO DURANTE A AUTOCRACIA BONAPARTISTA

Objetiva-se neste capítulo caracterizar o contexto histórico-social da cidade de Diadema; delinear os processos que envolveram a formação e consolidação do PT, no âmbito nacional e regional; e evidenciar a compreensão específica dos teóricos do PT, acerca desta configuração histórica. O desenrolar destes acontecimentos se deu na conjuntura de uma oportunidade histórica configurada a partir da atuação dos trabalhadores no ABCD paulista, durante o período de greves, no processo de transição da autocracia bonapartista para burguesa⁵⁰.

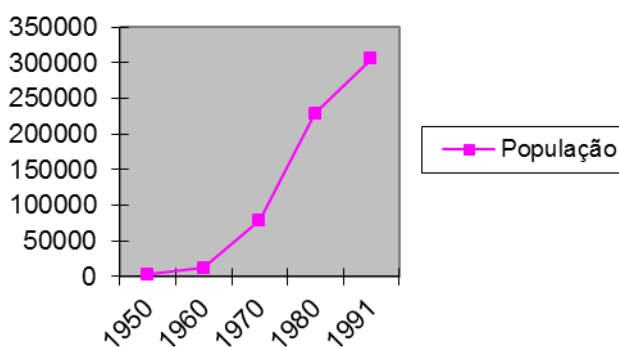
1. Eu vim pra cá!⁵¹: Constituição da cidade de Diadema sob os moldes da precarização do trabalho

Incrustrada no maior centro industrial do Brasil, naquele período, e repleta de áreas vazias e baratas, desprovidas de infraestrutura de saneamento, Diadema atraiu, a partir de 1960, essencialmente trabalhadores não-qualificados e semi-qualificados, migrantes a partir do intenso processo de desenvolvimento industrial da região. O crescimento populacional vertiginoso da cidade deu-se especialmente entre as décadas de 1960 e 1990, conforme apontam os dados do IBGE/IMES.

⁵⁰ Usamos o conceito de autocracia burguesa para caracterizar o uso do poder coercitivo e violento do Estado brasileiro, administrado por segmentos da burguesia nacional, com o objetivo de conter as demandas sociais e realizar o desenvolvimento do capitalismo, garantindo a realização das necessidades de acumulação sob a lógica do capital, sem a mobilização popular. O uso da violência é justificado e legitimado como uma ação de manutenção da ordem e segurança nacional para o desenvolvimento da democracia no Brasil.

⁵¹ Depoimento de Edineide Meneses Bispo, coletado pela pesquisadora em 6.6.2008.

Tabela 1- Crescimento Populacional - Diadema (1950-91)



Fonte: IBGE/IMES

Nas décadas de 1960, 1970 e 1980 a necessidade de mão de obra para as novas fábricas, e posteriormente comércios e serviços, propiciou um grande aumento populacional na cidade. Baianos, alagoanos, pernambucanos, cearenses, piauienses, maranhenses, sergipanos, paraibanos, capixabas, mineiros, mato-grossenses e paulistas chegaram em grande número para compor os trabalhadores das indústrias automobilísticas, de autopeças e das indústrias químicas da região, que hoje se convencionou chamar de grande ABCD paulista e viram nos terrenos ociosos de Diadema, uma possibilidade de estabelecerem moradia.

Envolvidas pelas histórias promissoras contadas por conhecidos(as), familiares e mídia, a respeito do desenvolvimento econômico das cidades do Estado de São Paulo, milhares de pessoas deixaram suas cidades de origem em busca do sonho de se estabelecerem em cidades com ofertas de empregos, cujos salários possibilitassem a reprodução material da vida. É o caso de Edineide Meneses Bispo, uma das moradoras do Projeto Habitacional Sanko (PHS), participante da Associação Nossa Luta, Nossa Terra.

Eu sou de Sergipe, de Japoatã. Eu vim para cá com 17, 16, 17 anos. Eu vim pra cá, oh... Minha história é muito engraçada. Eu vim com uma tia minha e essa tia minha era assim de idade. Na época, como ela tem bastante filho aqui, parente aqui e sempre vem aqui visitar os familiares... Então ela pediu para os meus pais para [ela, Edineide] vir, assim, como companhia. Como não tinha leitura, ela não sabia ler, era até um pouco perigoso ela se perder nas paradas. Aí eu vim a passeio. Eu vim passear. Ela vinha passar um mês, dois meses e depois eu tinha que voltar com ela. Aí eu comecei a trabalhar, né, fui gostando daqui, dizem que São Paulo tem açúcar, quem vem não esquece e sempre volta, né, e eu fiquei

morando dois anos com a tia trabalhando em casa de família. Aí fiquei dois anos morando com a tia. E depois voltei de novo para visitar meus pais. E voltei de novo e meus pais não queria [sic] deixar para depender de aluguel, ficar dependendo da casa dos outros, o tempo todo. Aí eu voltei, eu aluguei um comodozinho, aí veio a minha irmã morar comigo e aí depois veio uma colega de escola e depois veio outro. Ficamos morando em Eldorado, na rua das seringueiras⁵².

A vinda de Edineide a Diadema inicialmente não foi destinada a fixar moradia. Terminando os períodos de visita em que era acompanhante da tia, voltou a Japoatã. Alguns de seus parentes mais velhos já haviam trilhado o caminho para a tentativa de uma vida melhor na região do grande ABCD. Em contato com as histórias destes parentes, durante as visitas que realizou com a tia, Edineide pôde repensar a perspectiva de sua própria vida. A possibilidade de renda proporcionada pelo trabalho em uma das fábricas instaladas em Diadema e São Bernardo do Campo impulsionou a volta de Edineide à Diadema, mas desta vez para estabelecer moradia. Em sua cidade natal, Edineide trabalhava com os pais em atividades rurais e com os afazeres domésticos. Não vislumbrava outras possibilidades de renda em Japoatã. Ao chegar a Diadema, o contato com os familiares e a necessidade de mão-de-obra barata nas fábricas instaladas em Diadema possibilitaram que em pouco tempo Edineide conseguisse um emprego. Na década de 1980, Edineide trabalhou como empregada doméstica e, na década de 1990, como embaladeira e auxiliar de inspeção em empresas de autopeças⁵³. Quando decidiu sair definitivamente de Sergipe, encontrou resistência dos pais, pois estes, além de estarem receosos com a saída da filha de casa, identificavam as dificuldades de Edineide em conseguir moradia na nova cidade. A moradia de aluguel obriga os sujeitos a um alto dispêndio mensal de valor fixo, além da alimentação e do transporte.

Estes compromissos financeiros prescindem de uma estabilidade de emprego para garantir o pagamento mensal do aluguel da casa. Ficar desempregado e sem seguro desemprego, sob estas condições, significava ficar inadimplente com os pagamentos de aluguel e, conseqüentemente, ser despejado e ficar sem lugar para morar. Como diz a própria Edineide, significa: “ficar dependendo da casa dos outros o tempo todo”. O valor pago a Edineide pelo

⁵² Depoimento de Edineide Meneses Bispo, coletado pela pesquisadora em 6.6.2008.

⁵³ Documento: Associação Nossa Luta, Nossa Terra. “Cadastro 9”. Diadema, 16.10.1996.

emprego de sua força de trabalho como empregada doméstica não era suficiente para que ela adquirisse uma casa ou mesmo um lote de terra. Como solução para esse problema, alugou um cômodo no quintal da casa da tia no bairro de Eldorado, em uma área de ocupação. A irmã e os amigos, que chegaram a Diadema em busca de melhores condições de vida, estabeleceram moradia de forma inicialmente provisória, todos juntos neste cômodo, e por ali ficaram até 1997, quando Edineide, a irmã e a sobrinha diademense mudaram-se para os alojamentos do Projeto Habitacional Sanko.

Edineide é uma das muitas mulheres migrantes que buscaram na cidade de Diadema uma perspectiva melhor de vida e trabalho e, sem condições de realizarem sua necessidade de moradia pelo mercado formal, encontraram na ocupação de áreas vazias uma alternativa possível para estabelecer moradia, diante do desemprego e dos baixos salários. O elevado preço dos terrenos nas cidades dotadas de maior infraestrutura, aliado à reserva de terras para a indústria em Diadema, gerou uma situação caótica para estes trabalhadores que migraram para a região ABCD em busca de trabalho nos polos petroquímicos e automobilísticos. Sem condições de adquirirem moradia através do mercado formal, devido aos baixos preços dos salários, os trabalhadores foram obrigados a ocuparem ilegalmente os terrenos reservados para a indústria. Tal fato gerou um dos mais expressivos conflitos na cidade, que versaram entre a luta pelo direito a moradia, a manutenção dos interesses de instalação das indústrias e os interesses do mercado imobiliário sobre as áreas ocupadas ilegalmente.

A análise da história de Edineide nos permite enxergar como os projetos de desenvolvimento econômico estruturados nacionalmente impactaram os trabalhadores residentes em Diadema. O modelo de políticas de apoio ao setor agroexportador, adotado pelo estado brasileiro, impossibilitou a manutenção da agricultura familiar nas áreas rurais e obrigou Edineide a sair de Sergipe, assim como milhares de pessoas que migraram das áreas rurais em busca da sua sobrevivência nas cidades que demandavam mão de obra barata, semi e não-qualificada.

Em um contexto de lutas sociais contra o arrocho salarial e ditadura militar, pela autonomia, descentralização e democratização do Estado, Edineide e milhares

de trabalhadores precarizados acreditaram na possibilidade de serem representados por um partido político e elegeram o primeiro prefeito operário da cidade, Gilson Menezes. Embora representasse os trabalhadores na via política, os membros petistas à frente da administração pública da cidade por três mandatos (1983 a 1996), diante das circunstâncias políticas e econômicas do país, construídas especialmente na passagem da autocracia bonapartista para a burguesa, viram-se na contingência de frear as demandas sociais em vistas ao processo de democratização do Estado.

O projeto de retomada do processo de acumulação capitalista em função da crise mundial de 1970 constitui elemento fundante para compreendermos a configuração assumida por Diadema na década de 1990, com apoio das administrações petistas na cidade.

Esta cidade passou por grandes transformações a partir do final da década de 1980, com o processo de Reestruturação Produtiva e instalação de uma série de subsidiárias das montadoras e indústrias químicas, atraídas pela reserva de terras da cidade para as indústrias e localização estratégica. Esperançosa por melhores condições de trabalho Edineide ficou contente por ter conseguido emprego em uma das empresas de autopeças recém-instalada na cidade. Porém, não percebeu imediatamente que as condições propiciadoras da instalação das empresas de autopeças em Diadema, preparadas desde o processo de emancipação da cidade e configuradas sob as administrações do PT na cidade, constituíram as causas dos impedimentos para a realização das suas necessidades de moradia: a superexploração do trabalho e a reserva de terras para a Indústria.

As políticas públicas implantadas pelas administrações petistas na área de habitação, como as AEIS 1 e 2⁵⁴, resultantes das pressões exercidas pelas lutas sociais por moradia em Diadema, com a participação de Edineide, contribuíram para acomodar conflitos gerados pela política de privilegiamento das atividades industriais na cidade, preservando as áreas de interesse da indústria e possibilitando a lucratividade do mercado imobiliário, conforme demonstraremos neste estudo.

⁵⁴ Trataremos sobre as AEIS, Áreas Especiais de Interesse Sociais, no quinto capítulo.

Alardeado como solução para o caos econômico e social que se instalou na cidade especialmente na década de 1980, o desenvolvimento industrial de Diadema, a partir de 1990, trouxe consigo a precarização ampliada das condições de trabalho, assim como a garantia dos interesses do mercado imobiliário e da indústria em detrimento das necessidades de moradia dos trabalhadores.

Delineamentos do “esgotamento do milagre econômico”

Diadema adentrou os anos 1980 no interior de uma crise econômica de enormes proporções para o Brasil e que atingiu diretamente a maior parte de sua população, particularmente a de baixa renda, perfil socioeconômico da grande maioria dos moradores daquela cidade.

A “Cidade Vermelha”, ao final da década de 1980, tinha 25% da sua população residindo em “favelas”, ocupando 3,5% do território (CARVALHO; CYMBALISTA; POLLINE, 2009). Tais condições são indicativas de um intenso processo de “favelização”, expressão do movimento geral de depauperação dos centros urbanos brasileiros, em decorrência da crise que se abateu sobre o país nas décadas de 1980 e 90, caracterizado pelas seguintes particularidades: emigração das áreas rurais para as áreas urbanas, devido à precarização das condições de vida nas áreas rurais e intenso processo de industrialização nos grandes centros; desigualdade e exploração no trabalho; arrocho salarial; alta rotatividade nos empregos; desemprego e tempo de locomoção da casa ao trabalho⁵⁵.

A crise que se abateu sobre o Brasil, e conseqüentemente sobre Diadema, neste período, é reflexo de uma crise de âmbito global, cuja tentativa de superação foi extremamente nefasta para os trabalhadores. O desenvolvimento do capital atingiu, nas décadas finais do século XX, um estágio em que se ampliou a busca pela sua autoexpansão, mesmo com os efeitos sociais devastadores, atuando apenas em suas disfunções superficiais. No Brasil, dadas as particularidades de desenvolvimento do capitalismo incompleto e incompletável, sem processo revolucionário (CHASIN, 2000), agudizou-se ainda mais os efeitos sociais nefastos

⁵⁵ Documento: PMD. Documento-base do I Encontro Municipal de Habitação. Diadema, 1993, p 3.

desta autoexpansão, em especial para os trabalhadores não qualificados e semiquilificados, como é o caso da população residente em Diadema.

Durante a autocracia bonapartista (1964-82) no Brasil, fatores internos e externos, impulsionados pela crise internacional de 1970, resultaram em uma estratégia de retomada do crescimento econômico, a partir do processo de intensificação da exploração da força de trabalho, com aumento da jornada, extenuação dos trabalhadores e arrocho salarial (ANTUNES, 1988). Contra este movimento e para além das reivindicações pela modernização da legislação trabalhista, negociações coletivas diretas entre trabalhadores, empresas e autonomia sindical, as demandas insurgidas no período de greves no ABCD (1978-80) atacaram a estrutura de dominação da ditadura militar, com a luta pela redemocratização, contra a repressão e pela liberdade.

Os ideólogos da ditadura militar brasileira, em discurso, afirmavam-se comprometidos com a implantação de uma democracia que, para ser alcançada, necessitava de desenvolvimento econômico e, para isso, fazia-se necessária a união entre capitalistas e trabalhadores visando à construção de uma nação desenvolvida tecnológica e economicamente.

As ações dos membros da ditadura militar no Brasil foram justificadas para o alcance de seus principais objetivos. Os alardeados combates à miséria e à “exploração comunista”, por meio de “instrumentos revolucionários”, significaram efetivamente repressão e intensificação da exploração da força de trabalho.⁵⁶ A intervenção do Estado, segundo o militar Costa e Silva, fazia-se necessária no Estado Moderno, com o objetivo de disciplinar, no sentido social, as atividades econômicas para defendê-las. Justificou-se a intervenção estatal pela necessidade de agir preventivamente evitando um “mal maior”⁵⁷. Conforme Rago Filho (1998:176):

Neste sentido, o primado do desenvolvimento acelerado numa situação de guerra revolucionária, de intensa repressão ao trabalho, fez com que, precisamente, às custas das majorias brasileiras, um governo antipopular, antinacional e pró-imperialista, assumisse a função de gestores bonapartistas do capital atrofico a

⁵⁶ Conforme análise de RAGO FILHO (1998:174) sobre discurso do ex-ditador militar Costa e Silva, compilado em SILVA (1968:170).

⁵⁷ Ibid., p 175, sobre discurso do ex-ditador militar Costa e Silva compilado em SILVA (1968:276).

fim de impulsionar o crescimento econômico, na fórmula expressiva dita por um de seus intelectuais orgânicos: “É necessário primeiro fazer o bolo crescer, para na sequência poder dividi-lo”.

Portanto, o foco no desenvolvimento econômico, a partir da intensificação da exploração do trabalho, que afetou especialmente os trabalhadores menos qualificados, como é o caso daqueles residentes em Diadema, justificou-se pela necessidade de fazer prosperar a economia nacional, o que traria como consequência o desenvolvimento social, com o aumento e diversificação dos postos de trabalho.

O processo de introdução da industrialização pesada no Brasil, configurada exemplarmente no ABCD paulista, prescindiu de altos investimentos a fim de alcançar um salto tecnológico e ampliar a capacidade de produção para além da demanda. Constituiu-se como um período de acumulação, composto por uma expansão (1956-61) e uma depressão (1962-67) (MELLO, 1977:14-15). A partir do golpe militar em 1964 o Estado assumiu um papel central na superação da depressão e esteve mais intimamente ligado com a tarefa de favorecer a acumulação privada, especialmente a partir da constituição dos fundos públicos de financiamento (OLIVEIRA, 1977). Este processo, iniciado na década de 1950 e efetivado politicamente em 1964, significou a passagem de um capitalismo do tipo concorrencial para o monopolista, a chamada oligopolização da economia⁵⁸.

No Brasil o capitalismo monopolista caracterizou-se pela instalação de um setor produtivo estatal na indústria de base e ampliação da internacionalização do sistema produtivo. Tais características resultaram em fragilidade crônica do capital monopolista nacional. Retardatária, a industrialização pesada brasileira necessitou de um alto volume de investimentos iniciais, pois as tecnologias mais desenvolvidas estavam sob controle de grupos monopolistas. Neste contexto, o

⁵⁸ Ver: Bresser (2003). A tendência da queda da taxa de lucro seria compensada por fatores resultantes da divisão da economia em 3 setores: capitalista competitivo, tecnoburocrático oligopolizado, ou monopolista, e tecnoburocrático-estatal. A queda da taxa de lucro ficaria concentrada nos setores competitivo e estatal, menos sensíveis aos efeitos da queda. Tal fato propiciaria a acumulação do capital no setor estratégico do capitalismo, o monopolista. O objetivo intermediário básico é estabilizar a margem de lucro pelo controle de preços. No longo prazo, busca-se planejar a taxa de lucros para que ela seja mais alta possível. No curto prazo, o lucro sobre a venda é alterado como compensação das variações, reduzindo na expansão e aumentando na recessão.

Estado assumiu o papel regulador, apoiando o capital estrangeiro e defendendo o nacional obstaculizando as demandas sociais dos trabalhadores, investindo em infraestrutura e buscando financiamento acessível para o capital industrial (MELLO, 1977:14-15). Este caráter propiciou que em momentos de expansão, os conflitos entre capital internacional e nacional, fossem resolvidos facilmente e, em períodos de crise, a contradição da associação impunha limites à regulação do Estado, conforme os interesses da acumulação privada.

No início da década de 1970, o crescimento econômico no Brasil estava em ritmo acelerado, com taxas de 11 a 12% ao ano e com estrangulamento dos sistemas infraestruturais, enquanto a taxa de crescimento da economia mundial estava em torno de 20%, o que tornava essencial ao Brasil manter a aceleração do crescimento, a partir de investimentos em infraestrutura (MANTEGA, 1999).

Havia uma forte demanda de consumo advinda de uma fração da população brasileira beneficiada pela alta concentração de renda. Tal demanda não foi absorvida pela indústria nacional devido aos limites físicos à expansão econômica. Alguns itens fundamentais à produção puderam ser importados, mas outras necessidades da produção industrial precisavam existir em território nacional, como o setor de serviços (SINGER, 1989).

Gestado e implantado durante o governo do presidente Geisel, o II Plano Nacional de Desenvolvimento, objetivava suprir essa deficiência estrutural brasileira com a implantação de uma indústria de base nacional e combate ao aumento da inflação e à paralisia econômica diante da recessão mundial.

O processo de desenvolvimento do capital baseado na indústria de bens de consumo duráveis voltados ao mercado interno, conhecido como Milagre Econômico, cujo locus exemplar é o ABCD paulista, necessitou, para ser implantado pela administração dos militares, da importação de bens de produção dos países de economia central, acarretando o endividamento externo.

Neste período foram realizados investimentos na implantação de indústrias de base, por meio de empréstimos estrangeiros, com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento industrial e econômico. Diversas medidas foram adotadas para reduzir a dependência de fontes externas de energia, ampliando a pesquisa por petróleo e outras fontes de energia, dentre elas, os acordos entre Brasil e

Alemanha, assinados em 1975, que visaram suprir esta necessidade para propiciar o crescimento econômico.

Com a situação internacional adversa, a partir da nova crise do capitalismo mundial, os bancos estadunidenses aumentaram os juros, a fim de se protegerem economicamente, o que gerou aumento colossal da dívida externa brasileira, com o agravante da falta de superávit, impedindo a amortização da dívida (CHASIN, 1998). O endividamento externo brasileiro chegou a 43,5 bilhões (RAGO FILHO, 1998, p 218-219), com queima das reservas internacionais pelas taxas de serviço da dívida.

No Brasil, o investimento privado nesse período regrediu e a taxa de crescimento da economia caiu. Devido ao endividamento ocasionado pelo aumento da taxa de juros, realizados pelos bancos estadunidenses, conseqüentemente, no Brasil houve grande queda no consumo. Os membros do governo militar, pressionados por ajustes impostos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), concentraram esforços para equilibrar a balança de pagamentos. Nesse período, foi implantado um sistema de negociação de títulos de dívida pública, a fim de financiar parte dos gastos e regular a liquidez do recurso de moeda. Isso significou aumento do endividamento do Estado brasileiro, com o objetivo de saldar acordos de dívidas externas, emitindo títulos de dívida pública em condições atraentes para os investidores⁵⁹.

Tais intervenções estatais que visaram a oligopolização da economia brasileira favoreceram um esquema privado de acumulação à custa da superexploração do trabalhador, especialmente aqueles envolvidos nos processos de produção de valores. As características atroficas, de subordinação e dependência do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, agravadas pela

⁵⁹ Sobre o período do “milagre econômico”, ver: CHASIN. *A miséria brasileira*. Santo André: Ad Hominem, 2000. MACARINI, José Pedro. “A política econômica da ditadura militar no limiar do “milagre” brasileiro: 1967/69”. Campinas: IE/UNICAMP, set. 2000. (texto para discussão, n. 99). MACARINI, José Pedro. “Um aspecto da política econômica do ‘milagre brasileiro’: A política de mercado de capitais e a bolha especulativa 1969-1971”. In: *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 38, nº. 1, p. 151-72, janeiro-março, 2008. GIAMBIAGI, F. (1988). “A economia brasileira nos anos do ‘milagre’: 1968/1973”. FEA/UFRJ. (texto didático). SINGER, Paul. *A crise do ‘milagre’: interpretação crítica da economia brasileira*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. GIAMBIAGI, F.; VILLELA, A., BARROS DE CASTRO, L., & HERMAN, J. (orgs) (2005). *Economia Brasileira Contemporânea*. Campus, Rio de Janeiro. ARRIGUI, Giovanni. *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

permanência do bonapartismo, resultaram no aprofundamento das desigualdades no país. A condição sine qua non para a acumulação privada, a regulação do Estado, garantiu o financiamento público necessário para a industrialização e a compensação da queda da taxa de lucro, ampliando o processo de pauperização das condições de vida dos trabalhadores brasileiros, afetando significativamente aqueles residentes em Diadema que possuíam pouca qualificação.

A compreensão do economista Singer (1989) sobre o milagre econômico constituiu uma análise fundante adotada pelo PT, a respeito do papel econômico do Estado. A particularidade do milagre econômico brasileiro, segundo este autor, estava na associação alcançada, em um curto espaço de tempo, entre a elevada taxa de crescimento econômico e o controle da inflação. A reanimação da economia, no período 1968-73, teria sido provocada pelo aumento do crédito governamental destinado principalmente aos produtos de consumo não-duráveis voltados à exportação. A análise das crises, empreendida por este autor, é lastreada pela compreensão dos ciclos econômicos políticos, resultantes das políticas keynesianas⁶⁰ anticíclicas e pela análise geral sobre as crises capitalistas. Dentre as causas da crise econômica destacadas por Singer (1989) estavam: a desproporção entre o crescimento de bens de produção e de consumo duráveis, causadores da desaceleração do crescimento; estrangulamento da infraestrutura; escassez de matérias-primas; estrutura de produção; demanda; taxa e padrão de investimento. Tendencialmente, a produção manteria a aceleração até ser obstaculizada, ocasionando uma crise por depressão. A indução da crise brasileira teria origem exógena (externa), a partir do endividamento externo e recusa de refinanciamento, porém a obstaculização das possibilidades internas de crescimento econômico, constituem elementos essenciais para explicar esta crise. Os fatores exógenos não teriam sido determinantes da crise, contudo tiveram impacto devido à vulnerabilidade da situação de preços e balança de pagamentos. O controle da economia, neste período, era exercido pelos empresários que buscavam realizar os interesses particulares dos grupos econômicos que representavam, a partir dos mecanismos de mercado. Mesmo sem as pressões do

⁶⁰ Chamamos de políticas keynesianas, àquelas baseadas na teoria econômica desenvolvida por John Keynes. Em oposição aos liberais, este autor preconizou a importância da intervenção do Estado na economia para garantir a expansão da demanda efetiva e do pleno emprego.

exterior, os fatores endógenos da economia brasileira já criavam impedimentos para o desenvolvimento da economia.

Em concordância com Singer e contrariamente aos críticos do II PND como solução para o declínio do crescimento econômico, Mantega (1997) o avalia favoravelmente, pois constituiria a última grande intervenção estatal na economia, possibilitando a redução da vulnerabilidade externa do país a partir do aumento de exportações e crescimento das participações das empresas estatais na economia por meio dos projetos da indústria de base.

A crise da dívida dos anos 1980, na concepção de Mantega (1997), deveu-se menos aos empréstimos para viabilizar o II PND e mais à deterioração dos termos de intercâmbio e às despesas com o petróleo. Os bancos privados, entre 1975 e 1980, aumentaram a oferta de crédito de U\$ 21 para U\$ 60 bilhões. Dada a escassez de crédito nas instituições oficiais, segundo Mantega, não havia melhor opção de financiamento para países em desenvolvimento que os bancos privados. Além disso, o empréstimo teria sido compensado pelo aumento no total de exportações. A estratégia anticíclica keynesiana, adotada na Administração política Geisel, interveio na forma desenvolvimentista para compensar as deficiências do mercado.

As compreensões dos economistas neoclássicos⁶¹ e keynesianos divergem em relação à balança de transações correntes. O aumento do investimento, por meio do incentivo às aplicações na poupança, é visto pelos neoclássicos como uma medida para diminuir a taxa de juros pelo aumento da oferta. Para os keynesianos, o aumento do consumo propicia a aceleração da economia como um todo, gerando distribuição de renda e, como consequência, aumento das aplicações na poupança sobre uma renda total maior.

A inflação crônica e o contexto da crise do “milagre” levaram Singer a concluir que o aumento do consumo contribuiu para a inflação do período, em concordância com a teoria neoclássica, embora admita que essa análise fosse circunstancial e não se aplicava a todos os momentos históricos. A questão central

⁶¹ A escola neoclássica, cuja abordagem era predominantemente microeconômica, significou a retomada da tradição liberal em oposição à análise econômica marxista. Dentre os principais teóricos desta escola destacamos Alfred Marshall responsável pela introdução do método analítico-matemático para análise dos fenômenos econômicos.

deste debate, conforme Singer, é que a distribuição de renda não gera imediatamente aumento da poupança, pois os trabalhadores não se tornam poupadores, gastando seus salários com os gêneros de primeira necessidade.

Em momento estratégico para o Brasil, a estagnação econômica levou o país a uma série crise com repercussões, principalmente para os trabalhadores, que sofreram, ao longo da década de 1970, o aumento sucessivo da cesta básica⁶² e negociação do salário mínimo abaixo do valor de mercado. Como grave consequência do esgotamento do “milagre econômico brasileiro”, conectado à crise mundial do capital, houve um intenso processo de pauperização das condições de vida dos trabalhadores brasileiros, o que os levou a mobilizações contra as políticas econômicas adotadas pelos militares, especialmente no centro nervoso do capitalismo no Brasil, o ABCD paulista.

Em face de tal depauperação, os trabalhadores viram-se diante da tarefa de se organizarem para lutar por melhores condições de trabalho. Assim, diante dos impasses das negociações do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema (SMSBCD) com o Sinfavea (Sindicato dos Fabricantes de Veículos Automotores), Ministério do Trabalho e a FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), durante o período de 1979 a 1980, realizou-se uma série de ações que contrariaram a legalidade, imposta pela ditadura militar.

2. Lutas sociais no ABCD no contexto de descompressão do sistema político

O confronto contra a coerção do capital sobre o trabalho foi assumido pela organização operária do ABCD, cuja importância evidenciou-se pela reunião de mais de cem mil trabalhadores na assembleia sindical (RAGO FILHO, 2004). Inseridas nas lutas pela reposição salarial e contra a superexploração da força de trabalho, as greves dos metalúrgicos no grande ABCD paulista (1978-80), tomaram dimensões políticas frente à crise do “milagre econômico brasileiro”. A paralisação dos processos de formação de valor e valorização⁶³ dos valores, empregados pelos capitalistas, gerou efeitos estrondosos na

⁶² Fonte: DIEESE e IBGE, apud, Bresser-Pereira (2003). Conforme análise sobre o comportamento dos valores da cesta básica, em horas de trabalho e salário médio real do Estado de São Paulo, houve aumento de 45,28%, entre janeiro de 1968 a janeiro de 1974, na cesta básica medido em horas de trabalho.

⁶³ Utilizamos aqui os conceitos de formação de valor e valorização conforme Marx (1988). O processo de valorização acontece na esfera da produção. O capitalista troca dinheiro por mercadorias, que servem de matéria-prima ou de fatores no processo de trabalho e paga um dado salário pela mão de obra do operário para que este transforme em valor o trabalho objetivado na

ordem vigente, propiciando vários desdobramentos da luta, como a agudização da crise política que, mesmo dentro das estreitas condições de realização da proposta sindical, levou ao fim a ditadura exercida pelos militares. Os baixos salários pagos aos trabalhadores brasileiros da indústria automobilística tornaram-se uma estratégia dos empresários para aumentar a competitividade dos produtos frente ao mercado internacional, com alta extração de mais-valor por parte das empresas (AVES, 2000:165). Neste sentido, o arrocho salarial, em virtude do processo inflacionário, evidente pela perda do poder de compra dos salários, teve seu índice falsificado pelos órgãos governamentais (RAGO FILHO, 2004), com o objetivo de conter as mobilizações sociais. Denúncias sobre essa falsificação contribuíram para a organização e articulação dos trabalhadores, pela implantação de política de reposição salarial e consequentemente contra a ditadura militar, na reivindicação pela redemocratização das instituições.

O primeiro prefeito petista da cidade de Diadema (1983-88), Gilson Meneses, como diretor de base do sindicato na Scania, participou da organização das paralisações que compuseram o período de greves no ABCD (1978-80). Como represália pela participação na organização da greve, os membros da diretoria de base do sindicato da Scania foram demitidos em 1980, dentre eles, Gilson Meneses.

Embora o período de greves no ABCD tenha alcançado importantes vitórias, o poder de negociação dos trabalhadores na lógica de acumulação capitalista, organizada pela ditadura militar, foi obstaculizado pelo aparato coercitivo exercido pela repressão policial, que realizava prisões dos articuladores das greves. Tal fato, aliado à desarticulação da organização dos metalúrgicos com os outros setores trabalhistas, ocasionou um refluxo da organização grevista, impedindo a ampliação do alcance das lutas por mudanças no âmbito social e político.

Iniciado sob o governo Geisel, o período de “distensão” da ditadura militar, resguardado pelo aparato repressivo e atos de exceção, garantiu uma nova configuração institucional e política para a manutenção do poder da classe dominante. Ameaçados pela falta de legitimidade do governo, dada a situação que levou os militares ao poder e pelo insucesso do plano econômico, paulatinamente buscou-se garantir a dominação política a partir do aparato legal, com a instituição

matéria-prima. O processo de valorização significa o prolongamento do tempo de trabalho para além do tempo pago pelo capital pela força de trabalho.

de leis que cumpriram a agenda econômica dominante e institucionalizaram a estrutura militar. Diante da tarefa de administrar os impactos do fracasso da política econômica do governo militar, a hábil saída roteirizada pelo General Golbery, chefe da casa civil de Geisel e Figueiredo, direcionou esforços para a “abertura política”, aglutinando os setores oposicionistas em torno da “democratização” política, como solução institucional para o fim da ditadura, sem que os fundamentos econômicos fossem alterados. Assim, as demandas populares puderam ser contidas, a partir do pacto político conservador para o nascimento de uma “nova república”, que de fato mostrou-se um sistema partidário tutelado.

A passagem do general Golbery na escola militar estadunidense Fort Leavenworth War School, os contatos políticos internacionais, assim como sua trajetória nas Forças Armadas brasileiras, rendeu-lhe aprendizados inestimáveis para a tarefa que veio a desempenhar durante a autorreforma da ditadura militar. Adepto da continuidade da estratégia de guerra por outros meios, compreendia a importância de criar ambiguidades nas ações políticas, a fim de envolver o antagonista em um clima de incertezas, que, ora esclarecia sobre parte das intenções dos protagonistas, conduzindo-o para ações de negociação, ora atuava de forma opressora, dentro de certos limites que permitam a condução do desfecho da operação (ASSUNÇÃO, 1999).

Na impossibilidade de garantir a legitimidade do governo, a partir da eficiência econômica, visto que está sujeito a interferências externas, substituir o conflito pela negociação configurou-se como uma ação política ambígua, que possibilitou a manutenção do poder pela classe dirigente, com amplo apoio dos setores oposicionistas.

Capitaneada pela estratégia de guerra, por outros meios, a autorreforma do governo militar reconheceu dois tipos de oposição, uma antirrevolucionária e a outra revolucionária, e, diante das discordâncias destes grupos, buscou neutralizar os inimigos. A estratégia ofensiva de Golbery, diante desta oposição, foi manter os dois grupos separados, fragmentar ainda mais a oposição, alternar a ofensiva contra eles e cooptar os agrupamentos menos radicalizados.

Oportunamente, a inauguração formal do período de autorreforma teve por marco o fechamento temporário do Congresso Nacional, com o Pacote de Abril⁶⁴,

⁶⁴ Conjunto de leis outorgado em 13 de abril de 1977, durante o governo ditatorial de Ernesto Geisel.

constituído por quatorze emendas, três novos artigos e seis decretos leis que determinaram a eleição indireta para governador e 1/3 dos senadores; fixação do mandato de presidente em seis anos e alteração do quórum para aprovação de emendas constitucionais para maioria absoluta. As reformas institucionais propiciaram ao governo Geisel maior domínio político, com a preservação da maioria governista no Legislativo e fortalecimento do clima para reformas políticas (MATHIAS, 1995).

Com vistas a manutenção do poder, a instituição da reforma do sistema partidário, em 1979, constituiu-se como meio ideal para isolar os radicalismos, fragmentar a oposição, credenciar os apoiadores da ditadura para a fase democrática, apaziguar as tensões sociais, diminuir as pressões sobre o governo e manter o controle do processo.

As resoluções do general Golbery, visando realizar mudanças no âmbito da administração, o “projeto de distensão” do governo Geisel e a política de abertura de João Figueiredo, possuem grande proximidade com a proposta do professor de Harvard, Samuel Huntington, conforme destacou o jornalista José Márcio Mendonça (1982).

A análise sobre a situação política brasileira, “Abordagens da Descompressão Política”, foi desenvolvida por Huntington sob encomenda de Leitão Abreu, quando este era chefe do Gabinete Civil do governo Médici. Principal referência teórica dos militares pós 1964 e dos liberais conservadores brasileiros, este professor de Harvard teve seus conselhos colocados em prática, especialmente durante o governo de Figueiredo. O processo de descompressão política elaborado tinha por finalidade não se render às pressões dos grupos de oposição e baseou-se na institucionalização de procedimentos para sucessão de cargos políticos, maior participação dos cidadãos nos processos eleitorais, na implementação de políticas públicas e na liberalização dos direitos individuais, políticos e civis. A partir desses procedimentos, Huntington propôs a imposição de legitimidade ao processo de transição através do apoio e participação popular, mantendo os poderes de decisão nas mãos da mesma classe dirigente.

Dentre as estratégias de manutenção da legitimidade, durante o processo de distensão, podemos citar a incorporação das demandas sociais urgentes à esfera do governo e o aprimoramento das instituições democráticas, sem alterar a

estrutura econômica. A finalidade do projeto de distensão centrava-se no campo político, tratava-se de por um fim à ditadura militar sem correr o risco de perder o poder. Assim, buscou-se manter o controle sobre a sociedade civil descaracterizando suas principais lutas ao desarticular a contestação dos segmentos sociais por meio da democratização política, subordinada ao projeto econômico em curso.

A deposição do governo de João Goulart que culminou com os governos militares, não foi considerada por Huntington um golpe. Este episódio é caracterizado pelo economista estadunidense como “intervenção política militar”, que se deveu ao caos e desordens instaurados durante aquele governo. Esta “intervenção” teria se mostrado eficiente, até que mudanças no âmbito internacional e nacional provocaram uma crise de legitimação. O novo cenário econômico e político, desenhado no final de década de 1980, teria provocado o acirramento de conflitos, o que obrigou as instituições econômicas, políticas e culturais a fortalecerem-se a partir de uma autorreforma, a fim de manterem o controle do processo. Assim, a autorreforma, proposta por Huntington, baseou-se em três processos: institucionalização da sucessão presidencial através de um processo fechado; expansão da participação e representação e; liberalização política.

Este cronograma político-militar de “abertura lenta e gradual” delineou-se com a eleição de Tancredo Neves, em 1985, via colégio eleitoral. A necessidade de reunir amigos e inimigos, chefes militares e liberais, em um “pacto conservador”, com a eleição de Tancredo Neves pelo colégio eleitoral, esteve vinculada ao objetivo maior da burguesia associada, enfraquecer as organizações populares e conduzir o nascimento da democracia à moda das classes dirigentes.

A expansão da participação, representação e liberalização política foi colocada em prática a partir de vários mecanismos: aprovação da Emenda Constitucional 11/78, que revogou os atos institucionais e complementares em vigor e modificou a exigência para a organização de partidos, da Lei 6.767, de 20 de dezembro de 1979, que instituiu o pluripartidarismo, da nova constituição de 1988 e culminou com as eleições diretas para presidente em 1989.

Para a construção do sistema partidário brasileiro, Huntington citou, como exemplo a ser seguido, o partido mexicano Partido Revolucionário Institucional (PRI), devido à capacidade de aglutinação de agremiações, conservação e perpetuação do poder (RAGO FILHO, 1998:254).

A “liberalização política” significou para o sociólogo Florestan Fernandes a continuidade dos militares no poder, porém com menor visibilidade (FERNANDES, 1989:366). Tratou-se de um prolongamento da ditadura por outros meios, para, a partir da capacidade de repressão do governo militar, resistir ao desgaste provocado pelas greves de 78-80 e remanejar os quadros políticos da ditadura. O deslocamento da centralidade do conflito da luta de classes para a disputa política, tornou-se condição sine qua non para a manutenção do controle social (FERNANDES, 2006).

Com a transição transada⁶⁵, período de “abertura democrática”, caracterizado como resultado de uma conciliação conservadora que visou extirpar a participação popular dos processos políticos, os grupos econômicos garantiram a manutenção da superexploração do trabalho e estrutura política subordinada, com o afastamento das questões sociais colocadas em campo pelas greves operárias de 1978-80. Tratou-se de uma desarticulação dos movimentos sociais a partir de um “pacto político”.

Durante o exercício de João Figueiredo, último ditador militar do Brasil, houve grande pressão de sua base de sustentação, oriundas de parte dos capitalistas, insatisfeitos com a crise econômica, e das greves e mobilizações dos trabalhadores. A partir de setembro de 1979, as greves operárias obrigaram o governo a negociar diretamente com os trabalhadores, resultando na mudança da periodicidade dos reajustes salariais que, antes anuais, passaram a ser semestrais. No entanto, isso não saneou a crescente perda salarial dos trabalhadores.

Com vistas a controlar as lutas sociais que insurgiram no período 78-80, especialmente dentre os metalúrgicos do ABC, a estratégia militar de Golbery para enfraquecer a oposição, mantendo-a separada, fragmentando-a e alternando o

⁶⁵ O conceito transição transada, cunhado pelo jornalista Jânio de Freitas, foi utilizado por Florestan Fernandes para caracterizar o pacto conservador que tirou de cena a participação popular dos processos políticos no fim da ditadura militar, ver: FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981; _____. *Nova República?* 2ª. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

combate contra suas frações, encontrou lugar na desarticulação da frente de oposição e na acolhida instituição do multipartidarismo. Um dos principais articuladores da oposição, Leonel Brizola, pretendendo reivindicar a herança de lutas do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), de Getúlio Vargas, solicitou ao Tribunal Eleitoral a legenda e foi surpreendido pela estratégica reserva da sigla para Ivete Vargas, sobrinha de segundo grau de Getúlio e apoiadora da ditadura militar. Para manter-se na disputa partidária, Brizola viu-se obrigado a forjar uma nova agremiação, o Partido Democrata Trabalhista, pautado no nacionalismo de herança getulista.

Neste contexto, a fundação do PT foi recebida positivamente por Golbery, avido pela possibilidade de descaracterizar o papel de liderança exercido por Lula, a partir de sua adesão à política parlamentar, o que fatalmente o transformaria em um político descolado das lutas sociais (RAGO FILHO, 1998:308).

Efetivamente o multipartidarismo fortaleceu o PMDB e enfraqueceu a direita militar, gerando, dentre outros fatores, desentendimentos entre os militares e conseqüentemente, a renúncia de Golbery como Chefe da Casa Civil. A incorporação do Partido Progressista pelo PMDB consolidou uma frente liberal e conservadora, avessa às mudanças estruturais, bem ao gosto das classes dominantes, mas que aljava os militares do processo.

Nos primeiros três anos que se seguiram depois da renúncia de Golbery, uma série de índices negativos no Produto Interno Bruto⁶⁶, renda per capita, atividade industrial e emprego agudizaram ainda mais a situação econômica do país⁶⁷.

Durante período de grande efervescência da luta de classes no Brasil, o conceito de democracia foi reconduzido ao centro dos debates com ampla aceitação da nova esquerda, que via na política uma forma de participação das decisões políticas no país.

Diante das contradições entre as demandas sociais e os interesses de acumulação de capitais dos grupos econômicos, a politicidade expressou a

⁶⁶ Até 1984 o PIB real a preços de mercado teve uma sequência negativa acumulando mais de 6% de queda. Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, "Sistema de Contas Nacionais Trimestrais - Referência 2000" (IBGE/SCN 2000 Trim.). Frequência trimestral de 1981 T1 até 2013 T4.

⁶⁷ Tabela Indicadores da crise econômica (1980-84), ver: SERRA, José. "A crise econômica e o flagelo do desemprego". In: *Revista Economia Política*, vol. 4, nº 4, outubro-dezembro/1984, p. 9.

característica antissocial da sociabilidade posta neste período de transição. A necessidade de sufocar as lutas coletivas em prol do desenvolvimento econômico sacramentou a aliança entre as novas e antigas classes dominantes, para a manutenção do curso das mudanças longe das classes populares.

A herança colonial: atrofia do capitalismo e a autocracia da classe dirigente

Compreendemos que o caráter hipertardio e hipertrofiado da objetivação do capitalismo no Brasil, bem como a necessidade de conter as demandas populares, em especial a luta dos trabalhadores do ABCD paulista, impossibilitou o desenvolvimento de uma revolução social democrática burguesa. Tal fato acentuou a exacerbação do Estado e do politicismo como estratégia de dominação e imposição de conciliação e concessão.

Em análise sobre a dominação capitalista no Brasil, Chasin (1982) classificou-a em dois tipos conforme o contexto histórico: a truculenta, em períodos conflituosos, e a velada, em períodos de paz burguesa.

O modo particular de objetivação do capitalismo no Brasil, delineado por Chasin (2000), que dada suas características sócio históricas foi denominado Via Colonial, será aqui delineado a fim de possibilitar a compreensão específica do caráter atrofico do capitalismo brasileiro e autocrático da classe proprietária. Diferenciando-se dos intelectuais marxistas que buscaram transpor uma teoria interpretativa para realidades diferentes das que originaram sua elaboração, este autor centrou análise no caso brasileiro, a fim de apreender suas características e determinações próprias.

Inaugurado sob a exploração do trabalho escravizado e engendrado em um desenvolvimento capitalista moderno, o processo de entificação do capitalismo no Brasil constitui a condição genesíaca da relação de exclusão entre evolução nacional e progresso social. Tal processo se deu de forma hipertardia, em um momento histórico posterior aos países de desenvolvimento clássico, Inglaterra e França, e de formas capitalistas prussianas, Alemanha e Itália.

Voltada à satisfação do mercado externo, a produção em larga escala no Brasil colônia foi baseada na exploração de escravizados e, com a proibição desta

prática no período do império, seguindo interesses de formação de um mercado interno, realizou-se a partir da exploração de trabalhadores. Tal fato condicionou as formas capitalistas brasileiras às características que teceram formas de sociabilidades particulares que já nasceram vinculadas ao sistema mercantil europeu.

A satisfação dos interesses externos marcou a dinâmica econômica brasileira, desde a época colonial, como produtor de gêneros agrícolas para abastecimento do mercado externo, e como cliente dependente e lucrativo da produção europeia, inclusive em relação a produtos agrícolas. Condicionado a esta relação, o desenvolvimento industrial brasileiro esteve fadado às debilidades que impossibilitaram sua completude, bem como das classes proprietária e operária no Brasil.

A ausência da revolução burguesa, elemento modernizador existente na via clássica possibilitou que a formação do capitalismo no Brasil se desse sem rupturas, a partir da conciliação entre componentes agrários e industriais. O desenvolvimento das formas capitalistas e a constituição da classe burguesa, no Brasil, se sucederam de maneira incompleta e atrofica. Não estava, dentre os projetos da classe proprietária nacional, a criação de um Estado democrático, muito menos o desenvolvimento social. O grande projeto desta classe significou a realização de seus interesses particulares, porém efetivou-se sob condições determinadas externamente.

Inerente ao processo de mundialização do capital de forma desigual e combinada, a hierarquia do desenvolvimento do capital manteve-se com a perpetuação da estrutura incompleta e incompletável. De origem externa, uma nova reconfiguração do desenvolvimento do capitalismo no Brasil foi posta em curso, com a transmutação sistêmica do caráter monopolista para a entificação da mundialização. As sucessões de acontecimentos advindas de tal fato modificaram a forma específica de entificação, encerrando o período da via colonial. Nesta nova fase, a relação hierárquica entre capitais ampliaram a interdependência financeira e mobilidade dos capitais; e a política assume caráter estratégico como “agente inteligente ou brutal” (CHASIN, 2001:75). Altera-se o padrão de acumulação do capital com a constituição de um mercado mundializado e novas bases de relações

entre o Brasil e o sistema internacional, com a ampliação da precarização do trabalho.

Estas características colocam-se como impeditivas para as autodeterminações dos trabalhadores, pois se estruturam na escala local, regional e mundial, precarizando constantemente o trabalho, fragmentando a capacidade de associação e limitando o espaço das lutas sociais ao campo político, dentro das regras de participação estabelecidas pelo Estado.

As elaborações teóricas de Marx, sobre a diferenciação entre revolução política e emancipação humana⁶⁸, bem como a crítica ontológica à política, foram evidenciadas por Chasin (1995), a partir da análise imanente da obra marxiana. Conforme esta análise, o uso da forma política para moldar as configurações da vida social deu-se em um momento histórico em que as formações sociais estavam pouco desenvolvidas e cheias de debilidades. Pela sua condição genesíaca a política não possibilita a emancipação humana, pois surgiu da necessidade de manter e ampliar a exploração sob os trabalhadores.

A compreensão de Chasin sobre a essencialidade da forma política na obra marxiana está expressa na categoria determinação ontonegativa da politicidade, evidenciando que a organização das sociedades a partir do Estado, não é essencial à efetivação das individualidades humanas. Trata-se de uma forma de organização desenvolvida em momento histórico em que os indivíduos estão separados do meio de conduzir a sua existência.

Para compreender a prática que põe a dimensão política como determinante das condições sociais concretas, cuja premissa está na necessidade vital da humanidade em relação ao Estado e a política, Chasin utilizou o termo politicismo. Vida social e questões políticas aparecem dissociadas pela atuação do Estado, que esvazia os significados dos planos políticos sem alterar as formas socioeconômicas.

Com a função de conciliar antagonismos irreconciliáveis o Estado atua de forma politicista como viabilizador dos interesses econômicos, mediando os

⁶⁸ Sobre a diferenciação entre revolução política e emancipação humana, ver: COTRIM, Livia. "Marx: Política e emancipação humana - 1848-1871". Tese de doutorado. São Paulo, PUC, 2007.

impactos sociais. Especificamente no caso brasileiro, conforme pudemos evidenciar em nossa pesquisa de mestrado sobre o Estado em sua expressão local (SANTOS, 2009), interesses privados são tratados como interesses públicos, acentuando-se o caráter autocrático.

Dada a incompreensão das esquerdas brasileiras a cerca da formação capitalista e das características do Estado no Brasil, suas formas de intervenção revelaram-se estéreis, pois não atacaram os aspectos centrais da dominação e estiveram baseadas em propostas de ação delineadas para realidades estrangeiras, que diferiam em diversos aspectos da brasileira.

Dentre as estratégias das esquerdas brasileiras para a construção de uma revolução social, Rezende (2010) destacou a revolução camponesa proposta por Marighela e a aliança operário-camponesa proposta pelo PCB. Ambas estratégias basearam-se na falsa compreensão da existência do feudalismo no Brasil, bem como na existência de uma massa de camponeses composta por trabalhadores do campo e pequenos proprietários. Contrariamente ao que aconteceu na Europa, a proletarização no Brasil significou uma ascensão social, dada as péssimas condições de trabalho vivenciadas pelos trabalhadores rurais, que não eram autônomos na realização de suas atividades. Portanto, tanto Marighela como os membros da corrente majoritária do PCB não consideraram as especificidades brasileiras a fim de lastrear suas atuações. No caso específico de Marighela, a não compreensão do caso brasileiro o manteve vinculado a tese corrente majoritária do PCB, e o impediu de traçar os aspectos fundamentais dos rumos da revolução não definindo se esta buscaria o alcance da democracia ou do socialismo. A inserção dos camponeses na luta reivindicatória não teve como objetivo a realização das demandas específicas do grupo, a fim de alcançar a autonomia em suas atividades, mas sim viabilizar, a partir do incremento de membros, uma revolução sobre a qual eles pouco sabiam.

Sob a verve do momento histórico da autocracia burguesa bonapartista Chasin propôs o conceito de “dupla transição”, em que a organização das classes operárias centrar-se-ia na luta pela superação das bases de dominação, condicionando a produção às necessidades da classe trabalhadora e estabelecendo o elo entre desenvolvimento nacional e progresso social. A partir

desta estratégia, os fatores impeditivos ao acesso da produção genérica da humanidade e realização de suas atividades com autonomia, pelas frações da classe trabalhadora, poderiam ser superados para a fundação de uma nova sociabilidade baseada na satisfação das necessidades sociais. Sufocada pela falta de apoio popular e ações violentas do Estado, em repressão às lutas por mudanças no tipo de desenvolvimento econômico, esta proposta não se configurou plenamente naquele período.

Compreende-se, a partir desta análise, que diversos fatores contribuíram para inviabilizar as revoluções, acima destacadas, propostas pelas esquerdas. A repressão da autocracia burguesa bonapartista, aliada debilidade de análise do caso brasileiro, constituíram fatores condicionantes para o fracasso das propostas do PCB, Marighela e mais tarde das lutas dos trabalhadores do ABCD. Proposta de cunho mais radical, devido seus impactos econômicos, a “dupla transição”, proposta por Chasin, não alcançou viabilidade devido ao cenário de repressão e consequente desmobilização social.

Subsumida a uma burguesia estrangeira, a classe proprietária brasileira, desprovida de condições de exercer domínio social moderno, utilizou do recurso da autocracia política para realizar suas tarefas: explorar a força de trabalho, extorquir a riqueza gerada e remunerar as burguesias internacionais.

Diante de uma burguesia autocrática e antidemocrática restou às esquerdas brasileiras saírem da ilegalidade para hastearem a bandeira da democracia, o privilégio da política em detrimento das questões econômicas e das mudanças na esfera produtiva.

3. “Somos um Partido dos Trabalhadores, não um partido para iludir os trabalhadores”

O processo de formação do Partido dos Trabalhadores (PT), marcado pelas greves dos metalúrgicos 1978-80 no ABCD paulista e pela “transição transada” (FERNANDES, 1981), emerge no momento de concentração de forças sociais de oposição à ditadura, convergindo a luta de várias organizações de esquerda.

(...) os detentores do poder procuram agora, e até este momento com relativo êxito, reformar o regime de cima para baixo. Vale dizer, pretendem reformar alguns aspectos do regime mantendo o controle do Estado, a fim de evitar alterações no modelo de desenvolvimento econômico que só a eles interessa e que se baseia, sobretudo, na superexploração das massas trabalhadoras, através do modelo econômico de onde sobressai o arrocho salarial. Já está demais evidente que o novo regime militar pretende manter a continuidade dessa mesma política econômica ditada pelo capital financeiro internacional, agravada agora pelos planos de austeridade e recessão que já esboçam. Isso significa que o sofrimento, a miséria material e a opressão política sobre a população trabalhadora tenderão a se manter e aprofundar (...)

O PT entende também que, se o regime autoritário for substituído por uma democracia formal e parlamentar, fruto de um acordo entre elites dominantes que exclua a participação organizada do povo (como se deu entre 1945 e 1964), tal regime nascerá débil e descomprometido com a resolução dos problemas que afligem nosso povo e de pronto será derrubado e substituído por novas formas autoritárias de dominação - tão comuns na história brasileira.⁶⁹

A compreensão de que o modelo de desenvolvimento econômico era viabilizado de forma estatal, privilegiando alguns grupos econômicos em detrimento dos trabalhadores, cuja condição de miséria se aprofundava, aglutinou pessoas contra um inimigo comum, a ditadura militar e o controle do Estado.

Diante do desgaste público da ditadura militar; da eminência de um “processo de abertura política”; da “volta aos quartéis”; e da fragilidade histórica dos períodos de participação popular no Brasil, os ativistas sociais se acharam imbuídos da tarefa de garantir que os interesses dos trabalhadores fossem incluídos nas diretrizes de ação do novo governo. Para o alcance deste intento a estratégia escolhida por alguns ativistas foi a de participar do sistema de representação político partidária.

A velha oposição à ditadura militar, o MDB, não era encarada como um meio para viabilizar os interesses da classe trabalhadora, devido à contradição de interesses entre os segmentos sociais filiados ao Partido, bem como ao projeto de

⁶⁹ Documento: “Carta de princípios do PT”. 1.5.79.

desenvolvimento capitalista ao qual aquela agremiação estava vinculada, conforme indicava a carta de princípios, que lançou o Movimento Pró-PT, em 1979.

O MDB, por sua origem, por sua ineficácia histórica, pelo caráter de sua direção, por seu programa pró-capitalista, mas, sobretudo por sua composição social essencialmente contraditória, em que se congregam industriais e operários, fazendeiros e peões, comerciantes e comerciários, enfim, classes sociais cujos interesses são incompatíveis e nas quais, logicamente, prevalecem em toda a linha os interesses dos patrões, jamais poderá ser reformado. A proposta que levantam algumas lideranças populares de “tomar de assalto” o MDB é muito mais que insensata: é fruto de uma velha e trágica ilusão quanto ao caráter democrático de setores de nossas classes dominantes⁷⁰.

A impossibilidade de viabilizar as demandas sociais por meio da atuação partidária no MDB estava evidente, pois desde sua formação este partido, composto, em sua maioria, por representantes de grupos econômicos vinculados à burguesia, acumulou acordos que privilegiaram as classes dominantes. “Tomar de assalto” o MDB significaria aceitar uma ação conjunta, confiando no caráter democrático da agremiação, para impor uma progressiva reforma no partido, o que, segundo os elaboradores da carta de princípios, não correspondia a uma possibilidade real.

Grupos apoiadores do MDB, como a Convergência Socialista e Tendência Socialista, em divergência com o programa político daquele partido, passaram a integrar o Movimento Pró-PT, no intuito de participarem da criação de um partido que consideravam de cunho socialista (ANGELO, 2009).

Ativistas de diversas clivagens - católicos, funcionários públicos, parlamentares, intelectuais, líderes comunitários -, envolveram-se na nova organização que surgiu através do Movimento Pró-PT, que culminou com a fundação do partido no encontro realizado no Colégio Sion, em São Paulo, no dia 10.2.80, segundo as exigências da Lei Orgânica dos Partidos. A legislação que dispunha sobre a fundação de partidos exigia um manifesto da proposta partidária com, no mínimo, 101 assinaturas. Em torno de mil pessoas de 17/18 Estados

⁷⁰ Ibid.

compareceram à convocação da Comissão Nacional Provisória e apoiaram sua expressão⁷¹.

Foram convidados a assinar o manifesto, como fundadores, pessoas consideradas referências sociais, sensíveis às necessidades dos oprimidos⁷². Com isso buscou-se ampliar a expressão da organização e aglutinar ativistas identificados com a causa. Muitos deles acabaram não participando das ações cotidianas do partido e tornaram-se apenas apoiadores.

A proposta de ação, que reuniu apoiadores para a fundação do PT, está explícita em seu manifesto:

O PT afirma seu compromisso com a democracia plena e exercida diretamente pelas massas. Neste sentido proclama que sua participação em eleições e suas atividades parlamentares se subordinarão ao objetivo de organizar as massas exploradas e suas lutas⁷³.

Neste sentido, a estratégia de ação dos apoiadores do Movimento Pró-PT centrou-se na representação político partidária para encaminhar as demandas sociais. Embora alguns ativistas tenham afirmado que o PT consolidou-se *como proposta autônoma e enfrentando a nova Lei Orgânica dos Partidos*,⁷⁴ evidencia-se, na análise documental sobre a qual nos detemos ao longo do capítulo, que a incorporação deste partido em uma estratégia política, preservou as formas de dominação econômica e a classe dirigente que operou no período ditatorial.

A redação do manifesto inclui a percepção de que, se há grupos explorados, portanto, há grupos que os exploram. A participação do PT na construção da

⁷¹ Sobre o manifesto aprovado pelo Movimento Pró-PT, ver: ABRAMO, Zilah Wendel. “10 de fevereiro de 1980, o significado da data”. Disponível em <http://www.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/memoria-e-historia/exposicoes-virtuais/10-de-fevereiro-de-1980-significado-da-data>.

Há divergência de dados sobre o número de Estados representados na fundação do PT. HARNECKER, Marta. “Fundação legal do PT no colégio Sion (10 de fevereiro de 1980)”. Disponível em <http://www.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/memoria-e-historia/exposicoes-virtuais/reportagem-de-perseu-abramo-sobre-reuniao-do-si>. Consultado em 10.1.2012.

⁷² Depoimento de Paulo Skromov disponível em <http://www.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/memoria-e-historia/exposicoes-virtuais/fundacao-legal-do-pt-no-colegio-sion-10-de-feve>. Consultado em 10.1.2012.

⁷³ Documento: “Manifesto aprovado pelo Movimento Pró-PT”, em 10 de fevereiro de 1980, no Colégio Sion (SP), e publicado no *Diário Oficial da União*, de 21 de outubro de 1980. Disponível em <http://www.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/memoria-e-historia/exposicoes-virtuais/manifesto-aprovado-na-reuniao-do-sion>. Consultado em 11.1.2012.

⁷⁴ Depoimento de Raul Pont. Disponível em <http://www.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/memoria-e-historia/exposicoes-virtuais/fundacao-legal-do-pt-no-colegio-sion-10-de-feve>. Consultado em 10.07.2013.

“democracia plena e direta” pretendeu ampliar a filiação de membros, com a adesão de pessoas exploradas ou que lutavam pelo fim da exploração, a fim de efetivar suas demandas de forma institucional, a partir do aparato burocrático do Estado.

A opção do PT pelo debate entre democracia e socialismo colocou-se como uma oposição ao autoritarismo, vigente na política brasileira. A chamada “via democrática para o socialismo”, proposta pelo PT, foi pautada na luta pela ampliação da democracia, compreendida como valor universal.

No entanto, o tema democracia foi tratado de forma ambígua nos documentos petistas, com alternância no uso do termo, como forma de regime com o poder pertencente ao povo, e na forma de governo em que o poder está localizado em qualquer uma das classes sociais (AZEVEDO, 1995).

Diferente do conceito teórico de democracia direta, desenvolvido à luz da prática ateniense dos conflitos de interesses para o alcance do consenso de todos os cidadãos em uma assembleia, compreendeu-se a democracia, naquele contexto, como sendo a subordinação dos mandatos políticos aos interesses dos grupos explorados.

Muitos debates se interpuseram no processo de decisão estratégica do PT. Ao longo de sua trajetória ganhou força a proposta de incorporação de novos filiados e estabelecimento de alianças políticas para conquistar cargos eletivos. Os procedimentos inerentes à prática da representação política conduziram o PT a uma crescente institucionalização e burocratização, a fim de viabilizar sua participação no jogo “democrático”. Este processo de institucionalização delineou-se no curso de sua trajetória, a partir das necessidades de enfrentar as disputas políticas e efetivação de projetos.

O projeto democrático do PT

A elaboração das primeiras propostas de governo do PT constitui uma expressão da opção teórica e prática de renúncia à estratégia socialista.

O programa econômico do PT nas eleições para governadores de 1982, elaborado por Chico de Oliveira e Paul Singer, dentre outros teóricos, evidencia o caráter reformista da proposta petista.

Mas, em 1982, o PT enfrentou a primeira eleição. Pela primeira vez, o PT teve candidato: Lula para governador de São Paulo. Foi um resultado eleitoral incrivelmente pequeno, muito aquém das expectativas, não só nossas, mas dos adversários. Nós só elegemos oito deputados federais, dos quais seis em São Paulo. Mas, neste momento, dirigi, por incumbência do Lula e da direção do partido, uma equipe para fazer um programa econômico. Isso foi em 1982. O Kandir me ajudou. Eu reuni os meus amigos, o Chico de Oliveira, e fizemos juntos, um programa econômico para o PT que colocava como grande questão a redistribuição da renda. Não o socialismo, mas um programa de desenvolvimento que teria o mercado interno como base, como fator dinâmico. A ampliação do mercado interno via inclusão social. Via distribuição da renda. (...) Mas era um programa reformista, não se falava em socialismo diretamente. Claro, a proposta de marchar para o socialismo, sim. Mas a marcha para o socialismo consistia em ampliar a democracia, aprofundar a democracia para redistribuir a renda⁷⁵.

O enfoque na redistribuição de renda, a partir do desenvolvimento do mercado interno e a ampliação da democracia, constituíram as propostas centrais de inclusão social do programa econômico petista de 1982. O lema desenvolvimento social, lastreado pelo desenvolvimento econômico, manteve-se em alta nas discussões sobre a proposta petista de governo.

A ausência de um desenvolvimento teórico, que balizasse suas ações partidárias e a valorização do fazer contingencial, impediu o PT de estabelecer estratégias relacionadas às demandas sociais e de superar os erros históricos das esquerdas precedentes, o que significou, nas práticas petistas, a continuidade da tradição economicista e/ou sindicalista (SILVA, 2012).

Esta configuração levou o PT a atuar de forma conciliatória, restringindo os conflitos entre capital e trabalho às diferenças conjunturais, que poderiam ser solucionadas a partir da modernização e humanização do capitalismo.

Construído como organização classista, o PT, ao adotar o discurso conciliador, se adequa à proposta de atuação democrática pluriclassista, atuando

⁷⁵ Entrevista de Paul Singer, disponível em: MANTEGA, Guido; REGO, José M; SINGER, Paul . In: *Conversas com economistas brasileiros II*. São Paulo, Editora 34, 1999, p 80-81.

como elemento estratégico diante da nova ofensiva do capital sobre o trabalho. O modelo petista visou atender às demandas por ampliação de empregos com desenvolvimento econômico, contemplando os interesses de trabalhadores e burguesia descontentes com o modelo keynesiano. Assimilou o neoliberalismo, mas manteve o discurso socialdemocrata (SILVA, 2012).

O estímulo à espontaneidade do movimento significou a manutenção da luta imediatista, consagrada pelas lutas sindicais, impedindo a construção de estratégias de atuação comprometidas com as demandas sociais, que conduzissem às mudanças significativas na estrutura de dominação.

Mesmo no período inicial de formação da agremiação, há internamente a percepção dos limites da atuação político-partidária, limitada às regras institucionais, porém compreende-se a importância de ocupar todos os espaços possíveis de atuação, a fim de alcançar mudanças que representem melhorias para os trabalhadores.

Correlação de forças entre as tendências internas do PT em Diadema

A formação do PT, a partir da expressão assumida durante o período de greves (1978-80), contou com diferentes organizações de lutas que, inclusive, devido às divergências ideológicas, competiam entre si. Estas diferentes agremiações, chamadas de tendências, formaram agrupamentos internos com diferentes ideologias que disputaram a hegemonia quanto à definição de diretrizes. Diferentemente dos partidos comunistas, que seguindo a orientação Russa, suprimiam as tendências, o PT apregoou, logo no processo de formação do partido, a ampla liberdade de manifestação das tendências internas:

Um partido que almeja uma sociedade socialista e democrática tem que ser ele próprio democrático nas relações que se estabelecem no seu interior. Assim, o PT se constituirá respeitando o direito das minorias de expressarem seus pontos de vista. Respeitará o direito à facção e às tendências ressaltando apenas que as inscrições serão individuais.

Não admitiremos que o movimento popular seja reflexo ou extensão de nossa atividade partidária; não queremos tutelá-lo. Ao contrário,

é o nosso partido que deve exprimir os anseios do movimento popular, consolidando-os politicamente⁷⁶.

A necessidade de aglutinar os diferentes grupos de lutas sociais para a formação do PT tornou natural a compreensão de que era necessário respeitar os pontos de vistas diferentes, atribuindo ao partido a missão de consolidar politicamente as demandas populares, oriundas de todas as tendências.

Fazia parte da vivência, no interior das tendências, a promoção de seminários de formação política em finais de semana e feriados, misturando debates teóricos e diversão, aproximando ainda mais os companheiros de tendências. Assim, o ativista “defendia duas camisas”, contudo, pelos próprios laços afetivos e ideológicos constituídos nas vivências com os companheiros de tendência (SECCO, 2011), fortaleceu-se o acirramento entre as agremiações no interior do PT e conseqüentemente os conflitos na defesa das teses guias do partido.

Ao longo da história do PT, as divergências e impasses entre as tendências incompatibilizaram-se com o seu processo de institucionalização. Neste sentido, tornou-se fundamental o enquadramento das tendências, o que culminou com a aprovação da Regulamentação das Tendências Internas, em 1990, e expulsão da Causa Operária (CO) e Convergência Socialista (CS), no 1º Congresso em 1991.

Nos campos de disputas internas destacaram-se, ao longo da história de formação, duas grandes expressões no partido, a Articulação e as trotskistas.

Inicialmente, o grupo que compôs o campo majoritário, a Articulação⁷⁷ - tendência de alcance nacional, centralizadora das decisões do partido até as eleições de 2006⁷⁸ -, era integrado, na sua maioria, por lideranças sindicais,

⁷⁶Documento: “Carta de princípios do PT”. 1.5.79.

⁷⁷ A agremiação surgiu em 1983 como Articulação dos 113 em contexto de decepção com os resultados eleitorais de 1982, sob organização de lideranças sindicais, contra a tentativa de guinada revolucionária das tendências trotskistas, ver: GADOTTI, Moacir e PEREIRA, Otaviano. *Pra que PT: origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Cortez, 1989.

⁷⁸ As denúncias do deputado federal pelo PTB, Roberto Jefferson, em 2005, quando Lula era presidente, sobre a existência de um esquema de pagamentos aos deputados aliados em troca de apoio político, assim como denúncias sobre a existência de caixa dois no partido, eclodiram uma grande crise no PT. Em resposta às denúncias, vários membros da Articulação Unidade na Luta (AUNL) foram afastados dos cargos públicos e a tendência foi reorganizada, passando a utilizar o nome Construindo um Novo Brasil (CNB), ver: MENEGUELLO, Rachel; DO AMARAL, Oswaldo E.

funcionários públicos, professores, participantes das comunidades eclesiais de base, intelectuais e outros que objetivaram representar, pela via partidária, as demandas sociais insurgidas no período de esgotamento do “milagre econômico”. Diversas lideranças políticas, que na década de 2000 ocuparam cargos de destaque nas gestões petistas à frente do governo federal e estadual, fizeram parte da Articulação, como Francisco Weffort, Hélio Bicudo, Jair Meneguelli, José Dirceu, Lula, Paul Singer, Rui Falcão e outros.

Dentre as propostas desta tendência, estavam: a aproximação com as organizações de lutas sociais, a incorporação de seus ativistas como filiados, a escolha criteriosa de lideranças que representassem os interesses das massas e organização descentralizada através dos núcleos da base (KECK, 1991:135).

Ao longo da década de 1990, devido à incorporação de projetos de modernização do partido, em que as disputas institucionais ganharam mais peso, membros discordantes romperam com a Articulação e fundaram outra tendência, chamada Articulação de Esquerda, a fim de manter a proposta original de proximidade com as organizações de lutas sociais e construção de uma sociedade socialista.

Com a cisão da Articulação, pela primeira vez desde sua fundação a hegemonia partidária foi alcançada pelas tendências de oposição, aglutinadas na chapa Uma Opção de Esquerda, com a eleição de Rui Falcão como presidente nacional do PT, em 1994. Esta nova composição de forças no interior do PT levou a drásticas mudanças nas negociações para as eleições presidenciais daquele ano, com restrições para as alianças partidárias, o que, segundo alguns grupos petistas, levou à perda da disputa presidencial.

Nesta nova configuração, o núcleo dirigente da antiga Articulação passou a utilizar o nome Articulação Unidade na Luta (AUNL) e em aliança com a Democracia Radical, composta pelos remanescentes da esquerda partidária dissolvida⁷⁹, elegeram, em 1995, José Dirceu como presidente nacional do Partido. Dentre os membros da AUNL, figuram alguns daqueles que vieram a compor os

Brazilian Studies Programme. Disponível em: <http://www.lac.ox.ac.uk/sites/sias/files/documents/BSP-02-08%20Amaral%20O.pdf>. Consultado em: 8.5.2014.

⁷⁹ Dentre os principais articuladores da Democracia Radical destacamos Marina Silva, José Genoíno, Eduardo Jorge e Tarso Genro.

ministérios das primeiras duas administrações do PT no governo federal, Luís Dulci, Antônio Pallocci, Luís Gushiken, Jacques Wagner, Humberto Costa, assim como o próprio Lula e os ex-prefeitos da cidade de Diadema José de Filippi Júnior e José Augusto da Silva Ramos.

Compunham o PT organizações que se diferenciavam das diretrizes majoritárias, cujos casos exemplares eram as tendências trotskistas:⁸⁰ Convergência Socialista (CS), Organização Socialista Internacionalista (OSI), Causa Operária (CO), Tendência pelo Partido Revolucionário (T-POR) e Democracia Socialista (DS).

Formada em 1979, a DS compunha-se de diversos grupos da organização estudantil que atuaram conjuntamente no jornal *Em Tempo* e que se mantiveram vinculados à corrente mandelista⁸¹ da IV Internacional. Os membros da DS, dentre eles Raul Pont,⁸² consideraram inviável atuar no interior do MDB, por sua composição heterogênea que incluía frações das classes dominantes. A aproximação dos membros da DS com o PT deveu-se à compreensão de que, dadas as características classistas do partido, seria possível atuar de forma partidária dirigindo as lutas dos trabalhadores e revolucionários pelo socialismo. Os membros da DS se imbuíram da tarefa de vanguarda das organizações de luta dos trabalhadores, a fim de efetivar o potencial de ação que estes grupos representavam, através da atuação revolucionária via partido (ANGELO, 2007).

Embora os membros da DS tenham tecido muitas críticas ao campo majoritário conseguiram manter seu poder de influência, dada a expressividade de sua atuação. Durante o processo de formação do PT, os debates suscitados entre

⁸⁰ Compreende-se por trotskismo uma ideologia baseada no conjunto teórico desenvolvido por León Trotsky integrante do Partido Comunista da União Soviética. A estratégia central proposta por Trotsky contra a “degenerescência burocrática do poder”, instaurada no governo de Lenin, era a imposição da democracia proletária, a fim de alcançar a revolução socialista. A compreensão de que a revolução socialista teria início nos países subdesenvolvidos, dadas as condições mais favoráveis para o alcance de um nível elevado de consciência de classe, unidade e militância, está expressa em seu livro *A revolução permanente*, ver: TROTSKY, León. *A revolução permanente*. 2ª ed. São Paulo: Kaiarós, 1985.

⁸¹ Chamamos de corrente mandelista o grupo remanescente, da defecção da IV Internacional, em 1951, o Secretariado Unificado (SU) da IV Internacional. Dirigido por Ernest Mandel, o SU adotou a estratégia de infiltração nos partidos comunistas para induzir a formação de partidos revolucionários na condução das lutas sociais para o socialismo. Propunham a democracia socialista em oposição às experiências stalinistas soviéticas.

⁸² Raul Pont foi integrante do Partido Operário Comunista (POC), integrante do jornal *Em Tempo*, do grupo do Rio Grande do Sul, membro do Comitê Central da DS, prefeito de Porto Alegre.

os diferentes grupos regionais que compunham a DS influenciaram a instituição do partido nacionalmente, principalmente devido ao amplo alcance do jornal *Em Tempo* dirigido por esta tendência.

A tendência CS considerava-se herdeira da tradição marxista-revolucionária e posicionou-se contra as alianças mais amplas do PT e o programa democrático popular, durante as eleições de 1989.

Fundada em 1979, a partir da dissidência da OSI, a CO integrou o PT desde a fundação. Sua atuação pautou-se na oposição aos grupos majoritários e independência em relação aos de esquerda. Resultante do processo de fragmentação da CO, provocado pelas divergências sobre o apoio da tendência à política democrática do PT, surgiu a Tendência pelo Partido Operário Revolucionário (T-POR), cujo primeiro congresso foi realizado em 1989 em Diadema (FERREIRA; FORTES, 2008).

Nos encontros nacionais as disputas de teses, postos de direção e eleições de delegados se dava de forma bipolarizada entre a Articulação e as outras tendências que se opunham a ela. A instituição da proporcionalidade vigorava na composição dos diretórios, mas a formação das executivas pautava-se em critérios majoritários que beneficiavam a Articulação. Tais fatos geraram inúmeros debates, que não alteraram substancialmente o domínio da Articulação no Diretório Nacional. A “resolução sobre proporcionalidade”⁸³ reconheceu a proporcionalidade nas executivas estaduais e municipais, mas manteve o critério majoritário na executiva nacional.

Durante o processo de formação do diretório do PT de Diadema, as tendências trotskistas DS, CO e CS exerceram grande influência⁸⁴, opondo-se aos

⁸³ Documento: “1987 - V Encontro Nacional”. Senado Federal - Brasília (DF) - 4 a 6/12/1987. Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo Partido dos Trabalhadores (www.pt.org.br)/Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br).

⁸⁴ Em 1982, dos 5 conselhos municipais de base ou, como ficou mais conhecido, conselhos populares organizados, 4 estavam ligados às tendências trotskistas. Ver: SIMÕES, Júlio de Assis. *O dilema da participação popular: a etnografia de um caso*. São Paulo: Marco Zero, 1992:81. Em entrevista à pesquisadora Marta Harnecker, Romildo Raposo Fernandes afirma que o Diretório do PT em Diadema era composto por três grupos, CS, um independente em que participava o Tonhão e a Articulação. Neste caso Romildo destaca as composições de forças existentes no PT de Diadema, em que as tendências trotskistas estavam alinhadas em oposição a Articulação. Dois dos principais representantes destas tendências, Romildo pela CS e Manoel Boni pela CO, frequentemente organizavam ações conjuntas. “En Diadema, como resultado de todos los problemas que hubo con la administración anterior, se configuraron básicamente tres tendencias en

diretores do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema (SMSBCD), integrantes da Articulação, considerada “aburguesada”. Dentre os ativistas que compunham grupos de oposição à Articulação em Diadema, destacam-se Manoel Boni, da CO, e, posteriormente, T-POR, Romildo Raposo, da CS, e Antonio Justino (professor Tonhão), que não aderiu oficialmente às tendências trotskistas⁸⁵.

Ocupantes de cargos, cujas funções exigiam qualificação, os diretores do SMSBCD, integrantes da Articulação em São Bernardo do Campo, viviam em condições diferentes dos metalúrgicos residentes em Diadema. A percepção sobre estas diferenças pode ser apreendida na fala de um dos trabalhadores residentes em Diadema:

Vai ver como são as casas dos metalúrgicos, tudo com azulejo, pintura nova, carro na garagem, vai ver como as geladeiras deles estão cheias. Esses caras da direção do sindicato estão acostumados com badalação, com filé mignon e uísque, já é tudo burguês. Agora, o cara daqui, que vai, trabalha lá, vê tudo aquilo e volta para Diadema e vê outra realidade (...). Então o trabalhador aqui tem de ser mais consciente, o PT daqui tem de ser diferente porque o tipo de preocupação aqui é diferente, o cara aqui não tem carrão, não tem casa bonita, não tem nada a perder (SIMÕES, 1992:77).

Eram evidentes as diferenças de poder aquisitivo dos trabalhadores residentes em Diadema e São Bernardo do Campo. A oferta de áreas desocupadas e terrenos baratos, por não possuírem infraestrutura básica, atraiu para Diadema um grande contingente de trabalhadores sem qualificação ou semiqualeificados, que não dispunham de recursos para adquirir moradia nas áreas legalizadas e com infraestrutura.

Portanto, a luta dos trabalhadores residentes em Diadema por melhores condições de vida era mais agudizada e precarizada em relação aos trabalhadores residentes em São Bernardo do Campo. A tese trotskista, que considerou viável a revolução socialista em sociedades cujos trabalhadores viviam em situação precarizada, dadas as condições mais favoráveis para o alcance de um nível

el PT, tres grupos de opinión: la Convergencia; un grupo independiente que Toñón representa y la Articulación”. HARNECKER, Marta. El controvertido tema del uso de la policía. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/martah/diadema.rtf>. Consultado em 9.7.2013.

⁸⁵ Documento: OESP. “Velhos conflitos reaparecem”. 16 de março de 1990, p 25.

elevado de consciência de classe, unidade e militância, encontrou solo fértil em Diadema, tendo ampla aceitação dos ativistas sociais.

Tais fatos, ao longo da história do PT na cidade, construíram uma rivalidade entre os membros do diretório de Diadema e a direção do SMSBCD, alimentada pelas ações e ideologias das tendências trotskistas, especialmente CS e CO.

Aliado natural do grupo composto pelas lideranças metalúrgicas no SMSBCD, Gilson Menezes candidatou-se à prefeitura da cidade de Diadema pelo PT, fortalecido pelas organizações grevistas de 1978-80 e mobilização dos trotskistas em Diadema. Sua ligação inicial com as correntes trotskistas deve-se à atuação conjunta estabelecida durante a organização da greve que se configurou como estopim do período 1978-80, quando Gilson Menezes era diretor de base da Scania. Esta parceria inicialmente mostrou-se muito profícua para a candidatura dele para prefeito, dada a urgência das demandas sociais em Diadema, em convergência com a insurgente proposta de atuação das correntes trotskista.

Durante os debates suscitados por ocasião da construção do estatuto do partido em 1980, Gilson Menezes apoiou a tese defendida pelas tendências trotskistas, de organização por núcleos de base. Em momentos de grandes mobilizações populares, como nos processos eleitorais, Gilson Menezes soube utilizar habilmente os contatos com os trotskistas para se aproximar das bases sociais. Tais fatos levaram a base metalúrgica do PT a olhar com desconfiança a atuação de Gilson, enquanto que os trotskistas passaram a apoiá-lo.

Durante as eleições municipais em Diadema, em 1982, as tendências trotskistas e Articulação construíram uma trégua e apoiaram em conjunto os 26 candidatos do PT para prefeito e vereadores (SIMÕES, 2002).

O acirramento das discordâncias ideológicas entre as tendências trotskistas e a Articulação⁸⁶, após a conquista da prefeitura petista em Diadema, tornou-se evidente com a eclosão de conflitos sobre a atuação do partido na administração municipal. Embora, principalmente em período de campanha, tenha havido um estreitamento das relações entre Gilson Menezes e as tendências trotskistas, o

⁸⁶ Os intensos conflitos estabelecidos entre as tendências trotskistas e Articulação, em Diadema, nos episódios da primeira e da segunda administração política do PT, serão delineados ao longo deste estudo, com destaque para os casos do Buraco do Gazuza e Massacre da Vila Socialista.

crecente processo de institucionalização do PT fortaleceu a organização da Articulação, que passou a ser predominante na administração política da cidade.

Com a aprovação da regulamentação das tendências internas, em 1990, os agrupamentos petistas passaram por um processo de reconhecimento, em que a linha político-programática e a composição de grupo eram analisadas pela Secretaria Nacional de Organização (SORG) e pela Comissão de Tendências da Comissão Executiva Nacional, para a concessão do registro. Dentre as obrigações das tendências, estava a submissão ao programa, estatuto, regimento e demais resoluções do partido. Era vedada às tendências a dupla militância, confronto com as políticas gerais do partido, expressar opiniões em nome da agremiação, bem como manter estruturas clandestinas.

Apenas as tendências registradas puderam inscrever suas teses e chapas para o 7º Encontro Nacional. Era permitido às tendências com registro compor chapas para as disputas no interior do partido, arrecadar recursos dos militantes, compor diretórios e núcleos e possuir coordenações executivas. Nos casos de indeferimento ou cancelamento de registro da tendência, estas agremiações foram dissolvidas⁸⁷, sob a pena de terem seus membros expulsos do partido.

Outras normas de controle das tendências foram aprovadas no I Congresso, de 1991, como a restrição às sedes próprias segundo a autorização da direção do PT e veto à participação de não-filiados nas reuniões de tendências⁸⁸.

Diferentemente das outras tendências trotskistas, que foram incorporadas às correntes majoritárias (OSI), ou expulsas do partido (Convergência Socialista e Causa Operária), a DS veiculou críticas à direção partidária, mas manteve diálogo e apoiou os diversos grupos no interior do PT. As teses desta tendência sobre a realidade brasileira e o processo de transição para o socialismo, fundamentadas na corrente mandelista, ganharam força e foram incorporadas nos documentos de fundação do partido (ANGELO, 2007).

⁸⁷ Dentre as tendências que foram diluídas no Campo Majoritário destacam-se o Partido Revolucionário Comunista (PRC), Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e Organização Socialista Internacionalista (OSI), ver Ribeiro (2010:190) e Vitor (2007).

⁸⁸ Documento: "1991 - I Congresso Nacional". Pavilhão Vera Cruz - São Bernardo do Campo (SP) - 27.11 a 1.12. 1º Congresso Nacional de 1991. "Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo. Partido dos Trabalhadores" (www.pt.org.br)/Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br)

Embora a volta às bases sociais tenha sido reivindicada pela DS, em combate às alianças eleitorais, o processo de institucionalização do PT levou à revisão de suas teses e ao abandono da perspectiva revolucionária.

Na tentativa de organizar um partido para integrar o Estado, as tendências viram-se obrigadas a negarem suas características particulares de formação, para se transmutarem em um elemento submetido à forma política. Para se qualificar à administração do Estado, as tendências não puderam atuar a partir das suas necessidades, como vontade de todos, mas antes como partes submetidas ao Estado⁸⁹.

4. As comissões municipais provisórias do PT: a relação entre as instâncias regionais de Diadema e ABC

A campanha salarial do SMSBCD, nos primeiros meses de 1980, conclamou a sindicalização dos trabalhadores como um instrumento para ampliar a resistência contra a união e repressão dos patrões. Dentre as propostas de luta destacaram-se a operação tartaruga, o boicote às horas extras e a instituição da Comissão dos 400, composta por representantes dos trabalhadores na tomada de decisões sindicais (PARANHOS, 2011).

A política salarial de reajustes semestrais, baseados no INPC, de acordo com as faixas salariais, aprovada em outubro de 1979, foi rechaçada pelos trabalhadores, pois não atendia às necessidades de reposição das perdas salariais em momento de inflação galopante. Pautados nesta realidade, as reivindicações da campanha salarial de 1980 centraram-se no salário mínimo profissional, jornada de 40 horas semanais, inclusão de 15% a título de produtividade nos reajustes salariais e reajustes trimestrais (PARANHOS, 2011).

A imposição destas demandas trabalhistas se deu através da greve geral de 41 dias, iniciada em 1º de abril de 1980 e sufocada pelos confrontos com a polícia, falta de recursos e enquadramento dos dirigentes sindicais na Lei de Segurança Nacional (PARANHOS, 2011).

⁸⁹ Para compreender a atuação do Estado como corporação contra a sociedade civil, dominando a vontade de todos, para o predomínio do particular, ver: MARX, Karl. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2005.

Classificada como ilegal, a diretoria do SMSBCD instituiu uma sede provisória atrás da igreja matriz de São Bernardo, evidenciando a necessidade de criar estratégias de ação para fora do âmbito institucional e sindical.

Diante das derrotas da greve de 1980 e do acirramento da repressão contra a organização dos trabalhadores, a estratégia de luta continuou na fábrica, com a redução da produção, boicote às horas extras e intensificação do fundo de greve. As reuniões com os trabalhadores passaram a ser realizadas nos bairros, utilizando como local de encontro as associações de bairro e as residências.

Com o objetivo de conseguir filiações suficientes para o registro definitivo do PT no Tribunal Superior Eleitoral, em atendimento à legislação que obrigava o lançamento de chapas para todos os cargos estaduais, passou-se a articular a estruturação de Comissões Municipais Provisórias (CMP) do PT, em todo o Brasil.

As atas de reuniões da instância diademense da CMP indicam que seus encontros eram mensais e versavam sobre a articulação das ações do sindicato, estruturação financeira e base de apoio do partido. Compunham a CMP, respectivamente como presidente, vice-presidente e secretária, Cleusa Oliveira, Sezinando Rodrigues e Maria Rodrigues. Importantes indicativos da organização da CMP de Diadema evidenciam-se no depoimento de Cleusa:

Comecei a atuar politicamente no Núcleo do PT da Lapa, em São Paulo.

Lá eu conheci Roberto Faquini, economista e dirigente sindical, e Paulo Slomov, dirigente sindical. Eles participavam da CLTB [*Comitê de Ligação dos Trotskistas Brasileiros*], que era um racha da tendência O Trabalho, uma organização socialista internacionalista, que tinha como um dos seus objetivos, a construção de um partido operário independente (...).

Depois vim conhecer, através do João Paulo, o Arquimedes e outros companheiros que já atuavam em Diadema, ligados a construção do PT.

Começamos então a construir os embriões de núcleos em Diadema. Demos início à construção de uma coordenação provisória, em 1979 (...).

Nesse período, o peso político da esquerda era muito forte em Diadema.

Com a CLTB comecei a discutir a construção do PT, e também estudávamos Marx e Trotsky. A CLTB, junto com a Convergência

Socialista, estava desde o início da discussão e da luta pela construção do PT em Diadema, inclusive participando da elaboração do manifesto em 1979⁹⁰.

Diante da necessidade de proliferar diretórios municipais em São Paulo, os ativistas organizados na capital passaram a colaborar com a estruturação do PT em cidades próximas. Neste contexto, após ter se aproximado de alguns militantes, que já haviam iniciado articulações em Diadema, a militante petista, Cleusa, passou a integrar a estruturação da CMP na cidade. Inicialmente os trotskistas, compunham os grupos mais organizados do partido na cidade, embora na condução das primeiras atividades tenha havido grande participação de sujeitos que não participavam de nenhuma tendência, os chamados independentes.

Os assuntos tratados na reunião de outubro de 1980 foram variados, tais como o encontro de mulheres, a festa do PT no pavilhão Vera Cruz e a definição dos horários das reuniões. Mas o assunto dominante nos debates foi a organização do ato público de 26 de outubro.

Os dirigentes sindicais continuavam atuando na ilegalidade e enfrentaram em outubro de 1980 uma nova campanha salarial em virtude do reajuste semestral, programado para este mês. Membros do sindicato pressionaram os petistas de Diadema para fortalecer o fundo de greve e as mobilizações em suas ações. Tais fatos ficaram evidentes nas falas dos militantes Terezinha Bastos e Arquimedes Andrada, que levaram para a reunião da CMP as avaliações e informes do SMSBCD, sobre a atuação do PT de Diadema na organização do ato público de 26 de outubro.

Terezinha: Cobrou a preparação do ato pelo pessoal de Diadema: colagem de cartazes, p[ilegível] e panfletagens; dizendo que o pessoal que passa pelo fundo de greve reclama do pessoal de Diadema, pois acham que o partido não está engajado na preparação do ato.

Arquimedes: Informou que participou duma reunião em São Bernardo do Campo na sexta-feira dia 17/10 juntamente com o pessoal de São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul, colocando que a preparação do ato nestas cidades estava indo muito bem, exceto o abaixo-assinado que o pessoal tinha um plano de passar durante o ato. Colocou ainda como estavam os preparativos em Diadema esclarecendo que haverá de fato certos

⁹⁰ Depoimento de Cleusa registrado em: MONTE, Gonzaga; TAVARES, Júlio. *PT Diadema: uma história de militância e luta*. São Paulo: Editora Terra das Artes, 2001, p 83-84.

obstáculos como chuva e a própria falta de material humano neste município para um desempenho melhor, mas que isto estaria resolvido⁹¹.

A avaliação trazida pela militante Terezinha, sobre o envolvimento da COM de Diadema no ato público de 26 de outubro, chama a atenção para a necessidade de todos os petistas manterem-se vinculados às demandas dos metalúrgicos do ABCD paulista. Preocupado em apresentar a mobilização dos militantes petistas em relação à organização das outras cidades, Arquimedes demonstrou a articulação das cidades do ABCD para a realização do ato público e que os problemas enfrentados pelos membros de Diadema, nesta atividade, referem-se a questões que fogem ao controle social como a chuva e a escassez de membros. Contudo mesmo diante destes problemas, reafirmava o compromisso do grupo diademense com a articulação do ato público.

Durante as discussões sobre quem participaria dos momentos de fala no ato público destacam-se a recusa da representação de uma deputada, para falar sobre a luta das mulheres e o questionamento da representatividade dos oradores escolhidos para este evento. Ficou evidente que as vozes dos trabalhadores precisavam ecoar a fim de tornar públicas suas demandas e os atos de repressão que sofriam do Estado. Conforme o militante Sebastião: “A luta é na base do conclave, pois estes oradores não falam nada sobre a questão do sindicato e da repressão em geral”⁹².

As sugestões dos membros da CMP Provisória do PT de Diadema para a constituição de representações expressivas, durante as falas previstas no ato público, explicitaram a necessidade de escolherem uma pessoa que falasse pelos outros partidos, um representante da imprensa alternativa, um professor e um elemento por cada CMP da região do ABCD.

O futuro prefeito Gilson Meneses, eleito orador-representante da CMP de Diadema no ato público de 26 de outubro, afirmou que “(...) devemos colocar microfone em mãos certas e se o PT tem que promover trabalhadores, tem que

⁹¹Documento: CMP. “Ata da Reunião Ordinária da Comissão Municipal Provisória do Partido dos Trabalhadores de Diadema”. 18.10.1980.

⁹²Ibid.

lançar da base. Questionou o trabalho dos outros partidos e que, portanto, falasse um desempregado e um favelado”⁹³.

O questionamento de Gilson Meneses refere-se à representatividade de outros partidos na luta dos trabalhadores. O ato público, segundo sua análise, deveria promover os trabalhadores, portanto, as expressões mais significativas sobre a situação desta classe poderiam ser evidenciadas por pessoas que vivenciam situações exemplares desta realidade, como um desempregado e um “favelado”.

Eventos como o ato público de 26 de outubro de 1980 evidenciam os paradoxos existentes entre o processo de construção do ato, com publicização das reivindicações de um segmento de classe social, e o uso político do significado desta mobilização. Os militantes explicitam a necessidade de fazer suas vozes ecoarem e reverberarem para todos os cantos, a fim de mobilizar cada vez mais pessoas para a causa dos trabalhadores. Neste sentido, a recusa aos oradores escolhidos para o evento afirma a necessidade de tornar conhecida a situação dos trabalhadores explorados, vítimas da ditadura, desempregados e “favelados”, em detrimento das falas institucionalizadas e sem sentido diante das demandas emergentes.

A conclusão deste tema na reunião é uma expressão da proposta geral da CMP de Diadema nas discussões sobre o ato público: “na reunião de 6ª feira, para o fechamento da lista devemos marcar presença e defender nossas posições”. Diante das dificuldades de representação dos interesses dos trabalhadores, das derrotas resultantes do não atendimento às demandas dos trabalhadores nas lutas de 1980, as perseguições às lideranças sindicais, a desarticulação do núcleo sindical e conseqüente perda do poder de mobilização dos trabalhadores, o PT e, posteriormente, a fundação da CUT, constituíram estratégias políticas para fortalecer a luta dos trabalhadores, dentro da ordem estabelecida. Segundo a análise dos militantes, tornava-se imprescindível, para a efetivação das demandas dos trabalhadores, fazer-se presente em todos os espaços de discussão, em todos os canais de participação.

⁹³ Ibid.

Concluiu-se que a configuração espacial de Diadema, assim como os trabalhadores residentes nesta cidade, foram especialmente impactados pelos planos de desenvolvimento econômicos estabelecidos pelos governos Vargas, Kubitschek, Collor e Cardoso. Devido à localização estratégica desta cidade, como ligação rodoviária entre a região portuária de Santos e a capital paulista, constituiu-se como alvo de legislações integradoras aos objetivos de acumulação capitalista, nacional e globais. Os segundo e terceiro saltos de industrialização brasileira, caracterizado pela substituição de importação de produtos de bens duráveis e implantação da indústria de base, tiveram como locus privilegiado o ABCD paulista, o que impulsionou a vinda de migrantes para a região. Destinado à instalação de polos industriais, 60% do território diademense permaneceram praticamente ociosos até meados da década de 1960, devido à oferta mais vantajosa das cidades vizinhas, o que motivou a ocupação por frações mais precarizadas da classe trabalhadora, impossibilitadas de realizarem suas necessidades de moradia via mercado formal.

Evidenciamos neste capítulo que as intervenções estatais que constituíram o processo de oligopolização da economia brasileira, propiciaram a acumulação privada a partir da superexploração do trabalho. Os impactos sociais da estagnação econômica resultante do esgotamento do “milagre econômico brasileiro” foram intensos e ampliaram o processo de pauperização das condições de vida dos trabalhadores, especialmente sobre aqueles que possuíam pouca qualificação profissional, como é o caso dos residentes em Diadema. Houve o aprofundamento das desigualdades econômicas no país, e na cidade objeto de estudo, resultado das características atroficas, de subordinação e dependência do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, agravadas pela permanência do bonapartismo.

As lutas dos trabalhadores do ABCD paulista, contra a pauperização, atacaram a estrutura de dominação da ditadura militar com paralisações dos processos de valorização de capital e reivindicações por liberdade de expressão e melhores condições de vida. Com o objetivo de manter a estrutura econômica de acumulação, de poder e de sufocar as lutas sociais, os militares brasileiros implantaram um processo de descompressão, que incorporou demandas sociais urgentes e instituiu processos eleitorais com sucessão partidária. Neste contexto, o

conceito de democracia foi amplamente aceito pelas novas esquerdas que passaram a se estruturar politicamente para encaminhar suas demandas pela via partidária.

O tipo de democracia proposto pelos demiurgos militares alicerçou-se na necessidade de aperfeiçoar os níveis de superexploração, em um contexto de desenvolvimento do capitalismo hipertardio e hipertrofiado. Dependente do capital internacional e desprovida de condições de exercer domínio social moderno, a classe proprietária brasileira utilizou do recurso da autocracia política para explorar a força de trabalho e remunerar as classes proprietárias das economias centrais. Tais fatos forjaram no Brasil uma “democracia” incompleta de via autocrática.

As equivocadas análises do caso brasileiro, empreendidas pelos intelectuais das esquerdas, lastrearam ações débeis, desprovidas de apoio popular e enfraquecidas pela repressão da autocracia burguesa bonapartista, o que resultou na inviabilidade das revoluções propostas. Dentre os intelectuais que lastrearam as estratégias de atuação do PT destacam-se Guido Mantega e Paul Singer, teóricos que construíram teorias de validação do Estado, como espaço importante a ser conquistado pela sua capacidade institucional de intervir da vida social. Tais teorias foram referendadas no partido, especialmente a partir da hegemonia da tendência Articulação nos âmbitos regional e nacional.

Engajados na tentativa de construir um governo democrático e transformar o Estado, as tendências petistas uniram forças e compuseram as CMPs do PT em várias cidades, dentre elas Diadema. Verificou-se no processo de organização da CMP em Diadema a participação de grupos das tendências trotskistas que influenciaram decisivamente sua organização.

CAPÍTULO II

DO IDEÁRIO DA REPRESENTAÇÃO DAS DEMANDAS SOCIAIS, PARA A EFETIVAÇÃO DO PROJETO POLITICISTA

Evidenciaremos neste capítulo a construção e efetivação da plataforma eleitoral e carta de compromissos, assumidas pelos candidatos do PT de Diadema, em relação às suas atuações eletivas, durante a sua primeira administração política. A análise desta documentação permite identificar que houve discrepâncias na efetivação destas propostas, o que suscitou conflitos, especialmente entre a administração municipal e membros do diretório regional, mediados pela Executiva Nacional, com o objetivo de reestabelecer o clima de trabalho na prefeitura diademense. Observou-se também que a militância espontânea, oriunda do reconhecimento das carências comuns e da necessidade de lutar em conjunto para saná-las, transformou-se progressivamente em uma militância compulsiva.

1. A construção do corolário da participação popular: a base de sustentação da campanha política de 1982

O cenário desenhado pelas derrotas de 1980 continuou a se estruturar ao longo de 1981. Em janeiro a Volkswagen demitiu três mil trabalhadores e decretou férias para outros sete mil; em julho a Ford do Brasil, em São Bernardo do Campo, demitiu 400 trabalhadores; a Mercedes Benz demitiu mais de seis mil trabalhadores. Todos os dirigentes sindicais cassados estavam desempregados e o SMSBCD encontrava-se dividido pela eleição violenta e tumultuada da nova diretoria (PARANHOS, 2011).

A nova diretoria do sindicato, eleita de forma expressiva com 27.530 votos, contra 2901 da chapa 2, foi alvo de denúncias da oposição sobre o uso da máquina sindical para financiar a campanha, desvio de dinheiro do fundo de greve para financiar as viagens de Lula para a Europa, dentre outras. Figura muito popular dentre os sindicalizados, Lula, depois de tumultuadas reuniões do sindicato, que acabaram em pancadaria, conseguiu manter o apoio da categoria e reverteu o impacto das denúncias, reafirmando os resultados das lutas dos trabalhadores entre 1978-79, organizadas pela diretoria, que tinha seu apoio (PARANHOS, 2011).

Além da cisão no SMSBCD, o desemprego dos dirigentes sindicais constituiu um grande obstáculo para a coesão entre os trabalhadores⁹⁴.

Com vistas, à institucionalização do PT em Diadema, foi eleita em junho de 1981 a primeira executiva para a composição do diretório, em convenção realizada no Grupo Escolar Vila Élide. Compuseram a executiva do diretório respectivamente, como presidente, vice-presidente, tesoureira e membro, Gilson Menezes, Gentil Santo de Paula, Cleusinha e Terezinha (GONZAGA; TAVARES, 2001, p 24-26).

Os debates sobre a estruturação financeira do PT de Diadema, a partir das ações do diretório, evidenciam sua gênese popular improvisada e as exigências da diretoria por uma racionalização deste processo.

Dentre as principais demandas da recém-criada gestão de finanças do diretório, de Diadema, estão a elaboração de fichas para o controle de cotas, a previsão de gastos das secretarias do partido e previsão de aceites dos filiados contribuintes. Ao longo da reunião várias sugestões foram feitas para aumentar a arrecadação financeira do partido, como realização de um show, feijoada, festas regionais e locais, confecção de camisetas, adesivos, porta documentos, carteirinha, caixinha entre os membros do diretório, financiamento público de campanha de filiações do PT do município e alteração no índice de cotização dos militantes para 30% para núcleo, 20% para municipal, 20% estadual e 15% nacional⁹⁵. Vários itens doados pelos trabalhadores foram rifados pelos membros do partido, em mutirões de porta em porta⁹⁶.

Percebe-se que a arrecadação mais expressiva, do PT em Diadema, naquele período, constituiu-se de contribuições dos trabalhadores, seja a partir de doação direta ou de aplicação da força de trabalho em produtos e serviços, cujo lucro foi revertido para o partido.

⁹⁴ Documento: FSP. "Gilson é o único prefeito petista". 20.11.1982, p 7. Dentre as estratégias empreendidas para a manutenção da família e atuação sindical, Gilson Menezes, membro da diretoria do sindicato cassada, fundou com outros companheiros, a Serralheria 12 de Maio. Sua esposa, Eliete, passou a trabalhar como babá e vender louça doméstica. Para atender a uma prerrogativa legal do SMSBCD, que não permitia a filiação de donos de empresa, Gilson Menezes foi registrado como empregado da serralheria.

⁹⁵ Documento: Diretório do PT Diadema. "Ata da Reunião Ordinária da Comissão Municipal Provisória do Partido dos Trabalhadores de Diadema".14.12.1980.

⁹⁶ Documento: Diretório do PT Diadema. "Ata da reunião dos representantes do núcleo com a Executiva".16.4.1982.

A dependência do partido em relação a estas contribuições pode ser expressa a partir de uma punição estabelecida para os núcleos que não contribuíram com o valor estipulado:

O núcleo que não cotizar o mês de abril não tem direito de mandar delegados à pré-convenção estadual nos dias 8 e 9 de maio/82.

O núcleo que não cotizar regularmente e não assumir a campanha eleitoral e financeira [sic] cortar o registro (...) ⁹⁷.

O financiamento das campanhas a partir destas contribuições tornou-se uma das principais prioridades do diretório de Diadema, ao ponto de os núcleos não contribuintes não poderem se fazer representados nas instâncias do PT. Tal fato se repetiu em todos os diretórios do partido no Brasil, como expressão da viabilidade da luta partidária trilhada pelo PT, que dependia do financiamento propiciado pelos trabalhadores e, diante das limitações impostas por esta estratégia, buscou-se fortalecer o caixa do partido com a conquista de cargos eletivos, pelo aumento da arrecadação mediante a taxação dos provimentos públicos de seus representantes.

Com vistas ao fortalecimento do partido nas eleições, com o intuito de normatizar a relação entre a agremiação e representantes eleitos e assegurar unidade de plataforma, de tática e de objetivos, o Diretório Nacional lançou, em março de 1982, a Carta Eleitoral do PT. Nesta carta estabeleceram-se a taxação compulsória dos vencimentos de parlamentares e membros do executivo em 40%, a indicação de candidatos e assessores, a partir das consultas aos diretórios e respectivas instâncias parlamentares e a submissão das ações dos eleitos aos órgãos partidários. Tratou-se de um enquadramento da proposta de atuação do PT às regras da política institucional, a fim de viabilizar a conquista pela via política. Estas normatizações, elaboradas nacionalmente, serviram como base para a construção de documentos regionais seguindo a tendência de institucionalização do partido.

As exigências para o fortalecimento do PT regional, em consonância com as resoluções nacionais, são refletidas nas atuações dos seus militantes, que enxergavam a possibilidade de contribuir para a vitória política dos trabalhadores a partir das disputas eleitorais.

⁹⁷ Documento: Diretório do PT Diadema. "Ata da reunião dos representantes do núcleo com a Executiva". 16.4.1982.

Em âmbito nacional, o regimento interno do partido que criou e regulamentou os núcleos de base e as resoluções aprovadas no I Convenção Nacional, realizada em 1980 na cidade de Brasília, apontaram para as estratégias de ampliar a “nucleação em massa”, lançar candidatos para todos os cargos políticos e transformar a campanha política em instrumento de organização dos trabalhadores (ANGELO, 2007).

Encontra-se, na proposta de criação dos núcleos de base, como forma de organização das bases do PT, uma estreita ligação com as formas de mobilização realizadas pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). A implantação dos núcleos de base tinha por objetivo estabelecer ligação entre a direção do partido e suas bases de apoio, a fim de que estas pudessem decidir sobre as diretrizes do partido; assim, os membros do PT se obrigariam a manter a atuação direcionada aos interesses da classe trabalhadora. Os núcleos de base, inicialmente, constituíam-se como espaços de educação, conscientização e articulação política, mas gradativamente, na medida em que o partido passou a priorizar a atuação política voltada para disputar espaços nas administrações públicas, tais comitês passaram a atuar como células eleitorais.

Os debates sobre a participação do PT nas eleições de 1982 polarizaram-se entre fortalecer o partido nacionalmente, a partir do processo eleitoral, e centrar forças na organização dos trabalhadores, em detrimento do processo eleitoral.

A posição da tendência DS demonstrava exemplarmente a síntese deste debate. Confiantes de que as eleições de 1982 poderiam derrubar a ditadura militar e propiciar a ascensão de representantes classistas, os membros da DS avaliaram a necessidade de superar as divergências internas do partido, para que sua construção se consolidasse em todas as instâncias políticas (ANGELO, 2007).

Na fase inicial de organização da CMP em Diadema, havia o claro interesse de fortalecer as candidaturas, a partir das lideranças de bairro, desejo explícito na proposta de alteração no índice de cotização dos militantes em Diadema. Um dos participantes desta reunião evidencia que “o PT deve privilegiar o surgimento de

núcleos nos bairros, cuja prioridade está claramente colocada principalmente nos bairros Marilene, Serraria, Taboão e Eldorado (...) ⁹⁸.”

A tensão entre as demandas locais e demandas de outras instâncias do PT evidenciou-se nas defesas pelos interesses dos membros da CMP. O discurso de apoio às bases do PT, tão alardeado pelos dirigentes, frequentemente teve sua efetivação cobrada pelos militantes. Os núcleos dos bairros do Marilene, Serraria, Taboão e Eldorado constituíram-se como os mais organizados do período e tinham grande influência das tendências trotskistas, por isso, sua articulação já demandava atenção especial do partido. Porém, durante a institucionalização do PT, progressivamente passou-se a privilegiar o alcance dos objetivos gerais do partido, ocasionando embates com as instâncias municipais.

Durante o processo de organização da campanha política municipal em Diadema, em 1982, os candidatos petistas assinaram uma carta de compromissos lavrada em cartório. Neste documento, lastreado pela carta eleitoral do PT nacional, de 1982, constam algumas diretrizes quanto à proposta de representação do PT em Diadema, em que os candidatos a cargos eletivos se comprometeram, entre outras ações: a renunciar aos direitos de decisão de atribuição do cargo eletivo em favor dos conselhos municipais de base ⁹⁹, a dedicar-se igualmente ao exercício dos mandatos e organizações populares e a realizar doação de metade dos salários para o diretório municipal. Aqueles que não seguissem essas diretrizes, conforme registro na carta de compromissos, seriam punidos com a expulsão do partido ¹⁰⁰.

A expectativa de fortalecer o partido nacionalmente, a partir dos processos eleitorais de 1982, foi frustrada pelos poucos resultados (PONT,1992). Dentre os motivos que levaram à votação pouco expressiva do partido, foram evidenciados, pelos membros do partido, a radicalização da campanha petista promovida especialmente pelos grupos trotskistas, a opção de estratégia de palavras de ordens na campanha, em detrimento da ampliação da discussão sobre os objetivos

⁹⁸ Documento: Diretório do PT Diadema. “Ata da Reunião Ordinária da Comissão Municipal Provisória do Partido dos Trabalhadores de Diadema”.14.12.1980.

⁹⁹ Os conselhos municipais de base passaram a ser chamados, ao longo das gestões petistas em Diadema, de conselhos populares.

¹⁰⁰ Documento: “Carta de Compromissos dos futuros parlamentares do Partido dos Trabalhadores de Diadema”. Documento elaborado pelos representantes do PT-Diadema. Convenção Municipal de 11 de julho de 1982.

do PT, desorganização estrutural do partido e instituição do voto vinculado (ANGELO, 2007).

O conjunto de regras eleitorais impostas em 1981 pela articulação do presidente Figueiredo (1979-84) na Câmara dos Deputados e no Senado, que instituiu o voto estritamente partidário para todas as esferas da federação, fragmentou a oposição ao governo e constituiu um instrumento de controle eficiente do processo de abertura política.

Enquanto os partidos de oposição conseguiram espaço na Câmara dos Deputados, governo estadual, prefeituras e assembleias legislativas, instituições dotadas de pouco poder real, a tutela militar foi conservada no sistema político federativo através de negociações com o maior partido de oposição, MDB, para a “transição transada” que manteve sob controle as lutas sociais.

O pacto estabelecido entre a Arena e MDB revestiu os nascentes partidos políticos, oriundos destas agremiações, da aura de defensores da democracia, o que trouxe resultados importantes para o sucesso da descompressão política¹⁰¹.

2. Vitória política do PT: “quem passou por cima da decisão dos núcleos, dos critérios, etc., passaria também por cima dos anseios da população¹⁰² (...)”

Contrariamente, a polarização que aconteceu na maioria das cidades brasileiras e a vinculação de votos no pleito local, que obrigava o eleitor a escolher candidatos na esfera estadual e municipal do mesmo partido, propiciaram a disputa acirrada entre várias legendas partidárias em Diadema. A vitória do PT em Diadema nas eleições em 1982 evidenciou a capacidade do partido em catalisar as demandas sociais daquele município durante as campanhas eleitorais. Por outro

¹⁰¹ Os resultados das eleições em 1982 constituem expressão do sucesso do pacto estabelecido entre os dois maiores partidos do período. Nas eleições para governadores daquele ano, o PMDB conquistou nove Estados, enquanto o PDS obteve vitória em treze. O único partido que conseguiu romper a hegemonia estabelecida pelo PMDB e PDS nas eleições para os governos dos Estados, foi o PDT com a vitória de Leonel Brizola no Rio de Janeiro. Além disso, o PMDB elegeu 9 senadores, 41,75% dos deputados federais e 42,66% dos deputados estaduais. O PDS elegeu 15 senadores e 49,6% dos deputados federais e 50,27% dos deputados estaduais (SEADE).

¹⁰² Documento: Diretório do PT Diadema. “Ata da Plenária dos filiados do Partido dos Trabalhadores de Diadema”. 23.1.1983.

lado, trouxe dúvidas sobre que diretrizes conduziriam a administração municipal, pois a primeira vitória do PT no âmbito do Poder Executivo deu-se na cidade em que as tendências trotskistas exerciam grande influência. Havia uma enorme expectativa sobre o cumprimento da proposta de campanha, registrada na carta de compromissos, em que os eleitos renunciariam aos direitos de decisão em favor dos Conselhos Municipais de Base (CMB).

Embora Gilson Meneses tenha mantido proximidade com os trotskistas durante a campanha, depois de eleito e antes de tomar posse, passou a participar de encontros com os líderes estaduais da Articulação. Comissões compostas por membros da executiva estadual passaram a frequentar Diadema a fim de observar o funcionamento do aparato estatal e a relação com os núcleos de base, o que acirrou o clima de disputa entre as tendências internas, especialmente quando passou-se da observação para a composição de quadros administrativos, desconsiderando a proposta de consulta aos CMBs.

Os CMBs ou, como foram nomeados nos documentos estaduais do partido, núcleos de base, alardeado diferencial do PT em relação aos outros partidos, tinham caráter consultivo e possuíam em Diadema poucos membros ativos, devido ao processo de filiação em massa, para as eleições de 1982, que agregou pessoas com interesses e histórias de participação popular diferentes.

Segundo os estatutos do PT, indicativos do processo de organização dos núcleos de base, era intuito dos membros do partido utilizá-los como espaço de educação e mobilização política para a militância, o que acabou não sendo alcançado devido à necessidade de o partido cumprir as exigências para o processo de legalização e desmobilização dos núcleos de base, depois das eleições de 1982.

Sobre a descaracterização dos núcleos de base, Gadotti e Pereira (1989) afirmam que seu funcionamento limitou-se à função de comitês eleitorais e grupos de apoio a vereadores. Tal fato teria sido desencadeado por uma série de fatores, entre eles a lógica imediatista dos processos eleitorais, que demandava a organização de um grande número de pessoas para alcance dos votos necessários à eleição a cada dois anos. Essa organização se dava de forma desvinculada dos processos de luta e formação necessários ao entendimento das propostas

ideológicas do partido, prevalecendo a necessidade de conseguir votos da forma mais rápida e eficiente possível.

Após a conquista da Prefeitura de Diadema, em 1983, os CMBs se desarticularam e ficaram sem atuação. Inúmeras tentativas de reorganização destes CMBs foram realizadas, principalmente em momentos de crise de legitimação da administração política de Gilson Meneses, ocasionada por diversos conflitos entre as tendências internas. Tais conflitos versaram sobre os processos de filiações; e em relação à atuação da administração de Gilson Meneses, alinhado às propostas da Articulação, considerada em desacordo com as diretrizes propostas durante a campanha e em outros momentos divergentes dos princípios do partido. Porém, uma análise mais detalhada revela as disputas pelo uso dos poderes conferidos pelos cargos na conquista da Prefeitura de Diadema, em um momento em que o partido ainda não havia alcançado um número expressivo de representantes eletivos, com a eleição de apenas oito deputados federais, doze deputados estaduais, duas prefeituras e 117 vereadores (MENEGUELLO, 1989:125).

Um caso exemplar de discrepância entre o discurso de fortalecimento dos CMBs e as ações do PT em Diadema foi a definição da diretoria de assessoramento do recém-eleito prefeito Gilson Meneses, sem consulta às bases sociais. Neste episódio, conhecido como “o golpe de quatro de janeiro”, os militantes do PT de Diadema sentiram-se traídos pela instância estadual e pelo prefeito eleito, pois, depois de terem se empenhado para a vitória política do partido, em defesa da participação popular na prefeitura, tomaram conhecimento dos nomes que compunham a nova diretoria do governo pelos jornais.

Boni defendeu a autonomia dos núcleos, declarou que foi um golpe o acontecimento do dia 4/1, quando foi homologada, de forma estranha aos princípios do partido, a diretoria de assessoramento direta do Gilson; declarou também que ninguém deveria estranhar o fato de Gilson Menezes, prefeito eleito, não estar presente [*nesta reunião*], porque o PT de Diadema atualmente estava dividido; finalmente afirmou que o que interessava no momento, não era fazer um bom governo em Diadema, que para isso bastava ser “menos safado” que o Sr. Lauro Michels, falou que o que interessava realmente era a construção de uma sociedade justa,

pelo respeito mútuo e pelo respeito a quem sempre foi fiel ao partido e principalmente o respeito aos núcleos de base¹⁰³.

Indignado com o “golpe” executado em conluio pelo prefeito, apoiadores mais próximos e direção estadual do PT, Manuel Boni, ativista da tendência Causa Operária, afirmou que, para além da construção de um governo considerado eficiente, está uma questão ética definidora do tipo de partido a ser construído. Dentre os princípios-base do PT, destacados por Boni, estão a criação de uma sociedade justa e o respeito às demandas dos trabalhadores. Segundo sua análise, o desprezo por estes princípios está explícito neste episódio, pois aqueles que viabilizaram, através do seu trabalho, a eleição de Gilson Menezes foram traídos. Tornou-se prioritária a estruturação de uma equipe de governo a partir de critérios partidários, em detrimento da proposta de participação popular, alardeada durante as eleições.

Durante toda a reunião foram levantadas várias denúncias, como exemplos de desrespeito aos princípios do partido. Uma destas denúncias evidencia as dificuldades de implantação dos CPMs, diferencial do governo petista em relação aos outros partidos:

Cleuza de Oliveira, retomou o problema da divergência do dia 4-1; indagou sobre a representatividade dos núcleos, afirmando que os conselhos populares deverão ser criados, através da discussão dentro do partido, pois, do contrário, serão conselhos fantasmas, servirão de trampolim para politiqueiros (...) quem passou por cima da decisão dos núcleos, dos critérios, etc., passaria também por cima dos anseios da população¹⁰⁴.

Temerosa de que as propostas do governo petista fossem esvaziadas e os interesses dos trabalhadores suplantados por politiqueiros, Cleuza destacou a importância de fortalecer a representatividade dos CMPs nos debates internos do partido. Para que a proposta de participação popular fosse efetivada, os membros petistas deveriam estar conscientes do compromisso ético que os vinculava aos CMPs. Do contrário, o elo diferenciador do PT em relação a outros partidos seria desfeito, pois trair os próprios correligionários e os princípios básicos de sua atuação significava romper o compromisso estabelecido com sua base eleitoral.

¹⁰³ Documento: Diretório do PT Diadema. “Ata da Plenária dos filiados do Partido dos Trabalhadores de Diadema”. 23.1.1983.

¹⁰⁴ Ibid.

Cinco meses depois da posse, os diretores da administração política de Gilson Meneses (1982-87) foram acusados, por alguns petistas, de agirem em desacordo com o estatuto, humilhando e perseguindo membros do partido que discordavam de suas práticas no cotidiano administrativo.

Adonel denunciou que foi humilhado no departamento do Zé Carlos (Carlão do Canhema) e depois de trabalhar apenas um dia pediu demissão. Boni propôs a discussão nos núcleos, da substituição dos seguintes diretores: Juracy, Jorge Flores, Pedro Luís e também em peso a família Silva, que ocupam cargos dentro da prefeitura. Linda colocou que se o Gilson e sua administração formar [sic] uma comissão, digo, uma, política junto com o partido e a população, tudo bem. Não ocorrendo isto, nós sairemos do PT ou exigiremos que eles saiam¹⁰⁵.

As avaliações sobre os primeiros meses da administração política 1983-87 indicam disparidades entre os princípios partidários e as ações empreendidas pela administração pública. As disputas políticas dentro do mesmo partido se traduziram no cotidiano em humilhações e nepotismo. Os representantes dos CMPs estavam temerosos quanto às ações de um governo que inicia seu mandato desrespeitando os acordos firmados antes da eleição. Alguns dos membros dos CMPs ameaçaram expulsar do partido aqueles que agiam em desacordo com os princípios partidários e, caso não conseguissem tal intento, sairiam da agremiação.

Já nos primeiros meses de administração política, alguns ativistas do partido perceberam que “a vontade geral” estava alienada ao Estado político, ou seja, mesmo teoricamente representados pelo PT, os trabalhadores continuavam impossibilitados de realizar suas necessidades a partir do Estado, estavam separados das condições de fazer do Estado uma expressão real da vontade popular. Embora Gilson e seus apoiadores pretendessem reformar o Estado, na instância municipal, e realizar as demandas sociais, estavam limitados pelas próprias características deste organismo, cuja gênese está visceralmente vinculada à necessidade de manter sob controle a vontade geral.

Resultante das condições materiais de existência, o Estado, conforme a compreensão marxiana (MARX, 2005), representa a oposição entre Estado político e Estado não-político. Neste organismo, o cidadão “membro imaginário do Estado”,

¹⁰⁵ Documento: Diretório do PT Diadema. “Ata da Plenária dos filiados do Partido dos Trabalhadores de Diadema”.13.5.1983.

despojado da sua materialidade, do que é na realidade, dilui-se em um conjunto de indivíduos e perde sua universalidade.

À frente da administração municipal, os ativistas do PT foram obrigados a gerenciar antagonismos de interesses, a partir de princípios formais, vendo-se obrigados a desbotar as opiniões organicamente construídas para fazer prevalecer a solução possível dentro dos limites do Estado. Neste sentido, os administradores petistas consideraram imperativo estruturar seu corpo administrativo, com vistas a atender às demandas políticas do partido e se fortalecerem como governo. Porém em uma cidade repleta de desigualdades e carências, com orçamento parco e comprometido, Gilson Meneses e seus diretores viram-se diante da necessidade de cumprir a tarefa primordial do Estado, conciliar conflitos e tornar eficiente a ação estatal a partir de reformas, remediando seus problemas formais.

3. O politicismo na nova missão do PT: “a democracia até as últimas consequências¹⁰⁶”.

Com o objetivo de discutir as divergências entre os princípios partidários e as ações da primeira administração petista em Diadema, realizou-se em 21 de maio de 1983 uma convenção extraordinária presidida por Lula, José Dirceu, Terezinha, Gentil, Gilson Meneses e Tonhão. Para esclarecer como se deram as atuações em sua administração política, Gilson Meneses iniciou a convenção extraordinária tratando sobre a proposta de aumento das passagens de ônibus urbano, promovida pela Viação Diadema e as acusações de que não estaria consultando os CMPs.

Declarou que apesar de alguns companheiros não concordarem, muitas vezes era obrigado a conversar com patrão, comerciante, industrial; que tem participado de reuniões do partido, apesar de ter vindo pouco ao diretório; que a proposta do PT de governar pelos conselhos populares estava sendo cumprida, embora passando por sérias dificuldades (...). Afirmou também que o estatuto do Partido estava sendo seguido, apesar dos erros, que a população estava sendo consultada, dentro da própria realidade; que não podíamos

¹⁰⁶ Documento: Diretório do PT Diadema. “Ata da Convenção Extraordinária do Partido dos Trabalhadores de Diadema”. 21.5.1983.

governar somente fazendo reuniões do PT; que existem algumas diferenças ideológicas¹⁰⁷.

Os esclarecimentos de Gilson Menezes expressam as dificuldades vivenciadas na implantação da plataforma de governo do PT, em seus primeiros meses como prefeito. Em momentos de conflitos entre os interesses dos grupos econômicos da cidade e da população, ele se viu obrigado a negociar com os patrões e a reconhecer a legitimidade de seus interesses na esfera política. Como prefeito, precisou encarar realidades e interesses múltiplos, que necessitavam ser conciliados na esfera política. Esta nova realidade trouxe questionamentos sobre a viabilidade de alguns princípios estabelecidos na carta de compromissos, de 1982, dentre eles, destacou-se o atendimento prioritário das demandas oriundas dos CMPs.

Como administrador, na prática politicista, Gilson Menezes viu-se obrigado a separar as questões políticas das necessidades da população. Cumprindo o seu papel, em muitos casos, o prefeito petista precisou proteger os grupos econômicos, pois estava em jogo o interesse geral de promover o desenvolvimento da cidade. Em sua prática, buscou fazer aquilo que lhe era possível, dentro dos estreitos limites do Estado, conciliar as discussões e mudanças no plano político, sem conseguir de fato alterar os fundamentos sócioeconômicos vigentes.

Um dos representantes da bancada de vereadores do PT, Ivo Ribeiro Santos, reafirmou que, mesmo entre os vereadores do partido, havia divergência de compreensão quanto à atuação da administração:

(...) uns achavam que as propostas discutidas nos núcleos deveriam ser levadas à tribuna; outros não. Com isso, a bancada foi se dividindo não havendo concordância quanto ao horário de reuniões, posições sobre conselhos populares¹⁰⁸.

Segundo a análise do vereador Ivo, muitos representantes eleitos pela população discordaram que as demandas oriundas dos CMPs devessem ter prioridade no âmbito legislativo, pois a natureza da Câmara dos Vereadores exigia outras ações para além destas demandas.

¹⁰⁷ Documento: Diretório do PT Diadema. "Ata da Convenção Extraordinária do Partido dos Trabalhadores de Diadema". 21.5.1983.

¹⁰⁸ Ibid.

Apesar de os vereadores terem se comprometido em realizar as demandas sociais na esfera política, eles sentiram dificuldades em cumprir a promessa, em virtude da natureza específica da administração pública, que dificulta a prioridade de atendimento das necessidades da população, em conflito frente aos múltiplos interesses coexistentes no município.

A mística da participação popular no PT de Diadema se impôs como um corolário que ultrapassou a primeira administração política. Em vários momentos esta mística foi utilizada para afirmar que em Diadema a política era diferente. Em muitos casos os fatos foram distorcidos para comporem o marketing da participação popular em Diadema, como é o caso relatado por Cleusa, em relação a uma matéria publicada no *Jornal dos Trabalhadores*:

Cleusa de Oliveira, primeiramente fez um protesto quanto à publicação da matéria do *Jornal dos Trabalhadores* afirmando que ele não refletia a situação em Diadema, pois foi publicado que os diretores foram escolhidos e levados para aclamação da população. Argumentou que isto não aconteceu assim. Disse também que omitir dados da prefeitura à população seria mentir; pediu que o Gilson explicasse a diferença entre PT e PMD [*Prefeitura Municipal de Diadema*]¹⁰⁹.

A constatação de que os fatos veiculados pelos canais de comunicação petistas estavam distorcidos, levou uma militante a evidenciar que havia diferenças entre a plataforma de governo do PT e as atuações da primeira administração política de Gilson, em Diadema. Diferentemente do que haviam proposto durante a campanha, os diretores desta administração política foram escolhidos, em detrimento da opinião dos CMPs, e eles estavam “omitindo dados da prefeitura à população”, o que seria equivalente a “mentir”.

Ao longo da convenção extraordinária, convocada para mediar os conflitos em Diadema, foram feitas diversas denúncias de desrespeito às diretrizes do partido, dentre elas, destacamos o não pagamento da contribuição partidária por parte dos diretores da administração política e uso de autoridade para alcance de favores pessoais:

Cláudio disse que a democracia interna do partido estava sendo desrespeitada; que a PMD [*Prefeitura Municipal de Diadema*]

¹⁰⁹ Documento: Diretório do PT Diadema. “Ata da Convenção Extraordinária do Partido dos Trabalhadores de Diadema”. 21.5.1983. (*grifos meus*).

deveria respeitar e acatar a deliberação do partido, que o compromisso de pagar a porcentagem devida ao partido estava comprovada pela porcentagem afixada na parede num quadro (...) Dos diretores que não cotizou [sic]: Amir, Pedro Luiz, Jorge Flores, José Augusto, Paulo Afonso, Júlio Morandi (...).

Pai do Ivo denunciou o diretor de gabinete, dizendo que foi enviado a ele (*pai do Ivo*) uma carta mentirosa. Disse que pegou a fotografia de Gilson, Paulão e Juracy e colocou num quadro e agora não acreditava no que estava acontecendo no partido, tendo em vista a posição destas pessoas¹¹⁰.

Embora a contribuição de 50% dos salários dos diretores e portadores de cargos eletivos tenha sido decidida democraticamente e registrada na Carta de Compromissos, vários daqueles que assumiram em 1983 desrespeitaram esta diretriz. Desponta desta constatação uma questão ainda mais ampla, como aquela administração poderia levar a cabo a tarefa de democratizar o Estado, se não foram capazes de efetivar a democracia dentro da instância partidária? Um dos participantes da convenção extraordinária revelou ter custado a acreditar que havia sido enganado por aqueles em quem confiou para transformar a cidade.

Outra denúncia, deflagrada na convenção, versou que o diretor do gabinete, Juracy Magalhães, teria negociado com o dono de um bar a doação de um litro de conhaque, com a justificativa de que teria direito a um tratamento diferenciado, por ser diretor de gabinete. Em resposta, Juracy afirmou que “fora firmado um acordo com os donos dos bares da região no sentido de ceder bebida aos músicos de graça”.

Era nítida a percepção de que os representantes petistas, no âmbito municipal em Diadema, estavam paulatinamente se descolando da realidade dos trabalhadores. Não se tratava de uma simples situação de status pessoal, ou de uma disputa entre tendências do mesmo partido, mas da compreensão de que o domínio político do aparato estatal, em âmbito municipal, não garantia o atendimento das demandas populares. Aqueles que foram considerados heróis, por colocarem a classe trabalhadora em um espaço deliberativo pretensamente transformador, no exercício de suas funções eletivas, viviam cotidianamente dificuldades para efetivar as demandas populares, a partir do Estado. Tornava-se

¹¹⁰ Documento: Diretório do PT Diadema. “Ata da Convenção Extraordinária do Partido dos Trabalhadores de Diadema”. 21.5.1983.

imperativo, a estes representantes, seguir a rotina burocrática, firmar acordos propiciadores da governabilidade e usar os poderes conferidos pelos seus cargos.

O presidente nacional do PT, Lula, durante sua fala nesta convenção, reafirmou sua amizade, oriunda das lutas no sindicato, com Gilson e os diretores acusados e buscou uma conciliação entre os membros do diretório de Diadema. Sobre a contribuição de 50% do salário dos diretores, Lula afirmou que considerava o pagamento uma loucura, mas que, até a discussão da redução da taxa, todos deveriam pagar, pois “na questão da administração a democracia deveria ser levada às últimas consequências, isso quer dizer, que a prefeitura necessitava de organização partidária”. Evidencia-se nesta afirmação uma nova missão para o PT governista: realizar o projeto democrático através de uma organização partidária, articulado aos outros partidos. Assim, nesta tarefa mais ampla, tornava-se indispensável conciliar interesses divergentes no âmbito político, para alcançar a democratização do Estado.

Para acabar com o impasse local, um obstáculo para a construção da democracia, Lula propôs a negociação da dívida dos diretores com o partido e o cumprimento da carta de compromissos. A importância da ligação entre atuação partidária e ativismo nas lutas sociais foi reafirmada por Lula, no sentido de congregar forças para a realização do projeto democrático, pois “não podia conceber a ideia de que um filiado não fosse sindicalizado ou participasse de uma associação de classe”.

Ainda distante da realidade do PT de Diadema, Lula atuou como um conselheiro, com o objetivo de apaziguar os ânimos e fortalecer os interesses do partido. Durante sua fala, explicitou que alguns dos princípios da carta de compromissos deveriam ser repensados, mas até o alcance do consenso entre os correligionários, todos deveriam pautar-se pela última decisão.

Naquela reunião não havia uma conjuntura favorável para revisar os fundamentos da carta de compromissos de 1982. O encontro já estava demasiadamente longo¹¹¹, em peso, os militantes questionavam as ações da administração política de Gilson e pediam a expulsão dos diretores de governo. Nestas circunstâncias, os fundamentos da carta foram reafirmados na convenção e

¹¹¹ A transcrição sucinta da convenção totalizou 18 laudas.

a punição estabelecida no descumprimento desta proposta, referendada pelos presentes, foi a expulsão do partido.

Logo após a aclamação desta deliberação, o vereador Washington Luís Mendes, afirmou que não iria cumprir a carta de compromissos, especialmente o item sobre o pagamento de taxa para o fundo partidário, pois “a conta do partido não estava em banco oficial; que era irregular a cobrança da carta de compromissos”. Desmentindo a informação do vereador, Cleuza informou que o partido já dispunha de uma conta no Banco do Brasil. Diante dos pedidos da plenária, Lula solicitou aos representantes do diretório que mantivessem contato com José Dirceu para viabilizar juridicamente a expulsão do vereador Mendes.

A proposta de expulsar o vereador Mendes do PT não foi adiante. Porém uma série de denúncias de desrespeito ao estatuto e adoção de práticas contra os interesses dos trabalhadores levaram o Diretório Nacional a criar uma comissão exclusiva para acompanhar a crise interna do diretório de Diadema.

Um caso exemplar de práticas que contrariavam os interesses dos trabalhadores foi a punição estabelecida pelo prefeito da cidade de Diadema para os funcionários públicos que participaram da paralização nacional de 21 de julho de 1983, contra a política de arrocho salarial promovida pela ditadura militar e decretos de redução dos benefícios dos trabalhadores de empresas estatais. Esta paralização colaborou para aumentar a pressão sobre o governo militar, cuja saída para o acirramento dos conflitos foi colocar em prática o programa de descompressão.

Com o objetivo de cumprir as metas da carta de intenções com o Fundo Monetário Internacional, assinada em janeiro de 1983, em momento de grande endividamento externo, a ditadura militar brasileira adotou uma política de reajustes salariais inferiores à inflação e a eliminação de negociação de aumentos por produtividade. Uma série de decretos foi sancionada reduzindo os reajustes automáticos para todas as faixas salariais e os benefícios dos funcionários das empresas estatais, a fim de diminuir os gastos públicos. Tais fatos mobilizaram organizações de luta dos trabalhadores de todo o Brasil em greves e conferências que culminaram com a criação da CUT (PERES; NETO, 2010). A greve de 21 de julho de 1983, que contou com a participação de mais de três milhões de pessoas

e diversos segmentos sociais, dentre eles trabalhadores do setor público e privado, contra a política de arrocho salarial, foi ignorada pela administração municipal diademense, que preferiu continuar a realizar suas demandas ordinárias. Obstacularizada pela ausência dos servidores, a prefeitura diademense resolveu cortar o ponto dos grevistas para aplicar uma medida exemplar e passou a perseguir politicamente alguns funcionários (MONTE; TAVARES, 2004).

Insuflados pelo descontentamento com a punição, que mais parecia oriunda dos quadros da ditadura militar, os funcionários públicos de Diadema articularam-se com o diretório do PT Diadema e convocaram uma reunião extraordinária para discutir a atuação de Gilson Meneses e seus diretores. Dentre as denúncias apresentadas na reunião extraordinária do diretório municipal do PT de Diadema¹¹², que contou com a presença de Francisco Weffort como representante da Comissão da Executiva Nacional (CEN), podemos citar as perseguições políticas e as demissões daqueles que criticavam a administração, o uso do aparelho estatal como cabide de empregos, os descontos dos dias em greve no salário dos servidores públicos, a inadimplência dos diretores e prefeito quanto à contribuição obrigatória ao partido, a distorção no processo de filiação, a escolha de diretores de administração sem consulta aos conselhos populares e corrupção na administração municipal.

O desentendimento entre administradores municipais e militantes petistas aprofundou-se de tal forma que o Diretório Municipal passou a divulgar boletins de informação denunciando o posicionamento da administração pública frente às demandas sociais e carta de princípios. Nestes boletins o prefeito foi chamado de “patrão”, “explorador de funcionários”, “traidor do PT”, “novo general”, dentre outros.

Tornou-se frequente o aparecimento de pichações nos muros da cidade com o mesmo teor dos boletins¹¹³. Eleitores e militantes constataram que a promessa dos candidatos eleitos, sobre o uso eficiente e racional do aparato estatal para atender a necessidade dos trabalhadores, tornou-se uma falácia e sentiram a

¹¹² Documento: Diadema. “Ata de reunião extraordinária dos membros do Diretório Municipal do PT de Diadema”. 19.8.1983.

¹¹³ Ibid. “Agrediu o diretor de saúde, física e moralmente, soltando boletins informativos a população”. “... o que foi aprovado foi o documento ‘Gilson traiu’ (...) alguns folhetos chegaram a ir para a rua”.

necessidade de alertar a população. Antigas práticas políticas, como a utilização de cargos públicos em comissão para troca de favores e cooptação política, intimidações e posturas autocráticas, foram denunciadas durante a primeira administração política petista em Diadema. Os interesses da coisa pública passaram a ser subordinados à condição e mando dos governantes. As práticas cotidianas da administração petista, na administração de Gilson Menezes, levaram o militante Ivan a concluir que houve manutenção “[d]o empreguismo que é fruto do tráfico de influências, pratica de jagunços, prática de intervencionismo nos diretórios e a distância deles do diretório”¹¹⁴.

Corroborando para a constatação de que houve manutenção das práticas governistas, condenadas pelos militantes petistas, Anastácia descreve o clima autocrático imposto pela administração pública ao afirmar que “sempre depois das reuniões alguém é mandado embora, sempre se falou na campanha que os conselhos populares seriam atendidos e não fomos, e só atendeu [sic] quando fomos com muito quente”¹¹⁵. Os planos que inauguraram a administração política 1983-88 em Diadema foram traçados pelos diretores e prefeito e impostos aos demais funcionários públicos e militantes. Ao longo da administração política, aqueles que questionavam estes planos foram demitidos. Apenas em momentos de grande pressão popular, que colocavam em risco a governabilidade, houve atendimento às demandas dos CMPs.

A compreensão de que “se a base fosse consultada, aí é que não iria dar nada”¹¹⁶, foi externada pelo diretor Pedro Luiz Benedicto, em uma das reuniões ordinárias do diretório, como uma estratégia para agilizar os planos de ação da administração política. Esta análise era compartilhada por muitos diretores, mas também muito combatida por diversos militantes¹¹⁷. Tais fatos não significaram que Gilson Menezes e seus diretores pautaram suas ações nos interesses de empresários e grupos políticos dominantes. A estrutura burocrática do Estado e a necessidade de manter-se no poder, e realizar acordos, obrigaram os

¹¹⁴ Documento: Diadema. “Ata de reunião extraordinária dos membros do Diretório Municipal do PT de Diadema”. 19.8.1983.

¹¹⁵ Ibid.

¹¹⁶ Documento: Diadema. “Ata de reunião ordinária dos membros do diretório municipal do PT de Diadema”. 15.4.1983.

¹¹⁷ Ibid. “Gentil disse que a consulta ao diretório era uma obrigação, que era neste local que tudo deveria ser resolvido. Alvino disse que na plenária de Santa Rita afirmou ao Gilson, que se não acatasse, o PT ficaria sozinho”.

administradores petistas a agirem contrariamente às suas promessas de campanha.

Havia um consenso de que a conquista da prefeitura constituiu-se como divisor de águas, quanto ao comportamento e ideologia dos membros petistas, que assumiram cargos públicos eletivos e de confiança. Segundo o militante Pedro:

Na campanha eleitoral falávamos que o PT era feito com honestidade e quem iria governar seria [sic] os trabalhadores, mas não é isto que está acontecendo; todo mundo que é petista bom está sendo perseguido pela administração que se diz petista¹¹⁸.

Aqueles considerados “petista[s] bom[ns]” eram os seguidores da carta de compromissos, construída pelos militantes petistas em momento de campanha, que teve por objetivo tornar pública a plataforma de governo, tática e objetivos do PT, assim como garantir o exercício destas normas no mandato político. Compreende-se que o descompasso em relação aos princípios da carta de compromissos acontece a partir da assunção da nova função social dos militantes na administração pública municipal. Enquanto militantes, suas ações estavam dirigidas para a conquista do poder político, através do processo de eleições em que buscaram catalisar as necessidades e desejos da população e representá-la politicamente. Ao assumirem a administração pública municipal, perceberam que sua nova função social tinha limites reais. Tratava-se de lidar com as dificuldades de efetivar as demandas populares, a partir de recursos parcos e comprometidos, encarar a incapacidade do governo municipal de resolver os problemas de desenvolvimento social, pois a situação precária dos trabalhadores estava intimamente ligada à superexploração da força de trabalho, resultante do modelo econômico imposto em âmbito nacional e construir constantemente ações de governabilidade para conseguir exercer o poder político.

O atendimento das demandas sociais em Diadema estava circunscrito em uma perspectiva futura, dependente das estratégias que os membros petistas traçariam a partir das dificuldades enfrentadas logo no início da administração política. Ao invés de concentrarem suas lutas no âmbito do trabalho, por melhores condições de vida dos trabalhadores, contra a superexploração, os administradores petistas aprofundaram laços com sua nova função social, conciliaram interesses

¹¹⁸ Documento: Diadema. “Ata de reunião ordinária dos membros do diretório municipal do PT de Diadema”. 5.8.1983.

inconciliáveis pela via política, sufocando lutas sociais na busca pela governabilidade.

As análises da destinação orçamentária do município, na administração política 1983-88¹¹⁹, evidenciam a prioridade de investimento na área periférica sobre a área central. Porém, os processos que envolveram esta inversão de prioridades revelam a manutenção da velha estrutura política de negociatas que, longe de promover a emancipação humana, construiu relações corruptas e autocráticas. Em análise sobre o cenário de conflitos em Diadema, Francisco Weffort afirmou que:

O problema de Diadema não é só daqui, afetou todo país. Há pontos não definidos, houve um atraso considerável por parte da nacional e não tínhamos consciência da gravidade da situação. Não percebemos a importância das nossas experiências em Diadema e Santa Quitéria; nós erramos e assumimos, porque somos homens e não deuses. Estamos aprendendo sobre a marcha na luta e nossa união em torno das propostas, e esta era a nossa situação em eleições¹²⁰.

Como representante da CEN para acompanhar o caso Diadema, Weffort refletiu uma compreensão colegiada. Embora as duas prefeituras conquistadas pelo PT nas eleições de 1982, Diadema e Santa Quitéria (MA) tivessem vivido processos de formação¹²¹ muito diferentes entre si, passaram por problemas parecidos¹²² quanto à execução dos princípios partidários. O diretório nacional

¹¹⁹ Sobre as análises orçamentárias das administrações do PT em Diadema entre 1983 e 1996 ver: SANTOS, Joana D. V. "Lutas por moradia na cidade de Diadema (1982-1996): cooptação e acomodação de conflitos do capital". 2009. 187f. Dissertação (Mestrado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História, PUC, São Paulo, 2009.

¹²⁰ Documento: Diadema. "Ata de reunião extraordinária dos membros do diretório municipal do PT de Diadema". 19.8.1983.

¹²¹ A fundação do PT no Maranhão contou com a participação de organizações estudantis, membros do MDB e trabalhadores rurais. Em função da necessidade de expandir a atuação do PT, os dirigentes estaduais estimularam grupos que não encontravam canais de expressão em outros partidos, a lançarem candidaturas pela sigla PT. Há 50 anos sob domínio da família Pedrosa, a cidade de Santa Quitéria, reuniu condições favoráveis para a organização do PT devido à crescente exclusão de grupos do processo eleitoral. A preocupação principal da organização petista nesta cidade, dada as circunstâncias, foi eleitoral. O prefeito eleito pelo PT em Santa Quitéria, Manoel da Silva Costa, devido à dificuldade de firmar convênios com o governo do Estado, rompeu com o partido e filiou-se ao PDS, a fim de que a cidade fosse "contemplada com certo carinho pelos titulares estaduais", ver: BORGES, A. "A construção do Partido dos Trabalhadores no Maranhão". Dissertação de Mestrado. Campinas, Unicamp, 1998.

¹²² A tese de que o PT devido a dificuldades em combinar a luta social e institucional buscou conquistar vitórias políticas adaptando-se ao jogo político e usando as armas do adversário, tendo sido tragado pela tradição clientelista brasileira, é desenvolvida por Secco, ver: SECCO, L. *A história do PT*. São Paulo: Editora Ateliê, 2011.

percebeu tardiamente que os conflitos regionais não se restringiam a meras discordâncias entre grupos e que prescindiam de discussões mais amplas.

A CEN do PT emitiu um documento conciliador¹²³, que objetivou uma saída política para os conflitos entre o diretório municipal de Diadema e os gestores da administração municipal. Decidiu-se sobre o afastamento do diretor de gabinete Juracy, pela regularização da contribuição obrigatória ao partido, pelo cumprimento da disciplina partidária e pela cooperação política entre os militantes na administração municipal, sob pena de medidas disciplinares imediatas¹²⁴.

Muitos petistas presentes na reunião, que comunicou a decisão da CEN, discordaram que os conflitos estabelecidos em Diadema seriam resolvidos a partir das ações conciliatórias propostas, especialmente com o simples afastamento do diretor de gabinete, Juracy. A avaliação de alguns petistas era que: O problema não é só o Juracy, já estão comentando, o problema não é tão simples assim¹²⁵. O chefe de gabinete imbuu-se da tarefa de efetivar propostas de ação que haviam sido traçadas em conjunto pelo prefeito, diretores e seus apoiadores. O cerne do conflito não havia sequer sido tocado pelas decisões do CEN. Tratava-se da estratégia assumida pelo PT para efetivar as demandas sociais.

A CEN recomendou que o prefeito indicasse um substituto para o cargo de diretor, por se tratar de um cargo de confiança. Tal recomendação foi muito questionada pelos militantes:

Está colocado no documento cargo de confiança, é de confiança do partido e não da panela a quem pertence o companheiro; a comissão vai ser questionada também porque será inevitável, dependerá da sensibilidade¹²⁶.

Segundo a compreensão deste ativista, os sujeitos que ocupam os cargos na administração pública municipal deveriam representar os interesses daqueles que o elegeram, contrariamente à decisão da CEN que se preocupou em

¹²³ O documento foi emitido pela comissão da executiva nacional do PT no dia 20 de agosto de 1983.

¹²⁴ Documento: Diadema. "Ata de reunião ordinária dos membros do diretório municipal do PT de Diadema". 9.9.1983.

¹²⁵ Ibid.

¹²⁶ Ibid.

“restabelecer o clima de trabalho”¹²⁷, a fim de que a administração política petista em Diadema fosse mantida.

Longe de configurar a inabilidade pessoal para o trato com a coisa pública, os episódios acima narrados evidenciam como o PT paulatinamente incorporou o papel de administrador estatal, efetivando suas principais funções, conciliar interesses e conter as demandas dos trabalhadores que encontravam alguma dificuldade de efetivação, seja devido ao orçamento incipiente ou divergências econômicas e políticas.

Compreende-se que a efetivação de um mundo socialista estava longe do horizonte histórico de Gilson, especialmente pela posição que passou a ocupar como prefeito, o que o obrigava a resolver questões de forma imediata e pragmática. As análises sobre suas ações e estratégias evidenciam sua crença na possibilidade de humanizar o capitalismo no interior do Estado. Dentro de seu âmbito de ação, Gilson buscou realizar reformas no Estado, confiando que estas mudanças trariam melhorias significativas para a população, a médio e longo prazo.

Portanto, os conflitos ocorridos em Diadema constituem a expressão de um problema inerente à natureza do Estado. A estratégia do PT nacional, da luta pela via política, lastreada pela compreensão equivocada dos teóricos petistas sobre aquele momento histórico do país, conduziu o partido para a luta no campo político, assumindo a função de conciliar interesses entre Estado político e sociedade civil. Ao aceitarem o jogo “democrático” para encaminhar as demandas populares, aceitaram os velhos modos de fazer política, ficaram presos às demandas ordinárias da administração e à necessidade de conter as demandas sociais.

Nos meses iniciais do governo petista em Diadema, destacou-se uma nova missão para o partido, viabilizar o projeto democrático, instaurador de uma ilusão de ótica, que aproxima o povo do poder político, para afastá-lo do centro das decisões econômicas. Neste sentido, o Estado fortalece-se como uma corporação referendada jurídica e socialmente, para impor projetos que aparecem como vontade geral, mas que tem sua condição genesíaca no interesse particular. A contradição entre a plataforma eleitoral do PT de Diadema, em 1982, e a efetivação

¹²⁷ Ibid.

da proposta de governo, destaca os entraves da via política, do projeto democrático, na efetivação de um consenso entre interesses inconciliáveis.

Portanto, a descentralização do Estado, a partir dos canais de participação popular, estratégia do PT para instrumentalizar o “gerenciamento dos conflitos entre os diversos interesses sociais” (VILLAS-BOAS, 2005), tornou-se uma falácia, que de fato acomodou os intensos conflitos sociais, gerados pela desigualdade social e espoliação do trabalho, vivenciada pela maior parte da população residente em Diadema. Tal fato deve-se à estratégia assumida pelo partido: viabilizar o projeto democrático em atendimento aos diversos interesses concomitantes na cidade através da via política.

4. “Ideologia, na prática, dentro do regime capitalista, é diferente”¹²⁸: as várias facetas das divergências internas do PT em Diadema.

Os desdobramentos da crise no PT em Diadema, evidenciam os diferentes aspectos das querelas internas do partido. Dentre as discordâncias que mais se destacaram, estão aquelas que envolveram o não cumprimento do programa partidário, controle das novas filiações ao partido e a administração do dinheiro público.

As decisões da CEN sobre os conflitos estabelecidos em Diadema entre os princípios partidários e a atuação da administração municipal, não foram acatadas pelo prefeito, provocando o acirramento das desavenças. A intervenção do PT nacional na administração de Diadema era vista pelo prefeito Gilson Meneses como um “atropelamento” de sua atuação.

O PT, através de seus estatutos, não pode influenciar a administração. Eles só podem mexer com filiados, mas não com o prefeito. Eles não entenderam ainda as nossas atribuições (...). Quem está na administração é quem sabe quem está trabalhando. A comissão especial pode sugerir, mas determinar é um atropelo. (...) A regra do jogo hoje é ser administrador de toda a população. Se ela confiou o mandato à minha pessoa, eu tenho direito a ele. (...) Enquanto não errar, Juracy fica no cargo, mesmo que o Diretório Nacional não aceite este recurso, porque quem decide

¹²⁸ Depoimento de Gilson Meneses reproduzido no *Diário do Grande ABC*. “Gilson: programa do PT não é aplicado em Diadema”. 20.1.1984, p 5.

isso é o prefeito. Se houver insistência, a executiva nacional não estará ajudando, e isso eu não poderei admitir¹²⁹.

A justificativa de Gilson Meneses para descumprir as recomendações da CNE pautou-se na afirmação de que os membros da estadual desconheciam as necessidades da administração municipal. Segundo a compreensão do prefeito, para que a administração funcionasse tornava-se necessário jogar de acordo com as “regras do jogo”, ou seja, “ser administrador de toda a população”, o que incluía realizar ações que ultrapassavam os limites e diretrizes estabelecidas nos estatutos do PT.

Em retrospectiva sobre as divergências entre a administração municipal e nacional do PT, sobre o não cumprimento do programa partidário, Gilson afirmou que a

[A] não introdução do programa partidário não tem criado conflito com a direção nacional do PT, (...) alegando que isso acontece porque seus correligionários estão reconhecendo o que é uma administração popular. ‘Ideologia’, na prática, dentro do regime capitalista, é diferente¹³⁰.

O desdém de Gilson em relação à principal divergência com o diretório municipal do PT, o não cumprimento do programa partidário, especialmente em relação à consulta às bases, e aparente conivência do diretório nacional, pode ser explicado a partir da análise das decisões conciliatórias do CNE sobre o conflito. Priorizou-se a sustentação dos mandatos e a manutenção do poder político, o que levou à luta interna por composições de força para as eleições estaduais em 1986 e municipais em 1988.

Dentre as ações tomadas pelo diretório de Diadema, com o objetivo de limitar as ações da administração municipal e da Articulação, podemos citar a restrição de filiações e a articulação da bancada petista para não aprovar créditos suplementares do orçamento municipal.

Os novos critérios para a aceitação de filiados, na instância municipal, tinham por objetivo subsidiar a avaliação do diretório sobre os candidatos à filiação. Justificaram-se os indeferimentos dos pedidos de filiação a partir de avaliações

¹²⁹ Declaração de Gilson Meneses publicada no *Diário do Grande ABC*, 4.10.1983, p 4, disponível em Simões (1992:127)

¹³⁰ Documento: DGABC. “Gilson: programa do PT não é aplicado em Diadema”. 20.1.84. p 5.

sobre a aproximação ou distanciamento do candidato com os princípios do estatuto do PT, o que na prática significava limitar a presença de aliados do prefeito e da Articulação no partido e assim obstacularizar o processo de composição de hegemonia do campo adversário.

O pretendente tem de conhecer o estatuto e as normas do partido. As fichas devem ser encaminhadas através de um núcleo de bairro atuante, que se responsabilize pelo novo filiado. As fichas têm de ser entregues à comissão de organização. Quem não comparece não pode apresentar fichas¹³¹.

(...) cede a palavra para Francisco que alega que as fichas de filiações estão voltando porque o diretório não aceita, tem que fazer triagem, defendendo a filiação, pois as fichas que faço são de pessoas que conheço¹³².

Queixou-se novamente que as indicações encaminhadas por elementos ligados à administração estavam sendo boicotadas, o que teria motivado a derrota da chapa apoiada por ele na pré-convenção de junho. Denunciou que na época havia mais de 300 fichas paradas no diretório¹³³.

Apenas os núcleos de bairro puderam encaminhar as fichas de filiação, processo cuidadosamente organizado para evidenciar quem eram os aliados políticos do candidato a membro do partido e limitar a influência de agrupamentos contrários ao diretório regional, de domínio das tendências trotskistas. Tais procedimentos constituíram uma estratégia adotada em vistas às convenções municipais, estaduais e nacionais em que os filiados tinham direito a voto e decidiam as composições de chapas para eleições da diretoria do partido nas diversas instâncias, assim como outras decisões sobre os rumos a serem adotados.

Rumores sobre o mau uso do orçamento público municipal eram constantes. Frequentemente houve questionamentos sobre as decisões dos administradores petistas no uso do orçamento municipal, assim como em relação à apropriação privada do dinheiro público. Estas controvérsias ganharam novo destaque no contexto de disputas entre tendências no PT de Diadema. Os diretores de serviços urbanos e gabinete, Pedro Luiz Benedicto e Juracy Magalhães, foram acusados de

¹³¹ Depoimento de Cleusa, presidente do diretório regional do PT de Diadema, disponível em: TAVARES, J; MONTE, G. *PT Diadema: Uma história de militância e luta*. São Paulo: Terra das Artes Editora, 2004, p 41.

¹³² Documento: Diadema, Diretório Municipal do PT. "Ata de reunião extraordinária dos membros. Diadema". 19.8.83.

¹³³ Depoimento de Gilson divulgado pelo *Diário do Grande ABC*, 14.9.83, p 5.

usar indevidamente verbas públicas destinadas à participação em um curso realizado no Rio de Janeiro, entre vinte e dois de agosto e dois de setembro de 1983, intitulado “Administradores dos Sistemas de Transporte Público”. Questionou-se publicamente a escolha de Juracy para participar do curso, já que este não exercia função diretamente ligada à administração do transporte público na cidade, em detrimento da participação do diretor de planejamento Amir Antônio Khair. Aventou-se que motivos pessoais pautaram a escolha de Juracy, para a viagem que tinha justificativa profissional, mas que de fato destinou-se a lazer.

Quando a denúncia de gastos públicos veio à tona, o prefeito solicitou o retorno de Pedro Luiz, dois dias antes do final do curso. A exoneração de Pedro Luiz do cargo de diretor de serviços urbanos já estava em tramitação, na data do curso, devido ao fato deste não preencher os requisitos legais para o cargo. Para garantir a sua manutenção no governo, costurou-se sua nomeação para chefiar a pasta assuntos legislativos, cargo que não chegou a assumir devido às denúncias de corrupção em que foi envolvido.

Questionado sobre a veracidade das denúncias, Pedro Luiz afirmou que: “se houve corrupção nesta conta houve a participação do Juracy Magalhães¹³⁴”. A prestação de contas da viagem ao Rio de Janeiro indicou um total de Cr\$ 304 mil gastos com refeições e lazer. Como ficou evidente o mau uso do dinheiro público, não houve justificativa plausível que acalmasse a opinião pública e referendasse a aprovação das contas apresentadas. O valor de CR\$ 92 mil cruzeiros foi devolvido aos cofres públicos por Pedro Luiz, sob protestos, pois alegou que esta quantia teria sido gasta por ele e Juracy.

Foi encaminhado pelo diretório municipal do PT e pela Câmara Municipal requerimento ao prefeito solicitando um relatório sobre o conteúdo do curso e a prestação de contas da viagem. Em resposta a estes pedidos Gilson Meneses afirmou que: “Se formos mandar tudo o que o Legislativo pede, vamos parar nosso serviço só para atendê-lo. (...) Não vou espalhar estas notas para todo mundo”¹³⁵.

¹³⁴ Documento: DGABC. “Ex-diretor ameaça Juraci com processo”, 15.10.83, p 5.

¹³⁵ Ibid.

Em represália às denúncias de má administração do dinheiro público, o diretório municipal articulou, com a bancada de vereadores petistas, um boicote aos pedidos de créditos suplementares.

Como o Executivo municipal desrespeitou frontalmente nossos documentos e nossa pregação eleitoral; os vereadores deveriam dar uma resposta à altura dos acontecimentos, dando uma satisfação à população, a principal vítima da falta de democracia no país e mesmo ao prefeito municipal, que eleito pelo Partido dos Trabalhadores, não o respeita.

(...) Há muitas desculpas da administração hoje de que determinadas reivindicações da população não são atendidas, porque herdou-se um orçamento mal elaborado e alega-se também que a prefeitura não tem dinheiro. De hoje, em diante a administração não poder [sic] usar essas desculpas porque fez seu próprio orçamento para 1984. Cabe deixar claro que este orçamento foi elaborado em gabinetes, sem participação da população e do partido nas decisões de fechamento do orçamento, como se fazia nas administrações anteriores¹³⁶.

Ao verificar que o prefeito não acatou as decisões da CNE, que o orçamento municipal continuava sendo elaborado às portas fechadas, sem a participação popular e que o dinheiro público custeou as despesas de viagens a lazer dos aliados do prefeito e outras demandas não oriundas dos conselhos populares, os membros do diretório municipal encontraram a munição necessária para questionar o prefeito sobre o cumprimento dos princípios partidários. Constatou-se que o uso do orçamento público se dava conforme a prioridade de interesses da administração e que o boicote aos pedidos de crédito suplementar poderia obstacularizar as ações do prefeito, obrigando-o a dialogar com o diretório municipal.

A manutenção de Juracy Magalhães no cargo de diretor de gabinete de Gilson Meneses foi possível até maio de 1985, quando foi envolvido em novas denúncias de escândalos financeiros. Dentre estas denúncias ficou famosa a simulação de um acidente com o carro oficial, a fim de receber o seguro para pagar um acidente sofrido por Juracy, que dirigia uma Parati emprestada por um amigo¹³⁷. Foi expulso do partido no ano seguinte, após sua adesão à candidatura de Paulo Maluf, pelo PDS, partido de sustentação da ditadura militar, para o governo do

¹³⁶ Documento: Diadema, diretório municipal do Partido dos Trabalhadores. "Ata da reunião". Diadema: 11 de novembro de 1983.

¹³⁷ Documento: FSP. "Suplente de deputado do PT adere a Maluf". 23.9.1986.

Estado. A justificativa para o apoio a Paulo Maluf pautou-se na compreensão de que ele era o “melhor candidato a governador” e que o candidato do PT, Eduardo Suplicy, como Maluf, “também era um homem rico, que não afina com os ideais do partido”¹³⁸.

Outro petista apoiador de Maluf nas eleições estaduais, o então vereador Dorival Lopes, questionado sobre uma possível divergência entre ter sido eleito pelo PT e apoiar um candidato do PDS, afirmou que “a gente sempre lutou por um país livre e democrático, como está acontecendo agora, e com Paulo Salim Maluf no governo haverá uma democracia maior mais ampla”¹³⁹.

Em entrevista para o jornal o *Estado de S. Paulo*, por ocasião de uma reportagem intitulada “PT, depois do sonho, a agonia”, Juracy Magalhães afirmou que o PT estava nas mãos de intelectualóides como Francisco Weffort, que nunca fizeram política de base, “que não entendem nada de classe trabalhadora”.

Ele [o PT] distanciou-se da proposta inicial, que era a de colocar o poder nas mãos dos trabalhadores, tanto através de eleições, como na própria estrutura interna do partido.

O problema é que o PT não quer mais ganhar eleição, não acredita no trabalhador exercendo o cargo executivo. Se ele for poder, vai ser cobrado, vira vidraça. Os intelectualóides querem o partido-vítima, que joga pedras e estilinga, deseja apenas cargos legislativos. Isso é comentado abertamente nas reuniões de dirigentes.

Os intelectualóides fizeram a cabeça dele [Lula]¹⁴⁰.

A análise de Juracy estrutura-se na compreensão de que ele e Gilson Meneses constituíram o verdadeiro governo dos trabalhadores e que os intelectuais, como Weffort, haviam influenciado negativamente o presidente nacional do partido, Lula, sobre o tipo de estratégia de atuação. Os cargos estratégicos, segundo a compreensão de Juracy, eram os executivos e para consegui-los tornava-se necessário tomar atitudes que muitas vezes não eram unânimes e por isso as críticas negativas constituiriam parte deste processo de ser governo.

O que estava em jogo, no apoio de Juracy à candidatura de Paulo Maluf, era a necessidade de manter-se vinculado a um partido político, para assim efetivar os

¹³⁸ Ibid.

¹³⁹ Ibid.

¹⁴⁰ Documento: OESP. “PT, depois do sonho, a agonia”. 13.11.86, p 90.

interesses populares, dentro do jogo democrático, através do Estado. Segundo sua compreensão, em um Estado democrático, aqueles que conseguissem eleger um representante político poderiam debater seus interesses nas instâncias de poder, até o alcance do consenso, cujo princípio seria sempre a vontade geral. Tal intento poderia ser alcançado em qualquer partido, pois segundo sua análise, bastava que os trabalhadores assumissem cargos executivos, para que a estrutura estatal viabilizasse suas necessidades.

Concluiu-se neste capítulo que os poucos resultados da eleição de 1982 frustraram a tentativa de fortalecimento do partido, a partir das conquistas eleitorais. Dentre as causas da inexpressiva votação do PT nas eleições de 1982, conforme avaliação dos membros do partido, estão a radicalização da campanha petista promovida especialmente pelos grupos trotskistas, a opção de estratégia de palavras de ordens na campanha, em detrimento da ampliação da discussão sobre os objetivos do PT, desorganização estrutural do partido e a instituição do voto vinculado.

Os principais fatores que incidiram na pequena votação do PT relacionavam-se com o sucesso do projeto de descompressão. As organizações que estruturaram a “transição transada”, como o PDS e MDB, receberam amplo apoio dos empresários, o que significou grandes investimentos financeiros para a campanha eleitoral e contribuiu para renovar a identidade destes partidos, revestindo-os com a aura de defensores da democracia.

As várias facetas das divergências internas do PT tornaram-se evidentes nos primeiros meses da administração política 1983-87. Os membros do diretório do PT de Diadema, ligados às tendências trotskistas, não participaram diretamente da administração pública e discordaram das ações empreendidas durante a administração política de Gilson Meneses, em especial denunciaram o descumprimento do programa de governo, a má administração do dinheiro público e a falta de critérios para a filiação ao partido.

Imbuídos da tarefa de viabilizar o projeto democrático, os administradores municipais buscaram conciliar interesses de classes distintas na esfera do poder.

Evidenciaram-se, portanto, a contradição entre a proposta de efetivação das demandas sociais pela via política e a função social da administração pública de conciliar interesses e conter as demandas sociais.

Os membros da administração política petista 1983-88, no exercício de suas funções, foram pressionados para cumprir sua nova função social, que destoava dos princípios assumidos em período de campanha. Neste sentido, o descolamento de sua base social deu-se progressivamente pela necessidade de administrar recursos parcos e manter a governabilidade.

Embora tenham percebido que havia disparidades entre os princípios estabelecidos na carta de compromisso e suas práticas, acreditavam que os objetivos de atendimento das demandas sociais pela via política estavam sendo alcançados, mesmo que de forma limitada pelas condições impostas pelo sistema econômico vigente. Consideravam-se representantes legítimos dos trabalhadores, pois eram oriundos desta classe e significavam o alcance da vitória na luta contra a ditadura militar. Não estava ao alcance da compreensão dos administradores petistas que a permanência da estrutura de dominação econômica e exploração do trabalhador os colocavam a serviço de interesses divergentes de sua classe de origem na construção de um novo tipo de dominação política.

CAPÍTULO III

DIADEMA, RUMO À CONSTITUCIONALIDADE DEMOCRÁTICA

Diversos fatores incidiram nas transformações programáticas ocorridas na institucionalização do PT, entre o final da década de 1980 e ao longo da década de 1990, como a queda do Leste europeu, a Reestruturação Produtiva no âmbito global, a perda da primeira eleição presidencial depois do período ditatorial, os conflitos entre as tendências internas no interior das administrações municipais do PT e a perda da influência dos movimentos sociais no interior do partido.

Evidenciaremos neste capítulo os impactos destas novas reorientações nas ações dos petistas à frente da administração pública municipal em Diadema, especialmente sobre a conquista da hegemonia política da Articulação no diretório do PT nesta cidade.

1. “(...) decidimos tomar o destino em nossas mãos e lançar-nos na aventura de construir um mundo novo¹⁴¹”.

Preparatório das disputas presidenciais daquele ano, o VI Encontro Nacional de 1989, apontou como plano de ação a estratégia gramsciana da conquista da hegemonia a partir da criação de um bloco histórico na imposição das reivindicações dos trabalhadores pela via partidária. Apostou-se no aprofundamento da crise do governo Sarney, com culminância em uma crise de regime, geradora de uma oportunidade histórica para os trabalhadores alcançarem a hegemonia política na implantação de um governo democrático-popular, rumo ao socialismo.

A ideia do “modo petista de governar” tem gênese nas diretrizes apontadas para os governos municipais no VI encontro, em consonância com os compromissos assumidos na campanha presidencial de 1989. Tornava-se necessário construir oposição ao governo central e evidenciar, na instância municipal, que os trabalhadores tinham capacidade de governar.

¹⁴¹ “As eleições presidenciais e a candidatura Lula”. VI Encontro Nacional do PT realizado no colégio Caetano de Campos, em São Paulo, entre 16 e 18 de junho de 1989.

As municipalidades do PT não só devem realizar uma administração coerente com o programa transformador com o qual nos apresentamos para as eleições presidenciais, como construir uma imagem pública, por meio de iniciativas concretas e de repercussão. Que deixem claro para a população as mudanças que estão implementando e que serão efetivadas, apesar das notórias dificuldades com as quais se defrontam.

(...) Vencer em 15 de novembro e no segundo turno dependerá, em grande medida, do acerto de nossas políticas daqui até as eleições e da capacidade de transformar nosso programa em uma arma e em uma esperança das maiorias deserdadas deste país. Vencer dependerá da competência que revelem em seus postos nossos parlamentares, prefeitos e funcionários, mostrando como os trabalhadores estão aptos para o exercício do governo e do poder¹⁴².

Creditou-se a conquista da hegemonia eleitoral, para além das alianças partidárias, à atuação dos representantes petistas eleitos, responsáveis pela construção da imagem do governo petista para a população em geral. O diferencial do governo petista em relação aos outros partidos deveria ser evidenciado através do exercício dos cargos que estavam mais próximos da população. Além de cumprirem o programa do partido, os governos municipais deveriam se portar como vitrines do governo do PT, mostrando na prática que é possível administrar o bem público a partir das necessidades da população.

De fato, a construção da candidatura de Lula, para presidência da República, foi fortalecida pelos resultados das eleições municipais de 1988, especialmente pela conquista da prefeitura paulistana. Decorridos os primeiros 6 meses do exercício dos mandatos, avaliações positivas dos petistas afirmavam a inauguração de uma “nova modalidade de gestão estatal” no país, pela manutenção do compromisso com os trabalhadores, aplicação dos preceitos democráticos e exercício da função pública com retidão. Nesse contexto de busca pela hegemonia política, a aliança do PT com os partidos de esquerda configurou-se como um pacto pela continuidade da mudança no âmbito federal.

As forças acumuladas pelo PT e pelo povo nessas eleições criam a possibilidade de que ocorra, pela primeira vez na história do Brasil, uma polarização entre esquerda e direita. O povo brasileiro se encontra diante de uma oportunidade histórica: a de liquidar com

¹⁴² Documento: “As eleições presidenciais e a candidatura Lula”. Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo Partido dos Trabalhadores. Disponíveis em: <http://csbh.fpabramo.org.br/uploads/aseleicoespresidenciaiseacandidaturalula.pdf>. Consultado em 10.1.2012.

pelo menos um quarto de século de tutela militar a serviço do capital internacional dos latifundiários e do grande capital em geral. O fim do desastroso e ilegítimo governo Sarney o mais cedo possível, com a eleição de um candidato à presidência da República com profunda inserção no movimento operário, popular e democrático, encerrará a farsa da transição conservadora¹⁴³.

Não se tratava de uma situação revolucionária, pois a estrutura estatal não seria alterada, mas a estratégia era agregar forças para enfrentar os desafios impostos naquele momento histórico, usando o parlamento como síntese das lutas. Impelidos pela compreensão de que as forças políticas no Brasil tenderiam a se unificar em duas frentes polarizadas, os dirigentes petistas buscaram fazer alianças para a composição do polo “positivo”. As circunstâncias históricas do processo eleitoral de 1989 levaram os dirigentes a concluir que era possível ao PT tomar a direção desse polo para guiar uma mudança política. Neste sentido, as conquistas da presidência da República e dos cargos do legislativo federal foram tratadas como fundamentais para esta mudança, com o rompimento do domínio do grande capital no Brasil e efetivação das demandas populares.

Sob a verve da assunção da liderança do polo “positivo”, o horário gratuito de propaganda eleitoral do PT, em 1989, apresentou-se como uma alternativa às propostas tradicionais. Recheada de artistas famosos a “Rede Povo”, programa eleitoral do PT, usou linguagem inspirada na rede de TV mais assistida no Brasil, a Rede Globo, buscando estabelecer proximidade com o público em geral e veicular informações em oposição aos tradicionais meios de comunicação de massa, comprometidos com a candidatura de Collor (ALBUQUERQUE, 1999).

O conteúdo do discurso da campanha do PT em 1989 foi marcado pela ideia da divisão da sociedade em classes antagônicas, com interesses inconciliáveis. Sob esta premissa, Lula foi apresentado como o líder das greves operárias do ABCD, representante da classe explorada, ávida por mudanças e melhores condições de vida, em oposição ao representante dos empresários brasileiros, Fernando Collor de Mello (MENDES, 2004). Uma vez eleito, o PT propunha efetivar os interesses da classe explorada, com a implementação da reforma agrária,

¹⁴³ “Momento atual e nossas tarefas”. VI encontro nacional do PT realizado no colégio Caetano de Campos em São Paulo entre 16 e 18 de junho de 1989.

suspensão do pagamento da dívida externa, redistribuição de renda e incentivo às pequenas e médias empresas, em detrimento do grande capital internacional.

Analistas indicaram três premissas que contribuíram para explicar a decisão de voto dos eleitores na eleição de 1989: a expectativa sobre a atuação do candidato para efetivar as melhorias necessárias, o combate aos inimigos do Brasil e a identificação dos eleitores com o candidato (GUILHON, 1992). Pautados nestas premissas, os analistas afirmaram que a vitória de Collor deveu-se especialmente ao voto pragmático. A campanha da grande mídia e dos empresários contra Lula provocou dúvidas até mesmo entre os trabalhadores, sobre os efeitos das mudanças “radicais” prometidas pelo petista. O então presidente da FIESP, Mário Amato, declarou que 100 mil empresários deixariam ao país se Lula fosse eleito (MENDES, 2004). Igrejas pentecostais apregoavam em cultos que Lula e o PT eram aliados dos comunistas ateus e, se eleitos, perseguiriam os evangélicos e transformariam templos em creches e escolas (MARIANO; PIERUCCI, 1992).

Dentre os episódios que marcaram os ataques pessoais contra Lula durante a campanha, ficou marcado o depoimento de Míriam, sua ex-namorada, exibido no programa eleitoral da coligação “Movimento Brasil Novo”, uma semana antes das eleições. Neste depoimento, Míriam revelou ter uma filha, fruto do seu relacionamento com Lula. A decisão de manter a gravidez, segundo o depoimento, teria se dado contra a vontade de Lula, pois naquele momento ele havia acabado de conhecer a sua atual esposa e, a fim de viabilizar este relacionamento, ofereceu dinheiro para que Míriam abortasse. Ainda neste depoimento, Míriam afirmou ter ouvido Lula declarar várias vezes seu ódio contra os negros.

Estudos sobre a influência das mídias nas eleições de 1989 evidenciaram a transformação da política em um grande espetáculo, em que os políticos passaram a encarnar personagens construídos por estratégias de marketing (COLLING, 2007). Compreendemos, neste fenômeno, uma exacerbação ainda mais problemática da política, ao nível em que se notou nas práticas politicistas um esvaziamento dos debates políticos, para o acirramento das disputas entre produtos elaborados almejando aos resultados eleitorais.

2. Democracia como valor estratégico

Após a derrota nas eleições presidenciais de 1989, o PT passou a liderar uma aliança política com PV, PCB e PCdoB, em oposição ao governo Collor. Buscou-se, a partir de então, fiscalizar as ações daquele governo e manter a mobilização entre os aliados para construir propostas políticas diferenciadas, que balizassem a oposição.

O clima do VII Encontro Nacional, realizado em junho de 1990, o primeiro após a derrota nas eleições de 1989, era de autocrítica e mobilização para a continuidade da luta no campo partidário. Diante das mudanças no contexto histórico e econômico e da ânsia de alcançar a vitória política, os militantes petistas viram-se obrigados a repensar suas bases teóricas e suas propostas de ação.

As alterações na estrutura sócioeconômica brasileira (com o surgimento, o rearranjo e a reacomodação de classes e segmentos sociais), as reformulações do capitalismo internacional e as profundas mudanças nos países socialistas (principalmente nos países do Leste europeu), por outro lado, obrigam o Partido dos Trabalhadores a um profundo reexame da teoria e da prática que até então vinham presidindo a luta histórica por uma humanidade livre, justa e fraterna, de modo a obter maior nitidez em sua concepção de socialismo e dos caminhos capazes de levar à transformação socialista da sociedade brasileira.

Além disso, avoluma-se a sensação de que nem tudo anda bem no funcionamento do partido. É nítido o descompasso entre o crescimento da importância do PT e o crescimento da sua estrutura orgânica. Há lacunas evidentes no desempenho do partido, tanto no plano institucional quanto no plano do movimento social. Muitos criticam o funcionamento real da democracia interna e se queixam de que o partido se afastou das origens, fechando-se para a massa de trabalhadores e correndo o perigo de elitizar-se e burocratizar-se. Outros vêem na atuação partidária desvios eleitorais¹⁴⁴.

As emergências de mudanças na sociedade brasileira, como a chegada de um civil à presidência, via voto direito, a constatação da ascensão de novos segmentos, no interior das classes, assim como os acontecimentos internacionais, como a crise do Leste europeu, transição das esquerdas no mundo e implantação da Reestruturação Produtiva, obrigaram os dirigentes petistas a repensar suas bases de atuação, a fim de alcançar a vitória política. Além desses fatores, a

¹⁴⁴ Documento: "O socialismo petista". VII Encontro Nacional realizado entre 31.5.90 a 3.6.90, no Anhembi, São Paulo.

crescente importância do PT no cenário político, constatada especialmente pela expressividade dos votos alcançados na eleição presidencial de 1989, em contraste com as divergências internas entre as diversas tendências que o compunham, com destaque para os conflitos suscitados nas localidades em que o PT havia conquistado prefeituras, levou os dirigentes a repensar a estrutura organizativa do partido e a ampliar a concentração dos mecanismos de direção partidária. Analisou-se a ida para o segundo turno das eleições de 1989 como o alcance de um dos objetivos fixados para a campanha, a conquista da liderança da esquerda no Brasil. O próximo passo a ser dado pelo PT, enquanto organização partidária, era a consolidação das condições que abririam espaço para a conquista da vitória política.

Na esteira da transição pela qual passaram as esquerdas em todo o mundo, o PT construiu sua identidade partidária em diálogo com a social democracia e o eurocomunismo (GARCIA, 1990), incorporando debates marcados pela queda do Leste europeu e adoção da teoria política gramsciana. No contexto deste reexame teórico e organizativo, os debates sobre a concepção de socialismo, a ser adotado pelo PT, culminaram com a rejeição ao socialismo real e a defesa do socialismo democrático. Neste novo cenário, havia a compreensão de que era possível superar a lógica do mercado capitalista e o planejamento autocrático estatal, a partir de mecanismos democráticos e assim assegurar a efetivação de uma “cidadania plena” (FRANCO, 1990). O elemento fundante da nova estratégia do PT passou a ser a democracia “a um só tempo, meio e fim, instrumento de transformação e meta a ser alcançada”¹⁴⁵.

Dentre os debates teóricos que lastrearam a vinculação entre socialismo e democracia política no Brasil, destaca-se o artigo de um dos fundadores do PT, Carlos Nelson Coutinho, “A democracia como valor universal”, lançado em 1979 em pleno período do processo de “distensão”. Neste artigo, embasado no plano teórico do Partido Comunista Italiano, a adoção da via parlamentar para o alcance do socialismo (TOGLIATI, 1966), Coutinho analisou as lutas sociais no Brasil e evidenciou sua tarefa histórica: a criação de condições para a consolidação do

¹⁴⁵ Documento: “O socialismo petista”. VII Encontro Nacional realizado entre 31.5.90 a 3.6.90 no Anhembi, São Paulo. Sobre a tese da adotada pelo PT, democracia política e sua relação com a tese do Partido Comunista Italiano “Democracia como valor universal” ver: GARCIA, Marco Aurélio. “Terceira via: A social-democracia e o PT”. In: *Teoria e Debate*, nº 12, 1990.

socialismo, a partir da luta pela renovação democrática. Para afirmar esta tese, Coutinho combateu a tradição marxista que associou democracia e dominação burguesa, evidenciando a leitura reducionista e economicista dos escritos de Marx, realizada por parte da esquerda. Recorreu ainda à tradição gramsciana para afirmar a democracia como um valor estratégico permanente, à condição para o alcance de uma nova sociedade.

Para compreendermos a perspectiva teórica de Coutinho é necessário apreendermos suas análises sobre a “via prussiana” da modernização econômico-social no Brasil. O processo de desenvolvimento capitalista no Brasil, para além da relação de dependência do capital internacional, segundo Coutinho, foi marcado pela ausência de revoluções autênticas e predomínio de conciliações entre as classes dominantes, ou seja, pelas reformas políticas impostas pelo alto. Esta forma particular de entificação do capitalismo manifesta-se na exacerbação dos aparelhos burocráticos e militares, e debilidade da sociedade civil, que nesta condição se mostra incapaz de refletir as consciências sociais em conflito, organizadas em hegemonias de classes.

Impregnadas pela ideologia elitista antipopular, as correntes conservadoras permaneceram unidas sob a tarefa de manter as forças populares alijadas da política. Neste contexto, caberia às forças populares lutar para inverter esta tendência elitista da política brasileira, para a apropriação social da política como forma de extinção dos aparelhos de dominação do Estado. Impelidos pela impossibilidade da luta imediata para o alcance do socialismo no Brasil, dada suas condições históricas específicas do desenvolvimento do capitalismo, as forças populares brasileiras estavam diante do desafio de construir condições para o alcance do socialismo a partir da renovação democrática. Tratava-se de instituir os pressupostos para um amplo processo de socialização, cujo ponto de partida estava no âmbito da produção e perpassaria os meios de governar e a superação da alienação do trabalho e da política.

Em luta pela socialização da produção, a representação das massas através de partidos, sindicatos e comitês assumem importante papel na absorção do Estado por organismos de autogestão da sociedade civil. Essa importância se configura no processo de transição para o socialismo, especialmente porque,

embora a abolição das classes sociais provoque uma tendência à unificação, ela não resulta em homogeneidade; antes, implica na permanência de divergências cuja representação política deve ser garantida. Nesta nova sociedade, a democracia não se constitui como uma etapa para o socialismo, mas um parâmetro mínimo que será conservado e aprofundado.

Para o alcance do socialismo no campo da transição democrática, a hegemonia popular em uma guerra de posição¹⁴⁶ coloca-se como estratégia, não apenas no plano político, mas na cultura e ideologia. Diante de uma esquerda fragmentada por diferentes projetos que versavam entre a revolução permanente e transição democrática, a construção de um bloco democrático popular visou afastar o golpismo e o militarismo, para elevar o nível da democracia. Neste processo, a construção de alianças era vista como fundamental para o aumento da participação popular.

Em confluência com a tese da democracia como valor universal, Weffort afirmou que a principal luta das instituições civis e dos movimentos sociais é a organização da democracia pela base. Neste sentido, democracia e revolução não estão em campos opostos, mas em diálogo, pois as revoluções têm por causa a busca pela liberdade e, em seu processo, criam pressupostos para a mudança nas sociedades. As instituições de processos de participação direta, em concomitância com a representação democrática, como pressupostos para a mudança, configurariam um processo revolucionário (WEFFORT, 1984).

Tendência de grande expressão no PT, a Articulação, passou a incorporar a tese da democracia como valor estratégico e defender o alcance da hegemonia política para a construção de um governo democrático-popular (VANNUCCHI, 1990). Em rejeição às teorias marxistas-leninistas contra a propriedade privada e pela ditadura do proletariado, Singer (1989), Dirceu (1990) e Weffort (1984), ativistas da Articulação, passaram a defender a pequena e média propriedade capitalista, como forma de desenvolver as forças produtivas e a democracia representativa, dada a impossibilidade da efetivação da democracia direta pelas

¹⁴⁶ O conceito, guerra de posição, como parte da teoria da hegemonia de Gramsci é utilizado em oposição a guerra de movimento e defende o caráter processual da transição, contra o caráter explosivo. Significa a conquista da hegemonia a partir do consenso majoritário das correntes políticas.

próprias características de diferenciação cultural da população brasileira (DIRCEU, 1990). Em análise sobre as democracias europeias, Weffort (1984) evidenciou que, naquele momento histórico, a hegemonia havia sido alcançada pelos setores burgueses, porém em disputa permanente com os trabalhadores. Tornava-se necessário aos trabalhadores, portanto, alcançar a hegemonia política a fim de conduzir o estado à construção da “verdadeira democracia”.

Analisou-se que no Brasil as elites utilizavam a bandeira da democracia como tática, pois historicamente não haviam estabelecidos compromissos para a sua efetivação. Segundo a avaliação dos autores do documento resultante do VII Encontro Nacional, o aprofundamento da democracia interessava especialmente aos trabalhadores e às massas populares, a fim de consolidar suas conquistas. A superação da opressão vivida pelos trabalhadores, segundo a compreensão dos teóricos do PT, estaria vinculada à construção da democracia no campo político.

Compreendia-se que o PT possuía uma vocação democrática, expressa desde sua organização interna até suas lutas sociais por liberdade para toda a sociedade brasileira. Em especial, buscou-se adequar à ideia de busca do consenso por meio de instrumentos democráticos, em contraposição à compreensão da sociedade de classes, cujos interesses eram inconciliáveis. Admitiu-se a ideia de promover o diálogo entre os diferentes segmentos sociais, a fim de promover os interesses da população brasileira frente à reorganização do capital em escala mundial. O caráter pluralista da ideologia do PT foi exaltado como uma característica essencialmente democrática, resultante da convivência entre grupos radicalmente diferentes, mas que compunham uma unidade partidária reconhecida como libertária. De fato, as diferentes tendências no interior do partido lutaram pela hegemonia de suas teorias nos congressos e encontros, regional e nacionalmente, contudo foram enquadradas progressivamente nos novos preceitos “democráticos”.

3. Hegemonia da Articulação em Diadema: enquadramento do PT na proposta de construção do governo democrático-popular

As eleições para direção do diretório do PT de Diadema, em 1985 e 1987, refletiram a polarização entre as tendências do partido e a quebra de braço travada na composição de forças para escolha do candidato da legenda para a prefeitura da cidade. O grupo da Chapa 1 era composto pelos integrantes das tendências de oposição, com predominância dos chamados independe e trotskistas, dentre eles a presidente do PT regional, Cleuza de Oliveira, e o vereador Boni. A chapa 2 era composta por integrantes da Articulação, dentre eles Gilson Meneses.

Houve um grande tumulto na contagem dos votos da eleição de 1985, pois a executiva estadual impôs a validação de 77 filiações, rejeitadas pela diretoria regional, sob alegação de que os pretendentes não se alinhavam ideologicamente ao partido. Deste total, 75 filiados votaram na chapa da Articulação, contribuindo decisivamente para a sua vitória e restabelecimento do clima de trabalho, tão desejado pela executiva nacional (MONTE; TAVARES, 2004).

A proposta de atuação da executiva municipal eleita em 1985 foi explicitada pelo novo presidente do diretório regional Francisco Alexandre da Costa, o Chico PT: “O cargo de diretor é administrativo e ele tem de ter uma boa relação com o prefeito” (MONTE; TAVARES, 2004). A derrota política das tendências de oposição pela Articulação, pela direção do PT em Diadema, significou o enquadramento da agremiação nas regras da representação partidária. Buscou-se, a partir desta vitória, apoiar integralmente a administração de Gilson Meneses, em detrimento da atuação dos CMPs, a fim de valorizar suas realizações como prefeito e fortalecer o PT para as próximas eleições.

Reeleita em 1987 para a diretoria do PT em Diadema, a Articulação coordenou o acordo político que viabilizou a indicação do candidato a prefeito representado por esta tendência. A Chapa 1, derrotada nesta disputa interna, indicou o candidato a vice-prefeito. Buscou-se, a partir deste acordo, unir os membros do partido durante a campanha para as eleições municipais. Esta trégua entre tendências foi entendida pela DS, CO e outros agrupamentos petistas independentes como uma possibilidade de redefinir os rumos do partido através da influência ativa na administração política petista, em caso de vitória.

Na disputa das prévias da Articulação, para candidatura do PT ao município de Diadema em 1988, o diretor do Departamento de Saúde e Higiene, José Augusto, derrotou o candidato apoiado por Gilson Meneses, o ferramenteiro e ex-chefe de gabinete da prefeitura, Cláudio Rosa. Devido à denúncia de que membros das tendências trotskistas teriam participado da votação restrita aos membros da Articulação, Gilson conseguiu anular a prévia e convocar uma convenção para a escolha dos candidatos, porém saiu novamente derrotado (MONTE; TAVARES, 2004). O candidato vitorioso, José Augusto, médico sanitário, participou como militante de organizações de luta por saúde na zona leste de São Paulo e foi indicado para ocupar o cargo de diretor do Departamento de Saúde e Higiene durante a administração política, 1983-88, pelos membros do diretório do PT em São Paulo, ao qual era filiado. O prestígio alcançado no exercício do cargo de diretor, somado ao apoio da tendência hegemônica estadual e nacional, alavancou a candidatura de José Augusto no diretório, em momento decisivo para a disputa. A Articulação buscou, com o lançamento da candidatura de José Augusto, unificar as tendências internas do PT para a campanha municipal, o que seria impossível caso o candidato de Gilson Meneses saísse vitorioso, dado o histórico do relacionamento entre o prefeito e as tendências de oposição.

O desligamento de Gilson Meneses do PT deu-se no mesmo ano, com sua filiação ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), pelo qual seu candidato, Cláudio Rosa, veio disputar as eleições para prefeito em Diadema no ano seguinte.

Unificados internamente, Articulação e demais tendências levaram o PT à vitória nas eleições para a prefeitura municipal, com o mote da continuidade da administração para continuar a mudança.

Antes da posse dos eleitos, o professor Tonhão¹⁴⁷, vice-prefeito indicado pela Chapa 1, rompeu a trégua com os membros da Articulação e denunciou um novo golpe político. Após a vitória nas urnas, representantes da Articulação decidiram os nomes que ocupariam os cargos de direção da administração política, desprezando

¹⁴⁷ O professor Tonhão ficou nacionalmente conhecido pela participação nas mobilizações na greve dos professores paulistas ocorrida em 2000. Acusado de ter agredido e impedido o acesso do governador Mário Covas na Secretaria de Educação em um confronto, Tonhão sofreu um processo administrativo, que culminou com a sua exoneração do cargo de professor, e um processo criminal, em que teve ganho de causa. Ver: entrevista do professor Tonhão disponível em <http://passapalavra.info/2009/07/7955>. Consultado em 8.7.2013. FSP. "A tática do soco". São Paulo 7.6.2000.

as indicações dos conselhos populares, o acordo com as tendências de oposição e a proporcionalidade de representação das tendências, no governo. Estas decisões constituíram o estopim para a declaração de guerra das tendências de oposição contra a Articulação, em Diadema.

Ao longo de toda a administração política de José Augusto, como prefeito da cidade, o vice Tonhão representou-lhe oposição¹⁴⁸ e participou da organização de uma série de ações que objetivavam atender às demandas sociais de maneira direta, pela pressão exercida através de manifestações populares e formas de luta mais incisivas, que não envolviam conciliações políticas.

Ativista da CO, o vereador Boni, explicitou as divergências com a Articulação:

Defendemos a tomada do poder para o povo através da revolução. Não queremos simplesmente ganhar uma eleição como quer a cúpula do PT¹⁴⁹.

Com a conquista de novas prefeituras em 1988, os conflitos entre diretórios municipais e gestões petistas, expressões da divergência entre as tendências internas do PT, alastraram-se, especialmente nas cidades de grande importância econômica como São Paulo, Porto Alegre, Vitória e Campinas¹⁵⁰. Havia uma clara incompatibilidade entre a proposta de representar os interesses dos trabalhadores e a entificação da via política, expressão da estratégia de hegemonia da Articulação, proclamada no slogan “Governar para todos¹⁵¹”.

Neste mesmo período, as tendências trotskistas CS e CO passaram a organizar nacionalmente uma oposição à coligação Frente Brasil Popular que reuniu os partidos PT, PCdoB e PSB para as disputas presidenciais de 1989. Os

¹⁴⁸ Conforme entrevista concedida à pesquisadora Martha Harnecker, para Tonhão, ser oposição ao governo significava não aceitar nenhum cargo. A sobrevivência de Tonhão foi garantida com os proventos de seu cargo de professor e o salário recebido como vice-prefeito foi destinado ao movimento popular e pagamento de custas de processos movidos pelo prefeito José Augusto, por envolvimento com os movimentos sem-terra. HARNECKER, Marta. “El controvertido tema del uso de la policia”. Disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/martah/diadema.rtf>. Consultado em 9.7.2013.

¹⁴⁹ Documento: OESP. “O PT falso e o verdadeiro”. São Paulo, 17 de agosto de 1989.

¹⁵⁰ Sobre as divergências internas do PT em São Paulo e Porto Alegre, ver: ROMÃO, Wagner de Melo. “O PT, os movimentos sociais e a questão da participação: preocupações metodológicas no estudo das experiências de São Paulo e Porto Alegre”. Disponível em http://www.geocities.ws/politicausp/instituicoes/grupos_interesse/ROMAO.pdf. Consulta em 8.7.2013.

¹⁵¹ Slogan da gestão de Luiza Erundina (1989-92) na cidade de São Paulo.

motivos que levaram a esta oposição se relacionam com a participação do PCdoB na coligação, por sua ligação com o governo Sarney; assim como pela escolha do candidato do PSB a vice-presidente, o desembargador José Paulo Bisol¹⁵². Descontentes com as alianças políticas indicativas dos novos rumos do partido, a CS e CO passaram a realizar ações diretas que contrariavam a proposta partidária do PT. Dentre estas ações, consideradas pela executiva nacional como uma ameaça à consolidação da democracia e às conquistas políticas do PT, destacam-se as organizações de ocupações em áreas particulares e públicas como forma de luta pela moradia e resistências a mandados judiciais de reintegração de posse, resultantes de confrontos armados com a polícia militar. Dentre os militantes petistas que articularam as ocupações em Diadema, destacam-se Boni, Tonhão e Romildo, todos mantidos em observação pelo DOESP¹⁵³, por organizarem ocupações de terrenos e resistências a reintegração de posse.

Embora parte do PT tivesse cumprido fielmente o pacto político da transação transada, enquadrado na proposta de representação político-partidária, o partido era visto com desconfiança por empresários e imprensa, pois:

O partido de Luiz Inácio Lula da Silva reúne grupos comprometidos com a via eleitoral da consolidação do regime democrático com facções radicais, que não crêem na democracia e pregam abertamente a tomada do poder pela luta armada. (...) Os grupos que aceitam o veredicto do eleitorado nas urnas, reunidos em torno da tendência Articulação, liderada por Luiz Inácio Lula da Silva e pelo deputado federal paulista Plínio de Arruda Sampaio, controlam a máquina burocrática do partido, mas não conseguem abafar o barulho estridente provocado pelos grupelhos radicais, de militância fanática e profissional¹⁵⁴.

Evidenciou-se o temor de que as ações da oposição no PT, em especial as tendências trotskistas, CS e CO, obstaculizassem o processo de contenção das demandas sociais, através do encaminhamento pela via político-partidária. Embora a Articulação se posicionasse favoravelmente ao respeito às regras da sucessão

¹⁵² O candidato a vice da Frente Brasil Popular foi eleito deputado estadual em 1982 e senador em 1986 pelo PMDB, tendo participado da fundação do PSDB em 1988.

¹⁵³ Documento: DOESPSP. Arquivo do Estado de São Paulo. "Ficha Manoel Boni". Disponível em <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/upload/Deops/Fichas/DCSB02086.pdf>. Consultado em 15.7.2013. Documento: DOESPSP. Arquivo do Estado de São Paulo. "Ficha Tonhão". Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/upload/Deops/Fichas/DCSAPELIDOS00541.pdf>. Consultado em 15.07.2013. Documento: DOESPSP. Arquivo do Estado de São Paulo. "Ficha Romildo Raposo Fernandes". Prontuário 00149250.

¹⁵⁴ Documento: OESP. "O PT falso e o verdadeiro". São Paulo, 17 de agosto de 1989.

partidária, o verdadeiro PT constituía-se como um caldeirão de tendências que discordavam entre si e disputavam pela hegemonia na direção do partido.

Para o PT, participar do processo eleitoral significou aceitar as regras do jogo eleitoral e disciplinar a pluralidade interna para evitar a clandestinidade. Condicionantes da sua institucionalização como partido, suas ligações intrínsecas com instituições sociais sólidas e tradicionais, como a Igreja e a estrutura sindical oficial, marcaram fundamentalmente seu processo de formação e conduziram o PT a um processo de aceitação das regras do jogo (NOVAES, 1993) para ser aceito no novo cenário político da “transição transada”.

4. Aperfeiçoamento dos mecanismos partidários, sob a lógica politicista

Os conflitos no interior do diretório do PT em Diadema contribuíram para o clima de conluio que permeou a administração de José Augusto entre 1989-92. Como os pontos divergentes no interior do diretório, não foram amplamente explicitados e debatidos para uma solução orgânica e autônoma, os petistas em conflito usaram o aparato das instituições, em que exerciam domínio ou influência, para construir trincheiras de combate. Processado aos moldes politicistas, de acordo com a composição de forças e conquista de poder político, este combate consistiu em utilizar as armas disponíveis, levando em conta que os fins justificam os meios. Tratou-se de progressivamente moldar as lutas sociais ao formalismo das instituições e utilizar todos os recursos necessários para o domínio político. Ou seja, uma exacerbação da esfera política, em que a conquista pela hegemonia ganhou prioridade, diante da impossibilidade de alterar a fórmula econômica. A centralização dos debates sobre a racionalização do campo político, a partir de atuações administrativas eficientes e austeras, em detrimento de uma solução revolucionária, fertilizou o terreno no qual foram plantadas diversas denúncias sobre improbidade administrativa, ao longo de toda a administração de José Augusto. Para os opositores deste prefeito, sejam eles internos ou externos, o problema não estava no fundamento do Estado, mas antes em uma determinada forma de ser do Estado, que não respeitava a vocação racional modernizadora, própria da política.

Com o objetivo de elucidar a natureza da exacerbação política em sua administração, optamos por destacar, neste estudo, quatro casos exemplares das denúncias sofridas pelo ex-prefeito: o uso de recursos públicos para divulgação da marca administrativa, com alusão ao símbolo do PT, a existência de dois esquemas de corrupção na administração, a contratação fraudulenta de empresa de assessoria e o pagamento de funcionários fantasmas e irregularidades em concurso público que aprovou José Augusto, sua esposa, Maridite, e a esposa do presidente da comissão do concurso.

Ávidos por concretizar a validação de suas ações junto à população, durante a administração 1989-92, em momento de grande conflito interno no PT, optou-se por utilizar no logotipo da prefeitura uma imagem que estabelece sua identificação com o PT, a estrela. Como reação a esta falha administrativa, o Ministério Público e Gilson Meneses, filiado ao PSB, moveram ações civis públicas contra o então prefeito de Diadema, pelo uso da estrela, símbolo do PT, como marca de sua administração. Foram gastos R\$ 23,6 milhões¹⁵⁵ do orçamento municipal, com camisetas, outdoor e adesivos, considerados em decisão judicial, propaganda alusiva ao PT. Notificado a ressarcir a prefeitura de Diadema por estes gastos, José Augusto recorreu até último recurso à determinação judicial.

Compreende-se que o posicionamento de destaque da marca da prefeitura de Diadema, 1989-92, em estreita relação com a representação da sigla petista, também fez parte do alcance da hegemonia necessária às disputas políticas. Neste cenário, a administração pública foi tratada como uma empresa de importância estratégica, que precisava consolidar sua marca, para diferenciá-la dos “concorrentes” na construção de uma imagem positiva, com vistas às disputas internas, no partido, e externas, em relação aos outros partidos. Consolida-se na visibilidade das ações da prefeitura, em constante referência à sua filiação partidária, a fantasia política lastreadora da autocracia burguesa, configurada enquanto retórica, ampliação dos debates e sucessões, constituição de poderes coercitivos e violentos contra as lutas sociais, esvaziado da possibilidade de mudanças econômicas. Neste sentido, o próprio processo das disputas políticas

¹⁵⁵Documento: DGABC. “MP pede que José Augusto devolva R\$ 23 mil em ação”. 26.10.1996.

impele os partidos a constantemente adequarem suas condutas aos seus objetivos eleitorais, mesmo em discordância com as demandas de sua base de sustentação.

Um esquema milionário de desvio de dinheiro público desenvolvido em centenas de prefeituras do Brasil, dentre elas a de Diadema, em parceria com a empresa Consultoria para Empresas e Municípios Sociedade Civil Ltda (CPEM), foi divulgado em uma revista de circulação nacional e constituiu a primeira grande mácula ao tão alardeado “modo petista de governar”. Diversas prefeituras do PT, dentre elas, Santos, Diadema, Santo André e Piracicaba, contrataram, sem licitação, a CPEM para a realização de conferências da arrecadação de ICMS, a partir dos formulários da DIPAM (Dados Informativos à Participação dos Municípios), a fim de garantirem sua cota parte de redistribuição e coibirem sonegações. Em justificativa para a dispensa da licitação, as prefeituras petistas apresentaram uma avaliação sobre a CPEM, demonstrativa da especialização notória para a realização do trabalho. Os contratos estabelecidos com as prefeituras previam o pagamento para a CPEM de 20% sobre o aumento da receita, resultante do trabalho de consultoria. Aparentemente, a parceria era vantajosa para o Estado, pois constituía um aperfeiçoamento racional para fazer valer a lei tributária e aumentar a receita das prefeituras. Durante a administração de José Augusto foram pagos à CPEM R\$ 209.952,22¹⁵⁶, valor considerado vantajoso pelos administradores, sobretudo pelo retorno obtido, conclusão da qual discordou o promotor Sílvio Antônio Marques, que moveu a ação civil contra a prefeitura de Diadema:

O serviço poderia ter sido executado por uma equipe de funcionários da prefeitura. Já existem vários acórdãos se posicionando pela irregularidade nos contratos da CPEM com algumas prefeituras das quais eles ganharam muito dinheiro. (...) Prefeituras petistas facilitam a contratação da CPEM. (...) A CPEM tinha conhecimento e acesso ao PT¹⁵⁷.

Com o objetivo de esvaziar o teor das denúncias, as respostas de José Augusto, contra as acusações, remeteram sempre a idoneidade de suas ações como administrador e à legitimidade garantida pelo apoio popular:

Isso não é verdade. Isso deve fazer parte da campanha política de pessoas que querem buscar coisas deste tipo. Isso não existe: (...)

¹⁵⁶ Documento: *Diadema Jornal*. “Promotoria propõe Ação Civil contra José Augusto”. 12.9.1996.

¹⁵⁷ DGABC. “MP de Diadema entra com ação contra José Augusto”. 11.9.1996.

Volto a repetir, meu governo foi sério. A resposta de como foi a minha gestão aqui em Diadema o povo vai dar¹⁵⁸.

Embora tenha se esforçado para desvincular sua administração da ação fraudulenta que envolveu a contratação da CPEM, em 1991¹⁵⁹, a imagem de José Augusto como administrador público foi impactada negativamente. Após o apontamento de irregularidades pelo Tribunal de Contas do Estado, o prefeito viu-se obrigado a romper o contrato com a CPEM, revelando sua surpresa com os resultados das investigações.

A denúncia do esquema que envolvia contratos superfaturados partiu do então Secretário de Finanças de São José dos Campos, Paulo de Tarso Venceslau. Ao descobrir as irregularidades do contrato com a CPEM, herdado da administração pública anterior representada pelo Partido da Reconstrução Nacional (PRN), Venceslau rompeu o acordo, o que deixou insatisfeito o tesoureiro do PT, Paulo Okamoto. Segundo Venceslau: “Ele dizia que as caravanas eleitorais corriam risco porque a CPEM ameaçava não mandar dinheiro”¹⁶⁰.

Neste depoimento, Venceslau indicou a existência de um esquema de tráfico de influências entre o PT e a CPEM, evidenciado no estabelecimento de contratos para prestação de serviço, que solicitou doações para a campanha eleitoral. Ficou implícito que tal procedimento, para além do caso CPEM, poderia ter sido realizado com outras empresas contratadas pelas prefeituras petistas. Logo após reunião em que pediu à prefeita de São José dos Campos, providências sobre as denúncias, Venceslau foi exonerado do cargo.

Dentre as cidades que investigaram a atuação da CPEM, São José dos Campos destacou-se pela comprovação da fraude com ampla divulgação da imprensa. Durante três anos de prestação de serviços, a CPEM recebeu da prefeitura de São José dos Campos dez milhões de dólares. A estratégia da CPEM em São José dos Campos, segundo relatório final do auditor fiscal, era falsificar as declarações para apresentá-las com valores menores do que deveriam ter e, assim, garantirem sua remuneração de 20% pela “descoberta”.

¹⁵⁸ Ibid.

¹⁵⁹ Documento: *Diadema Jornal*. “Promotoria propõe Ação Civil contra José Augusto”. 12.9.1996.

¹⁶⁰ Documento: *VEJA*. “A escolha de Lula”. Ed. 1498. 4 de junho de 1997, p 32-33.

Um dos advogados da CPEM, Dirceu Teixeira, utilizou seus contatos políticos e familiares para o estreitamento de relações com as prefeituras. Seu irmão, Roberto Teixeira, padrinho do filho de Lula, atuava também como advogado de prefeitos do Estado de São Paulo, petistas e não petistas¹⁶¹. Segundo o próprio Lula:

Veja, o cara (Roberto Teixeira) chegou para mim e falou: eu tenho uma empresa que pode aumentar a arrecadação das prefeituras, tá? Essa empresa, meu irmão é advogado dela, eu falei: então você procura as prefeituras. O Roberto tinha relação de amizade com os prefeitos naquela época tanto quanto eu, até porque não eram muitos os prefeitos¹⁶².

Neste depoimento, Lula buscou limitar a sua influência nos contratos entre as prefeituras petistas e a CPEM a uma mera consulta informal desconfigurando a articulação de um esquema. Nesta interpretação, tratava-se apenas de dois compadres conversando sobre uma possível solução racional para o problema da escassez de recursos das prefeituras petistas. Ficaram famosos os episódios em que Teixeira demonstrou sua amizade ao Lula, emprestando graciosamente, durante oito anos¹⁶³, uma casa ampla em São Bernardo do Campo e depois pagou valor acima do mercado por um Ômega usado, para ajudá-lo na compra de uma cobertura em São Bernardo do Campo¹⁶⁴.

A comissão de ética do PT, instaurada para avaliar a existência ou não de tráfico de influências no caso CPEM, pela influência de Roberto Teixeira sobre Lula, na aprovação dos contratos com prefeituras do PT, em 1998, absolveu o advogado¹⁶⁵ e expulsou do partido o economista Paulo de Tarso¹⁶⁶, deflagrador das denúncias. Indignado com a vinculação de seu nome às fraudes cometidas pela CPEM, Lula declarou-se pela expulsão do denunciante logo na ocasião da entrega da primeira carta com as acusações em 1993. Diante de tal fato, segundo Lula, era importante tomar uma decisão rápida, pois “democracia é bom, mas tem hora”¹⁶⁷.

¹⁶¹ Documento: VEJA. “O triângulo amigo”. Ed. 1355. 31 de agosto de 1994, p 28-31.

¹⁶² Documento: OESP. “PT expulsa o economista que acusou Lula”. Política, p 11, 14.3.1998.

¹⁶³ Documento: VEJA. “Amigo problemático”. Ed. 1560. 19 de agosto de 1998, p 48.

¹⁶⁴ *ibid.*

¹⁶⁵ VEJA. “Datas”. Ed. 1535. 25 de fevereiro de 1998, p 57.

¹⁶⁶ VEJA. “Amigo problemático”. Ed. 1560. 19 de agosto de 1998, p 48.

¹⁶⁷ Documento: OESP. “PT expulsa o economista que acusou Lula”. Política, p 11, 14.3.1998.

Em resposta sobre as denúncias de que Paulo Okamoto, então tesoureiro do PT, procurava as empresas que tinham contratos com a prefeitura para solicitar doações para o partido, Lula considerou o resultado da empreitada insignificante, pois: “O que nós conseguimos pegar de dinheiro é menos do que a sobra de caixa do FHC (o presidente Fernando Henrique Cardoso [*à época da entrevista*]), por isso que a gente não ganha nunca”¹⁶⁸. Convencido de que as denúncias contra Roberto Teixeira faziam parte de um conluio dos vereadores petistas de São José dos Campos, Lula explicou o motivo das perseguições ao amigo:

O Roberto começou a cair em desgraça no PT porque conseguiu informações da contabilidade da prefeitura e viu que os sete vereadores do PT pagavam os 30% para o partido com aplicação da poupança, já que recebiam o pagamento um mês adiantado, isso em 1985¹⁶⁹.

A amizade entre Lula e Roberto Teixeira iniciou-se em uma reunião política, em que se acordou a entrada no PT de dois vereadores do PMDB. Vários episódios públicos marcaram esta relação, especialmente pela colaboração de Roberto Teixeira nas campanhas políticas.

Eu sou aquele amigo, que entre uma eleição e outra está sempre à disposição do Lula. (...) Não sou daqueles que só aparecem de quatro em quatro anos, na época das eleições. (...) Tenho umas dez procurações dele em branco, aqui comigo. Às vezes ele tem um problema jurídico qualquer para resolver, não dá tempo sequer de avisar. Eu vou e resolvo¹⁷⁰.

Resultante da transação transada, a possibilidade objetiva da organização política do PT estava condicionada à manutenção de uma estrutura de sucessão viciada e dependente de arranjos políticos. Diante da denúncia de que o PT solicitava, das empresas contratadas pelas prefeituras petistas, doações para a campanha, no depoimento supracitado, Lula, além de não negar o ocorrido, ainda alardeou o pequeno sucesso da operação, se comparada com a realizada pelo seu concorrente para a sucessão presidencial, Fernando Henrique Cardoso, atribuindo como causa das derrotas eleitorais, a falta de dinheiro.

Ao externar sua compreensão sobre o “real motivo” das derrotas nas eleições presidenciais, Lula nos forneceu subsídios para compreendermos sua

¹⁶⁸ Ibid.

¹⁶⁹ Ibid.

¹⁷⁰ Documento: VEJA. “O amigo oculto”. Ed. 1561. 26 de agosto de 1998, p 46.

análise sobre as dificuldades de inserção do PT nas disputas eleitorais, em âmbito nacional até 1998. Impregnado pelo plano único da política, Lula reconheceu a necessidade de aperfeiçoar os procedimentos partidários, a fim de fortalecer as candidaturas petistas. Neste sentido, utilizou como referência um partido rival, que alcançou seu objetivo, para informar o que faltava ao seu partido para o alcance da presidência da República.

Conclui-se destes episódios que a operação com a CPEM, envolvendo várias prefeituras, dentre elas Diadema, tratou-se de um aperfeiçoamento dos procedimentos partidários do PT, impelido pelas próprias características do processo eleitoral. Não é possível saber, sem que estes mesmos afirmem, se havia conhecimento prévio sobre o caráter fraudulento das assessorias prestadas pela CPEM, contudo evidenciou-se a continuidade de uma prática comum no recente sistema partidário brasileiro, o tráfico de influências para a coação de empresas contratadas pelas prefeituras na contribuição para as campanhas políticas.

Ainda sobre o aperfeiçoamento dos procedimentos partidários do PT, às vésperas da eleição municipal em 1992, outra denúncia ganhou notoriedade nacional, neste caso o desvio de US\$ 1 milhão da folha de pagamento da prefeitura de Diadema, para pagamento das campanhas para vereador e prefeito em 1992. O esquema de desvio de dinheiro, conforme fontes pesquisadas, funcionava no departamento de administração com a emissão de ordens de pagamento com registros de funcionários mortos ou afastados. Mais de 40 pessoas forneceram suas contas correntes para o depósito do dinheiro desviado e um comerciante da cidade era o responsável pela retirada e entrega do dinheiro para um agente da prefeitura: “Eu retirava o dinheiro e depois levava tudo para o funcionário da prefeitura”¹⁷¹. A participação do comerciante no esquema foi motivada pela promessa de um vantajoso convênio entre seu estabelecimento e a prefeitura.

Mostrando-se surpreso com o resultado das investigações, José Augusto negou participação no esquema:

¹⁷¹ Documento: OESP. “Inquérito apura desvio de US\$ 1 milhão da prefeitura”. 21 de outubro de 1993, Política, p 20.

O prefeito é quem nomeia todos os servidores. Isso não prova nada. (...) Quem me acusou disso que prove¹⁷².

O fato é que, por mais que se tente, não é possível encontrar qualquer irregularidade durante minha gestão frente à prefeitura de Diadema. (...) Espero que os próximos lances sejam fincados em propostas políticas para o bem de Diadema e não em ataques pessoais, inverídicos que nada trazem de novo em nossa política¹⁷³.

Quatro anos depois das denúncias, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP) julgou ilegais os atos administrativos do ex-prefeito José Augusto¹⁷⁴ e delegou ao então prefeito de Diadema, José de Filippi (1993-96), a apuração das responsabilidades sobre o desvio e devolução de R\$ 504 mil aos cofres públicos¹⁷⁵. Diante desta decisão, a saída política encontrada pela Secretaria de Assuntos Jurídicos da prefeitura para minimizar os impactos eleitorais foi publicizar a sindicância interna instalada em 1992, para apurar os responsáveis pelo desvio de dinheiro e a abrir inquérito policial e ações públicas para devolução dos valores. Neste sentido, a responsabilidade pelo desvio de dinheiro foi pulverizada, isentando o partido e o então candidato a prefeito, José Augusto, do papel de articuladores da operação. Além disso, o ressarcimento do dinheiro desviado passou a depender do julgamento das ações judiciais contra os indivíduos envolvidos no processo, segundo a Secretária Interina de Assuntos Jurídicos de Diadema: “Quem tem poder para cobrar é a Justiça e não a prefeitura”¹⁷⁶.

Outra denúncia de improbidade administrativa em Diadema, amplamente divulgada pelos meios de comunicação, referiu-se a ilegalidades no concurso público para profissionais da saúde em Diadema, realizado em 1992. No último ano de exercício de seu mandato como prefeito da cidade, José Augusto aprovou a realização de um concurso para preenchimento de 70 vagas na área da saúde, cuja presidência da comissão de concursos ficou a cargo de Satossi Kitahara, que veio a ser seu vice na campanha municipal em 1996. Foram aprovados neste concurso em primeiro, segundo e sexto lugar respectivamente, o casal Maridite

¹⁷² Documento: FSP. “Ramos diz que inquérito é ‘perseguição política’”. Folha ABCD. 24.6.1994, p 2.

¹⁷³ Documento: DGABC. “Zé Augusto contesta versão sobre funcionário fantasma”. Caderno A, p 4, 11.7.1996.

¹⁷⁴ Documento: DGABC. “TCE culpa José Augusto por ‘fantasmas’”. Caderno A, p 1, 14.6.1996.

¹⁷⁵ Documento: DGABC. “Decisão do TCE, opõe Filippi a José Augusto”. Caderno A, p 2, 27.8.1996.

¹⁷⁶ Documento: DGABC. “Filippi não comprova restituição de desvio”. Caderno A, p 4, 30.8.1996.

Oliveira e José Augusto e a esposa do presidente da Comissão, Mara Aparecida Kitahara. O então prefeito da cidade não observou qualquer exercício ilegal da administração pública, no tocante à sua participação e de sua esposa no concurso, assim como na participação da esposa do presidente da comissão:

Foi um concurso público, e entra quem quiser. Eu participei muito mais para constar no currículo. (...) Eu passei em terceiro, mas queria passar em primeiro, porque eu sou bom, sou competente, bom não, eu sou muito bom profissional e de qualidade. (...) Fui considerado um dos melhores secretários e também prefeito, pô, eu não tenho culpa de ser campeão¹⁷⁷.

Denunciados por improbidade administrativa, em ação civil proposta em 1996 pelo promotor de Justiça de Diadema, Sílvio Marques, os dois casais foram condenados pelo Superior Tribunal Federal (STF) em primeira e segunda instância, em 2013¹⁷⁸, mas em terceira instância tiveram o recurso acolhido por unanimidade¹⁷⁹.

À época da absolvição, José Augusto, agora filiado ao PSDB, ocupava o cargo de Secretário de Saúde de Diadema na administração de Lauro Michels, pelo Partido Verde (PV). Por ocasião da visita do então governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, a Diadema, o secretário declarou sua saída da vida política, para atuar apenas como médico na cidade: “Pendurei minhas chuteiras. Agora quero cuidar da minha saúde e da saúde do povo de Diadema”¹⁸⁰.

¹⁷⁷ Documento: *Diadema Jornal*. “Promotória poderá investigar nomeações em concurso público”. Caderno A, p 4 15.9.1996.

¹⁷⁸ Documento: Ministério Público. “STF determina perda de cargo de ex-prefeito aprovado em concurso para médico aberto em sua gestão”. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/noticias/publicacao_noticias/2013/fevereiro_2013/2013%2002%2001%20STF%20determina%20perda%20de%20cargo%20de%20ex-prefeito%20aprovado%20em%20concurso%20para%20m%C3%A9dico%20aberto%20em%20sua%20gest%C3%A3o.pdf . Consultado em 4.5.2014.

¹⁷⁹ Documento: DGABC. “STJ aceita recurso e livra Zé Augusto”. 17.5.2013. Disponível em: <http://www.dgabc.com.br/Noticia/456577/stj-aceita-recurso-e-livra-ze-augusto>. Consultado em 9.5.2014.

¹⁸⁰ Documento: DGABC. “Ex-prefeito Zé Augusto anuncia aposentadoria”. 1.6.2013. Disponível em: <http://www.dgabc.com.br/Noticia/459452/secretario-de-saude-ex-prefeito-ze-augusto-anuncia-aposentadoria>. Consultado em 9.5.2014.

5. “Ninguém faz nada sozinho. Vamos governar juntos”¹⁸¹: a disputa por hegemonia no interior do PT de Diadema

As denúncias contra José Augusto fortaleceram a oposição ao grupo da executiva do diretório de Diadema, presidido por José Augusto, entre 1992 e 1996. Havia um claro descontentamento em relação à tentativa de domínio político de José Augusto em todas as instâncias da prefeitura e do diretório. Consciente da necessidade do alcance da hegemonia interna para a manutenção do poder, José Augusto cercou-se de aliados o quanto pôde, inclusive empossando sua esposa Maridite em cargos de confiança.

O processo de organização de três chapas para a prévia definidora dos candidatos para as eleições municipais em 1992, expressão da composição de forças no diretório. A indicação da tendência Articulação Unidade na Luta, na figura de José Augusto, era encabeçada pela candidatura a prefeito de José de Filippi Júnior, então secretário de obras. A Articulação de Esquerda/Hora da Verdade¹⁸² compôs a chapa com a candidatura do vereador Paulo Afonso. Discordantes das duas propostas majoritárias do partido compuseram uma terceira chapa, com a candidatura de Tonhão, que, embora não tenha aderido oficialmente às tendências trotskistas, representou estas organizações nos dois processos eleitorais anteriores. Com 70% dos votos na prévia, a candidatura de José de Filippi Júnior, sob o slogan “Sou PT, Sou Filippi”, ganhou força e alimentou-se dos desdobramentos da rejeição da prestação de contas da administração de Gilson Meneses (1982-88), candidato à prefeitura de Diadema pelo PSB. Com a candidatura de Gilson suspensa pela Justiça Eleitoral, sua esposa, Eliete Menezes, assumiu a disputa. Como não houve tempo hábil para a reimpressão das cédulas, acertou-se que os votos creditados a Gilson seriam repassados para Eliete (MONTE; TAVARES, 2004).

Fortalecido, o candidato da Articulação Unidade na Luta, venceu as eleições e buscou progressivamente afastar José Augusto do centro decisório da prefeitura,

¹⁸¹Documento: Diretório Municipal de Diadema. “PT-Diadema: 21 anos com você”. Junho, 2004.

¹⁸² Durante o 8º Encontro do PT em 1993, os dissidentes da Articulação lançaram o manifesto intitulado “A hora da verdade”, marcando as bases da nova tendência. Passou-se a adotar o nome do manifesto como um complemento do nome Articulação de Esquerda.

com a nomeação de apenas um dos indicados pelo ex-prefeito, sua esposa Maridite para a secretaria da saúde.

Logo no primeiro semestre do seu mandato, José de Filippi Júnior alcançou 42% de aprovação em pesquisa realizada pelo instituto Datafolha, o melhor desempenho das administrações públicas da região, incluindo São Paulo e oito cidades da Região Metropolitana do Estado de São Paulo (RMSP)¹⁸³.

Neste mesmo período, a publicização das denúncias contra José Augusto levou alguns grupos rivais a instituírem campanha pelo afastamento do então presidente do diretório. Dentre os motivos utilizados para contestar a legitimidade da representação de José Augusto como presidente do diretório destacam-se as denúncias de irregularidade no processo de filiações durante o período em que foi presidente do diretório e a decisão final da Comissão Especial de Inquérito (CEI), sobre o desvio de U\$ 1 milhão da folha de pagamentos da prefeitura, quando este era prefeito, entre 1989 e 1992.

Para os opositores, o afastamento de José Augusto da função de presidente do diretório era indispensável, pois o PT precisava impor em sua prática administrativa seus princípios partidários quanto à moralidade no uso das funções públicas, por isso “não seria correto manter em suas fileiras uma pessoa acusada de cometer irregularidades quando prefeito”¹⁸⁴.

Em pleno período de eleições para o diretório municipal, a bancada do partido na Câmara de Vereadores decidiu substituir o vereador João Paulo como membro da CEI e indicou para o lugar dois nomes de confiança de José Augusto, Satassi Kitahara e Chico PT¹⁸⁵. O esforço para unificar o PT para as eleições do diretório foi vitorioso, com o alcance de 77% dos votos pela Chapa 1, liderada por José Augusto¹⁸⁶.

Dois articuladores do grupo de petistas favorável ao afastamento, o vereador e ex-membro da CEI, João Paulo Oliveira e seu assessor, Virgílio, foram acusados

¹⁸³ Documento: FSP. “PT usa “estrelas” para reverter esvaziamento do partido na região”. Cidades, p 7, 5.8.1993.

¹⁸⁴ Depoimento do assessor parlamentar Virgílio Alcides de Farias publicado no *Diário Popular*. “Militantes querem ex-prefeito fora do PT”. 22.7.1993.

¹⁸⁵ Documento: *Diadema Jornal*. “PT afasta João Paulo da CEI dos fantasmas”. 14.2.1993.

¹⁸⁶ Documento: *Gazeta do ABCD*. “Diadema reelege José Augusto”. 21.3.1993.

de atentarem contra a imagem do partido e, por isso, submetidos a uma comissão de ética para avaliar o pedido de suas expulsões¹⁸⁷. Em declaração à imprensa, João Paulo afirmou a existência de um grupo de trabalhadores que desejavam a saída de José Augusto da presidência do partido até o esclarecimento das denúncias sobre o desvio de dinheiro, durante a sua administração. Segundo João Paulo: “defendemos o afastamento de Collor, Quércia, Maluf¹⁸⁸ e outros, portanto, não podemos usar dois pesos e duas medidas (...). Nosso compromisso é com a verdade, pois o PT veio para mudar”¹⁸⁹.

O então prefeito José de Filippi Júnior adotou uma posição conciliatória para o caso e afirmou-se contrário à expulsão de João Paulo e Virgílio, mas favorável à retratação destes perante a comissão de ética do partido, pois: “Ao misturar questões pessoais contra o José Augusto, o vereador acabou atacando a administração do PT. Pode dizer que somos ingênuos, mas não que fomos negligentes”¹⁹⁰.

Na tentativa de afastar-se do grupo de José Augusto, o então prefeito aproximou-se cada vez mais do grupo dos sindicalistas do PT e, em uma aliança incomum, pela primeira vez na história do PT em Diadema, conseguiu-se eleger um vereador petista à presidência da Câmara.

O grande articulador da eleição do vereador João Paulo, para a presidência da Câmara de Diadema, foi o experiente vereador Milton Capel, eleito pela primeira vez pela ARENA, em 1976, pela segunda e terceira vez pelo PTB, e, no quarto mandato, o vereador mais votado da cidade, pelo PMDB.

A disputa direta de Capel foi com o também experiente vereador do PSDB Gabriel Gonçalves de Oliveira, eleito para o cargo pela primeira vez em 1963. Houve tratativas de aliança do PT com o PSDB, articuladas por José de Filippi Júnior, mas estas esbarraram nas exigências dos sociais-democratas, pela presidência da Câmara e duas das principais secretarias da prefeitura. Tudo estava

¹⁸⁷ Depoimento do assessor parlamentar Virgílio Alcides de Farias publicado no *Diário Popular*. “Militantes querem ex-prefeito fora do PT”. 22.7.1993

¹⁸⁸ Neste depoimento João Paulo refere-se ao engajamento do PT nas lutas pela cassação de seus oponentes partidários, devido à comprovação de improbidade administrativa no exercício de cargos eletivos.

¹⁸⁹ Depoimento: *Diadema Jornal*. “João Paulo prepara defesa contra a expulsão”. 19.8.1993.

¹⁹⁰ Documento: DGABC. “Ping-Pong”. 6.8.1993.

caminhando para um acordo em que o PT cederia uma secretaria para o PSDB e, juntos, apoiariam Gabriel Gonçalves para a presidência da Câmara; contudo, Capel reagiu à possível eleição do antigo inimigo político, afirmando: “Eu saio daqui morto, mas você [Gabriel Gonçalves] não leva a presidência”¹⁹¹. A partir de então, Capel articulou o apoio à eleição de João Paulo para a presidência da Câmara, em troca de uma secretaria para o PMDB.

Essa disposição em realizar alianças em prol das disputas políticas foi bastante elogiada pelos opositores do PT. Segundo José de Filippi Júnior “(...) nosso slogan era ‘Ninguém faz nada sozinho. Vamos governar juntos’”¹⁹². Nos momentos de intenso conflito com José de Filippi Júnior, seus opositores rememoravam esta característica, chamando a atenção para o seu verdadeiro papel como administrador público. Como no caso em que o prefeito coordenou uma ocupação no prédio da Sabesp, para forçar a municipalização do serviço de abastecimento de água. No contexto de imposição do “programa de recuperação tarifária”, resultante da redução dos investimentos das Companhias Estaduais de Saneamento Básico (CESBs) nos municípios¹⁹³, a prefeitura de Diadema apoiou a organização do Movimento Água Boa e barata pela redução da tarifa e universalização do atendimento de água e esgoto na cidade¹⁹⁴. Em repúdio pela ação de ocupação, foi divulgado um documento assinado pela Associação dos Empregados da Sabesp, pedindo ao prefeito que retomasse o juízo. Destacamos os parágrafos mais significativos deste documento intitulado “Moleque de rua”:

Responsável por uma administração positiva sob muitos aspectos, o prefeito de Diadema, José Filippi Jr., vinha conseguindo realizar uma gestão que corrigia várias concepções equivocadas dos governos do PT.

Isso até segunda-feira quando o prefeito liderou a ocupação do prédio da Sabesp na cidade, a pretexto de apressar a transferência

¹⁹¹ Documento: DGABC. “Diadema elege PT para a Câmara”. 16.12.1994.

¹⁹² Documento: Diretório Municipal de Diadema. “PT-Diadema: 21 anos com você”. Junho, 2004.

¹⁹³ A implantação do Plano Nacional de Saneamento, na década de 1970, baseou-se na criação das CESBs, que tinham a exclusividade na obtenção de financiamentos do BNH. Com isso os municípios brasileiros foram obrigados a entregar a concessão do serviço de saneamento para as CESBs. A partir da redução de recursos, resultante da crise financeira gerada pelo esgotamento do milagre econômico e corrupção na administração de obras, tornou-se necessária a implantação do Programa de Recuperação Tarifária, que significou sucessivos aumentos nas tarifas, assim como na redução dos investimentos nos municípios. Ver: LUNGUINHO, Lairton; VIANNA, Pedro. “Domínio territorial do abastecimento de água na Paraíba”. Disponível em: <http://www.geociencias.ufpb.br/leppan/gepat/files/gepat010.pdf>. Consultado em 13.5.2014.

¹⁹⁴ Documento: OESP. “Diadema e a nova Sabesp”. Geral, p 2, 5.7.1993.

de serviços de água e esgoto para a autarquia municipal criada com este objetivo (...). As negociações entre Sabesp e Saned estão em curso, ainda que em ritmo lento (fato até normal nestes casos), nada havendo para justificar radicalização de uma das partes.

Por isso não se entende por que a prefeitura, com o apoio da Câmara seguiu a tese pregada por Luiz Inácio Lula da Silva, para quem o justo não precisa ser legal.

Pior. O prefeito de Diadema abdicou de sua autoridade, isto é, de seu encargo de fazer respeitar as leis para comandar uma invasão a estabelecimento público (...).

Assiste-se em Diadema ao ensaio de uma operação de guerra contra o Estado, baseada na criação de fato consumado, muito ao gosto do movimento sem-terra (...).

Causa estranheza que o Sr. Filippi conte com o apoio da Câmara para seu intento. Os vereadores não percebem que a estratégia adotada hoje contra a Sabesp poderá ser usada amanhã contra o Legislativo, bastando que se invoque “a vontade legítima da população”¹⁹⁵.

Logo no primeiro parágrafo do documento avalia-se, após um ano e meio de administração, que José de Filippi Júnior agiu diferentemente em relação aos outros prefeitos petistas. Podemos inferir que, no rol de “correções de concepções” realizada por José de Filippi Júnior, está a aliança estabelecida com o PMDB que, naquele período, estava à frente do governo do Estado de São Paulo, sob a figura de Luiz Antonio Fleury Filho, que exercia grande influência sobre a Sabesp, uma empresa de economia mista.

A grande crítica presente no documento “Moleque de rua”, consiste em avaliar a atitude de ocupação do prédio da Sabesp, como um desrespeito aos trâmites legais, o que contraria a função própria do Estado. Na visão dos elaboradores do documento, José de Filippi Júnior precipitou-se ao utilizar recursos próprios de organizações contrárias ao princípio de legalidade defendida pelo Estado, como é o caso dos sem-terra. Chama ainda a atenção para o fato de que os vereadores de Diadema, ao apoiarem a ocupação, desconsideraram que, no futuro, também eles podem ser vítimas da “vontade legítima da população”.

Entendemos que o apoio ao movimento Água Boa e Barata, para a ocupação do prédio da Sabesp, constituiu-se em instrumento utilizado por José de

¹⁹⁵ Transcrito do DGABC, edição de 16.6.1994, a pedido da Associação dos Empregados da Sabesp. In: OESP. “Moleque de rua”. Política, p 4, 18.6.1994.

Filippi Júnior para apressar o processo de transferência legal do saneamento para a Companhia de Saneamento de Diadema (Saned), criada na sua administração.

Tal procedimento tornou-se necessário, pois o aparato burocrático do Estado não atendia a uma demanda social urgente da cidade. Desde a aprovação da criação da Saned em 1994, criou-se uma comissão composta por funcionários da Sabesp e da prefeitura para acompanhar a transição, mas de fato o processo estava emperrado, segundo José de Filippi Júnior, pelo temor de que a municipalização do saneamento em Diadema desencadeasse reivindicações nas outras cidades do Estado¹⁹⁶. A ocupação do prédio da Sabesp foi noticiada pelos principais jornais do Estado o que obrigou negociações para a aceleração da municipalização.

Diversos avanços foram alcançados com a criação da Saned, levando a cidade ao 6º lugar do ranking do Instituto Trata Brasil. Dentre as ações analisadas, destacam-se a adoção de faixas progressivas de cobrança, de acordo com o consumo, como estratégia para frear os aumentos aplicados pela Sabesp na cidade, que acumularam em seis anos 600%¹⁹⁷, a implantação das estações elevatórias de esgoto, coletores e interceptores no bairro do Eldorado, constituindo-se como primeira cidade do ABCD a não despejar o esgoto na Represa Billings, realização do Programa Saneamento Integrado em Núcleos Habitacionais, certificado com a ISSO-9000, criação do Laboratório de Ensaio de Hidrômetros e Centro de Controle Operacional¹⁹⁸.

Embora o estudo de viabilidade técnica e econômico-financeira da municipalização do serviço, elaborado a pedido da prefeitura de Diadema, tenha demonstrado a capacidade de cumprimento de todos os compromissos financeiros, incluindo a indenização e a fatura mensal de água, além da promessa de investimento de US\$ 4,5 milhões por ano, sem necessidade de subvenção¹⁹⁹, a Saned acumulou em quinze anos uma dívida de R\$ 685 milhões, o que a obrigou a

¹⁹⁶ Documento: OESP. "Prefeito espera Fleury para desocupar a Sabesp". Cidades, p 23, 15.6.1994.

¹⁹⁷ Documento: OESP. "Empresa quer reduzir tarifas de água até em 30%". Cidades, p 21, 30.8.1994.

¹⁹⁸ Documento: ASSEMAE. "Triste o fim da Companhia de Saneamento de Diadema". Disponível em:

<http://www.assemae.org.br/arquivoArtigos/Triste%20o%20fim%20da%20Companhia%20de%20Saneamento%20de%20Diadema.pdf>. Consultado em 13.5.2014.

¹⁹⁹ Documento: OESP. "Diadema e a nova Sabesp". Geral, p 2, 5.7.1993.

firmar acordo com a Secretaria de Estado de Saneamento e Energia, para a fusão entre as empresas em 2014²⁰⁰.

A administração municipal seguinte (1997-00) avaliou a impossibilidade de realizar o pagamento da indenização no valor R\$ 55 milhões. Para contestar o acordo realizado com a administração anterior, o então prefeito pelo PSB, Gilson Meneses (1997-02) moveu uma ação popular para a anulação do contrato²⁰¹.

Várias cidades do ABCD²⁰² também acumularam dívidas com a Sabesp, que avaliou como causa desta situação a má administração e o desvio de dinheiro, realizado pelas prefeituras. Em documento avaliativo sobre a fusão Sabesp-Saned, a Associação Nacional dos Servidores Municipais de Saneamento creditou o acúmulo da dívida em Diadema à imposição da política-institucional da Sabesp, com cobranças abusivas de água por atacado, inviabilizando o funcionamento das companhias municipais²⁰³.

Embora tenha havido um grande esforço da prefeitura municipal em cumprir o papel mediador dos interesses, a partir dos instrumentos legais, no caso da tentativa de municipalização do saneamento não foi possível superar a imposição de interesses econômicos e políticos, que se sobreponham à racionalização da administração. Neste sentido, a principal tarefa imposta à prefeitura, a modernização da cidade a partir da racionalização da administração, estava limitada por diversos fatores, dentre eles, a falta de recursos e a imposição de interesses econômicos e políticos dominantes.

Esta tentativa de modernização também passava pela necessidade de apagar os resquícios negativos, que ainda pairavam sobre imagem projetada pela cidade de Diadema. Conhecida nacionalmente nos anos 1980, pelos conflitos entre

²⁰⁰ Documento: Assembleia Legislativa Do Estado de São Paulo. "Fusão entre Saned e Sabesp aperfeiçoará sistema de água". Disponível em: <http://al-sp.jusbrasil.com.br/noticias/2216143/fusao-entre-saned-e-sabesp-aperfeicoara-sistema-de-agua>. Consultado em 12.5.2014.

²⁰¹ Documento: OESP. "Justiça bloqueia bens e quebra sigilo do prefeito de Diadema". Cidades, p 22, 9.11.1999.

²⁰² Dentre as cidades em dívida com a Sabesp, no período, estavam São Bernardo, Osasco, Mauá, Diadema, Mogi das Cruzes, Santo André e Guarulhos. Documento: OESP. "Uma tarifa de água justa". Editorial, p 3, 18.8.1997.

²⁰³ Documento: ASSEMAE. "Triste o fim da Companhia de Saneamento de Diadema". Disponível em: <http://www.assemae.org.br/arquivoArtigos/Triste%20o%20fim%20da%20Companhia%20de%20Saneamento%20de%20Diadema.pdf>. Consultado em 13.5.2014.

proprietários de terra e ativistas na luta por moradia, precários serviços de infraestrutura e altos índices de violência, a cidade vivia, na década de 1990, um frágil pacto pela crença na positividade da política. Havia o anseio de enquadrar a cidade aos princípios modernos da administração estatal e assim alcançar uma visibilidade positiva para os negócios. Tratava-se de uma demanda do grupo de empresários da cidade e da prefeitura, que contava com amplo apoio da população. Neste intento, grupos integrantes do Fórum de Desenvolvimento de Diadema propuseram estratégias para alavancar a imagem da cidade no Estado de São Paulo e no Brasil. Segundo o presidente da Associação Comercial e Industrial de Diadema (ACID): “Pensamos fazer uma campanha publicitária, mas os mais radicais sugeriram a alteração do nome. (...) A cidade melhorou, mas há resquícios psicológicos negativos que estão no inconsciente coletivo”. A sugestão da mudança do nome da cidade buscava manter a relação de unidade com a sigla ABC, e agregar uma imagem positiva para a cidade. Para completar a sigla, havia o consenso de que o novo nome deveria ser iniciado com D e manter a homenagens aos santos. Em uma lista de vinte e duas sugestões, colocadas em votação, estavam na liderança os nomes São Domingos e São Damião.

Em análise à proposta da mudança de nome da cidade, o então prefeito da cidade, José de Filippi Júnior afirmou que:

a proposta é descabida. Temos que mudar o conteúdo e não o rótulo. (...) Temos 97% de iluminação pública, um sistema de saúde que é um orgulho e aumentamos de 2 mil para 3 mil o número de crianças na pré-escola. Além disso, o número de homicídios caiu 40% só neste ano.

Ciente de que a mudança de nome não traria o impacto desejado, Filippi chamou a atenção para os resultados de sua administração e para a necessidade de instituir mecanismos legais para atender as demandas sociais e, assim, colaborar para a construção positiva da imagem da cidade. Houve grande esforço para superar a prática burocrática ineficiente incrustada no Estado, para atender aos modernos parâmetros indicados pela Nova Gestão Pública, oriunda da tradição administrativa anglo-saxônica neoliberal e imposta, em escala global, pelo Banco Mundial. Esta teoria preconiza a adoção de metodologias de gestão da qualidade, valores ideológicos e administrativos, para melhorar a qualidade dos serviços prestados. Com o objetivo de aperfeiçoar a eficiência do serviço público, a teoria da

Nova Gestão Pública²⁰⁴ desdobrou-se em diferentes correntes, indicadoras das seguintes práticas: criação de agências reguladoras, terceirização de serviços, ética na gestão pública e participação cidadã, dentre outras.

Dentre as organizações estatais que adotaram este paradigma, Diadema destacou-se como a primeira cidade da América Latina a solicitar o ISSO-9000²⁰⁵, na administração 1993-96. Com o objetivo de evidenciar o processo de modernização sofrido em Diadema, José de Filippi Júnior submeteu alguns programas da prefeitura a uma auditoria para obter o certificado de adoção da ISSO-9000²⁰⁶, alcançando sucesso com o Programa Saneamento Integrado em Núcleos Habitacionais (PSINH). Tratou-se da comprovação oficial, de que a prefeitura de Diadema adotava orientações internacionais para seleção e uso de normas técnicas na gestão da qualidade interna e garantia de qualidade externa, no PSINH.

Compreendemos que a adoção de algumas das diretrizes da Nova Gestão Pública, em um contexto muito diferente da que a originou, alcançou três perspectivas imediatas, a possibilidade do uso propagandístico da certificação, a difusão entre os funcionários da prefeitura de valores e regras padronizadas, para o incentivo de uma conduta com foco na produtividade e o progressivo enquadramento dos cidadãos na categoria de clientes dos serviços públicos, operando uma separação ainda mais aprofundada entre sociedade civil e Estado. Este novo aperfeiçoamento do método político reposicionou a prefeitura como “vendedora” de serviços públicos e propôs uma relação comercial com os “cidadãos-clientes”, impelindo-os a adotar uma perspectiva distanciada e opinativa em relação à atuação dos administradores públicos.

²⁰⁴ Para saber mais sobre a teoria da Nova Gestão Pública, ver: MATAS, Carles. “Los problemas de la implantación de la nueva gestión pública em las administraciones públicas latinas: modelo de estado y cultura institucional”. Disponível em: <http://www.top.org.ar/ecgp/FullText/000000/RAMIO%20MATAS,%20Carles%20-%20Los%20problemas%20de%20la%20implantacion%20de%20la%20nueva%20gestion.pdf>
Consultado em: 13.5.2013.

²⁰⁵ Documento: OESP. “Itautec-Philco recebe hoje o ISO-9001”. Economia, p 33, 30.9.1994.

²⁰⁶ Documento: OESP. “Moradores querem novo nome para Diadema”. Cidades, p 30, 1.10.1994.

Confronto interno na tendência Articulação Unidade na Luta

A efetivação de uma nova forma de administração pública, proposta pelo governo de José de Filippi Júnior, constituiu-se também como reação às denúncias sobre improbidade administrativa do período de José Augusto. Um caso exemplar da pressão pública exercida sobre a prefeitura, na cobrança de uma atitude política contra a corrupção, configurou-se com a promoção do debate “Impunidade e Corrupção no Brasil”, organizado em conjunto pela Câmara de Diadema, prefeitura e seção local da Ordem dos Advogados do Brasil, em 1993. Foram convidados para o debate o deputado federal pelo PT, Hélio Bicudo, o representante da Associação dos Procuradores do Estado de São Paulo, Oscar Vieira, o diretor público do Fórum de Diadema, juiz Francisco Orlando de Souza, o promotor público Walter Foletto Santin e o presidente da OAB de Diadema, José Luiz de Oliveira.

Os apoiadores do deputado estadual pelo PSB, Gilson Meneses, apareceram no local de realização do debate, o Teatro Clara Nunes, com cartazes acusando o PT pela corrupção em Diadema. Incitados por estas manifestações, parte do auditório passou a vaiar José de Filippi Júnior e José Augusto. Ao fim do debate, grupos rivais trocaram empurrões, agressões e ofensas, causando grande tumulto no auditório.

Em referência ao caso de desvio de dinheiro público da folha de pagamento da prefeitura, Gilson declarou: “Como uma prefeitura promove um debate sobre corrupção, fazendo-se de vítima, se possui um caso aterrorizante com o mesmo nome?”²⁰⁷. Em resposta, o prefeito José de Filippi Júnior afirmou:

A prefeitura é a maior interessada em debater a corrupção e resolver os problemas que afligem a cidade, fomos nós que denunciemos a quadrilha do caso ‘fantasmas’ e queremos que o inquérito saia logo para isso ser apurado.²⁰⁸

Embora fossem membros da Articulação Unidade na Luta e colaboradores da mesma administração, José Augusto e José de Filippi Júnior passaram a disputar internamente o poder político. A própria pressão popular para a punição dos responsáveis pelo desvio de dinheiro na cidade fortaleceu a necessidade de o

²⁰⁷ Documento: DGABC. “Debate sobre corrupção sofre tumultos partidários”. 2.12.1993.

²⁰⁸ Ibid.

prefeito conduzir as negociações e indicar os culpados. Na impossibilidade de apontar o esquema de desvio de dinheiro, como resultante de uma prática do partido, passou-se a atribuir a culpa às condutas individuais, desvinculadas das estratégias partidárias. Assim, os resultados das investigações acabavam por resvalar em José Augusto, mas contrariando as evidências, buscou-se preservar a imagem do deputado federal a partir do escudo de seus subalternos. Esta estratégia alcançou resultados externamente, contudo minou a imagem interna de José Augusto, abrindo espaço para o surgimento de outras lideranças.

As disputas para a presidência do diretório de Diadema, em junho de 1995, deram a largada para a composição de forças, em vista às eleições municipais do ano seguinte. Interessado em manter-se no poder e distanciar-se cada vez mais das denúncias que inundaram a administração anterior, o prefeito José de Filippi Júnior articulou-se com a oposição contra José Augusto, composta por dissidentes do grupo de apoio e membros da tendência Articulação de Esquerda-Hora da Verdade, e compôs uma segunda chapa, disputando a direção do diretório.

Um dos motivos alegados pelos opositores de José Augusto no diretório, contra a sua reeleição para presidente, foi a falta de prestação de contas de oito mil reais da arrecadação regional, resultante das contribuições de 30% dos salários de parlamentares e prefeitos, e 2% do salário dos assessores. Dentre aqueles que questionaram a destinação dos recursos do diretório, o vereador do PT, João Paulo, afirmou ter enviado diversos ofícios para a executiva estadual e municipal, com esta finalidade, sem ter recebido qualquer resposta. Segundo ele “é muito difícil conseguir dados sobre as finanças do partido e isto desestimula a contribuição”²⁰⁹. Outro ativista do PT ampliou a crítica sobre a falta de prestação de contas para o diretório estadual “(...) eu não sei e nenhum militante sabe quanto o partido arrecada e quanto é enviado para a executiva estadual”²¹⁰.

Questionamentos mais amplos sobre a conduta do partido foram minimizados por José de Filippi Júnior, que pretendia apenas indagar sobre os procedimentos adotados pelo seu concorrente na condução do diretório e assim fortalecer sua hegemonia política. Perguntado sobre a sua compreensão quanto à

²⁰⁹ Documento: *Diadema Jornal*. “Vereadores petistas querem saber como é gasto o dinheiro do partido em Diadema”. 3-A, 27.4.1995.

²¹⁰ *Ibid.*

prestação de contas do partido, José de Filippi Júnior afirmou que “a contribuição partidária é uma opção de vida e acredito que o dinheiro esteja sendo bem empregado²¹¹”. O foco das críticas em relação ao diretório assumiu cunho meramente administrativo: “Nós da Chapa 2, avaliamos que José Augusto não está conduzindo o PT de forma equilibrada, com democracia e capacidade de conviver com divergências²¹². Dentre os erros graves, cometidos por José Augusto à frente do diretório, foram destacados pelos componentes da Chapa 2: “confronto com movimentos sociais, autoritarismo no Departamento de Educação, desprezo para com funcionários públicos e ruptura com o movimento sindical”²¹³.

Havia, dentre os ativistas da Articulação Unidade na Luta, a intenção de compor uma chapa única para a presidência do diretório de Diadema. Este intento foi abortado pelos opositores de José Augusto, com o lançamento da Chapa 2, composta por um misto das duas tendências da cidade, Articulação Unidade na Luta e Articulação de Esquerda-Hora da verdade.

Em resposta à candidatura da Chapa 2, foi divulgada entre os membros do diretório municipal uma carta contendo críticas à tentativa de dividir o partido, que poderia culminar com a derrota do PT nas eleições para a prefeitura²¹⁴.

Tratava-se de uma crise interna, potencializada pela disputa estabelecida entre as tendências Articulação de Esquerda-Hora da Verdade e Articulação-Unitade na Luta, nas esferas estadual e nacional do partido. Pela primeira vez na história do PT a Articulação de Esquerda tinha maioria na executiva estadual e nacional e, com vistas às convenções estadual e nacional, buscou-se fortalecer os grupos regionais para a disputa. Neste sentido, questionamentos sobre a condução do processo de filiação justificaram a nomeação de uma comissão estadual do partido para acompanhar as eleições para o diretório. O então presidente estadual do partido, Arlindo Chinaglia, negou o caráter interventivo da comissão, afirmando que a executiva do diretório foi mantida. Neste sentido, a manutenção da comissão em Diadema, atendia à necessidade de garantir condições iguais de disputa para

²¹¹ Ibid.

²¹² Trecho da resposta da Chapa 2 ao manifesto da campanha da Chapa 1 reproduzido pelo Documento: DGABC. “Filippi critica José Augusto”. Caderno A, p 3, 7.6.1995.

²¹³ Ibid.

²¹⁴ Documento: DGABC. “José Augusto acusa Filippi de dividir o PT em carta a filiados”. Caderno A, p 3, 21.5.1995.

as chapas em Diadema. Em resposta à interferência estadual nas eleições para o diretório municipal, José Augusto declarou que a indicação da comissão:

[é] uma atitude agressiva e em muito lembra o regime militar com seus soldados e tanques de guerra²¹⁵.

Isso é uma roubalheira, uma sacanagem. Estão querendo bagunçar a eleição, porque sabem que já perderam²¹⁶. O Arlindo Chinaglia (*presidente do PT de São Paulo*) é da corrente Hora da Verdade, que tem membros na chapa do Filippi²¹⁷.

Ele pediu esta intervenção para me desmoralizar, mas o PT de Diadema não merece isso. É um PT herói²¹⁸.

A tentativa de desqualificar a atuação da comissão estadual não surtiu o efeito desejado, e o trabalho do acompanhamento das eleições para o diretório de Diadema manteve-se, mesmo com os recursos levados por José Augusto às instâncias estadual e nacional²¹⁹. Em um processo eleitoral tumultuado por mútuas acusações de tirania, manipulação no processo de filiação e divulgação da listagem de filiados com direito a votos, José Augusto foi reeleito presidente do diretório municipal, com a diferença de 99 votos²²⁰ em relação ao então prefeito, José de Filippi Júnior (MONTE; TAVARES, 2004:64).

Menos de um mês depois da convenção municipal, a esposa de José Augusto, Maridite, foi demitida do cargo de Secretária de Saúde, acirrando ainda mais a oposição entre os petistas. Segundo José Augusto:

A partir de hoje [6.7.1995] eu sou adversário do Filippi. Como presidente do partido, não posso admitir conviver com um tirano. Esse cara é um tirano, ditador (...). Vamos conversar com toda a população de Diadema, para mostrar que ele (*Filippi*) é um ditador, um tirano. A partir de amanhã [7.7.1995] vamos sair pela cidade denunciando a perseguição política (...). O Filippi ofereceu vantagens para tentar cooptar pessoas do nosso grupo para o lado dele. Vamos submetê-lo à comissão de ética do partido (...). Ele demitiu a Maridite, e com isso destruiu um trabalho que vinha sendo feito na saúde há 12 anos²²¹.

²¹⁵ Documento: FSP. "Eleições em Diadema sofrem intervenção". Caderno 8, p 3, 6.6.1995.

²¹⁶ Documento: DGAB. "PT de Diadema fará convenção dia 11 sob intervenção estadual". Caderno A, p 3, 7.6.1995.

²¹⁷ Documento: FSP. "Eleições em Diadema sofrem intervenção". Caderno 8, p 3, 6.6.1995.

²¹⁸ Documento: DGABC. "Convenção do PT de Diadema promete ser uma 'guerra' hoje". Caderno A, p 3, 11.6.1995.

²¹⁹ Documento: FSP. "Ramos entra com recurso". Caderno 8, p 3, 8.6.1995.

FSP. "Ramos recorre e aprofunda crise em Diadema". 9.6.1995.

²²⁰ Documento: FSP. "PT abre comissão de ética contra Filippi". Caderno 8, p 1, 11.7.1995.

²²¹ Documento: DGABC. "Filippi é tirano e ditador". Caderno A, p 3, 7.7.1995.

Ele (*Filippi*) cuspiu na cara do povo. Ele é um derrotado, um canalha, um prefeito medíocre (...). Ele agiu como a máfia, que quando não consegue atingir uma pessoa, ataca sua família²²².

A justificava para a demissão de Maridite, segundo José de Filippi Júnior, era meramente administrativa, “a troca de secretários é uma prerrogativa do prefeito²²³”. Não houve a divulgação, neste período, de denúncias que desabonassem a atuação de Maridite como secretária. A proposta da administração era “(...) aperfeiçoar o que já foi feito, vai ser melhor ainda”²²⁴. Nesta interpretação, realizada por José de Filippi Júnior, o desgaste político deu-se porque: “O problema é que o José Augusto acha que a saúde pública de Diadema é propriedade da família e do grupo dele”²²⁵.

Seguiram-se a esses conflitos a abertura de uma comissão de ética²²⁶ pela executiva municipal do PT, contra José de Filippi Júnior, para avaliar se houve perseguição política no caso da demissão de Maridite²²⁷, além da divulgação de um folheto intitulado “Nossa história foi ferida”²²⁸. Neste folheto, são lembradas as conquistas do PT, desde a primeira prefeitura, em 1983, e especialmente os avanços na área da saúde, durante a administração de José Augusto, como a redução em 1/3 da mortalidade infantil na cidade e a inauguração de 2 hospitais e 4 pronto-socorros. Aproveitando-se do slogan da campanha de José de Filippi Júnior em 1992, “Em time que está ganhando não se mexe”, o folheto constrói argumentação para afirmar que a demissão de Maridite foi uma traição “àqueles que fizeram esse trabalho e saíram às ruas em 1992, para defender o seu nome com a promessa de continuidade”. Utilizando o nome do PT, os redatores do folheto afirmaram que José de Filippi Júnior:

Ao ter sua vaidade ferida por ter perdido a convenção municipal do partido se utiliza de RETALIAÇÃO POLÍTICA com a equipe da saúde, usando uma prática que contraria um dos princípios fundamentais do PT: SER CONTRA A PERSEGUIÇÃO POLÍTICA! Que a direita se utilize desta prática malufista já é conhecido, mas que um prefeito do PT faça o mesmo é um absurdo! Ou o partido está errado ou o prefeito está no partido errado! O PARTIDO DOS

²²² Documento: DGABC. “Candidatura de José Augusto é um retrocesso, afirma Filippi”. Caderno A, p 3, 8.7.1995.

²²³Ibid.

²²⁴Ibid.

²²⁵Ibid.

²²⁶ Documento: FSP. “PT abre comissão de ética contra Filippi”. Caderno 8, p 1, 11.7.1995.

²²⁷ Documento: *Diadema Jornal*. “Nossa opinião”. Caderno A, p 8, 13.7.1995.

²²⁸Documento: Diretório Diadema. “Nossa história foi ferida”. Junho/1995.

TRABALHADORES manifesta sua solidariedade à equipe exonerada da Secretaria Municipal de Saúde neste lamentável episódio que somente trouxe prejuízos a Diadema e a seu povo!²²⁹.

Embora, como secretária, Maridite, ocupasse um cargo de confiança que poderia ser destituído a qualquer momento de forma legítima, buscou-se na redação deste folheto, relacionar sua demissão com um ato bastante comum em tempos de luta de classe, especialmente vivido pelos trabalhadores do ABCD, entre o final da década de 1970 e ao longo da década de 1980: a demissão de um trabalhador como punição por ter se organizado por direitos de classe ou emitido uma opinião contrária aos interesses do empregador. Ficou famoso o episódio em que uma reunião no diretório municipal terminou com a intervenção policial para conter as trocas de agressões entre os grupos políticos em oposição. Diferentes versões foram contadas por ambas as partes para explicar as agressões. O diretor do diretório afirmou que: “Ele [*Filippi*] veio para quebrar o diretório e acabar com a reunião (...). [*Foi*] uma armação do Filippi para justificar a intervenção no PT”²³⁰. Segundo este relato, José de Filippi Júnior comandou uma invasão ao diretório, com a participação de vereadores e secretários da administração, com o intuito de impedir a realização de uma reunião, depredar o patrimônio do PT e criar uma situação motivadora da intervenção da executiva estadual no município. Na versão de José de Filippi Júnior, os militantes foram impedidos de participar da reunião e, diante dos xingamentos proferidos pelo porteiro a um vereador ali presente, reagiram com empurrões, que foram revidados com agressões²³¹.

Neste contexto de guerra interna, comprovou-se, a partir de vistoria realizada pela Companhia Telefônica da Borda do Campo (CTBC), um esquema de escuta telefônica no diretório municipal, atribuído aos apoiadores de José de Filippi Júnior²³². Um dos apoiadores do presidente do diretório justificou a necessidade da vistoria realizada pela CTBC: “Nunca se levou a sério. Num momento de disputa acirrada é comum acontecerem fofocas, mas como havia sinais de verdade chamamos o pessoal da CTBC”²³³. No decorrer do processo, descobriu-se que as

²²⁹ Ibid.

²³⁰ Documento: DGABC. “Reunião do PT de Diadema vira pancadaria”. Caderno A, p 3, 16.12.1995.

²³¹ Ibid.

²³² Documento: DGABC. “Deputado denuncia escuta telefônica no PT de Diadema”. Caderno A, p 3, 23.1.1996.

²³³ Documento: *Diadema Jornal*. “Diretório investiga grampo telefônico”. Caderno A, p 5, 01.2.1996.

ligações de outra apoiadora do presidente do diretório também estavam sendo interceptadas.

Diante do fogo cruzado entre os petistas, Gilson Menezes, contumaz força política em Diadema, mas naquele momento filiado ao PSB, passou a opinar publicamente sobre o conflito e aproveitou para lançar críticas aos dois opositores, deslançando sua candidatura para as eleições municipais de 1996:

Eu esperava a briga dos dois, mas a demissão da Maridite ocorreu de forma antecipada. Foi uma surpresa para mim. Eu esperava que o Filippi ficasse quieto durante toda a sua gestão. Eu digo isso porque ele sabe como ele chegou lá, foi uma roubalheira na convenção de 1992. O cargo dele é fruto de muito dinheiro sujo para me tirar da disputa em 1992 (...). Meus eleitores não vão votar em mim em função da briga do PT. Eles votam em mim por causa do que eu fiz na cidade. Tudo em Diadema tem dedo nosso.²³⁴

Em sua análise, José Augusto e José de Filippi Júnior, uniram-se contra ele nas disputas internas em 1992. Quando Gilson era prefeito da cidade em 1987, José de Filippi Júnior ocupou o cargo de diretor do Departamento de Obras de Diadema, mas em apoio à decisão do PT de lançar a candidatura de José Augusto para a prefeitura em 1989, rompeu com o então prefeito. Durante a administração 1989-92, José de Filippi Júnior manteve-se como Diretor do Departamento de Obras. A denúncia de Gilson refere-se a possíveis subornos que teriam sido utilizados para a “compra” de apoio para a candidatura de José Augusto, nas eleições municipais de 1992.

Neste cenário, a aliança do grupo apoiado por José de Filippi Júnior com a antiga adversária interna, Articulação de Esquerda-Hora da Verdade, consolidou-se com a candidatura de Joel Fonseca, vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos para disputar a convenção municipal de 1996. Segundo Joel:

Minha candidatura é o reconhecimento ao papel do sindicato na vida do PT em Diadema²³⁵.

O Filippi é um dirigente que tem muita sensibilidade e capacidade de trabalhar na unidade da diversidade. A escolha do meu nome unifica todo o campo da Chapa 2, trazendo apoio externo²³⁶.

²³⁴ Documento: FSP. “Menezes diz que esperava briga”. Caderno 11, p 3, 9.7.1995.

²³⁵ Documento: DGABC. “Filippi anuncia apoio a Joel Fonseca em festa no dia 30”. Caderno A, p 3, 22.9.1995.

²³⁶ Ibid.

Já que a reeleição ainda não era permitida, caberia ao prefeito indicar um sucessor e combinar apoios importantes para assegurar uma vitória política nas prévias regionais. A negociação entre tendências rivais na cidade pautou-se na composição de forças para vencer o favoritismo do presidente regional. Em pesquisa IBOPE, encomendada pelo diretório municipal, José Augusto foi apontado pela maioria dos entrevistados, moradores de Diadema, como candidato do PT preferido para disputar as eleições municipais²³⁷.

Assim, em pleno processo de disputa dos votos dos filiados para a prévia de 1996, denúncias de uso da máquina administrativa para manipulação das filiações²³⁸ foram deflagradas pelo diretório municipal de Diadema. Ao longo da história do PT em Diadema, nos momentos de maior disputa interna, este tipo de denúncia tornou-se recorrente, conforme demonstramos anteriormente. Com base em seu estatuto, os filiados do PT indicaram os candidatos da legenda para as eleições a partir das prévias. Tal fato levou os grupos em disputa a uma corrida para filiar o maior número de pessoas dispostas a votar na sua proposta. Resultaram daí várias tentativas de manipulação do processo de filiação, bem como de cooptação de candidatos à filiação, com o uso da máquina estatal ou partidária.

O Diretório Nacional constatou, em várias cidades do país administradas pelo PT, um inchaço anormal das filiações no período antecedente às prévias de 1996, com destaque para a cidade de Diadema, que entre agosto e dezembro de 1995, passou de 12,5 mil filiados para 30 mil²³⁹. O prefeito desta cidade foi acusado de usar o carro oficial da prefeitura para fazer filiações²⁴⁰ e utilizar os tíquetes de leite para “comprar” votos no processo decisório da prévia²⁴¹. Em resposta, José de Filippi Júnior devolveu a acusação ao presidente do diretório municipal, alegando que as filiações em massa decorriam de uma estratégia de José Augusto para controlar os delegados nos encontros regionais e nacionais.

²³⁷ Documento: *Diadema Jornal*. “José Augusto”. Caderno A, p 2, 1.2.1996.

²³⁸ Documentos: DGABC. “Polícia apreende carro da prefeitura com ficha de filiação”. 9.11.1995. DGABC. “Vereador pede processo no caso das fichas”. 11.11.1995.

²³⁹ Documento: *Jornal da Tarde*. “Denúncias tumultuam prévias petistas”. São Paulo, 9.2.1996.

²⁴⁰ Documento: DGABC. “Polícia apreende carro da prefeitura com ficha de filiação”. Caderno A, p 2, 9.11.1995.

²⁴¹ Documento: *Jornal da Tarde*. “Denúncias tumultuam prévias petistas”. São Paulo, 9.2.1996.

Outras cidades como Santos, Goiânia e Ipatinga também sofreram esse processo de inchaço das filiações, no período antecedente às prévias, revelando possíveis distorções do processo de consulta às bases. Por ocasião da divulgação na imprensa sobre as denúncias de fraudes nos processos de filiação do PT em diversas cidades, o presidente nacional do PT, José Dirceu, e o presidente paulista, João Paulo Cunha, respectivamente se posicionaram a respeito:

As prévias viraram um mecanismo desvirtuado, com filiações de última hora, sectarismo e hostilidades não éticas. Não dá mais tempo de mudar o sistema de prévias para a eleição deste ano, mas precisamos reavaliar isso no partido.

É triste e complicado para nós reconhecer isso, mas o PT necessita fechar para balanço e fazer um debate sério sobre os critérios nas prévias e uso da máquina administrativa²⁴².

Reconheceu-se que a exacerbação da política nos procedimentos partidários depreciou os debates orgânicos e autênticos no interior do partido. Progressivamente a necessidade de alcançar vitórias políticas minou a organização social autêntica, em busca de um intenso controle sobre todas as instâncias decisivas da política. Embora os representantes petistas tivessem chegado a esta conclusão, conforme declarações acima, não identificaram que esta característica era própria da dimensão da política, como mediadora dos interesses conflitantes da sociedade. Para eles, bastava aperfeiçoar os procedimentos partidários para evitar estas distorções.

A executiva do diretório municipal, à frente do processo de filiação, solicitou a impugnação de 8,3 mil fichas de filiação do diretório do PT de Diadema, sob justificativa de que 7,2 mil não estavam abonadas e 1,1 mil estavam com endereços incorretos. Segundo o vice-presidente do sindicato dos metalúrgicos, Joel Fonseca, a tentativa de impugnação das filiações era uma estratégia para ganhar a prévia para as eleições de 1996, pois todas as fichas haviam sido encaminhadas pelo seu grupo de apoio²⁴³.

No contexto destas denúncias, a prévia realizou-se em abril de 1996 e teve como resultado a vitória da chapa de José Augusto, com 60% dos votos, contra 40% da chapa de José de Filippi Júnior, o que garantiria, além da indicação do

²⁴² Ibid.

²⁴³ Documento: OESP. "Grupo quer anular 8,3 mil filiações em Diadema". Política, p 6, 23.2.1996.

candidato a prefeito, pela proporcionalidade de votos, 15 nomes para candidato a vereador²⁴⁴.

Na convenção de 26 de maio, em que foram decididos os candidatos a vereadores, grupos pró-Filippi invadiram os locais de votação, sob a justificativa de que o processo estava sendo fraudado por José Augusto, resultando em 20 pessoas feridas²⁴⁵. A comissão da executiva estadual, que acompanhava as prévias, decidiu anular a convenção de 26 de maio e realizar intervenção no diretório municipal do PT em Diadema. Às vésperas do prazo final para o registro dos candidatos para as eleições em 1996, José Augusto decidiu desrespeitar a decisão da executiva estadual e registrou uma chapa com 25 candidatos a vereador, todos aliados políticos. Diante de tal imbróglio, o Diretório Nacional aventou a possibilidade de impugnar a candidatura de José Augusto, o que deixaria o PT sem representação na eleição para prefeito em Diadema²⁴⁶. A análise do Secretário Sindical do PT nacional, Delúbio Soares é expressão do tamanho da crise política instalada no interior do diretório municipal de Diadema: “É lamentável ficarmos sem candidato numa cidade que é nosso reduto eleitoral, mas não há outra alternativa. Estamos tentando fazer um acordo com Ramos há três semanas”²⁴⁷.

A solução negociada pela direção nacional do PT, para viabilizar as candidaturas em Diadema, consistiu na inclusão dos cinco vereadores na lista de candidatos, apoiadores de José de Filippi Júnior, para as eleições daquele ano, com envio de nova ata da convenção ao cartório eleitoral²⁴⁸.

Beneficiado pela crise interna do PT em Diadema, Gilson passou a reivindicar para si a tarefa de resgatar os princípios norteadores da fundação do PT. Em sua avaliação sobre as administrações de José Augusto e José de Filippi Júnior afirmou que:

Foram administrações marcadas pelo autoritarismo e pela falta de transparência. E o povo vai dar a resposta nesta eleição, votando contra quem tirou a merenda escolar e desviou verba pública. Vai ser o voto da

²⁴⁴ Documento: DGABC. “Executiva quer pôr fim à crise”. Santo André, 8.6.1996.

²⁴⁵ Documento: DGABC. “Diretório do PT de Diadema pode ser extinto”. Santo André, 8.6.1996.

²⁴⁶ Documento: OESP. “PT decide ficar sem candidato em Diadema”. 7.7.1996.

²⁴⁷ Ibid.

²⁴⁸ Documento: OESP. “Polêmica de Diadema deve ter solução hoje”. Política, p 6, 9.7.1996.

dignidade (...). O partido está rachado, por culpa das pessoas que controlam a cúpula. Mas isso não vai ser decisivo. O trabalho iniciado por mim em 1982 é que será decisivo na nossa vitória (...). O PT de Diadema perderá menos com a minha vitória. O prejuízo seria maior se o outro ganhasse a eleição²⁴⁹.

Ao destacar, nas duas administrações petistas em Diadema, características que remetem ao exercício da ditadura militar e seu partido de sustentação, Gilson buscou evidenciar a transformação ocorrida na direção do PT. Mesmo considerando a crise interna do PT como um elemento importante para a configuração das disputas municipais, Gilson atribuiu aos resultados da sua administração na cidade o elemento fundamental para a decisão do eleitor. Assim, buscou fortalecer o projeto político de uma nova frente de esquerda para a cidade, com a coligação União Popular de Diadema (PSB, PV, PMN, PCdoB e PPS).

Em período de ampla efetividade da Fragmentação Sistêmica nos polos industriais do ABCD, o principal projeto do programa de governo defendido por Gilson foi o apoio à instalação de novas empresas em Diadema:

Vamos desenvolver projetos especiais para todas as áreas, visando a defesa dos excluídos sociais. Mas a prioridade será a criação da Secretaria da Indústria, Comércio e Tecnologia para trazer novas empresas e gerar empregos na cidade²⁵⁰.

O Grande ABC é um só. Temos de criar políticas de auto-ajuda na saúde, educação e uma reforma tributária que atraia as indústrias para a região²⁵¹.

Pretendeu-se, com a criação da nova secretaria, impor uma política de isenção fiscal, dentre outros incentivos, para atrair empresas, a fim de aumentar a arrecadação e circulação monetária na cidade. Em uma visão sistêmica sobre a relação interna estabelecida pelos processos de terceirização de setores nas empresas petroquímicas e automobilísticas, Gilson destacou a importância de políticas regionais para o fortalecimento do polo industrial do ABCD.

²⁴⁹ Documento: DGABC. "Gilson Menezes diz que PT precisa de reestruturação". Caderno A, p 5, 16.7.1996.

²⁵⁰ Ibid.

²⁵¹ Documento: DGABC. "Ausência de Zé Augusto favorece Gilson". Caderno A, p 4, 24.8.1996.

O atendimento ao programa do empresariado também fazia parte do Programa de Governo defendido por José Augusto. Dentre as propostas de realização dos interesses dos empresários destaca-se a racionalização da malha viária, para permitir o escoamento de mercadorias. Houve também uma clara disposição em aproximar os empresários do centro de decisões da região do ABCD:

Nós, os cinco deputados federais da região, temos trabalhado isolados, porque há pouca participação dos empresários. Nenhum empresário daqui veio me procurar ou sequer ligou. Os trabalhadores são mais organizados (...). Uma cidade não é diferente de uma empresa. Queremos uma administração quadripartite: prefeitura, empresários, sociedade e fundações²⁵².

A grande diferença entre os programas dos dois candidatos estava na estratégia de atração das empresas para a cidade. Enquanto Gilson intencionou criar uma política de isenção fiscal, José Augusto acreditou que a localização da cidade e a grande oferta de mão de obra eram suficientes para garantir a lucratividade das empresas:

A posição nós temos. Estamos a 15 quilômetros do marco zero de São Paulo, a 5 das grandes montadoras, a 60 quilômetros do Porto de Santos. Esse é o maior incentivo, além disso, temos mão de obra de qualidade, porque os trabalhadores fazem rodízio entre as empresas. A saída de uma empresa daqui para o interior do país é uma loucura²⁵³.

Na avaliação de José Augusto, a saída de uma empresa da cidade, ou da região, acarretaria mais custos para as operações, o que diminuiria a lucratividade. Neste sentido, era mais viável para as empresas manter-se ou instalar-se em um local estratégico, que permitisse menores custos de transportes e mão de obra.

A disputa eleitoral em Diadema, naquele ano, mostrou-se trágica para os planos de hegemonia do PT. Encerrando treze anos de administração petista na cidade, Gilson Menezes venceu as eleições para prefeito pela expressiva diferença de 16 mil votos (MONTE; TAVARES, 2004).

²⁵² Documento: *Diadema Jornal*. Caderno A, p 7, 1.9.1996.

²⁵³ *Ibid.*

Ao final do processo eleitoral, que culminou com a derrota do PT em Diadema, foi encaminhado à executiva nacional um documento em que são apontadas as causas da derrota. Dentre as principais causas apontadas está a batalha entre José de Filippi Júnior e José Augusto pelo diretório municipal, o que teria fragmentado o partido. O processo que sucedeu às prévias teria sido conduzido por José Augusto “de forma arbitrária, unilateral e antidemocrática”, com uso do aparelho do diretório municipal para fazer filiações. Questionado por um jornalista sobre o ocorrido, o secretário de comunicação do PT estadual afirmou: “É verdade que José Augusto tem sido muito autoritário, mas há erros dos dois lados”²⁵⁴.

O envolvimento de um dos seguranças do diretório municipal do PT em mais um caso de repercussão nacional, o episódio da Favela Naval, culminou com a expulsão de José Augusto do partido. Em março de 1997, foi veiculada pela TV Globo um vídeo em que dez policiais militares, durante uma blitz na Favela Naval, são mostrados cometendo crimes de extorsão, tortura e assassinato contra os moradores. O PM acusado de homicídio, no episódio da Favela Naval, conhecido como Rambo, foi reconhecido em um vídeo fazendo a segurança do diretório municipal, quando José Augusto era presidente²⁵⁵. Depois da denúncia, a filiação de José Augusto foi suspensa por 30 dias e após instauração de comissão para avaliar o caso, decidiu-se pela sua expulsão do partido.

Depois de divulgada a expulsão, José Augusto distribuiu uma carta aberta aos filiados do PT, em que rememora sua colaboração para a cidade e para o partido, considerando-se injustiçado por seus inimigos e, ao final, convida aqueles que acreditavam em sua inocência para uma reunião no Centro Cultural Okinawa do Brasil, na construção de um novo caminho político:

Suspenderam a minha filiação partidária e me relacionaram com o episódio brutal da Favela Naval. De uma forma vil lançando calúnia sobre minha pessoa, tentaram denegrir minha imagem pública.

Por fim me expulsaram sumariamente do partido como ato final de uma trama conspiratória que vinha pouco a pouco sendo preparada.

²⁵⁴ Documento: OESP. “Em Diadema culpa recai sobre ex-candidato”. Política, p 17, 12.12.1996.

²⁵⁵ Documento: FSP. “Deputado federal do PT diz que vai processar cúpula do partido”. Cotidiano, 9.4.1997. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/4/09/cotidiano/51.html>. Consultado em 17.5.2014.

Fico profundamente magoado com essa expulsão, pois ela se dá de forma suja, mesquinha, pensada e calculada friamente. É com sentimento de grande tristeza e decepção que vejo isso acontecer no seio do nosso partido, substituindo dessa maneira a prática que deveria existir de solidariedade, companheirismo, amizade, sinceridade, dignidade e, sobretudo, ética.

Eis-me expulso do partido. Porém carrego comigo todos os sentimentos que sempre me moveram em defesa da justiça, dos oprimidos, dos humildes, dos trabalhadores, dos sem-saúde, dos sem-escola, por fim, dos marginalizados.

E aonde estiver, mantereí a prática política que você conhece e que faz parte da minha vida.

Tenho recebido o conforto e a solidariedade de inúmeros companheiros indignados com essa grande injustiça de que estou sendo vítima. Esses companheiros se dispõem a estar junto comigo no novo caminho que trilharemos²⁵⁶.

Nesta carta, José Augusto atribui a sua vinculação ao PM Rambo e ao episódio da Favela Naval, a uma trama articulada por seus inimigos políticos para expulsá-lo do PT. Já com vistas à sua filiação em outro partido, José Augusto destacou suas características como político e ser humano, a fim de mobilizar seus apoiadores para acompanhá-lo em um novo partido político.

Em todas as denúncias apresentadas contra a administração de José Augusto, foram apontados maus usos da coisa pública, como um traço resultante do mau gerenciamento realizado. Portanto, apontam as falhas administrativas, como causadoras dos problemas sociais em Diadema, pois confiam na potencialidade racional do Estado para resolver as questões sociais. Nesta interpretação, caso o dinheiro público não tivesse sido usado indevidamente nos episódios acima destacados, a população, teoricamente, poderia ter sido beneficiada por obras de interesse público. Neste sentido, os adversários políticos de José Augusto compreenderam que, ao chegarem ao poder, poderiam fazer diferente e assim realizar a potencialidade de organização inerente ao Estado.

²⁵⁶ Documento: Augusto, José. "Carta aos filiados do Partido dos Trabalhadores". Diadema, 10.7.1997.

Nesta interpretação, as irregularidades no concurso público também são consideradas falhas administrativas, pois os três aprovados puderam se beneficiar da influência direta sobre o processo, contrariando assim o princípio da isonomia na administração do Estado.

Para uma análise mais ampla deste fenômeno, os depoimentos de Lula sobre o caso da CPEM, indicando com naturalidade os procedimentos partidários adotados pelo PT, consistiam em apontamentos que contribuem para a explicitação da limitação do projeto politicista. Ao adotar a estratégia do encaminhamento das demandas sociais pela via partidária, o PT propôs realizar as necessidades de sua classe a partir de pressupostos limitadores da condição humana.

A estrutura de sucessão partidária impôs o enquadramento das necessidades sociais ao mecanismo da disputa de interesses e ao processo de conquista do voto. Trata-se, portanto, de alcançar e manter o poder político pelo consentimento das massas, contudo impossibilitado de resolver os problemas econômicos de sua classe, pois se vê comprometido, pela natureza do Estado, em conciliar interesses inconciliáveis. Neste intento, a busca por alianças, parcerias e financiamentos que propiciariam a chegada ao poder, ganharam mais força e se constituíram como meio necessário e determinante para o alcance dos objetivos. O estabelecimento destas parcerias, como já afirmamos, envolveu contradições insuperáveis entre os interesses gerais e particulares.

Pela própria atividade organizativa do Estado, há uma impossibilidade na sua coerência interna, pois sua existência justifica-se pela necessidade de garantir os interesses particulares sobre os gerais. Assim, mesmo cheios de boa vontade e dispostos a superar o *modus operandi* estatal, os administradores do Estado veem-se impotentes diante da tarefa de revolucioná-lo. No processo entre alcançar e manter o poder, nesta tarefa de racionalizar o Estado progressivamente, a inversão dos pressupostos é implacável e os reais motivos dos problemas sociais permanecem ocultos, desperdiçando a energia daqueles que acreditavam no sucesso da luta política.

Os condicionantes particulares da formação social-histórica de Diadema construíram o contexto que possibilitou o alcance do poder político pelo PT, a partir das lutas sociais e formação de um grupo dirigente reconhecido como

representante geral da população. Crentes na possibilidade de atender suas necessidades pelo controle do Estado, a maior parte da população proporcionou, através do voto, a vitória política do PT. Diante da tarefa de organizar o Estado, os petistas viram-se engessados pelos poucos recursos e pela própria natureza mediadora do Estado. Para manter acesas suas esperanças de mudança, foram impelidos à luta pela manutenção do poder e por novas conquistas políticas no âmbito municipal, estadual e federal, a fim de superar uma limitação, que, segundo eles, tinha cunho administrativo. Neste sentido, o pressuposto fundamental das ações do PT passou a ser o domínio político, a partir do aperfeiçoamento dos mecanismos partidários. Em suma, a política passou a ser o telos da ação partidária do PT, o princípio superior da sociedade, contrariamente à intenção inicial, que aglutinou os ativistas neste partido.

A partir da análise documental foi possível apreender que os processos que culminaram com o julgamento das denúncias, contra a administração de José Augusto, em Diadema, preservaram os interesses particulares em detrimento dos gerais. Embora tenha ficado evidente que as ações cometidas pelo grupo administrador da cidade feriam a legislação brasileira, as manipulações jurídicas conduziram a uma compreensão isolada do fenômeno, sem alcançar sua condição genésica, provocando a absolvição das ações políticas e no raro caso em que houve punição isso se deu de forma conciliatória e pessoal, sem atrapalhar os grandes interesses envolvidos. Como parte integrante do Estado brasileiro, cujas características são inerentes à nossa formação social, o sistema jurídico, com sua debilidade, assume função importante no desenvolvimento do projeto politicista, adequando-se aos interesses de manipulação dos grupos de poder.

Envolvidos em uma disputa interna para as eleições municipais de 1996, José Augusto e José de Filippi Júnior assumiram o telos da política, sufocando as soluções orgânicas e autônomas para os conflitos que emergiram durante os processos de busca de hegemonia interna, com a prevalência de mecanismos fraudulentos e antidemocráticos.

As decisões das instâncias estadual e nacional sobre os impasses instalados em Diadema, com as disputas internas, também se pautaram no telos da política e buscaram fortalecer as tendências que representavam, sem atentar

para a deturpação dos princípios éticos e para as necessidades de atendimento das demandas sociais.

CAPÍTULO IV

VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL EM DIADEMA SOB NOVA DIREÇÃO: AS POLÍTICAS PÚBLICAS EM HABITAÇÃO NAS ADMINISTRAÇÕES PETISTAS ENTRE 1983 E 1992

Discutiremos neste capítulo as políticas públicas em habitação empreendidas pelo PT em Diadema, entre 1983 e 1989 e o uso da violência institucional na cidade para reprimir as ações de organizações de luta por moradia em Diadema, nos episódios do Buraco do Gazuzza e massacre da Vila Socialista.

1. Políticas públicas em habitação, no contexto da precarização do trabalho

O excludente processo de urbanização no Brasil, aliado à precarização do trabalho, intenso processo de migração campo-cidade, motivado pelo modelo agroexportador e industrialização da região sudeste, ineficácia da política habitacional e intensificação da crise econômica entre o final da década de 1970 e ao longo das décadas de 1980 e 1990 fizeram eclodir intensos conflitos urbanos na luta por moradia em todo o Brasil.

Em Diadema foram organizadas pela CS e CO, em conjunto com as agremiações de luta por moradia, ocupações de terrenos e resistências de reintegração de posse, a fim de encaminhar uma das demandas mais urgentes na cidade, obstaculizadas por negociatas políticas, a luta por moradia. A justificativa para o fortalecimento das ocupações de terras promovidas pelas organizações de luta por moradia foi alicerçada na compreensão de que:

A extrema miséria pela qual passam os trabalhadores com salários superarrocados, somados ao desemprego imposto pelo Plano Collor, não deixam outra alternativa aos trabalhadores senão ocupar um pedaço de terra para morar e se livrar dos altos aluguéis²⁵⁷.

²⁵⁷ Documento elaborado pelas comissões dos moradores do Morro do Samba, Vila Socialista e comitê de apoio. 25 de janeiro de 1991.

A pauperização das condições de vida dos trabalhadores, com o arrocho salarial, resultou em inadimplências dos aluguéis e conseqüente organização dos trabalhadores na luta por moradia.

Os debates sobre a ocupação da terra e direito por moradia, travados em âmbito nacional, contavam com a participação de diversas organizações, como a Federação Nacional dos Arquitetos (FNA), Articulação Nacional do Solo Urbano (ANSUR), Federação Nacional dos Engenheiros, Coordenação Nacional das Associações dos Mutuários do BNH, Movimento em Defesa do Favelado, Instituto dos Arquitetos do Brasil, Instituto Pólis, FASE, União dos Movimentos por Moradia (UMM) e Movimento Nacional de Luta pela Moradia (UNLM), entre outros.

Estas entidades articuladas no Movimento Nacional pela Reforma Urbana, desde sua criação em 1985, pressionaram a Câmara Federal pela inclusão de propostas que culminaram nos artigos 182 e 183 da Constituição federal de 1988. Posteriormente atuaram na luta pela regulamentação e aplicação prática destes artigos, através do Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNUR), exigindo o cumprimento da “função social da propriedade urbana e da cidade”, retomando o conteúdo da Emenda Popular de Reforma Urbana que ficou fora do texto da Constituinte. O reconhecimento da função social da propriedade para além de defender a propriedade privada e o interesse individual, garantiu o interesse coletivo nos usos da propriedade privada, porém teve sua aplicação obstaculizada.

Dentre os instrumentos de regulamentação dos artigos 182 e 183, destacamos o Estatuto da Cidade, que tramitou por 12 anos até sua aprovação. Tal morosidade deveu-se aos entraves impostos por diversos segmentos sociais, que viam na legislação uma ameaça aos seus interesses. Ao longo dos 12 anos de tramitação, o estatuto passou a assumir um forte caráter conciliador, o que propiciou a alguns grupos de empresários identificar, na implantação do estatuto, um impulso ao desenvolvimento do mercado imobiliário, esvaziando seu conteúdo social, na medida em que coibia a reserva de áreas para a especulação imobiliária, aumentando a oferta de terrenos disponíveis no mercado.

Neste contexto houve o surgimento, na cidade de Diadema, de um grupo de trabalhadores cujas condições de vida continuavam em constante precarização:

estavam subempregados em condições instáveis, recebiam como pagamento pelo trabalho valor muito inferior ao necessário para realizar as necessidades básicas da família e por isso viam-se obrigados a lutar em conjunto pelo atendimento de sua necessidade de habitação. Sobre isso afirma Maricato:

O custo de reprodução da força de trabalho não inclui o custo da mercadoria habitação, fixado pelo mercado privado. Em outras palavras, o operário da indústria brasileira, mesmo muitos daqueles regularmente empregados pela indústria moderna fordista (*indústria automobilística*), não ganha o suficiente para pagar o preço da moradia fixado pelo chamado mercado formal. A situação é frequentemente mais precária em se tratando de relações de trabalho também precárias. O acesso ao financiamento é quase impossível (MARICATO, 2000:155).

O território diademense, dormitório dos trabalhadores mais mal pagos na região, sofreu com o desenfreado crescimento populacional ocorrido entre as décadas de 1960 e 1990. O crescimento populacional registrado nesta cidade na década de 1980 foi de 33,52% (IBGE/IMES), o dobro do índice registrado na década seguinte e resulta de um aumento relativo das regiões pobres.

Dentre as migrantes, que fixaram moradia em Diadema, na década de 1980, destacamos Edineide que, em 1996²⁵⁸, estava cursando a oitava série do primeiro grau e era a única pessoa da casa empregada formalmente²⁵⁹. Atuava como auxiliar de inspeção em uma empresa de autopeças, localizada no Jardim dos Eucaliptos em Diadema e recebia por hora de trabalho executado R\$ 0,97. A renda mensal familiar, somando o salário de Edineide com as atividades informais dos membros da família, chegava a R\$ 300,00²⁶⁰.

²⁵⁸ Documento: Associação Nossa Luta, Nossa Terra. "Cadastro 9". Diadema, 16.10.1996.

²⁵⁹ Documento: "Sumário de Dados Sócioeconômicos de Diadema". Diadema, 1995, p 44-48. Segundo dados coletados no segundo semestre de 1995 quanto à escolaridade do chefe de família em Diadema, 8,1% deles não eram alfabetizados, 20,8% concluíram o primário (*correspondente ao Ensino Fundamental I*), 22,1% cursaram o ginásio (*correspondente ao Ensino Fundamental II*) sem concluir, 6,5% concluíram o colegial (*correspondente ao Ensino Médio*), 1,6% concluíram o colegial técnico e 1,0% o ensino superior. O conceito "chefe de família", quando descrito pelos técnicos do IMES, é precedido da combinação da preposição *de* mais o artigo definido *o*, que nos indica que a pesquisa refere-se à parcela masculina da população. Há ainda uma indicação de que tal conceito refere-se aos residentes em Diadema com 18 anos ou mais. Tal pesquisa, portanto, não abarca a realidade das famílias cuja referência é feminina quanto aos cuidados e à subsistência dos(as) integrantes. Segundo essa mesma pesquisa, 54,2% das mulheres, em Diadema, não tinham trabalho remunerado.

²⁶⁰ Em 1980, segundo dados encontrados em documento elaborado por funcionários da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Social ("Sumário de Dados Sócioeconômicos de Diadema". Diadema, 1995, p 36 e 46), das 49.913 pessoas empregadas formalmente em Diadema, 92,5% trabalhavam na indústria e 7,5% no comércio. Em 1995, das 98.470 pessoas empregadas

Bom, eu trabalhava na época numa empresa que fica aqui na avenida. Uma firma de borracha. Trabalhava lá das seis às duas, na época tinha aquele matagal, na época da terraplanagem aí colocaram aqueles canos lá e quando era horário de verão só era Deus. Eu tinha que me apegar muito com Deus, que foi quem me deu força porque não era fácil não sair cinco horas, cinco e meia da manhã, porque era seis horas, né, e isso aqui era matagal, morro, né, e tinha o córrego, o esgoto. Eu trabalhava de inspeção, eu inspecionava peças para a Volks, a Mercedes, a Ford, várias empresas. Ainda tem a empresa. Trabalhei cinco anos e sete meses lá²⁶¹.

O trajeto do alojamento Sanko²⁶² para o trabalho era realizado por Edineide a pé²⁶³ em trinta minutos. Em seu relato, se evidencia a tensão à qual era submetida devido à necessidade de percorrer, antes do raiar do dia, um caminho que carecia de infraestrutura básica de iluminação, pavimentação e esgoto. O alto custo do transporte, aliado ao baixo valor pago pela força de trabalho e à incipiente cobertura do transporte coletivo, não deixa escolhas aos trabalhadores quanto à forma de deslocamento para o trabalho. O valor pago pelas empresas de autopeças subsidiárias das grandes montadoras pela força de trabalho era tão baixo que possibilitava apenas aos trabalhadores não passarem fome. As outras necessidades básicas dos trabalhadores, como saúde, educação e moradia, eram negligenciadas pelos empregadores, que diante da imensa massa de desempregados não encontravam dificuldades em preencher os quadros de funcionários.

Como Edineide, muitas pessoas moradoras da cidade de Diadema viveram nas décadas de 1980 e 1990 o processo de pauperização das condições de vida que atingiu trabalhadores de todas as regiões do Brasil. O período entre 1980 e 1990, classificado como décadas perdidas, foi marcado pelo impacto do declínio

formalmente, 64,8% trabalhavam na indústria, 13% no comércio e 22,2% no setor de serviços, desse total 26,1% eram trabalhadores não-especializados. A partir desses dados que compõem a realidade sobre o acesso dos trabalhadores ao mercado de trabalho formal, concluímos que entre 1980 e 1995 houve um crescimento do número de pessoas empregadas de 97,28%, resultado da instalação de novas empresas na região do Grande ABC. Mesmo com o crescimento do número de empregos formais em 1995, 45,9% dos entrevistados declararam não possuir renda fixa.

²⁶¹ Depoimento de Edineide Meneses Bispo, coletado pela pesquisadora em 6 de junho de 2008.

²⁶² Projeto sobre o qual nos deteremos no quinto capítulo.

²⁶³ Segundo dados coletados no segundo semestre de 1995 e compilados no documento “Sumário de Dados Socioeconômicos de Diadema” (Diadema, 1995, p 47), do total de trabalhadores empregados formalmente em Diadema, 53,7% recebiam vale-transporte de forma integral ou parcial. Os dois meios de transporte mais utilizados pelos diademenses para deslocamentos para o trabalho eram os ônibus de operação regular (25,5%) e a pé (20,7%). Quanto maior a renda familiar, menos viagens eram realizadas a pé.

econômico e das altas taxas de desemprego na vida dos trabalhadores (MARICATO, 2011).

Nos anos 1980 e 1990, o crescimento do PIB no Brasil foi inferior às taxas de crescimento demográfico, o que propiciou ampliação da desigualdade social. A concentração da pobreza neste período aconteceu nas cidades. Em busca de melhores perspectivas de trabalho, milhares de trabalhadores migraram para as periferias das cidades industrializadas, devido à falta de recursos financeiros para se estabelecerem em áreas providas de infraestrutura adequada. Esse processo está ligado ao modelo de industrialização e desenvolvimento implantado no Brasil, aliado ao expressivo crescimento populacional e à velocidade desse processo (MARICATO, 2011).

Em Diadema estes migrantes encontraram na ocupação de áreas vazias uma alternativa possível para estabelecer moradia, diante do desemprego, dos baixos salários e da impossibilidade de manter o pagamento do aluguel. Em vias de serem despejados por inadimplência com os aluguéis e sem condições de realizarem sua necessidade de moradia pelo mercado formal, trabalhadores organizados ocuparam de forma precária terrenos sem uso, construindo suas casas com compensados e madeirites.

Tais características fazem com que Diadema chegue ao ano de 1982 como uma típica cidade acampamento, devido à precariedade de condições de moradia. A cidade possuía em seu território 192 favelas e 20% das vias pavimentadas (HEREDA; ALONSO, 1996), sem saneamento básico, programas de saúde ou qualquer outro tipo de investimentos visando sua urbanização.

2. Política habitacional da administração petista em Diadema (1983-88): “Atuar de forma curativa e suplementar”²⁶⁴

Em sua primeira administração (1983-88) Gilson Meneses tinha o desafio de implantar as promessas de campanha a partir de recursos parcos e comprometidos com dívidas das administrações anteriores. Além da quebra da lógica de

²⁶⁴ Documento: Prefeitura Municipal de Diadema. “Bases da Política Habitacional do Município de Diadema”. Diadema, 1987, p 1.

apropriação privada da ordem pública, Gilson Meneses assumiu como plataforma de governo a implantação de políticas sociais no município com a participação deliberativa das CMPs no governo.

Diante desta tarefa, tornou-se imprescindível ao governo petista contar com o apoio da organização popular de maior expressão em Diadema no período, a Comissão Municipal de Favelados (CMF). Esta agremiação iniciou sua organização a partir das ações do Movimento de Defesa do Favelado (MDF), uma das primeiras organizações populares de expressão nacional, com atuação em Diadema.

O MDF atuou contra a ação de despejo dos moradores que ocupavam a área do Jardim União em 1980, em Diadema, momento em que o prefeito da cidade era Lauro Michels. Com o intuito de efetivar uma ação mais específica em Diadema, em 1980, os membros do MDF identificaram a necessidade de organizar uma associação composta por sujeitos que residiam nesta cidade em terrenos considerados irregulares, para reivindicarem junto ao poder público municipal a posse dos terrenos e a implantação de infraestrutura básica, fundando assim a CMF. Durante a administração de Lauro Michels não houve espaços para negociações entre a CMF e o poder público. Neste contexto as promessas de campanha do PT, em Diadema, foram recebidas com muita esperança pelos ativistas.

O contato entre Gilson Meneses e os membros da CMF deu-se logo no início da administração e teve por proposição a realização de reuniões regulares do conselho, com o objetivo de discutir as ações de urbanização necessárias à cidade e a mobilização da população por núcleos para a criação das comissões internas de urbanização (CIUs).

A política habitacional da administração petista (1983-88) teoricamente seguia quatro premissas básicas: 1) A solução para a carência habitacional só seria atingida com a superação da “miséria, da concentração de renda e dos desníveis sociais”²⁶⁵. Segundo julgamento dos representantes da administração pública, atingir tal situação não estava ao alcance do município, por isso deveriam

²⁶⁵ Documento: Prefeitura Municipal de Diadema. “Bases da Política Habitacional do Município de Diadema”. Diadema, 1987, p 1.

“atuar de forma curativa e suplementar”²⁶⁶. 2) O problema habitacional da cidade de Diadema tinha características estruturais, portanto, a “questão devia ser abordada com uma proposta ampla e abrangente”²⁶⁷. 3) O governo municipal de Diadema comprometia-se em garantir a contrapartida necessária ao estabelecimento de financiamentos para a implantação de programas habitacionais em parceria com o Estado e a União, mas afirmava que mesmo com todos os esforços o Estado “não vem assumindo essas responsabilidades. Nessa medida, ganha maior importância a pressão exercida pelos movimentos populares. Por outro lado, a falta desses recursos limita a ação da prefeitura nas situações mais precárias de moradia”²⁶⁸. 4) Os representantes da prefeitura municipal julgavam que a implantação de políticas públicas buscava atender aos diferentes interesses de diferentes grupos e “a opção da administração era clara em favor dos interesses da maioria da população. Assim, os movimentos sociais organizados deveriam ser a base dessa política”.

A proposta da aquisição de materiais de construção através da Associação de Construção Comunitária de Diadema foi sugerida em reunião realizada pela comissão de habitação. Segundo a primeira proposta, a prefeitura “restringiria-se apenas na organização da população quanto à aquisição do material, armazenamento e distribuição”²⁶⁹. Devido às dificuldades de realizar a compra dos materiais com pagamento à vista, definiu-se como aprimoramento da primeira proposta que “A prefeitura compraria o material direto do fornecedor, cuidaria do armazenamento e repassaria o custo ao usuário de forma a ser estabelecida”²⁷⁰.

Havia diretrizes distintas quanto ao caráter dos CMPs a serem implantados em Diadema durante a gestão de Gilson Meneses (1983-88). Os membros do diretório do PT de Diadema propunham a organização dos conselhos a partir dos núcleos de base, apresentados como grande diferencial do PT em relação aos outros partidos políticos, devido à proximidade com as lutas sociais. Segundo documento preliminar de elaboração do programa do PT, os núcleos de base articulariam a diversidade de interesses das diversas lutas sociais na elaboração do programa de governo.

²⁶⁶ *Ibid.*, p 1-2.

²⁶⁷ *Ibid.*, p 1-2.

²⁶⁸ *Ibid.*, p 1-2.

²⁶⁹ *Ibid.*, Anexo 1: “Soluções propostas”.

²⁷⁰ *Ibid.*, Anexo 1: “Soluções propostas”.

A partir do segundo ano de mandato, foi instituída consulta popular sobre a elaboração do orçamento municipal através dos CMPs. Embora houvesse muitas críticas quanto à representatividade e efetividade dos conselhos que participavam deste processo, essa consulta foi realizada até o final da gestão de Gilson Meneses. Um dos projetos desenvolvidos nesse bojo foi o Programa de Urbanização de Favelas (PUF), carro-chefe de sua plataforma de governo, que consistiu na implantação de infraestrutura básica e concessão de posse da terra aos moradores.

Estratégia de organização das demandas por moradia em Diadema, as CIUs foram compostas por moradores dos núcleos habitacionais, cuja articulação e auto-organização eram determinantes para que os membros do Programa de Urbanização de Favelas (PUF) estabelecessem ordem de prioridade de implantação do processo de urbanização. Tratava-se de instaurar o que os membros do PUF chamavam de “pedagogia participativa”, a “auto-organização” dos moradores como requisito essencial para o início das negociações para a urbanização.

O conceito “auto-organização”, utilizado nos documentos oficiais, refere-se à compreensão da resposta dos moradores frente às propostas elaboradas pelos técnicos da prefeitura. As assistentes sociais realizavam reuniões com os moradores, organizados por núcleos, com o objetivo de apresentar a proposta de urbanização elaborada pela prefeitura. Os sujeitos que concordavam e se apropriavam das propostas de intervenção da prefeitura articulavam novos encontros, convidando mais moradores para discutir todas as ações necessárias ao processo de urbanização. O objetivo dos encontros era o alcance do consenso. Neste sentido, a orientação que os técnicos da prefeitura tinham para resolver impasses e conflitos era a retomada de encontros até o alcance do consenso. Nos momentos de grande tensão em que os conflitos não eram passíveis de negociação, o prefeito usou de seu prestígio para negociar soluções, embora procurasse evitar situações em que tivesse que se posicionar contrariamente aos munícipes²⁷¹.

²⁷¹ Um exemplo de intervenção de Gilson Meneses nos processos de negociação de interesses conflitantes é o caso da demarcação de lotes que padronizava o tamanho das áreas a serem ocupadas pelas famílias. Simões (1992:151) cita o caso do morador que ocupava uma área maior

O procedimento de uso da autoridade conferida pelo cargo para solucionar conflitos pela posse e uso da terra em Diadema foi repetidamente utilizado durante as três administrações petistas, como foi identificado no caso da negociação do Projeto Sanko, como analisaremos mais profundamente no próximo capítulo.

Sobre as comissões e associações dos núcleos habitacionais em Diadema, Villas-Boas (1995:11) identifica diferentes tipos de atuação: algumas comissões articularam ações em outras áreas além da habitação, como saúde, educação e cultura, tanto de forma reivindicativa como utilizando o espaço dos centros comunitários existentes para promover atividades autônomas de alfabetização, por exemplo. Outras comissões funcionaram como “espaços de afirmação do poder” por parte de lideranças autoritárias. Segundo Villas-Boas, essas lideranças sentiam-se ameaçadas por “propostas mais colegiadas apresentadas pela Secretaria de Habitação”.

Observa-se nas afirmações de Villas-Boas a indicação de conflitos entre o que a prefeitura propunha e o que os representantes dos moradores nas comissões queriam que fosse realizado, particularmente sobre a forma de implantação das propostas, assim como o uso político destas ações.

Assim, as “propostas colegiadas” passaram a significar a articulação realizada pelos representantes do PUF que eram técnicos representantes da administração, para alcance de um consenso entre a população. Pois desde a apresentação de propostas, segundo análise documental, observa-se que esta ficava a cargo da administração pública. Quando se propunha a realização de encontros para que as pessoas pudessem participar das decisões, isso significava exposição de planos de ação elaborados pelos técnicos da prefeitura para apreciação da população, que colocava ou não impedimentos para a execução²⁷².

que os demais e que a utilizava para o plantio de hortaliças. Este não considerava justo redistribuir território que considerava ser seu devido ao uso e posse. Depois de uma ocupação da área, como estratégia para forçar a remarcação, o morador citado acionou vereadores e a Sociedade Amiga do Bairro para intermediar o conflito. Estabelecida nova hierarquia de negociação, o prefeito interveio negociando a redistribuição do terreno.

²⁷² Os documentos internos que orientaram a ação dos técnicos do PUF indicam detalhamentos sobre o processo de organização da comunidade para implantação da urbanização. Maria Helena Moreira Alves, em documento elaborado para o XI Congresso Internacional de Estudos Latino-Americanos, em 1983, intitulado “Diadema: uma experiência de governo popular em um contexto autoritário” detalha o processo de implantação da pedagogia participativa proposta pelo PUF.

As ações da CMF estavam limitadas pelo aparato burocrático, cujos encaminhamentos passavam pela aprovação dos funcionários da prefeitura, a partir da análise de viabilidade financeira para a execução das propostas. Até para se reunirem, os conselheiros necessitavam se adequar à normatização imposta pelos membros da prefeitura, já que utilizavam para esse fim o espaço do auditório do Paço Municipal.

Durante a negociação entre a CMF e a equipe do PUF sobre a estratégia de regularização das áreas, uma série de divergências impediu que se chegasse a um consenso que possibilitasse a implantação de um projeto comum. Parte das pessoas que participavam da CMF era favorável à compra das áreas pelos moradores e tinham apoio do prefeito, enquanto a equipe do PUF era favorável à definição de uma legislação prévia, o que posteriormente veio a consolidar-se como concessão de direito real de uso.

A solução encontrada pela equipe do PUF para o impasse foi expulsar as lideranças “autoritárias” da CMF e substituí-las por sujeitos afinados com a proposta da secretaria (SIMÕES, 1992:154).

A institucionalização das lutas por moradia em Diadema teve o seu preâmbulo na administração de Gilson, a partir da instituição da Concessão do Direito Real de Uso (CDRU) e da já mencionada Associação de Construção Comunitária de Diadema. Muitas das associações por moradia em Diadema foram fundadas naquele momento, com o objetivo de facilitar os processos que envolviam a aprovação da concessão, já que ela se dava por área.

Para regularizar a posse de terra das unidades habitacionais que se localizavam em terrenos públicos municipais a equipe técnica de urbanização buscou regulamentar a aplicação municipal do instrumento jurídico CDRU, instituído pelo Decreto lei federal 271/67. Assim, estabeleceu-se uma divergência de opiniões no interior da administração pública, pois o prefeito prescreveu outra solução para este caso, a venda dos terrenos públicos para os moradores através de parcelamento dos valores.

A aprovação da lei municipal de CDRU em 1985 na Câmara Municipal foi tensa e as discussões entre bancada de governo e oposição versaram sobre o tipo

de urbanização que se propunha instaurar em Diadema, mas revelavam a preocupação dos vereadores com a repercussão pública e consequentes reflexos eleitorais dessa votação, devido ao grande número de pessoas envolvidas neste processo. Os vereadores da oposição identificavam na urbanização de favelas a oficialização da desordem que significava a ocupação “ilegal” de áreas públicas e privadas, mas, diante da pressão da Associação dos Favelados de Diadema, foi aprovada pela primeira vez no Brasil a aplicação municipal do CDRU²⁷³.

A pressão dos conselheiros para a aprovação da CDRU, articulando o comparecimento da população em peso na Câmara Municipal, foi considerada pelos membros da administração municipal um grande avanço na perspectiva da participação popular em Diadema²⁷⁴. No entanto, conforme pesquisa acerca da participação dos moradores em lutas sociais, realizada no primeiro ano da gestão de Gilson Meneses em Diadema, “um número significativo de pessoas” não participava dos conselhos e comissões instituídos e não tinha conhecimento sobre as ações da prefeitura. Diferentemente do que apregoavam as lideranças do PT na região, a população relacionava-se com a prefeitura a partir de seus interesses individuais, e muitas pessoas se dirigiam aos órgãos municipais em busca de dinheiro, comida, emprego e outros tipos de assistência (ALVES, 1983:26).

O processo de CDRU consistia na transferência de áreas municipais de bens públicos e uso comum para bens patrimoniais disponíveis no município com concessão de uso por 90 anos. Existia uma série de etapas a serem concluídas até chegar ao registro do Contrato de CDRU no cartório de imóveis em nome dos moradores: 1) A CDRU só era aprovada nas áreas em processo de urbanização. 2) Cada concessão necessitava ser aprovada por área em projeto de lei e posteriormente registrada no cartório de imóveis em nome da prefeitura. 3) Os moradores que receberiam a concessão eram identificados e registrados sob a fiscalização do departamento jurídico que realizava alterações quando necessárias.

²⁷³ Relatos quanto ao processo de aprovação da CDRU são encontrados em documento elaborado pela Secretaria de Obras, Habitação e Desenvolvimento Urbano do Município de Diadema, com apoio do Programa Habitar Brasil/BID. “Diadema – Política Habitacional: novos rumos com participação popular”. Diadema, 2001, p 16; Simões (1992:153-166); “Diadema: Cada vez melhor”. In: *Revista Trimestral da Prefeitura Municipal de Diadema*. Ano 1, nº 1. Diadema, 1996, p 29; “Sumário de Dados”. Diadema, 1995, p 18-33.

²⁷⁴ Documento: “Diadema Política Habitacional: novos rumos com participação popular”. Documento elaborado pela Secretaria de Obras, Habitação e Desenvolvimento Urbano do Município de Diadema, com apoio do Programa Habitar Brasil/BID. Diadema, 2001.

4) Os moradores recebiam os certificados individuais de CDRU. 5) Registrava-se o contrato de CDRU no cartório de imóveis em nome de todos os moradores.

Até 2001, em apenas três áreas os moradores conseguiram registrar em seus nomes o contrato de CDRU²⁷⁵. Identificou-se que, durante a gestão 1983-88, os processos de tramitação de projetos de lei - primeiro passo para a efetivação da concessão - concentraram-se em dois períodos: no primeiro ano de aplicação (1985), quando 17 projetos da lei de CDRU foram aprovados pela Câmara Municipal, e no último ano da gestão (1988), quando foram aprovados 31 projetos de lei. A entrega de certificados de CDRU às famílias ficou concentrada entre o último ano da administração do prefeito José Augusto (1992) e ao longo da administração 1993-96. As famílias do núcleo habitacional Santa Maria VII foram as primeiras a receberem o certificado, mas o processo de entrega só foi concluído em 1992²⁷⁶. Durante as três administrações petistas 1982-96 (dados até novembro de 2006), 5.735 famílias de 62 núcleos habitacionais receberam os certificados de CDRU, o que representa 24,86% dos moradores de núcleos habitacionais²⁷⁷.

Os membros da administração 1993-96 avaliaram os limites da eficácia da CDRU como política de regularização fundiária e integração dos núcleos habitacionais à cidade: a CDRU só era aplicada às áreas públicas municipais, enquanto as áreas urbanizadas continuaram isoladas da cidade “legal”, o investimento público em infraestrutura valorizou a terra, o que causou a saída dos moradores para regiões mais precárias, houve continuidade da ocupação de terrenos sem infraestrutura e a reurbanização de favelas exigia o desadensamento das áreas, aumentando a demanda por novos terrenos²⁷⁸.

Com o desgaste gerado pelas discordâncias entre o prefeito e os técnicos do PUF, especialmente no caso de aprovação da CDRU, e consequentes

²⁷⁵ Documento elaborado pela Secretaria de Obras, Habitação e Desenvolvimento Urbano do Município de Diadema, com apoio do Programa Habitar Brasil/BID. “Diadema - Política Habitacional: novos rumos com participação popular”. Diadema, 2001, p 17.

²⁷⁶ Não consta registrado no “Sumário de Dados” a data de aprovação da lei de CDRU para o núcleo habitacional Portinari. A entrega do certificado foi realizada em 1992. Documento elaborado por funcionários da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Social: “Sumário de Dados”. Diadema, 1995, p 34.

²⁷⁷ Ibid., p 23-33.

²⁷⁸ Documento elaborado pela Secretaria de Obras, Habitação e Desenvolvimento Urbano do Município de Diadema, com apoio do Programa Habitar Brasil/BID. “Diadema - Política Habitacional: novos rumos com participação popular”. Diadema, 2001, p 18.

morosidades nos processos de urbanização, propôs-se em 1984 a transferência do Programa de Urbanização de Favelas para o Departamento de Promoção Humana (Assistência Social), com a justificativa de ampliar a colaboração entre assistentes sociais e a equipe de urbanização e de que o novo prédio acomodaria melhor os funcionários.

Tal proposta gerou descontentamento entre os membros da equipe do Programa de Urbanização de Favelas que viam nesta ação uma desarticulação da pedagogia participativa desenvolvida pelo departamento de planejamento. A população organizada manifestou-se contrariamente à mudança, muito influenciada pelas informações que recebiam através dos assistentes sociais e outros funcionários do PUF. O descontentamento se acentuou quando a CMF solicitou uma reunião de esclarecimentos a Gilson Meneses e não foram atendidos. O impasse culminou em reunião entre funcionários do PUF, representantes das lutas por moradia, chefes de departamentos e o próprio Gilson Meneses. Segundo relatos de alguns participantes da reunião e de documento elaborado por funcionários do PUF, Gilson Meneses anunciou que não voltaria atrás na decisão de mudar a administração do PUF, o que gerou pedido de demissão em massa dos funcionários do PUF. Segundo o prefeito, a justificativa para a tomada de decisão, sem consulta à CMF e contrariando os interesses da equipe do PUF, era que:

O Planejamento estava cheio de teorias, e a administração tem que ser na base do feijão com arroz, ou seja, tudo muito simples e rápido. (...) Se não há plano de governo, a culpa é do Planejamento, porque era quem tinha obrigação de fazer. (...) Não posso aplicar o programa do PT integralmente à administração²⁷⁹.

Com a mudança do PUF para o Departamento de Promoção Social, a CMF deixou de se reunir e as demandas por infraestrutura em Diadema foram atendidas de acordo com o cronograma institucional do Estado e do município, com participação das associações de luta por moradia nas reuniões de comunicação das ações a serem realizadas.

A partir das novas diretrizes de ação da gestão 1983-88, houve coibição violenta às tentativas de ocupação de terras em Diadema, como o caso da

²⁷⁹ Discurso proferido por Gilson Meneses e registrado em Simões (1992:165).

ocupação dos terrenos circunvizinhos ao Núcleo Santa Maria. Gilson Meneses declarou que a cidade não tinha mais espaços para favelas, mas que as coerções violentas às ações de luta por moradia foram realizadas sem sua conivência (SIMÕES, 1992:166). Apenas em 1988 o PUF retornou à gerência do Departamento de Planejamento como tentativa de reaproximação do prefeito com a população.

Ao analisarmos algumas características consideradas como sinais de autonomia e amadurecimento da CMF, como o já citado apoio para a aprovação da CDRU e reivindicações por serviços como creches, identifica-se que esta afirmação desconsidera a lógica específica das relações sociais desenvolvidas entre os moradores de núcleos habitacionais e membros da prefeitura municipal. A análise da concretude social extraída dos modos específicos de vida em Diadema na organização dos conselhos e comissões na gestão 1983-88 permite a compreensão de uma sociedade cujos conflitos têm base nas necessidades básicas dos sujeitos que não têm garantidas, na prática, condições mínimas de sobrevivência em detrimento dos interesses dos donos de terras e empresários, que queriam negociação lucrativa, políticas públicas e investimentos que valorizassem seus negócios.

Para efetivarem suas necessidades, os sujeitos necessitaram se organizar dentro da lógica do aparato burocrático do Estado e segundo sua intermediação. Seu nível de atuação esteve restrito à forma politicamente estruturada, não segundo as necessidades específicas das pessoas e por elas diretamente deliberadas e postas em execução, mas segundo a disponibilidade e aprovação de verbas, programas e leis definidos por representantes eletivos ou cargos de confiança destes.

O alcance do “consenso” para a elaboração e efetivação de políticas públicas na área de habitação passava pelo processo de articulação das propostas governamentais junto aos membros do conselho e das comissões para que estes se apropriassem dos modos do fazer político segundo a ideologia dos sujeitos que ocupavam os cargos de decisão da administração pública municipal e não segundo as necessidades concretas da população.

Embora as disputas se dessem em torno de necessidades básicas dos sujeitos e apesar de muito se ter falado em formação de “cidadãos” a partir da chamada “pedagogia participativa”, os mandatários das reivindicações, a partir das relações sociais desenvolvidas em Diadema, determinadas pelos acontecimentos históricos desenrolados durante a primeira gestão petista, não alcançaram autonomia para exercer diretamente seus direitos e não tiveram instrumentos para ampliar sua atuação para além das suas necessidades imediatas.

Os instrumentos elaborados no âmbito governamental, mesmo fundamentados teoricamente como uma proposta progressista, foram utilizados para cerceamento da participação da população na administração pública, ora cooptando a população incorporando-a na execução de políticas públicas em habitação, elaboradas pelos representantes da prefeitura, ora limitando as possibilidades de implementação das reivindicações populares.

Nos momentos em que o “consenso” não era alcançado pelo processo de cooptação dos representantes da população nos canais de participação, estes foram substituídos por outros, afins ao projeto político elaborado pelas chefias de departamento, ou impedidos de participar diretamente. Os conflitos presentes nas negociações entre associações de luta por moradia, prefeitura e proprietários de terras em muitos momentos eram inegociáveis. Os interesses de um grupo social não puderam ser negociados sem oposição aos outros interesses, principalmente quando se tratou de articulação de poderes no uso da máquina administrativa.

Apesar da “pedagogia participativa”, observou-se que a implantação deste programa se deu, de fato, segundo a proposta idealizada por membros do Departamento de Planejamento. De acordo com o plano ideal da proposta de “pedagogia participativa”, todas as fases da urbanização seriam decididas pelas CIUs, compostas por moradores de cada núcleo, desde a reordenação das habitações para a implantação dos serviços de infraestrutura até a reserva dos espaços comunitários. Depois de aprovada a planta definitiva, o projeto era implantando em um sistema de mutirão pelos próprios moradores. Para articular e mobilizar os moradores no processo de urbanização foi organizada a CMF, que se

reunia periodicamente no auditório municipal, consolidando-se como fórum municipal das discussões das associações de luta por moradia (SIMÕES,1992).

Durante a administração de Gilson Meneses 78 núcleos receberam intervenções, atendendo a 10.494 famílias²⁸⁰. Nessas intervenções foram realizadas, conforme a necessidade de cada local, obras de implantação de rede de água, esgoto e luz, pavimentação, demarcação dos lotes, reordenação física, construção de escadarias, contenção de encostas e iluminação pública²⁸¹.

Não há consenso quanto ao número de núcleos urbanizados durante a administração 1983-88. As obras realizadas em cada núcleo eram diversas quanto à natureza da intervenção e quanto à velocidade com que eram realizadas. As intervenções se diferenciavam em cada local devido a inúmeros fatores, como nível de mobilização da Comissão de Urbanização de Favelas e conflitos que se desenvolviam no desenrolar dos processos. Havia situações em que a reordenação física não era necessária e as obras transcorriam com mais facilidade; em outras eram necessários diferentes tipos de obras pelas condições inóspitas do local. As dificuldades enfrentadas durante a urbanização em muitos casos ocasionaram a interrupção do processo e a sua retomada apenas na administração seguinte, novamente a partir da mobilização popular.

Vale notar ainda que as discrepâncias entre os dados da urbanização de favelas em Diadema, na época considerada [1983-88], refletiam a guerra interna na prefeitura (SIMÕES, 1992:159).

Essa guerra interna configura um segundo tipo de problema que revela o distanciamento entre a teoria e a prática. Expressa fundamentalmente os conflitos sobre as diretrizes de ação e as disputas de poderes entre o diretório regional do PT e o prefeito Gilson Meneses. Esses confrontos estenderam-se para as práticas do dia a dia dos membros da administração e permearam as relações entre os técnicos da prefeitura e as associações de luta por moradia, que passaram a ser considerados segundo suas bases de apoio e não mais segundo as decisões coletivas: técnicos contratados, funcionários estatutários e comissionados

²⁸⁰ Documento elaborado por funcionários da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Social: "Sumário de Dados". Diadema, 1995, p 50-53.

²⁸¹ Documento elaborado pela Secretaria de Obras, Habitação e Desenvolvimento Urbano do Município de Diadema, com apoio do Programa Habitar Brasil/BID. "Diadema Política Habitacional: novos rumos com participação popular". Diadema, 2001, p 15.

reproduziam as oposições internamente e procuravam “convencer” os membros das comissões a atuarem segundo dadas diretrizes, boicotando outras.

3 - Política habitacional 1989-92: Captação de recursos e marketing

Durante a gestão 1989-92, foi mantido o funcionamento do Programa de Urbanização de Favelas com a estratégia de execução das obras em núcleos localizados em áreas públicas, devido à possibilidade de aplicação da CDRU e por necessitarem de obras menos custosas; e nos núcleos cujo trabalho já estava em andamento. As inovações mais significativas desta gestão, quanto a políticas públicas em habitação, foram a implantação do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FUMAPIS) e a eleição de seu conselho deliberativo. A criação do FUMAPIS tinha por objetivo captar recursos para serem aplicados na área da habitação, o que não foi alcançado em seus dois primeiros anos de funcionamento. O conselho deliberativo do FUMAPIS foi eleito em 1992 e empossado em 1994, conforme veremos adiante.

Embora houvesse intenção de captar recursos de outras esferas do governo, o processo de criação do Fundo de Apoio à Habitação de Interesse Social (FUMAPIS), iniciado em 1990, durante a gestão 1989-92, não significou novos recursos para a área de habitação em Diadema. Os recursos gerenciados pelo FUMAPIS continuaram sendo os mesmos disponíveis no orçamento municipal para habitação e urbanismo. A inovação proposta está na criação de um conselho deliberativo do FUMAPIS. Conforme ofício de encaminhamento de projeto de lei que institui o fundo:

Além da facilitação do acesso ao insumo básico para a moradia, que é terra, a assistência técnica necessária e o fornecimento de financiamentos, deve o poder público acolher e incentivar a participação da população na cogestão do problema habitacional e, para tanto, deve fomentar a participação popular organizada. Forma bem interessante de atuação popular organizada no campo da moradia são as associações, ou cooperativas, que devem buscar, integradamente com o poder público, os meios necessários ao equacionamento da questão²⁸².

²⁸² Documento: “Ofício 480/90 de encaminhamento ao presidente da Câmara Municipal da cidade de Diadema, Milton Capel, do Projeto de lei que institui o FUMAPIS”. Diadema, 1990, p 3.

A intervenção proposta para solucionar o problema do déficit habitacional, a falta de infraestrutura básica em Diadema, durante a gestão 1989-92, restringiu-se à aprovação de uma lei que na prática nada mudou.

Conforme a lei que dispõe sobre a criação do conselho deliberativo do FUMAPIS²⁸³, este era composto pelos chamados membros natos que eram o(a) Presidente do Conselho e o(a) Secretário(a) Executivo(a), cargos respectivamente ocupados pelo(a) diretor(a) do Departamento de Planejamento Habitacional e pelo Chefe da Divisão de Planejamento Habitacional, os dois mais altos cargos decisórios da Secretaria de Habitação. O presidente do conselho, como atribuição do cargo, presidia e orientava os debates, tinha direito ao voto e, em caso de empate, decidia em favor da questão que considerasse mais relevante, requisitava estudos, informações e documentos necessários às tomadas de decisões e autorizava a realização de sessões extraordinárias com o quorum mínimo de três pessoas, desde que um dos presentes fosse representante das associações.

Os membros designados, indicados por secretários e pelo prefeito eram representantes do Departamento de Finanças, do Departamento de Planejamento e da Divisão de Planejamento Habitacional. Atuavam como um braço do setor no conselho, propunham, deliberavam e orientavam o andamento dos debates segundo a lógica de organização e as diretrizes impressas no dia a dia dos departamentos dos quais faziam parte.

Os cinco representantes da população de Diadema e seus respectivos suplentes eram indicados pelas associações de luta por moradia, legalmente constituídas. As associações de moradia que estivessem constituídas há mais de um ano e comissões dos núcleos habitacionais reconhecidas pelo Departamento de Habitação tinham direito de indicar uma pessoa para concorrer ao cargo de conselheiro.

O sexto representante governamental do conselho e seu respectivo suplente eram vereadores indicados pela Câmara Municipal. A definição dos nomes a serem indicados aconteceu durante as sessões da Câmara em meio a uma série de acordos entre as bancadas cuja representação era mais expressiva.

²⁸³ Lei municipal 1.093/91 com regulamentação pelo Decreto 3.966.

Dentre as funções do conselho deliberativo do FUMAPIS, conforme legislação²⁸⁴, estava a aprovação de diretrizes, normas e usos para a gestão do fundo e fiscalização da aplicação do fundo. Todas as solicitações de “pedido de vista da matéria objeto de deliberação do Conselho” necessitavam de aprovação do presidente, com recomendação registrada em regimento interno, para que este consultasse o conselho.

Compreendemos importantes aspectos da relação entre as associações e a real prática participativa alegada pelo governo petista, na análise do episódio de escolha dos representantes deste conselho. Em reunião realizada no anfiteatro do Paço Municipal às 15h30min no dia 2 de março de 1991²⁸⁵, foram discutidas as indicações para as candidaturas ao conselho deliberativo do FUMAPIS. Compareceram a esta reunião ativistas na luta por moradia, dentre estes alguns fizeram uso da palavra e teceram considerações sobre a iniciativa da criação do conselho, assim como fizeram as indicações de candidatos(as) para sua composição.

Os arquitetos Lício Gonzaga Lobo Júnior e Rosana Denaldi, representando a prefeitura, explicitaram as normas de funcionamento do FUMAPIS e do conselho, cujas implantações significavam, segundo os citados, uma forma “alternativa” na luta pela moradia, considerando as diferentes condições de habitabilidade em Diadema. Durante a reunião, alguns representantes de associações contaram sobre a trajetória das associações de que participavam, como era o caso de Carlos Lopes Ribeiro, participante da Associação de Luta por Moradia (ALUMO)²⁸⁶, uma das cinco associações que vieram a participar do Projeto Habitacional Sanko. Fundada em 23 de abril de 1987, data posterior à instituição da CDRU (1985) a ALUMO integrou a luta por moradia em conjunto com outras associações no âmbito municipal, estadual e nacional. Diante da novidade surgida com a criação do FUMAPIS, Carlos avaliou que naquele momento construía-se um importante espaço de deliberação e encaminhamento das propostas de políticas públicas na área da habitação. Com o objetivo de integrar a associação a qual pertencia, a esta

²⁸⁴ Ibid.

²⁸⁵ Documento: “Ata de eleição de conselheiro do FUMAPIS”. Diadema, 2.3.1991.

²⁸⁶ A ALUMO posteriormente passou a se chamar Associação de Luta por Moradia Unidos da Leste (ALMUL).

proposta, Carlos indicou o nome de Antônia Aparecida Moreira para representar a associação nas eleições para o conselho deliberativo.

Outra organização participante da reunião, a Associação dos Moradores dos Núcleos Habitacionais da Região Norte, congregava 66 núcleos de favelas, contando com a participação de cerca de 5 mil famílias, segundo citação de João Bosco, representante da entidade na reunião de indicação de candidatos. A organização da associação se dera, segundo ele, também na década de 1980, estimulada pela possibilidade de obtenção da CDRU.

A Associação de Construção Comunitária de Diadema, cuja organização partiu de uma proposta articulada pela prefeitura para compra de materiais necessários aos processos de urbanização, foi representada por Maria Aparecida Tijiwa, que veio a atuar como vice-coordenadora da Associação dos Sem Teto do Taboão, uma das cinco associações participantes do PHS. Esta se disponibilizou a concorrer ao cargo de conselheira do FUMAPIS.

Apesar das inúmeras reuniões, o primeiro conselho deliberativo do FUMAPIS foi eleito em 1991²⁸⁷ e tomou posse apenas em 1994 para um mandato de dois anos, cujos conselheiros(as) eleitos(as) foram: Aceli Pereira dos Santos, pelo Núcleo Habitacional União, João Pereira da Silva, do Núcleo Habitacional 15 de Julho, Antonio Alves, pelo Núcleo Habitacional Maria Cândida de Oliveira, Geraldo de Melo, pela Associação de Luta por Moradia por Mutirão de Vila Nogueira, e Antonia Aparecida Finotti Moreira, pela ALUMO.

Segundo depoimento de Edmundo, participante da Associação de Luta por Moradia Unidos da Leste (ALMUL), sobre o primeiro mandato dos conselheiros do FUMAPIS: “foi criado esse conselho, mas um conselho inútil, que não fazia nada, que não se discutia, porque não era vontade do prefeito”.²⁸⁸

²⁸⁷ Documento: Portaria 175, de 26 de junho de 1991, que solicita publicação dos indicados natos e designados do prefeito e secretaria e os eleitos representantes das associações aos cargos do conselho deliberativo do FUMAPIS.

²⁸⁸ O depoimento de Edmundo da Silva Ribeiro foi coletado em 1997 por Eliete Rocha de Almeida, Fabiana Lo Bello, Janete Barros Nunes e Silmara de Paulo Santos, quando o depoente ocupava o cargo de presidente da ALMUL, uma das cinco organizações que participaram do projeto Sanko. Os depoimentos estão transcritos no Trabalho de Conclusão de Curso: “Participação popular no Programa de Urbanização de Favelas: a contribuição do Serviço Social na experiência do município de Diadema (gestão 93-96)”, apresentado à PUC. São Paulo, 1997.

Os desafios práticos da pretensa autonomia da participação popular, segundo Edmundo, foram restritos aos instrumentos de interlocução criados segundo a organização burocrática do Estado. As discussões e deliberações tratadas no conselho estavam submetidas aos trâmites legais acessíveis aos membros da administração municipal que fizeram uso das informações privilegiadas, limitando a ação dos conselheiros, segundo as necessidades de organização do poder público.

Em documentos internos do FUMAPIS²⁸⁹, nos quais não constam datas que indiquem exatamente o período de sua elaboração - mas que, comparando aos nomes que compõem o corpo do conselho deliberativo, apontam tratar-se da sua gestão 1994-95 -, identifica-se uma proposta de urbanização que organiza as ações por macroáreas: Central, Serraria, Conceição, Vila Nogueira, Casa Grande, Inamar, Eldorado, Piraporinha, Canhema, Campanário e Taboão. Foram designados como responsáveis pela implantação do projeto um arquiteto e um sociólogo e são citados 180 moradores como referências para o diálogo com a população, dos quais 70 eram mulheres. Do total das pessoas citadas, 88 estão indicadas com a sigla PT, significando a representação do Partido dos Trabalhadores no núcleo habitacional.

A segunda eleição do conselho deliberativo do FUMAPIS em 1995, ano que antecedeu as eleições municipais, contou com a participação de um número expressivo de votantes e candidatos cuja atuação nas negociações com o poder público era reconhecida pela população em geral (SCALLI, 1990). Dadas as circunstâncias históricas da realização destas eleições, a mobilização pelos votos para conselheiro tornou-se uma prévia das eleições para vereador.

Efetivamente, o FUMAPIS existiu apenas no papel, pois as verbas utilizadas para a realização das obras de urbanização eram provenientes do orçamento municipal e dos pagamentos realizados pela população por implantação de infraestrutura, o que limitou a ação dos(as) conselheiros(as). No último ano da administração de José de Filippi Júnior, pela primeira vez foi possível deliberar

²⁸⁹ Documentos: "Relação dos conselheiros e suplentes do Conselho Deliberativo do FUMAPIS". Diadema, sem data; "Relação das equipes responsáveis pela urbanização e indicação das lideranças a serem consultadas no processo divididas por macroáreas e núcleo habitacional". Diadema, sem data.

sobre os valores do fundo, tendo sido transferido dinheiro proveniente dos pagamentos realizados pela população pelo Plano Comunitário de Pavimentação para o Fundo.²⁹⁰ Em análise sobre a atuação dos dois mandatos do Conselho Deliberativo do FUMAPIS, Edmundo afirmou:

O conselho do FUMAPIS ele é exatamente um conselho para gerenciar, não é só deliberativo. (...) deliberar só aquilo que a administração quer. (...) Aí, eu retribuo [*sic: atribuo*] esse erro não só à administração, mas eu acho que nós mesmos enquanto liderança de movimento, que era conselheiro do FUMAPIS também, porque a gente cobrava, mas não agia. Porque o conselho do FUMAPIS é um órgão que tem poder, se a administração não tá fazendo aquilo que foi deliberado, ele [*o movimento*] tem até obrigação de entrar na Justiça pra intervir na situação. E isso a gente não fez até por entender que era uma prefeitura democrática e popular, que com todos os defeitos, mas a gente tava participando da discussão²⁹¹.

Os conselheiros não moveram ações em defesa das deliberações não operacionalizadas na prática. Alguns destes, que eram militantes do PT, procuraram resolver os conflitos dentro da lógica estabelecida pela prefeitura, enviando ofícios e levando as reivindicações às reuniões organizadas pelos membros da administração.

A gente acha que na administração do Filippi teve muita cooptação de liderança. Liderança que também não tá preparada para discutir a questão do movimento enquanto movimento, do movimento como um todo. (...) Olha, isso acontece, aliás, acho que não foi só na gestão do Filippi, foi em todas que passaram, pelo menos as que eu participei. Acho que primeiro as pessoas tentam pegar as pessoas pela barriga. Um monte de lideranças, às vezes, precisa de um emprego, então, geralmente, a administração oferece lá um emprego. Oferece um biquinho pra fazer aqui e acolá, e essas lideranças já não se juntam com aqueles que querem brigar independente do emprego, acho que isso é uma coisa, acho que a interferência política dos vereadores, e aí não só da direita, acho que do PT, também, essa interferência política pelo voto dentro dos movimentos organizados, eu acho que é um fracasso nos movimentos. (...) O vereador precisa de um votinho, e sabe que ele

²⁹⁰ Documento: VILLAS-BOAS, Renata. *Avaliação da Participação Popular na Gestão da Política Habitacional de Diadema*. São Paulo: Instituto Polis, 1995, p 9.

²⁹¹ O depoimento de Edmundo da Silva Ribeiro foi coletado em 1997 por Eliete Rocha de Almeida, Fabiana Lo Bello, Janete Barros Nunes e Silmara de Paulo Santos, quando o depoente ocupava o cargo de presidente da ALMUL, uma das cinco organizações que participaram do projeto Sanko. Os depoimentos estão transcritos no Trabalho de Conclusão de Curso: "Participação popular no Programa de Urbanização de Favelas: a contribuição do Serviço Social na experiência do município de Diadema (gestão 93-96)", apresentado à PUC. São Paulo, 1997.

só consegue um votinho, na área, se ele estiver de bem com o prefeito. Se ele não estiver de bem com o prefeito, ao invés dele organizar o povo, pro povo cobrar os seus direitos de forma organizada, eles preferem chegar lá pra liderança e fazer conchavo mesmo com a administração pra conseguir uma obrinha e um votinho também, né?²⁹²

Ao tecer estes relatos sobre a participação dos moradores de núcleos na administração pública municipal, Edmundo oferece informações que, confrontadas com os documentos oficiais, possibilitam reconstruir como se deram as relações entre prefeitura municipal e as associações de luta por moradia. Os documentos oficiais instituem legalmente canais de participação popular que na prática encontram uma série de dificuldades para serem operacionalizados. A organização das demandas sociais a partir das associações e a interlocução destas com a prefeitura, através dos canais de participação popular, teoricamente possibilitariam a realização das necessidades da população no âmbito da administração regional. Mas, na prática, os canais de participação popular apresentaram obstruções diversas, dentre elas Edmundo cita o uso de cargos públicos e poderes conferidos para regular as relações entre os interesses populares e os interesses privados de manutenção de poderes.

Os sujeitos, separados das condições objetivas autônomas para garantir sua subsistência, necessitam da mediação do mercado para realizar suas necessidades materiais e espirituais. Precisam vender sua força de trabalho por um valor que é utilizado para a reprodução da sua vida material e estão vinculados a essa relação de compra e venda pela impossibilidade de produzirem autonomamente sua condição de existência. Os administradores à frente da prefeitura, na condição de compradores da força de trabalho e organizadores da vida social, estabelecem as normas e procedimentos para alcance de dados objetivos inerentes à ideologia e organização que representam. Assim, os sujeitos que agem contrariamente às normas estabelecidas foram despedidos e substituídos por outros, segundo interesses dos que têm condições objetivas de decisão.

Outra situação tratada por Edmundo refere-se à negociação entre o poder legislativo e executivo em Diadema, quanto ao uso político das obras executadas

²⁹² Ibid.

pelo poder público. Assim, o uso da máquina estatal foi utilizado na obtenção de votos durante o processo eleitoral.

De fato, a criação do FUMAPIS, como principal canal de participação popular, buscou institucionalizar as lutas sociais em Diadema, obrigando os ativistas a encaminhar suas demandas de forma organizada, dentro da estrutura estatal, disputando prioridades, adequando-se ao orçamento disponível. Aqueles grupos que não se dispunham a este tipo de institucionalização não foram recebidos pela prefeitura e para alcançarem a atenção pública passaram a realizar ações estratégicas no encaminhamento de suas demandas.

Neste sentido, a administração petista entre 1989 e 1992, intensificou a postura de combate à onda de ocupações ilegais na cidade. Em meio às ações realizadas para este fim aconteceram dois dos mais violentos ataques aos ativistas na luta por moradia no Brasil, que ficaram conhecidos como caso do Buraco do Gazuza e o massacre da Vila Socialista.

4. “(...) já somos a segunda gestão da primeira prefeitura do PT e isto nos traz maiores responsabilidades (...)”²⁹³: o caso do Buraco do Gazuza e o massacre da Vila Socialista

No primeiro ano de seu governo (1989), o prefeito José Augusto convocou a Polícia Militar para promover o desalojamento das famílias que ocupavam ilegalmente uma área pública de 150 mil m², conhecida como Buraco do Gazuza²⁹⁴. A ação de ocupação do terreno, ocorrida em quatro de agosto de 1989, se antecipou aos planos da prefeitura de construir 48 habitações populares com recursos do governo federal e em parceria com a Associação de Construção Comunitária de Diadema. O projeto já havia sido levado a Brasília por uma caravana dos representantes da União dos Movimentos de Moradia, grupo formado com o objetivo de encaminhar as demandas por moradia a partir dos canais de participação organizados pela prefeitura.

²⁹³ Depoimento publicado no *Diadema Jornal*. “Expulsão de Boni é confirmada e PT suspende prefeito e vereador”. Diadema, 25 a 27 de janeiro de 1990.

²⁹⁴ A área conhecida como Buraco do Gazuza foi nomeada a partir do uso de uma corruptela em referência ao sobrenome do proprietário da Gleba Garzouze.

Os ruídos de comunicação entre prefeitura, ativistas da luta por moradia e petistas das tendências de oposição à Articulação, assim como a desconfiança sobre quais interesses eram representados pelo prefeito José Augusto, suscitaram rumores de que a área, contrariamente ao que havia sido prometido pelo prefeito, seria destinada a construções do SESI, o que impulsionou a ocupação da área pelos ativistas²⁹⁵.

Com o objetivo de oferecer resistência ao despejo, os militantes construíram uma barreira de paus e pedras na principal entrada do terreno e fixaram uma faixa com os dizeres “A terra é nossa”. Gritos de organização da resistência, proferidos por Boni em um microfone, foram registrados pela imprensa local e espiões do DOESPSP: “O Zé Augusto, traiu os ideais do PT. Aqui não haverá despejo. Se alguém cortar um fio da demarcação dos lotes, nós cortamos o pescoço²⁹⁶”.

Na operação de despejo, o vereador Boni foi preso sob a alegação de comandar os invasores do terreno. Posteriormente o então vice-prefeito Tonhão foi preso, acusado de apedrejar um carro da prefeitura e de comandar as passeatas²⁹⁷ e agressões ao prefeito, em uma manifestação organizada em conjunto com o então vereador Romildo²⁹⁸.

Tida como uma ação antipopular, truculenta e autocrática, o desalojamento das famílias pela polícia militar solicitado pelo prefeito José Augusto, foi justificado como uma forma de proteger os funcionários da prefeitura em ação de defesa dos interesses dos trabalhadores organizados, Associação de Construção Comunitária de Diadema, que aguardavam a efetivação dos projetos organizados pela prefeitura em parceria com o governo federal.

José Augusto explicou que convocar a Polícia Militar era uma prerrogativa sua, já que estava no exercício de seu cargo, diante de

²⁹⁵ Conforme depoimento de José Augusto “El SESI quería ese terreno, pero nosotros les informamos que no podían adquirirlo, porque ya existía un proyecto para viviendas que estaba en camino de Brasilia conforme a los planos que ya te entregué, Marta”. HARNECKER, Marta. “El controvertido tema del uso de la policía”. Disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/martah/diadema.rtf>. Consultado em 9.7.2013.

²⁹⁶ DOESPSP. Arquivo do Estado de São Paulo. “Ficha Manoel Boni”. Disponível em <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/upload/Deops/Fichas/DCSB02086.pdf>. Consultado em 15.7.2013.

²⁹⁷ Documento: OESP. “Polícia solta o vice de Diadema”. São Paulo, 3 de setembro de 1989.

²⁹⁸ Documento: DOESPSP. Arquivo do Estado de São Paulo. “Ficha 01 José Augusto da Silva Ramos”. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/upload/Deops/Fichas/DCSR00197.pdf>. Consultado em 15.7.2013.

um conflito que extrapolava o controle dos funcionários diretamente envolvidos na retirada das famílias, sendo, inclusive, ameaçados pela efervescência dos acontecimentos²⁹⁹.

Insisto: nosotros no llamamos a la policia contra los trabajadores, La llamamos para defender los intereses de los trabajadores. Nosotros no llamamos a La policia para botar a La calle a nadie. La policia estaba ahí para defender. Em mi opinion, El aparato represivo del estado está siempre volcado contra los trabajadores, pero em neste caso no lo estaba. Estaba defendiendo a los trabajadores organizados que tenían intereses em aquella área. (...) Si nosotros asumimos la vía institucional para disputar en el terreno electoral espacios institucionales, em este caso, era justo que acudiésemos a la policia, porque nosotros no estábamos defendiendo los intereses de un gran propietario, no estábamos contra los trabajadores o contra el movimiento, estábamos defendiendo los intereses del movimiento organizado³⁰⁰.

Tentamos a negociação. Levamos nossos funcionários, fomos agredidos, ameaçados de morte, tivemos que recorrer à policia para dar proteção aos nossos companheiros e continuamos buscando a negociação. Mas foi em vão. Trouxeram os ocupantes aqui, pensando que eu não ia recebê-los. Eu os atendi e comecei falar que aquela terra estava sendo destinada para construção de edifícios de apartamentos, que a prefeitura dos trabalhadores não queria barraco de favela para o trabalhador, que a partir de hoje, nós íamos lutar pra que cada cidadão pudesse ter um apartamento e nós íamos buscar os recursos juntos³⁰¹.

Ao reconhecer que comumente a polícia militar, como aparato repressivo do Estado, age contra os trabalhadores, José Augusto evidencia a natureza desta organização. Porém naquele caso específico, segundo sua análise, a polícia estava a serviço de um governo dos trabalhadores que buscou defender os interesses daqueles que estavam negociando com a prefeitura o encaminhamento de suas demandas sociais. Assim, a defesa dos interesses dos grupos que haviam concordado em participar do jogo democrático com o apoio da polícia, segundo a compreensão de José Augusto, era inerente a sua função de administrador da prefeitura, uma via institucional.

A cúpula do diretório nacional do PT, em avaliação da conduta de seus filiados no episódio de desalojamento das famílias, votou pela expulsão do

²⁹⁹ Documento: *Diadema Jornal*. “Expulsão de Boni é confirmada e PT suspende prefeito e vereador”. *Diadema*, 25 a 27 de janeiro de 1990.

³⁰⁰ Depoimento de José Augusto. HARNECKER, Marta. El controvertido tema del uso de la policia. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/martah/diadema.rtf>. Consultado em 9.7.2013.

³⁰¹ Discurso proferido pelo prefeito José Augusto Ramos, durante o ato contra violência: pela democracia e pela moradia, ocorrido em 12 de agosto no Paço Municipal. In: “Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro”. *Quinzena*. 1 de outubro de 1989. p 20.

vereador que apoiou a resistência dos ocupantes à ação de despejo, Boni, e pela suspensão do prefeito José Augusto e do vereador Romildo. Em relação à decisão do partido em suspendê-lo, afirmou José Augusto:

Preocupo-me com a decisão do diretório regional, porém, minha aflição não é pessoal, mas de ordem partidária, pois já somos a segunda gestão da primeira prefeitura do PT e isto nos traz maiores responsabilidades e, logicamente, repercute de maneira negativa no nosso trabalho³⁰².

Insatisfeito com a penalidade recebida pelo diretório nacional, José Augusto afirmou que não se tratava de medida que feria sua identidade pessoal, mas a de representante do partido que em ação inerente à função de administrador municipal, combateu a violação de direitos daqueles que estavam em negociação com a prefeitura, pela efetividade das suas demandas. Tratou-se de um desprestígio do partido, às práticas que faziam parte de seu novo papel social como administrador público.

A solução para o impasse no Buraco do Gazuza, após um mês e meio de ocupação, foi a divisão do terreno em duas partes. Em uma delas realizou-se a construção em mutirão autogestionado, de 180 unidades habitacionais verticais, financiadas pela Caixa Econômica Federal a partir do PROHABCOMUNIDADE em parceria com a Associação de Construção Comunitária de Diadema. A parte do terreno ocupada pelos ativistas foi dotada de infraestrutura básica³⁰³, mas até hoje há a permanência de habitações precárias, especialmente o centro comunitário do bairro construído em madeirite.

O massacre da Vila Socialista

No dia 21 de setembro de 1990, aproximadamente 2500 pessoas ocuparam um terreno particular localizado na região sul de Diadema, na altura do km 21 da Rodovia dos Imigrantes, que veio a constituir a Vila Socialista.

³⁰² Depoimento publicado no *Diadema Jornal*. “Expulsão de Boni é confirmada e PT suspende prefeito e vereador”. Diadema, 25 a 27 de janeiro de 1990.

³⁰³ Documento: Instituto Diadema de Estudos Municipais. “Diadema e a cidade informal”. Diadema: Idem, 2011.

Durante a campanha eleitoral, em 31 outubro de 1990, o candidato ao governo do Estado Luiz Antonio Fleury Filho assinou um documento comprometendo-se a articular, com o então governador Orestes Quéricia, a desapropriação das áreas Vila Socialista e Morro do Samba:

Na qualidade de candidato ao governo de São Paulo, comprometo-me a fazer gestões junto ao Poder Executivo estadual para resolver o problema e, se até o final do atual governo não for solucionada a questão, resolverei, desapropriando a área, como governador. Diadema 31.10.90. Fleury³⁰⁴.

Apoiado em estudos elaborados pela Companhia Estadual de Tecnologia Saneamento Ambiental (CETESB), indicativos de que o terreno a ser desapropriado tinha 30% de área cujas características se enquadravam na Lei de Proteção aos Mananciais e outros 40% considerados impróprios para habitação por abrigarem uma usina de lixo, o governo do Estado vetou a desapropriação da área.

Diante deste veto, os ativistas acampados buscaram dialogar com o governador eleito, que não foi localizado por estar “viajando para descansar da campanha que o elegera”³⁰⁵. A fim de conclamar apoio para a causa e chamar a atenção da opinião pública para a desapropriação agendada, realizou-se no dia anterior ao massacre, 10 de dezembro, um ato público pela desapropriação das áreas Vila Socialista e Morro do Samba, sem que os articuladores do evento fossem recebidos pelas autoridades públicas.

O proprietário do terreno, Pedro Simões Filho, moveu uma ação para desocupação da área, que foi executada em 11 de dezembro de 1990 por oficiais de justiça e 700³⁰⁶ policiais militares, resultando nas mortes dos ativistas Milton de

³⁰⁴ Registro da promessa do então candidato Luiz Antonio Fleury Filho em documento de reivindicações preparado pelos moradores da Vila Socialista e do Morro do Samba e incluso no documento: Câmara Municipal de Diadema. “Dossiê sobre as prisões políticas dos vereadores Romildo Raposo e Manuel Boni”.

³⁰⁵ Documento: FSP. “Governador vai desapropriar áreas em Diadema”. São Paulo, 20.3.1991. Política, p 7.

³⁰⁶ Há divergências de informação quanto ao número de policiais militares envolvidos nesta operação. A *Folha de S.Paulo* divulgou que 400 policiais militares executaram a ordem de reintegração de posse. Documento: FSP. “Conflito entre polícia e invasores de terreno causa 2 mortes em Diadema”. São Paulo, 12.12.1990. Documentos elaborados pela Câmara Municipal de Diadema afirmam que foram 700 policias militares envolvidos. Câmara Municipal de Diadema. “Dossiê sobre as prisões políticas dos vereadores Romildo Raposo e Manuel Boni”.

Souza Frazão e Noraldino Ferreira Lima³⁰⁷, mais de 100 feridos, 46 ativistas presos, dentre eles os vereadores Manuel Boni (sem partido), João Teixeira Neto (PSB), Romildo (PT) e 2 dirigentes sindicais que apoiavam a ocupação³⁰⁸.

No dia seguinte à prisão, os vereadores e dirigentes sindicais foram soltos sob fiança, caçada em 28 de dezembro de 1990. Nesta data as prisões preventivas de Romildo e Boni foram decretadas. O ativista da CO, Boni, teve a mão decepada durante o conflito³⁰⁹ e ficou sob vigilância policial no Hospital Municipal do Jabaquara até receber alta quando foi encaminhado ao presídio. O professor ativista da CS, Romildo foi preso em sua residência de forma ilegal, sem a observância dos artigos que dispõem sobre a execução de ordem de prisão e os direitos do acusado³¹⁰. Presos na Câmara Municipal de Diadema em 3 de janeiro de 1991, também de forma ilegal³¹¹, os vereadores João Teixeira Neto e Rodrigues

³⁰⁷ Há divergências sobre o número de mortos neste evento. A maioria dos documentos indica a morte de dois ativistas, Milton Frazão e Noraldino Lima. Mas há informações de mais 7 mortos “incluindo 2 crianças e 1 mulher grávida e um número de desaparecidos que pode ir de 16 a 50 pessoas”, ver: Documento encaminhado por ativistas do PT à International Secretariat da Amnesty Internacional. “Assuntos da América Latina”. Diadema, 14 de dezembro de 1990. Ontem, uma comissão de moradores e de apoio, composta por aproximadamente 35 pessoas, definiu, além da manifestação, o levantamento de um novo cadastro para que seja conhecido o número de desaparecidos. Segundo Raimundo Nonato de Souza da comissão, os invasores da vila Socialista estão sendo chamados a comparecer à EEPG Inamar II, um dos locais onde estão alojadas as famílias, para desta forma poderem ser averiguadas também as denúncias sobre outros mortos, além das duas vítimas oficiais do conflito, ver documento: *Diário Popular*. “Sem-terra farão manifestação”. São Paulo, 14 de dezembro de 1990.

³⁰⁸ Documento: Ministério Público de São Paulo. “Requerimento de Ação Penal contra os acusados na forma dos arts. 498 e segs. da lei adjetiva penal caso Vila Socialista”. Diadema, 26 de dezembro de 1990.

³⁰⁹ A falsa notícia de que a mão de Boni teria sido decepada pela explosão de uma bomba de gás lacrimogêneo, ou coquetel molotov, foi desmentida pelo médico Carlos Bizeli, do Hospital Jabaquara, ao constatar que o vereador não apresentava queimaduras e ao evidenciar que a bomba de gás lacrimogêneo não explode. Tais fatos levantaram uma discussão sobre o tipo de armamento utilizado pela polícia militar neste evento. Segundo relato de Manoel Boni “Uma companheira pediu ajuda para retirar seu filho pequeno de dentro de um barraco, neste momento vi uma bomba, peguei-a e ela explodiu na minha mão”. Documento: *Diário Popular*. “A bomba foi atirada pela polícia”. São Paulo, 14 de dezembro de 1990, p 4.

³¹⁰ A prisão de Romildo deu-se em sua residência às 23h30min do dia 28 de dezembro, fato ilegal pois a prisão noturna só pode ser efetuada em caso de flagrante delito. Além disso o mandado de prisão deveria ter sido passado em duplicata, com entrega de uma via para o preso que deveria ter dado ciência ou, em caso de recusa ou ser analfabeto, com fato descrito em declaração assinada por duas testemunhas. Documento: “Processo de habeas corpus” impetrado pelos advogados Anderson Bussinger Carvalho e Emílio Astuto Rocha Gomes em favor de Romildo Raposo Fernandes. São Paulo, 4 de janeiro de 1991.

³¹¹ “Marino [*Alberto Marino Neto, juiz corregedor de Diadema*] concedeu o direito, a ambos, depois de verificar que as suas prisões transgrediram os princípios de justiça e da legalidade (...). Os vereadores tiveram suas fianças sob as quais estavam em liberdade, suspensas pelo juiz Rubens Rihl Correia, da 1ª Vara Criminal, que não definiu se decretava suas prisões preventivas ou concedia liberdade provisória”. Documento: FSP. “Juiz concede liberdade provisória a 2 vereadores”. São Paulo, 8 de janeiro de 1991.

tiveram sua liberdade provisória decretada quatro dias depois, por terem bons antecedentes.

Os vereadores Boni e Romildo foram presos acusados de “oporem-se à execução de ato legal, mediante violência e ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio”³¹², por serem os organizadores da resistência e terem participado ativamente em queima de carros de policiais³¹³, apedrejamentos, uso de bombas contra a polícia e de outros movimentos de apoio a sem-teto³¹⁴.

(...) previamente ajustados e agindo em cooperação, opuseram-se à execução de ato legal, consistente em ordem judicial de reintegração de posse da área suprarreferida, emanada do Egrégio Juízo da 3ª Vara Cível local, mediante violência, exercida com emprego de armas de fogo, facões, machados, pedras, tacapes, bombas de fabricação caseira e coquetéis molotov, contra os oficiais de justiça designados e policiais militares que lhes prestavam auxílio. É certo que, em razão da brutal resistência oposta pelos indiciados, o ato deixou de ser executado no momento devido e na forma adequada.

(...) Consta, ainda, que MANOEL BONI, qual. à fls. 109, JOÃO TEIXEIRA NETO, qual. à fls. 118, ROMILDO RAPOSO FERNANDES, qual. à fls. 127, ANTONIO RODRIGUES, qual. à fls. 136, SEVERO ALVES MAIA, qual. à fls. 145, TEREZINHA MARIA DA ROCHA, qual. à fls. 154, e JOSÉ DO CARMO ALMEIDA, qual. (...) diretamente à fls. 403, agindo com unidade de desígnios, incitaram, publicamente, por diversas vezes, os invasores da “Vila Socialista” à prática da criminosa resistência, bem como ativamente se opuseram à execução do ato legal, mediante a já narrada violência aos funcionários competentes para executá-lo e aos policiais que os auxiliavam.

No dia dos fatos, a cena do crime já estava montada, várias frentes de resistência haviam sido erguidas. Os revoltosos entrincheiraram-se por detrás de barricadas e improvisaram várias enfermarias³¹⁵.

A narrativa do episódio empreendida pelo promotor de justiça, responsável pelo caso, Ruy Valente da Silva, criminalizou as ações dos ativistas ao tecer a versão de que os atos de violência, que sucederam a tentativa de reintegração de

³¹² Documento: “Processo de habeas corpus” impetrado pelos advogados Anderson Bussinger Carvalho e Emílio Astuto Rocha Gomes em favor de Romildo Raposo Fernandes. São Paulo, 4 de janeiro de 1991.

³¹³ Documento: FSP. “Conflito entre polícia e invasores de terreno causa 2 mortes em Diadema”. São Paulo, 12.12.1990.

³¹⁴ Documento: FSP. “Juiz concede liberdade provisória a 2 vereadores”. São Paulo, 8 de janeiro de 1991.

³¹⁵ Documento: Ministério Público de São Paulo. “Requerimento de Ação Penal contra os acusados na forma dos arts. 498 e segs. da lei adjetiva penal caso Vila Socialista”. Diadema, 26 de dezembro de 1990.

posse, foram provocados pelos articuladores da resistência. A cena de guerra, segundo o promotor, teria sido montada pelos ativistas que “promoveram reuniões, aliciaram várias pessoas na cidade, identificadas com a questão dos ‘sem-teto’, angariaram recursos para a compra e confecção de arsenal bélico e treinaram táticas de resistência”³¹⁶. Foram arrolados no processo como vítimas 34 policiais militares que sofreram “ferimentos de natureza leve” ou “lesões corporais de natureza grave (resultantes em incapacidades para ocupações habituais, por mais de trinta dias)”³¹⁷.

A avaliação de Boni sobre a responsabilidade do massacre na Vila Socialista aponta como culpados os representantes do poder público municipal e estadual. Devido à inadimplência de 11 anos no pagamento de impostos do terreno ocupado pelos ativistas, a prefeitura estava legalmente amparada para fazer a desapropriação, mas preferiu negociar a partir dos interesses do proprietário do terreno. Tentativas de negociação com o então governador Orestes Quércia foram infrutíferas, o que obrigou os moradores a se organizarem para garantirem seus direitos básicos de sobrevivência, a partir da ocupação.

Cientes da eminência da ação de despejo, os ativistas buscaram negociações com os representantes políticos e prepararam a resistência. Contrariamente às afirmações da grande mídia, Boni negou ter exercido liderança sobre os ativistas e que estes tenham recebido algum treinamento para o confronto. “A liderança foi a fome e a luta pela sobrevivência”. Justificou-se o uso de pedras, pregos, madeiras e foices contra a polícia, pois: “É preciso um exército armado para enfrentar outro exército armado”. Os tipos de lesões sofridas pelos policiais - leves - denunciam a desproporção do tipo de armamento utilizado pela polícia militar em relação aos ativistas sociais³¹⁸.

A expressão da violência do Estado na contenção das demandas sociais, reveladora de sua natureza autocrática, se expressa exemplarmente no caso da Vila Socialista e nas perseguições e ameaças sofridas pelos ativistas na luta por moradia e seus apoiadores. Ao longo das investigações, uma das testemunhas,

³¹⁶ Ibid.

³¹⁷ Documento: Ministério Público de São Paulo. “Requerimento de Ação Penal contra os acusados na forma dos arts. 498 e segs. da lei adjetiva penal caso Vila Socialista”. Diadema, 26 de dezembro de 1990.

³¹⁸ *Diário Popular*. “Boni sustenta a luta armada”. São Paulo. 14 de dezembro de 1990, p 4.

que depôs a favor dos ativistas presos, sofreu vários tipos de coação. Um dos moradores estabelecidos no terreno, antes da ocupação, o oleiro Francisco Domingos da Silva, foi convocado a depor por duas vezes, a primeira delas na delegacia de polícia e na segunda foi arrolado como testemunha de acusação dos vereadores no Fórum da cidade.

Ao ouvir a leitura do seu primeiro depoimento, Francisco percebeu que o relato havia sido deturpado e, em novo testemunho, expressou versão favorável aos acusados. Informou “não ter sido molestado pelos invasores da ‘Vila Socialista’ e que a sua residência e a olaria, preexistentes à ocupação, não haviam sido violadas pelos ativistas. Negou ter presenciado o uso de armamentos pelos sem-teto ou vereadores³¹⁹. Na noite seguinte ao testemunho no Fórum, Francisco foi visitado pelo segurança do dono do terreno, Paulo Jacinto, que o ameaçou de morte: “Ele disse que eu ia morrer por ter duas caras e que eu deveria sair do terreno, porque eu estava sendo despejado”. Ao voltar da delegacia onde foi prestar queixa da ameaça, Francisco deparou-se com o segurança e um policial militar identificado como cabo Russi, demolindo a sua casa. Procurado pela imprensa para esclarecer as denúncias, o segurança afirmou que “só cumpro ordens de meu patrão, que mandou despejar o homem”³²⁰. “Derrubei mesmo a construção e derrubo ele [*Francisco*] se for preciso”³²¹.

Outra ordem de reintegração de posse da área conhecida como Morro do Samba estava na eminência de ser cumprida. Área de 21 mil m² localizada próximo ao Bairro Serraria, o Morro do Samba, foi ocupado em fevereiro de 1990 por 50 ativistas. Em apoio à ocupação, Boni e Tonhão conduziram uma manifestação no Paço Municipal de Diadema, reivindicando a desapropriação da área. Ambos foram presos pela tropa de choque, acusados de violação do bem público, danos materiais dolosos, incitação ao crime e lesão corporal dolosa³²².

³¹⁹ Documento: FSP. “Promotor abre inquérito contra PM e segurança”. São Paulo, 23 de fevereiro de 1991.

³²⁰ Documento: *Diadema Jornal*. “Testemunha de Romildo e Boni, é ameaçada de morte”. Diadema, 24 de fevereiro de 1991.

³²¹ Documento: FSP. “Promotor abre inquérito contra PM e segurança”. São Paulo, 23 de fevereiro de 1991.

³²² A ocupação do paço municipal de Diadema, que durou 15 dias, terminou com a repressão da tropa de choque militar em 14 de março de 1990, deixando vários feridos. Os ativistas Manoel Boni e Tonhão, que ocuparam o gabinete do prefeito de Diadema, foram presos em punição exemplar pelo

Envolvido em mais uma ocupação que terminou em prisão, agora na Vila Socialista, o reincidente Boni³²³ e Romildo foram mantidos encarcerados, essencialmente, devido ao temor “de que poderia haver mais conflitos na área”³²⁴.

Novos conflitos são esperados para a desocupação do Morro do Samba, outra área invadida. Segundo o 1º tenente do 24º Batalhão da Polícia Militar de Diadema, Marco Antonio Severo Silva, 27, existem ‘informações seguras’ que os ocupantes vão resistir ‘igual ou mais’ que na ‘Vila Socialista’. ‘Haverá força policial compatível com a resistência encontrada pela PM no cumprimento da ordem judicial’, afirmou Silva³²⁵.

Havia a compreensão de que libertos, os ativistas das tendências trotskistas e lutas por moradia, organizadores da ocupação do Morro do Samba, fortaleceriam a articulação de novas resistências e manifestações, a fim de encaminharem as demandas por moradia obstaculizadas por negociatas políticas que objetivavam a governabilidade do partido no município. Neste sentido, cerceou-se a liberdade dos ativistas, a partir do aparato legal estatal, para sufocar as ações das organizações de luta por moradia na cidade, criminalizadas pelo Estado.

Depois de uma série de manifestações pela liberdade dos vereadores e pela desapropriação da área ocupada, os vereadores foram libertados³²⁶ após “o depoimento de assessores do governador Luiz Antonio Fleury Filho em que foi garantida a desapropriação do terreno”³²⁷.

Gerador de repercussões políticas graves para o PMDB e PT, o conflito da Vila Socialista teve solução com a construção de prédios financiados pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano. Oriundo de promessas políticas da campanha de 2002, o projeto “Padarias Artesanais do Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo” foi implantado na Vila Socialista, em 2003, a partir de parcerias estabelecidas entre a Secretaria Estadual de Habitação,

ocorrido. Documento: OESP. “Petistas juntam dinheiro para pagar fianças”. 16 de março de 1990, p 25.

³²³ Boni já havia sido preso duas vezes, em 1979, durante as greves no ABCD paulista, antes de ter sido preso no episódio da ocupação do paço municipal em reivindicação à desapropriação da área do Morro do Samba. OESP. “Vereador é trotskista”. 16 de março de 1990, p 25.

³²⁴ Documento: DGABC. “Fleury decide desapropriar a ‘Vila Socialista’”. 20 de março de 1991.

³²⁵ Documento: FSP. “Murilo Macedo estuda auxílio para Diadema”. São Paulo, 12.1.1990.

³²⁶ Os vereadores Romildo Raposo e Manoel Boni foram libertados em 19.4.91. Documento: OESP. “Juiz libera vereadores que atuaram em invasão”. São Paulo, 20.4.1991.

Documento: Arquivo do Estado. “Ficha Manoel Boni”. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/upload/Deops/Fichas/DCSB02089.pdf>. Consultado em: 20.7.2013 .

³²⁷ Documento: DGABC. “Fleury decide desapropriar a ‘Vila Socialista’”. 20 de março de 1991.

SEBRAE-SP, Associação Brasileira das Indústrias de Máquinas e Equipamentos para Panificação e Confeitaria e Fleischmann³²⁸. Este projeto constituiu-se como instrumento eleitoral nas eleições seguintes para governo do Estado. O Partido da Social Democracia Brasileiro (PSDB) angariou muitos votos na região, divulgando o projeto, prometendo ampliar o atendimento do programa padarias artesanais.

Devido a sua condição genesiaca autocrática e politicista, o Estado, representado pela administração política petista em Diadema, mostrou-se incapaz de compreender a legitimidade das demandas sociais e encaminhá-las a partir do aparato estatal. Diante das ações diretas dos ativistas, motivadas pela morosidade, ineficácia do aparato estatal, negociatas e falta de diálogo, os gestores petistas usaram do poder coercitivo do Estado para sufocar as demandas sociais, criminalizando os sujeitos que devido à política de superexploração do trabalho estavam impedidos de realizar a sua necessidade por moradia via mercado formal (VIEIRA, 2005).

Autores que analisam as relações sociais relativas à produção e à reprodução da vida, e que condicionam o conjunto das relações sociais, indicam como os interesses coletivos da população se subordinam à lógica da conquista e da manutenção do poder político por pequenos segmentos da classe proprietária e como as organizações sociais acompanham tal lógica. Dentre estes, José Chasin reconheceu, através de sua compreensão sobre o modo específico de objetivação do capital no Brasil e da análise imanente dos textos de Marx, a existência na obra marxiana de um conceito que convencionou chamar de determinação ontonegativa da politicidade. A crítica ontológica à política na obra marxiana, explicitada por aquele autor em *Marx - Estatuto ontológico e resolução metodológica* (1995), evidencia a diferenciação entre revolução política e emancipação humana e aponta como Marx esclarece a origem da politicidade e denuncia seu caráter ontonegativo. Segundo ele, Marx compreendeu a política como “força social pervertida e usurpada”, que se dá no interior de uma configuração histórica em que as formações sociais estão pouco desenvolvidas, cheias de debilidades. Neste sentido, a organização das relações sociais através da política configura-se como

³²⁸ Documento: DGABC. “Padaria comunitária vai atender CDHU Vila Socialista, em Diadema”. Disponível em: <http://www.dgabc.com.br/Noticia/402571/padaria-comunitaria-vai-atender-cdhu-vila-socialista-em-diadema?referencia=buscas-lista>. Consultado em 2.9.2013.

“a expressão oficial do antagonismo de classe dentro da sociedade civil” e, pela sua condição genesiaca, não pode propiciar a efetivação da emancipação humana, pois sua existência visa garantir justamente o contrário: a opressão sobre a classe trabalhadora.

Dentre as principais funções sociais do Estado, em Diadema, mesmo sob a administração política petista, em convergência às análises marxianas, destacam-se: a necessidade de propiciar o desenvolvimento econômico e de conter as demandas sociais, proteger a propriedade privada e especialmente manter a superexploração do trabalho que sustenta a acumulação monetária das classes proprietárias. Mesmo imbuída da tarefa de defender os interesses dos trabalhadores, a administração política petista em Diadema constituiu instrumento de contenção das necessidades dos trabalhadores, vítimas do arrocho salarial promovido pelo governo federal brasileiro ao longo da década de 1980.

O conceito que Chasin agrega ao utilizar o termo “determinação ontonegativa da politicidade”, e que, nesta pesquisa tomamos como referência teórica para as análises realizadas, significa que a política, organização da sociedade - a partir do Estado -, não é essencial à efetivação das individualidades humanas, mas é uma forma que se dá em momento histórico em que os indivíduos estão separados do meio de conduzir a sua existência.

A prática que põe a dimensão política como determinante das condições sociais concretas, considerando que o Estado e a política são essenciais à humanidade, foram conceituadas por Chasin como “politicismo”. O Estado, na prática politicista, separa as questões políticas das necessidades da produção e reprodução da vida, protegendo os interesses econômicos dos promovedores do desenvolvimento capitalista. Acentua as discussões e possibilita mudanças no plano político esvaziando seus significados concretos, sem atingir os fundamentos sócioeconômicos vigentes.

Evidencia assim a política como “forma de conservação do modo de produção da existência social” - o limite que impõe a “autoconstituição da individualidade humano-societária” e a sua incapacidade genesiaca de modificar a condição que a gerou.

Concluimos deste capítulo que as políticas públicas desenvolvidas pelas administrações petistas em Diadema, entre 1983 e 1989, para o atendimento das demandas sociais por moradia dos munícipes, significaram a regulamentação municipal da legislação federal que dispõe sobre o ordenamento físico das cidades e financiamento habitacional. Uma série de entraves ocorreu durante a implementação deste conjunto de instrumentos urbanísticos e financiamentos habitacionais, indicando particularidades da relação entre as associações de luta por moradia e o poder público.

A administração política do PT 1989-92, em Diadema, além de não reconhecer as forças sociais oriundas de sua base de sustentação, se opôs a elas, obstaculizando e subordinando suas necessidades imediatas às questões econômicas e políticas. Os antagonismos de classe que emergem no caso do Buraco do Gazuza e do massacre da Vila Socialista foram massacrados pela ação militar em um claro exemplo de que dada as características atroficas e hipertardias do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, torna-se inviável a institucionalização da democracia. Diante da superexploração da força de trabalho, inerente à via colonial de desenvolvimento, tornou-se imprescindível ao domínio político manter o controle social com o uso da força militar e da truculência.

CAPÍTULO V

“O MUNDO PASSA POR DIADEMA”: MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NA CIDADE SOB A ÉGIDE PETISTA

Objetiva-se neste capítulo evidenciar como os processos, que envolveram a reorganização do capital, pós-crise de 1970, tiveram na cidade de Diadema um locus privilegiado, especialmente dada sua localização geográfica, infraestrutura, destinada às atividades industriais, e apoio do governo municipal. Em momento de grande investida contra as organizações dos trabalhadores por melhores condições de trabalho, a administração política do PT, em Diadema, viu-se diante da necessidade de acomodar as lutas sociais por moradia, entrave ao desenvolvimento econômico da cidade, com uma negociação que pouco afetou a reserva de terras para a indústria. Insensível para os efeitos causados pela nova Reestruturação Produtiva para a associação dos trabalhadores e proteção social, os administradores petistas em Diadema buscaram aproveitar politicamente o aumento da arrecadação municipal e possibilidades de atuação do Estado, sob a nova cartilha neoliberal.

1. O novo papel da cidade de Diadema diante da ofensiva do capital contra os trabalhadores em âmbito global

Desde o período da emancipação da cidade de Diadema em 1960, uma série de instrumentos jurídicos e políticos foi implantada a fim de ampliar as zonas industriais e comerciais da cidade. As formas de incentivo à industrialização da cidade variaram de acordo com a estratégia política de arrecadação de cada administração política, mas pautou-se sempre na adequação dos planejamentos locais aos planos nacionais de desenvolvimento e aos planejamentos metropolitanos³²⁹, especialmente a fim de receber repasses de verbas federais e

³²⁹ O surgimento das regiões metropolitanas no Brasil foi regulado pela Constituição de 1967 e está relacionado com a política nacional de desenvolvimento urbano em que se privilegiou a expansão industrial nas metrópoles. A Constituição de 1988 atribuiu autonomia para os Estados instituírem

estaduais e atender as demandas de instalação de empresas. Ora privilegiou-se o aumento de incentivos fiscais, ora buscou-se disciplinar a ocupação do solo com canalização dos recursos municipais para a implantação de infraestrutura nas áreas de zoneamento destinadas para o desenvolvimento industrial.

O período em que a ampliação das zonas industriais e comerciais, em Diadema, configurou-se de forma expressiva, está intimamente ligado ao processo de implantação da Reestruturação Produtiva no Brasil na década de 1990. Dada suas características geográficas e histórico-sociais, esta cidade notabilizou-se por atender aos novos requisitos locais da acumulação flexível: disponibilidade de recursos humanos, infraestrutura, facilidade de acesso aos centros de produção de conhecimento tecnológico e mercados consumidores. A nova reestruturação do capital demandou, especialmente na região do ABCD, uma especialização regional, oriunda das concepções impostas pela nova divisão internacional do trabalho. Esta especialização configurou-se no ABCD paulista a partir de um processo de Fragmentação Sistêmica, com a ampla articulação entre o setor industrial e terciário e crescimento das prestações de serviços ligadas às atividades industriais.

As estruturas da especialização regional, introduzidas no ABCD paulista, estão integradas a uma nova fase de acumulação capitalista que tem por característica a flexibilidade de produção e redução de custos em um processo de integração de atividades dispersas mundialmente de acordo com as características sóciopolíticas-econômicas de cada região. As diretrizes desta nova estratégia são mundiais e se efetivaram no Brasil a partir de suas características particulares de contradição e desenvolvimento industrial, econômico e social.

Estratégia de reorganização do capital para a retomada da acumulação de capital e projeto de dominação, pós-crise do sistema taylorismo/fordismo, a acumulação flexível, teve como fatores decisivos a ofensiva do capital e do Estado contra os trabalhadores, o investimento tecnológico e a autonomização do setor financeiro. Novos padrões tecnológicos e organizacionais eficazes foram implantados para a construção de empresas enxutas, intensificando a exploração

suas regiões metropolitanas e elevou o município à condição de ente federado com descentralização das competências de administração.

do trabalho e reduzindo o trabalho que não cria valor. As transformações suscitadas pela implantação da Reestruturação Produtiva no Brasil concatenadas com a adoção de políticas neoliberais pelo Estado brasileiro³³⁰ e a flexibilização das leis trabalhistas, afetaram negativamente o movimento sindical. Dentre os impactos mais significativos citamos a fragmentação da solidariedade entre os trabalhadores, desregulamentação das leis trabalhistas, desemprego estrutural, precarização e terceirização do trabalho, construção do sindicalismo dócil e do sindicalismo de empresa (ANTUNES, 1999), alterando profundamente sua função social, com mudança no conteúdo das reivindicações e redução das greves.

Na Europa, a crise de superprodução de 1970, contou com os impactos das lutas de classe desenvolvidas nos anos 1960 e potencial domínio dos interesses dos trabalhadores que desaprovaram a tendência socialdemocrata do movimento operário e sua crescente institucionalização. Diversas lutas operaram na Europa, fora dos limites dos sindicatos, evidenciando a força social oriunda do descontentamento dos trabalhadores com as relações de produção que lhes eram impostas.

A questão decisiva das lutas dos operários ingleses fora dos sindicatos entre 1960-70 - as greves selvagens -, segundo Bernardo (1996:19-20), era a organização das relações de trabalho. Aqueles trabalhadores que ocuparam as fábricas e reorganizaram seu funcionamento indicando a racionalização do movimento, não reivindicavam apenas a propriedade privada dos meios de produção, mas o controle social do processo de produção sem o capital. Estas organizações, tidas como danosas para a estrutura de acumulação do capital, realizaram grande pressão sobre os Estados e tiveram que ser contidas institucionalmente, ao ponto de obrigá-los a incorporar algumas demandas sociais dos trabalhadores, a partir das negociações via sindicato, o que se convencionou chamar de welfare state.

Este estado de bem-estar social, alcançado na Europa, constituiu nova delimitação da luta de classes que postergou para um futuro utópico o projeto

³³⁰ Dentre as políticas neoliberais adotados pelo Estado brasileiro destacamos os incentivos fiscais para a instalação de empresas, financiamentos públicos destinados à modernização industrial, diminuição da atuação estatal nas relações trabalho/empregador em prol dos interesses de acumulação de capital dos grupos econômicos.

socialista. Esse compromisso foi sustentado pela superexploração do trabalho nos países de economia periféricas e integrou operários socialdemocratas aos mecanismos capitalistas. As reivindicações dos trabalhadores eram negociadas exclusivamente pelos sindicatos europeus e se limitaram à melhoria de salários, preservação das conquistas e seguridade, acomodando os conflitos com proposição de acordos dentro dos limites do compromisso capital-trabalho e mediação do Estado, fortalecendo os acordos corporativos. Assim, os sindicatos profissionalizaram-se na arte da negociação descolando-se da sua base social.

A organização socialdemocrata passou a assumir o estatismo como projeto de regulação do capital, identificando a função aparente do Estado como mediador. Neste contexto, os trabalhadores ficaram cada vez mais dependentes do Estado, pois todas as suas reivindicações e necessidades passavam pela sua intervenção.

O desmonte do welfare state na Europa teve como marco as reformas empreendidas na era Thatcher (1979-90). O projeto político neoliberal implantado por Thatcher consistiu em liberdade de mercado, privatizações, crescente extinção do capital produtivo estatal, desregulamentação e flexibilização das leis trabalhistas, leis de limitação da atuação sindical, enfraquecendo a importância dos delegados sindicais e negociações coletivas, expansão do trabalho autônomo e parcial (ANTUNES, 1999).

Durante a crise econômica da década de 1970, o Reino Unido reduziu seus gastos sociais de forma mais intensificada que os outros países-membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). As quatro derrotas consecutivas do Labour Part para o Partido Conservador inauguraram uma nova fase do capitalismo inglês: prevalência dos setores de serviço e financeiro, individualização, desregulamentação e flexibilização da relação capital-trabalho, combate ao estatismo, imposição do laissez-faire, personificação do sindicalismo como inimigo do neoliberalismo com a exclusão de membros de sindicatos do governo e fechamento de organizações tripartite de intervenção estatal, burocratização da validade da greve, proibição das greves solidárias, ataques à autonomia sindical, aplicação de multas aos sindicatos que desobedecessem as novas leis (ANTUNES, 1999).

Nesta perspectiva de recuperação da acumulação capitalista, estes mecanismos foram mundializados e desenvolveram-se de forma desigual e combinada em cada país a partir de suas características particulares.

O Estado brasileiro a partir do governo Collor imbuu-se da necessidade de garantir o desenvolvimento industrial através de políticas de favorecimento ao processo de Reestruturação Produtiva. A política industrial, efetivada a partir do governo Collor, viabilizou e coordenou a reestruturação e modernização produtiva no Brasil, com a assunção do Estado como elemento estratégico da nova dominação do capital sobre o trabalho, alardeando a superação do atraso na indústria brasileira a partir da adoção de padrões internacionais de administração política, qualidade e produção.

O apoio logístico para a efetiva implantação da Reestruturação Produtiva no Brasil deu-se na década de 1990, com a abertura da economia brasileira para o mercado externo e lançamento de Programas de Incentivo à Capacitação Industrial com financiamento do BNDES, para investimentos em tecnologias e obtenções de certificações internacionais. Neste mesmo período, a criação de escolas técnicas objetivou atender as novas exigências do mercado, garantindo a mão de obra qualificada, assim como se delineou a desregulamentação das leis trabalhistas, fragilizando ainda mais as relações trabalhistas.

Três meses após assumir a presidência da República, Collor lançou um pacote econômico, Plano Brasil Novo, a fim de estabilizar a economia e propiciar o desenvolvimento do país. Este pacote consistiu em uma série de medidas econômicas dentre elas a abertura do mercado interno, redução progressiva das alíquotas de importação, mudança da moeda de Cruzado Novo para o Cruzeiro, bloqueio dos saldos dos investimentos bancários como cadernetas de poupanças, contas correntes e valores maiores de CR\$ 50.000,00 por 18 meses, tabelamento de preços, pré-fixação de salários e posterior liberação para negociação entre patrões e empregados, incentivos fiscais e criação de novas tarifas.

Ao final do ano de lançamento do pacote, a queda do produto interno bruto e o crescimento da inflação, indicativos do fracasso das medidas econômicas, obrigaram ao governo Collor a formular um novo plano, lançado em janeiro de 1991. O Plano Collor 2 incentivou a importação de produtos estrangeiros, e, pela

lógica de mercado, obrigou a indústria nacional a modernizar suas cadeias produtivas para se manterem competitivas.

Os esforços do governo pela efetivação da Reestruturação Produtiva no Brasil concentraram-se especialmente no setor automotivo, devido ao potencial do mercado brasileiro neste setor. Área estratégica do grande capital, o setor automotivo introduziu novas tecnologias, apoiado por políticas estatais de subsídios técnicos e de equipamentos.

Local de fixação dos polos automobilístico e petroquímico, o ABCD paulista, recebeu grande parte do investimento estatal regional³³¹ para os processos de modernização da cadeia produtiva. No nível da produção, a modernização significou a extinção de etapas de produção pela introdução de novas tecnologias e pela terceirização de cadeias produtivas. Outro processo que objetivou a redução de custos empresariais e o rebaixamento dos salários, especialmente no setor automobilístico, delineou-se a partir da descentralização produtiva com a alocação das plantas industriais para regiões em que, dada a escassez de oportunidades de emprego e excesso de mão de obra, poderiam ser aplicadas remunerações mais baixas, além da motivação provocada pelos incentivos fiscais oferecidos pelo Estado³³². Os impactos destas mudanças foram sentidos pelos trabalhadores a partir das quedas nos níveis de emprego e novas exigências de qualificação.

Implantado no Brasil na década de 1990, o processo de terceirização de setores da cadeia produtiva propiciou o surgimento de empresas menores a partir da implantação do modo de gestão toyotista, a Fragmentação Sistêmica. Essas pequenas empresas foram subcontratadas pelas transnacionais em um sistema de cooperação entre os capitalistas. A partir de procedimentos fundamentais de garantia da eficiência do processo e redução de custos, as transnacionais procuram adequar a lógica da produção ao sistema concorrencial na mundialização do capital e às novas fases da luta de classes (ALVES, 2000).

³³¹ De acordo com dados da ANFAVEA, 36% dos investimentos regionais estatais para a Reestruturação Produtiva na década de 1990 concentraram-se no Estado de São Paulo com o objetivo de modernizar as cadeias produtivas.

³³² Sobre o desemprego e emprego no Brasil a partir da reestruturação produtiva, ver: ANTUNES, Ricardo; POCHMANN, Márcio. "Dimensões do desemprego e da pobreza no Brasil". Disponível em: http://www.interfacehs.sp.senac.br/br/traducoes.asp?ed=8&cod_artigo=140. Consultado em 10.11.2012.

Como parte do novo complexo de Reestruturação Produtiva, a Fragmentação Sistêmica, intensificou a precarização da vida dos trabalhadores, debilitando a associação destes, como classe, através da diminuição do número de trabalhadores por processo, da intensificação da exploração da força de trabalho, da captura da subjetividade operária³³³ e da flexibilização da organização social da produção. Com a implantação da automação nas máquinas, os trabalhadores não-especializados passaram a realizar atividades polivalentes e plurifuncionais sem ganhos de salário, o que elevou a insatisfação dos trabalhadores (LEITE, 1994).

2. Impactos da Reestruturação Produtiva nos sindicatos dos metalúrgicos do ABCD paulista

O novo sindicalismo do ABCD, combativo entre fins da década de 1970 e início da década de 1980, institucionalizou-se, ao longo da década de 1990, aderindo à lógica do capital, conduzido neste processo a uma nova função politicista - a negociação das perdas -, sem superar as questões próprias da relação trabalho e capital, descolado de sua base de sustentação. Seguindo as proposições da CUT, a luta sindical dos metalúrgicos do ABCD paulista adotou discurso e prática afinados com as orientações do programa de Reestruturação Produtiva. Um caso exemplar desta nova postura é a promoção nos sindicatos de cursos de capacitação e grupos de discussão, para os segmentos sociais mais precarizados com os processos de Reestruturação Produtiva, dentre eles jovens e mulheres (SCOLESO, 2009).

O conceito de novo sindicalismo foi utilizado pela historiografia, em oposição ao termo sindicalismo populista evidenciando uma nova prática que teria estabelecido uma ruptura com as práticas pelegas dos sindicatos no período anterior ao golpe, evidenciando a necessidade de se diferenciar dos outros projetos, no interior das esquerdas brasileiras. Objetivando afastar-se das práticas sindicais anteriores, embasadas em programas partidários ligados ao PTB e PCB,

³³³ Segundo ALVES (2000), significa estimular que os trabalhadores participem da produção de forma colaboracionista ao ponto em que estes dêem sugestões para melhorias das operações, para que sejam realizadas com empenho e eficiência, a fim de atingir metas que geram benefícios para empresas e funcionários. Desse modo, a “disposição intelectual-afetiva” dos trabalhadores é agregada ao produto.

buscou-se agregar aos movimentos da década de 1970 originalidade, participação popular e neutralidade política.

Recentes análises sobre as práticas sindicais articuladas no final da década de 1970, principalmente pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, permitem identificar mais aspectos de continuidade, do que ruptura, em relação às práticas adotadas pelos chamados “velhos” sindicatos (SCOLESO, 2009). Tal fato está ligado às especificidades históricas da entificação do capitalismo no Brasil que limitaram a atuação dos trabalhadores à via política, o que implodiu o potencial transformador de suas lutas.

A expressividade das lutas dos milhares de trabalhadores durante as greves do ABCD entre 1978-80, denunciando a superexploração do trabalho sob a ordem econômica bonapartista, despertou a atenção para o uso do seu potencial político, o que gerou diversas cisões na sua organização dando origem à CUT (1983), CGT (1962) e Força Sindical (1991).

O sentido autônomo e inovador atribuído ao termo novo sindicalismo³³⁴, caracterizado pela coexistência de diferentes práticas sindicais na esquerda nacional, foi esvaziado a partir da atuação politicista dos sindicatos, especialmente a partir da imposição do projeto de Reestruturação Produtiva no Brasil. A institucionalização da representação operária significou a efetivação jurídica da autocracia burguesa.

Elemento facilitador da transição econômica vivida pelo país na década de 1990, a Câmara Setorial Automotiva (CSA), constituída em reuniões tripartites, contou com a participação dos sindicatos que atuaram em estratégia de sobrevivência diante da lógica agressiva e excludente do capital, na luta pela diminuição dos impactos negativos da Reestruturação Produtiva sobre os trabalhadores. Durante o governo FHC, com a consumação da transição econômica, a CSA foi substituída pelo Novo Regime Automotivo, eliminando o único canal de interlocução dos sindicatos, cuja função neste novo cenário passou

³³⁴ Cf. SCOLESO (2009), a historiografia utiliza o termo “novo sindicalismo” para referir-se ao rompimento com as práticas sindicais do período getulista que atrelava as ações do sindicato ao Estado, porém “a aproximação política foi um questão de tempo e que ainda era muito cedo para chamar tudo aquilo de ‘novo’. O partido se configurou como resultado imediato da luta dos trabalhadores historicamente”.

a ser a negociação de perdas decorrentes da implantação dos novos processos de Reestruturação Produtiva. Neste período, montadoras instalaram complexos industriais no Paraná, Minas Gerais e Bahia, apoiadas no processo de Fragmentação Sistêmica e redução do número de trabalhadores nas operações.

Frente à ampliação do desemprego estrutural e inovações impostas durante o processo de recuperação da produção capitalista na década de 1990, os sindicatos não conseguiram congregiar forças para lutar contra os seus impactos. O caráter de atuação dos sindicatos restringiu-se à negociação de perdas, práticas politicistas, o que conferiu aos dirigentes sindicais um status e função social diferenciada que gerou o descolamento de sua base social (SCOLESO, 2009). Dentre as diretrizes propostas durante o IV Encontro Nacional da CUT, em 1991, destaca-se a instituição da Comissão Sindical de Automoção e Processos de Trabalho³³⁵, assessorada pelo DIEESE, com o objetivo de elaborar propostas para os processos de implantação de inovações tecnológico/organizacionais e realizar negociações a partir de padrões mínimos estabelecidos.

O documento final³³⁶ do referido encontro destaca, como prioridade das ações sindicais, o combate à “modernização conservadora” a fim de que a reestruturação industrial e políticas públicas, necessárias ao desenvolvimento econômico do país, contribuíssem para a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores.

Embora neste documento haja referências à formação de blocos internacionais firmados para a implantação de processos de Reestruturação Produtiva, com destaque para a integração latino-americana, não há uma ampla compreensão de como as inovações propostas no campo da produção brasileira estão conectadas a um projeto de retomada de acumulação de capital estruturado mundialmente. Prevalece, entre os representantes sindicais, a compreensão da necessidade da modernização da base de produção brasileira, a fim de competir no mercado internacional, a partir do estabelecimento de:

políticas econômicas industriais e tecnológicas, transformações radicais na distribuição de renda, no atendimento das necessidades

³³⁵ Documento: “Resoluções do IV Congresso Nacional da CUT”. São Paulo, 1991. Disponível em http://www.abcdeluta.org.br/textos.asp?id_CON=2199. Consultado em 2.8.2011.

³³⁶ Ibid.

sociais básicas (saúde, alimentação, habitação, etc.), e no nível educacional da população, entre outras³³⁷.

Avaliou-se que a integração do Brasil aos novos processos de Reestruturação Produtiva, era uma oportunidade para a superação da crise a partir do desenvolvimento das atividades econômicas no país, que finalmente participaria do mercado mundializado. Nesta compreensão o incremento econômico potencialmente promoveria transformações positivas para os trabalhadores brasileiros, pois diversificaria as atividades promovendo novos postos de emprego, além do aumento da arrecadação de impostos, o que possibilitaria ao Estado investir em serviços de necessidade básica.

Contrariamente a esta expectativa, a reestruturação do capital internacional aliada aos amplos incentivos fiscais e financiamentos empreendidos pelo Estado brasileiro, possibilitou que na década de 1990 as indústrias automobilísticas contabilizassem ganhos financeiros com as vendas no mercado interno ao mesmo tempo em que intensificou a precarização do trabalho (SCOLESO, 2009).

Impossibilitados de atuar decisivamente, frente às mudanças na relação trabalho/empregador, empreendidas na década de 1990, os sindicatos dos metalúrgicos do ABCD paulista buscaram meios de se manter como instituição, assumindo, diante dos dilemas, um caráter conciliatório.

Estas novas diretrizes da CUT pós 1990, pautadas pelo encaminhamento das demandas dos trabalhadores pela via politicista, contribuíram para a prevalência de interesses das velhas formas de poder, travestidas de uma promessa democrática que não se concluiu. Neste contexto de reorientação da atuação dos sindicatos, destaca-se o abandono da perspectiva da luta social centrada no conflito capital e trabalho para a adoção de negociações pela via democrática.

³³⁷ Ibid.

3. “1990, uma revolução para Diadema”³³⁸: a Reestruturação Produtiva e o aumento da arrecadação municipal

Locus exemplar do processo de Fragmentação Sistêmica no Brasil, Diadema passou a abrigar a partir de 1990, uma série de médias e pequenas indústrias subsidiárias das montadoras, indústrias diversificadas, assim como o desenvolvimento de uma rede de serviços e comércio, motivadas especialmente pelos baixos preços dos terrenos e proximidade com as vias de escoamento, polo petroquímico e automobilístico. Dentre os empresários que atuaram em associação com transnacionais e aproveitaram as condições favoráveis de Diadema para o novo processo de reestruturação da produção, destacamos o paulistano de ascendência espanhola, fundador da Makeni Chemicals, Rubens Torres Medrano. Filho de um comerciante da área de alimentos, Rubens passou a representar uma trading holandesa, na qual já havia trabalhado, com exportação e importação de produtos petroquímicos.

Vimos, nós começamos lá em Diadema, um armazém pequeno, depois acabamos indo para outro armazém maior, e em 1999 nós mudamos pras instalações que estamos hoje, que é uma instalação muito boa, lá em Diadema também, nós adquirimos, adaptamos e estamos lá até hoje (...).

Quando nós fomos lá pra Diadema, em 1989, telefones no Brasil, linha telefônica era uma dificuldade. Antes de você ir para um local você tinha que ver qual era o seu acesso ao sistema de telefonia. Esse foi um dos motivos, em Diadema naquela época ainda existiam condições de você ter sistemas de telefonia disponível e o segundo motivo, talvez foi bem preponderante, esse foi mais estratégico, foi porque todas as importações são pelo Porto de Santos, e hoje nós estamos localizados entre a Imigrantes e a Via Anchieta que são duas grandes vias de comunicação com o Porto de Santos e a capital, então, nós nos localizamos nem lá, nem na capital. Inclusive, você tem que escolher alguns locais; quando você fala em produtos químicos tem algumas restrições para sua localização devido aos produtos que você manipula, manuseia. Então, nós fomos a Diadema pela sua proximidade com o Porto de Santos e também por uma parte industrial³³⁹.

³³⁸ Documento: Diretório Municipal do PT de Diadema. “PT Diadema, 21 anos com você”. Diadema, junho de 2004:12-13.

³³⁹ Depoimento de Rubens Torres Medrano concedido ao Museu da Pessoa. Disponível em: <http://www.museudapessoa.net/index.php/historia/8690-o-mundo-passa-por-diadema/texto>. Consultado em 1.11.2013.

Com a instalação dos polos petroquímicos em São Paulo, Mauá e Bahia, tornou-se fundamental para as grandes empresas estrangeiras da área química garantir espaço no mercado brasileiro. A partir dos contatos pessoais que adquiriu quando trabalhava em uma trading holandesa, Rubens foi convidado para ser agente da empresa no Brasil. As oscilações nos preços do petróleo em um mercado globalizado exigiram da Makeni Chemicals grande flexibilidade, pois ora as unidades de produção necessitavam importar matérias-primas para o consumo nacional, ora a refração do mercado interno ou a demanda internacional exigiam a busca de outros mercados para a exportação de matérias-primas.

Dentre as características de atração da cidade de Diadema para a instalação do armazém e escritório da empresa de Rubens, foram citadas a localização estratégica, legislação de apoio à instalação de empresas químicas e infraestrutura de comunicação adequada às necessidades da empresa.

Então esse papel, o grande fabricante passou a atender a grande indústria consumidora, e o distribuidor passou a atender a pequena e média indústria nacional (...), Então, hoje a minha empresa, dentro dessa categoria econômica, passou a ter um papel muito importante dentro da economia nacional e na cadeia produtiva. Importante por dois motivos, primeiro, que ela consolida e descobre novos fornecedores no mercado internacional e que traz pro Brasil. Também novos produtos que estão sendo incorporados, já produtos lá fora pra consumo final, e que também a indústria, principalmente cosmética, farmacêutica e de alimentos aqui acabam se sofisticando. Então, o distribuidor de produtos químicos, o que acontece? Através das suas condições de consolidar as quantidades, ele acaba trazendo a preços competitivos³⁴⁰.

Diante da necessidade das empresas brasileiras de dinamizarem seus produtos, com a nova política de abertura econômica do governo Collor, houve o aumento da demanda de importação de produtos químicos complementares dos seus processos de produção. Neste contexto, o mercado brasileiro passou a ser objeto de interesse de empresas estrangeiras que procuraram a Makeni Chemicals para intermediar a importação de produtos químicos e distribuição local, o que propiciou consideravelmente ampliação dos negócios da empresa. Atualmente a empresa de Rubens atua em vários segmentos, oferecendo atendimento técnico-

³⁴⁰ Depoimento de Rubens Torres Medrano concedido ao Museu da Pessoa. Disponível em: <http://www.museudapessoa.net/index.php/historia/8690-o-mundo-passa-por-diadema/texto>. Consultado em 1.11.2013.

comercial para tintas e solventes, construção e tintas imobiliárias, processos químicos, adesivos e plástico, cosmético e higiene e nutrição e saúde.

O título da entrevista concedida pelo industriário, Rubens, ao Museu da Pessoa, é ilustrativo da introdução da cidade no mercado mundializado: “O mundo passa por Diadema”. Trata-se de um caso exemplar que evidencia a participação deste município no cenário de ofensiva do capital contra o trabalho, configurado no Brasil ao longo na década de 1990. A flexibilização do trabalho e os investimentos estruturais, operados pelo Estado brasileiro, assim como a reserva de terrenos em Diadema, criaram o cenário perfeito para o surgimento de pequenas empresas nacionais que passaram a operar em sistemas de cooperação e subcontratação, com as multinacionais, em diversos níveis. Neste sentido a disponibilidade de áreas vazias, localizadas em área estratégica, além da oferta de mão de obra barata, tornaram a cidade de Diadema um espaço privilegiado de negócios que despertou grande interesse de pequenos empresários ávidos em aproveitar as oportunidades geradas pela mundialização do capital naquele período.

Podemos observar o incremento da atividade industrial na cidade e o seu impacto em outras atividades econômicas, a partir da análise da tabela a seguir, com a identificação dos períodos de picos de instalação de empresas em Diadema nos ramos industriais, comerciais e de serviços, entre 1980 e 1995.

Tabela 2

Período de implantação dos estabelecimentos em operação em 1995 no segmento formal						
Período	Indústria		Comércio		Serviços	
	nº	%	nº	%	nº	%
até 1980	345	24,78	315	13,03	335	16,47
1981 a 1985	223	16,02	279	11,54	230	11,31
1986 a 1990	269	19,32	491	20,31	419	20,6
1991	74	5,32	162	6,7	141	6,93
1992	90	6,47	236	9,76	11	8,7
1993	118	8,48	268	11,08	232	11,41
1994	129	9,27	335	13,85	239	11,75
1995	133	9,55	315	13,03	258	12,68
não declarado	11	0,79	17	0,7	3	0,15
Total	1.392	100	2.418	100	2.034	100

Fonte: IBGE/IMES/1995

Do total de indústrias que estavam em atividade em 1995, 39,08% foram instaladas em Diadema entre 1991 e 1995, período de implantação do processo de

Fragmentação Sistêmica. As atividades ligadas ao comércio e serviços também apresentaram notável crescimento neste mesmo período. Foram implantados em Diadema, entre 1991 e 1995, 54,42% do total dos estabelecimentos de comércio e 43,31% dos estabelecimentos de serviços em atividade no ano de 1995³⁴¹.

Devido à chegada destes empreendimentos econômicos em Diadema, os impactos da Reestruturação Produtiva para os trabalhadores residentes nesta urbe apresentam aspectos particulares em relação às outras cidades do grande ABCD³⁴². Trata-se de uma situação aparentemente paradoxal, mas reveladora da essencialidade do processo, construída pelo aumento de arrecadação municipal, aumento no nível de emprego na cidade, porém com características precarizadas e de superexploração do trabalho.

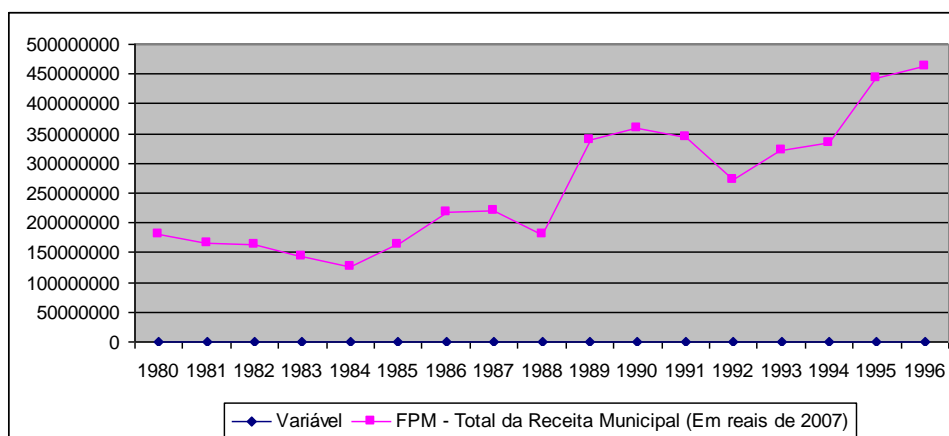
A análise da série histórica da receita municipal da cidade, entre 1980 e 1996, permite apreender o impacto econômico da instalação destes novos empreendimentos em Diadema, aliado à alteração da legislação tributária imposta pela Constituição de 1988.

³⁴¹ Não foi possível desmembrar os dados referentes ao ano de 1990 devido estarem incorporados em uma série histórica que vai de 1986 a 1990.

³⁴² Alguns estudos apontam para uma desindustrialização do ABCD paulista a partir da década de 1990, enquanto outros divergem afirmando que a participação industrial desta região na RMSP, aumentou. Dentre estes estudos que não acreditam ter havido desindustrialização no ABC na década de 1990, ver: MATTEO, Miguel; TAPIA, Jorge. "A reestruturação da indústria paulista e o ABC". Disponível em:

http://www.cebrap.org.br/v1/upload/biblioteca_virtual/a_reestruturacao_da_industria_paulista.pdf. Consultado em 27.9.2013. Neste estudo os autores afirmam que a introdução de novas tecnologias diminuiu o número total de empregos industriais e provocou o aumento dos empregos terceirizados. Quanto à cidade com maior número de empregos industriais no ABCD paulista em 2003, especialmente na indústria automobilística, química de máquinas e equipamentos, Diadema aparece em segundo lugar na produção de itens de borracha, plástico, produtos de metal, máquinas e equipamentos.

Tabela 3 - Receita Municipal - Diadema - 1980-96



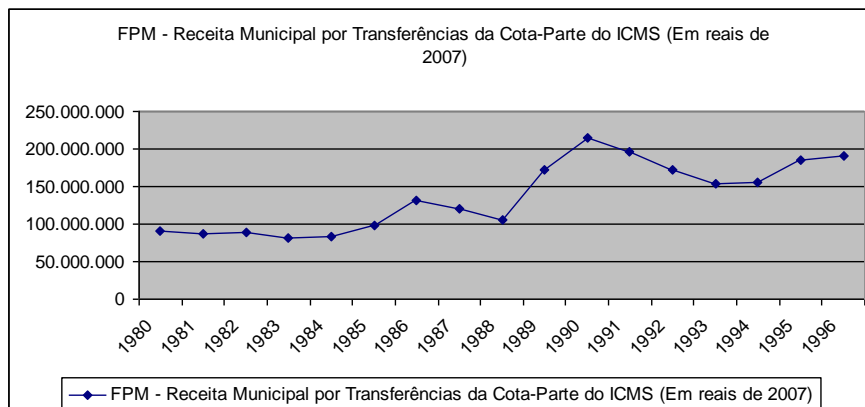
Fonte: SEADE/2008

Identificou-se que o período de maior arrecadação da receita municipal de Diadema, considerando a temporalidade estudada, foi entre 1995 e 1996, durante a administração de José de Filippi Júnior. Houve picos de crescimento da arrecadação entre 1989 e 1991, queda em 1992 e contínuo crescimento até 1996.

Uma das variáveis que contribuiu para o aumento da arrecadação municipal no período 1990-91 foi a transferência da cota-parte do ICMS³⁴³ - o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços, conforme analisa-se na tabela a seguir.

³⁴³ Um quarto do total arrecadado pelo Estado em ICMS é distribuído para os municípios. Deste total, 75% são repassados de acordo com o Valor Adicionado Fiscal (VAF), relacionado com o ICMS arrecadado pelo município e os 25% restantes são distribuídos com base nos resultados na educação, saúde e meio ambiente (18% educação, 5% saúde e 2% meio ambiente). A Constituição de 1988 alterou a sigla de ICM para ICMS, ampliou sua incidência com tributação da energia elétrica, combustíveis, serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, aumentou a participação municipal de 20% para 25% da arrecadação e reduziu as alíquotas interestaduais das saídas do Sul e Sudeste (com exceção do Espírito Santo) para o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste, além do Espírito Santo. BREGMAN, Daniel. "Reforma tributária e mudança no critério de distribuição da cota-parte do ICMS: compatibilidade e impacto nos orçamentos municipais. Disponível em: [http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev3507.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev3507.pdf). Consultado em 27.9.2013.

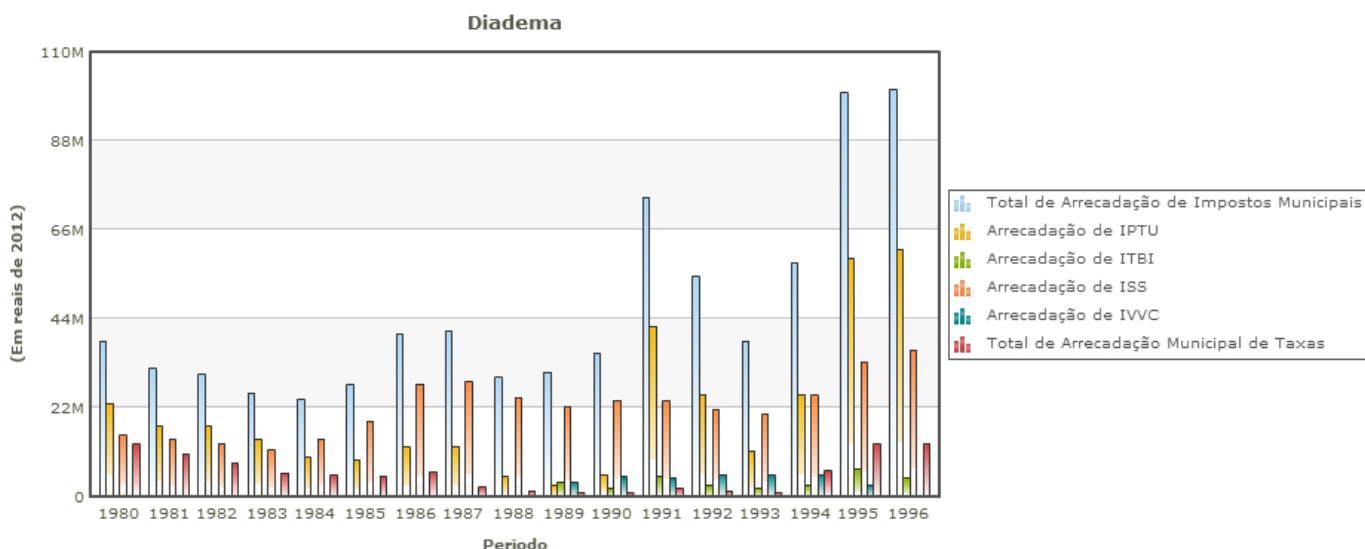
Tabela 4 - Receita municipal por transferências da cota-parte do ICMS



Fonte: SEADE/2008

Entre 1995 e 1996, as variáveis responsáveis pelo aumento da arrecadação do município foram: os impostos municipais, com destaque para o IPTU, transferências de receita do Estado e ICMS (SEADE/2008).

Tabela 5 - Arrecadação de impostos municipais



Fonte: SEADE/2008

Evidencia-se, a partir de 1990, um processo de crescimento econômico da cidade com o aumento do valor da receita municipal, propiciado entre outros motivos, pela alteração do sistema de transferência de cota-parte do ICMS e pelo aumento de arrecadação dos impostos municipais, com a instalação de novas empresas nas áreas de produção, comércio e serviços, sem que isso tenha significado efetivamente a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores residentes em Diadema.

Inserida em processo mundializado de Reestruturação Produtiva, a administração política do PT de Diadema, ampliou a arrecadação municipal da cidade, aumentou sua governabilidade e capacidade de intervenção, sem atentar para os impactos efetivos das mutações nos processos de trabalho e controle social do trabalho para a classe trabalhadora. À frente da administração pública os petistas buscaram, a partir daquela condição histórica favorável para o desenvolvimento econômico, aperfeiçoar os mecanismos que atrelavam a efetivação de interesses particulares e coletivos à capacidade de intervenção estatal, para utilizá-los como moeda de troca, seja para apoios financeiros e políticos, seja como instrumento de captação de votos.

Em análise aos impactos do aumento da receita do município de Diadema, no período em que foi diretor de obras da administração política de José Augusto como prefeito, José de Filippi Júnior afirmou:

Com recursos disponíveis, o ano de 1990 foi uma revolução para Diadema: asfalto para todo lado e construção de diversas Unidades Básicas de Saúde e escolas. Naquele ano, nossa equipe de obras em Diadema asfaltou mais ruas na cidade do que foram asfaltadas na capital. Em 1991, chegamos a asfaltar 30 ruas num só mês, quase uma por dia. A cidade tornou-se um canteiro de obras³⁴⁴.

Os efeitos deste processo são percebidos na sua forma aparente e imediata, como benéficos não só pelos membros petistas, mas pela ampla maioria da população que referendou o projeto do partido para a cidade, levando o PT a mais quatro anos de governo na cidade, com a eleição de José de Filippi Júnior como prefeito (1993-96).

³⁴⁴ Documento: Diretório Municipal do PT De Diadema. "PT Diadema, 21 anos com você". Diadema, junho de 2004:12-13.

Tido como elemento fundamental para o desenvolvimento social, o incremento econômico ganhou status de prioridade no PT. Embalados pela nova cartilha neoliberal, as gestões petistas em Diadema passaram a defender propostas de “modernização” do Estado, lastreadas pela teoria da Nova Gestão Pública, dentre elas a terceirização de obras e serviços da prefeitura, estabelecimento de parcerias público-privada para “facilitar o programa do empresariado” na cidade³⁴⁵, empréstimo do fundo de pensão do Instituto de Aposentadoria dos Funcionários Públicos da cidade (IPRED) utilizando como garantia de pagamento os repasses de ICMS³⁴⁶ e aprovação de legislação urbanística que pôs fim no zoneamento rígido, propiciando a cidade flexibilidade no uso urbano e acomodação das lutas sociais por moradia.

Os impactos da Reestruturação Produtiva sobre os trabalhadores residentes em Diadema

As características do tipo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, a via colonial, constituíram as bases para que o desenvolvimento econômico no país tivesse significados amplamente negativos para a classe trabalhadora. Os aparentes processos de modernização da economia brasileira escamotearam seus impactos negativos sobre o trabalho como a diminuição dos postos de trabalho na indústria automotiva, desregulamentação dos direitos sociais, aumento do desemprego e dessindicalização.

Com o processo de Fragmentação Sistêmica, os conglomerados industriais deixaram de ser estratégicos para dar lugar às parcerias com empresas terceirizadas, produtoras de peças de acordo com as normas internacionais de

³⁴⁵Documento: *Diadema Jornal*. “Debate explicita divergências internas”. Diadema, 11.9.96.

³⁴⁶ Para a negociação do empréstimo de 8 milhões contraído pela prefeitura de Diadema ao IPRED a Câmara Municipal aprovou em 12 anos, nove leis complementares de parcelamento da dívida. Documentos: Diadema, Sindicato dos Funcionários Públicos de Diadema. “Dívidas da Prefeitura fragilizam IPRED”. Disponível em: http://www.sindema.org.br/noticia_170513-2.html. Consultado em 1.11.2013.

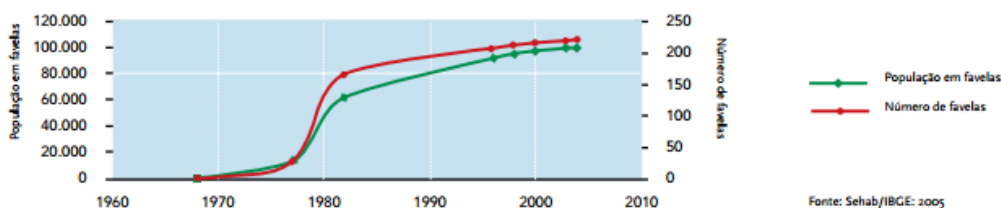
Deputados, Câmara dos. “Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação”. 10.4.96. Lei Complementar 57 e 61/96. 19 de julho de 1996. Autoriza o Poder Executivo a contrair empréstimo junto ao IPRED e dá outras providências. Lei Complementar 82/98. 23 de dezembro de 1998. Autoriza ao poder executivo a celebrar acordo para pagamento de débitos com o IPRED e IPRED-SAÚDE.
DGABC. “Ex-prefeito de Diadema é condenado em ação contra petista”. 20.6.2000.

qualidade, que podem ser entregues em qualquer local do planeta. Localizadas em cidades com abundância de mão de obra barata, estas empresas aumentaram ainda mais a exploração dos trabalhadores com redução significativa dos pisos salariais e aumento da jornada de trabalho. Tais fatos levaram à perda da capacidade de atuação e articulação da classe trabalhadora, fragmentada pela nova configuração do trabalho, assim como a fragilidade da sua entificação como classe e conseqüente esvaziamento da sua perspectiva de emancipação.

Exigências de qualificação para os cargos que lidam com as novas tecnologias também colaboraram para a fragilidade da organização dos trabalhadores. A mudança do perfil do trabalhador das indústrias, significou a invasão de jovens sem história sindical nos postos de trabalho na metalurgia, com conseqüente exclusão dos trabalhadores mais antigos envolvidos na luta sindical.

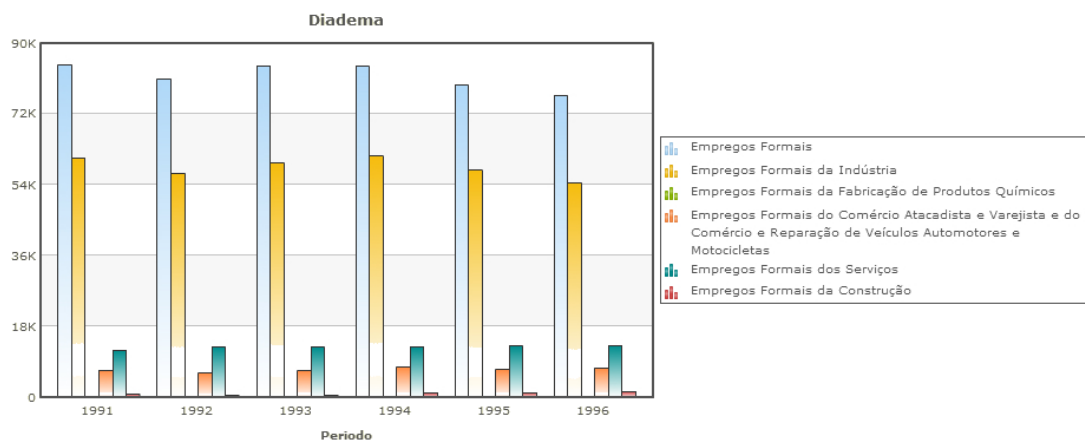
Locus privilegiado do processo de Reestruturação Produtiva no Brasil, Diadema abrigou os trabalhadores semi e não-qualificados que passaram a ocupar os postos de trabalho nas empresas subsidiárias. Enquanto vários municípios paulistas sofreram um processo de fuga de indústrias para cidades médias, Diadema verificou um processo inverso, embora de fato tenha perdido empregos formais seja pela Fragmentação Sistêmica seja pela automatização de processos. Com o aumento de empresas terceirizadas das grandes indústrias, Diadema passou a abrigar inclusive atividades industriais ilegais e precárias (CARVALHO; CYMBALISTA; POLLINI, 2009), o que contribuiu para um intenso processo de precarização das condições dos trabalhadores residentes em Diadema, com aumento da população localizada em áreas de ocupação ilegal.

Tabela 6 - Crescimento da população em favelas em Diadema (1960-10)



Sob estas circunstâncias, a continuidade do crescimento do número de áreas ocupadas ilegalmente expressa o efeito perverso da lógica de desenvolvimento industrial adotada pelo Estado brasileiro, sob a égide da Reestruturação Produtiva, especialmente com a crescente desregulamentação e flexibilização das leis trabalhistas, além das leis de limitação da atuação sindical (ANTUNES, 1999). O gráfico a seguir permite identificarmos a morfologia da classe trabalhadora em Diadema na década de 1990.

Tabela 7 - Empregos formais em Diadema (1991-96)



Fonte(s): Ministério do Trabalho e Emprego - TEM. Relação Anual de Informações Sociais - Rais - Escala: K=valor x 1 milhão.

Verificou-se que a indústria contribuía entre 1991 e 1996 para a maioria dos empregos formais em Diadema. Neste mesmo período houve queda do número total de empregos formais, resultante da queda do número de empregos formais na

indústria, impacto do enxugamento de postos de trabalho e desregulamento dos direitos sociais em curso.

Segundo dados recolhidos em censo sócioeconômico de 1995 sobre o município de Diadema, realizado pelo IMES³⁴⁷, 62,6% dos entrevistados que tinham vínculo empregatício trabalhavam no ramo industrial. Os trabalhadores “sem qualificação” que residiam em Diadema representavam 26,1% dos entrevistados e os semiespecializados, 21,1%. A partir dos critérios ABA, 47,1% das famílias entrevistadas possuíam classificação de consumo D e 36,7% classificação de consumo C. Estes dados expressam o poder aquisitivo das famílias a partir de critérios que identificam a participação de seus membros no mercado consumidor, combinado ao grau de escolaridade do responsável pela renda familiar. Os dados quantitativos não compõem expressão da realidade absoluta, mas um indicativo da concretude historicamente posta, em que estão inseridos os trabalhadores residentes em Diadema.

As análises sobre estes dados nos possibilitam demonstrar que grande parte dos sujeitos que moravam em Diadema recebia pelo emprego da sua força de trabalho um valor que lhes permitia consumir apenas itens de primeira necessidade. Segundo o mesmo censo, 25,9% dos sujeitos, cujo salário era a principal fonte de recursos da família, recebiam renda líquida menor/igual a três salários mínimos³⁴⁸. O salário médio praticado nas subsidiárias de autopeças instaladas em São Bernardo do Campo e Diadema, em junho de 1992, era de US\$ 386,00, nas montadoras o valor era de US\$ 599³⁴⁹, enquanto que o valor do salário mínimo na época era de R\$ 147,80³⁵⁰.

Em relação às faixas de renda dos trabalhadores residentes em Diadema, podemos evidenciar ao longo da década de 1990 o aumento expressivo das pessoas economicamente ativas sem rendimento, com diminuição do número de ativos que recebiam até 3 salários mínimos.

³⁴⁷ Documento: “Sumário de Dados Sócioeconômicos de Diadema”. Diadema, 1995, p 45-46.

³⁴⁸ Ibid.

³⁴⁹ Dados da pesquisa do DIEESE de 1994. Disponível in: ALVES, Giovanni. *O novo (e precário) mundo do trabalho: Reestruturação Produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo, 2000, p 269. Dados da pesquisa do DIEESE de 1994.

³⁵⁰ Em reais de fevereiro de 2000.

Tabela 8 - Faixa de renda dos responsáveis por domicílio em Diadema

Faixas de renda dos responsáveis por domicílios	1991	% total de responsáveis por domicílios 1991	2000	% total de responsáveis por domicílios 2000
Sem rendimentos	5.734	7,59	13.612	13,87
Sem declaração	1.079	1,43	-	-
Até 3 salários mínimos	34574	45,76	37213	37,92
De 3 a 5 salários mínimos	17230	22,81	22145	22,56
De 5 a 10 salários mínimos	12986	17,19	19101	19,46
Mais de 10 salários mínimos	3949	5,23	6069	6,18
Total de responsáveis por dom.	75552	100	98140	100

Fonte: IBGE - Censos Demográficos 1991 e 2000.

Estudos indicam que os processos de Reestruturação Produtiva afetam diferentemente os trabalhadores conforme sua classe de rendimento e qualificação. Embora inicialmente a chegada das empresas subsidiárias tenha aumentado a oferta de empregos na cidade de Diadema, pela geração direta e indireta, especialmente nos setores de comércio e serviços, evidenciou-se a diminuição dos postos formais de trabalho na área da indústria a partir do enxugamento de cargos. Em todo o Brasil entre 1992 e 2002, houve aumento da participação relativa da força de trabalho, pertencente às famílias de baixa renda, no total de desempregados, especialmente se comparadas com as famílias de classe média. Evidenciou-se também o aumento da participação dos trabalhadores ativos no total da população pobre. A condição de empregado no Brasil, em análise a todas posições na ocupação, destacou-se como a única que sofreu aumento da taxa de pobreza, entre 1989 e 2005³⁵¹.

³⁵¹ Após a efetivação das políticas sociais integrantes da Constituição de 1998, que incidiram especialmente entre idosos e crianças com mais de dez anos de idade e até 10 anos, houve diminuição do número de inativos que participavam do grupo de pobres. Verificou-se que o aumento do custo social do Estado reduziu a pobreza no Brasil, mas a precarização das condições de trabalho, acentuada pelos processos de Reestruturação Produtiva, levou ao aumento do número de

Estes dados, postos em comparação, permitem demonstrar que a Fragmentação Sistêmica afetou de forma significativa os trabalhadores “sem qualificação”, em relação a proteção social e com rebaixamento crescente de salários que já não eram compatíveis com a necessidade de reprodução da vida. Os trabalhadores que fixaram moradia em Diadema compunham, assim, a fração dos que recebiam os mais baixos salários de sua classe na região e diante das mudanças impostas pelo processo de Reestruturação Produtiva, estavam mais vulneráveis a precarização das condições de vida e trabalho.

4. Reconfiguração sócio-espacial da cidade de Diadema aos moldes da Reestruturação Produtiva

A partir de 1970, novas estratégias ideológicas foram incorporadas na administração das cidades em todo o mundo, preconizando a importância dos processos de planejamento e gestão urbana, para o desenvolvimento econômico. Neste sentido, analistas da tendência geral da economia global (SASSEM, 1998; CASTELS, 1999) alardearam o crescimento do setor de serviços e conseqüente diminuição das atividades industriais. Nas cidades europeias e estadunidenses, em que houve a saída de empresas, em busca de incentivos fiscais e mão de obra barata, esta estratégia significou investimentos pesados em renovação urbana, com a construção de obras arquitetônicas espetaculares, com o objetivo de alavancar a economia local. Esta nova estratégia de retomada da acumulação capitalista consistiu, de fato, na realização dos interesses privados a partir de investimentos públicos estruturais.

Contrariamente às afirmações dos analistas da “Cidade Global” verificou-se no ABCD paulista, a ampliação das atividades industriais ilegais e flexibilizadas em detrimento do emprego formal. Embora de fato, tenha se verificado o crescimento das atividades do setor de serviços, este resulta de uma diversificação das atividades econômicas, que não ocorre em detrimento das atividades industriais.

dos economicamente ativos no grupo de pobres, especialmente pelo crescente desemprego entre a população de menor faixa salarial, ver: ANTUNES, Ricardo; POCHMANN, Márcio. “Dimensões do desemprego e da pobreza no Brasil”. Disponível em: http://www.interfacehs.sp.senac.br/br/traducoes.asp?ed=8&cod_artigo=140. Consultado em 10.11.2012.

Nesta nova configuração do capital, as cidades brasileiras, historicamente marcadas pela atrofia do capitalismo, sofreram um processo de desconcentração concentrada com intensificação dos processos de precarização e repressão dos aspectos sociais, especialmente com o advento da Fragmentação Sistêmica.

Neste cenário, a acumulação flexível no Brasil significou a ampliação da desconcentração industrial, com surgimento de pequenas empresas nacionais fornecedoras de peças para as multinacionais que se desenvolveram às custas da precarização e desregulamentação das relações de trabalho. Embora um primeiro olhar evidencie a ampliação das relações econômicas nas cidades médias do Brasil, a partir da chegada de novas indústrias subsidiárias, de fato estes processos resultaram em redução de custos para as empresas, com diminuição do valor real dos salários, perda de direitos trabalhistas e ampliação das relações informais e precárias.

Principal agente responsável pela efetivação destas mudanças, o poder público, em suas várias esferas, necessitou alterar legislações e investir em infraestrutura. As instâncias municipais do governo foram encarregadas da estruturação das localidades, com ações pontuais para dotar os espaços de condições adequadas às novas necessidades de flexibilização da produção e mediação dos conflitos de interesses sobre os usos do solo.

Na complexa evolução do espaço social, a forma e a função das cidades estão associadas e expressam uma correspondência na organização do espaço (SANTOS, 1996). Assim, identificou-se que a configuração espacial de Diadema mostrou-se funcional às mudanças operadas pelos grupos econômicos para a retomada da acumulação. Ao longo das décadas de 1970-80, com a redução salarial imposta aos trabalhadores, os terrenos vazios da cidade tornaram-se uma possibilidade de moradia para os mais pauperizados. Em período de Reestruturação Produtiva, Diadema passou a assumir paulatinamente uma nova função estratégica, abrigando as pequenas empresas, oriundas dos processos de Fragmentação Sistêmica.

Histórica e socialmente marcada pela informalidade e precariedade habitacional, a cidade de Diadema vivenciou, até 1982, intervenções do governo municipal no sentido de dotar a região central e as áreas industriais de

infraestrutura em detrimento das áreas periféricas. O primeiro Plano Diretor da cidade, aprovado em 1973, destinou 60% do território diademense para o uso industrial em localidades estratégicas do ponto de vista da acessibilidade e infraestrutura, espremendo as moradias populares. Com 22% da área delimitada como proteção de mananciais³⁵², apenas 18% do território era oficialmente destinado à ocupação residencial.

Neste contexto, as urgentes lutas sociais em Diadema, especialmente na área habitacional, exerceram grande pressão sobre o governo municipal, entre 1983 e 1996, e impuseram novas intervenções jurídicas que contemplassem as emergentes demandas por moradias. As intervenções urbanísticas, realizadas entre 1983 e 1992, pautaram-se na execução de obras de saneamento básico e infraestrutura básica nas áreas de ocupação. Neste mesmo período a conquista jurídica mais significativa foi a aprovação da CDRU na instância municipal, instrumento de regularização fundiária das áreas públicas municipais ocupadas. Embora os governos do PT em Diadema tenham, efetivamente, invertido a prioridade de investimentos destinando as despesas em habitação para a implantação de infraestrutura básica nas regiões periféricas da cidade, a centralidade das mudanças voltou-se cada vez mais para a acomodação dos conflitos que eclodiram a partir das disputas entre interesses na cidade.

Diante da obrigatoriedade da instituição de um instrumento jurídico que norteasse a gestão do solo, a partir da adequação brasileira à nova lógica de estruturação das cidades inscrita na Constituição de 1988, a administração política de José de Filippi Júnior na prefeitura de Diadema buscou congregar forças para construir o Plano Diretor da cidade.

Dentre os principais focos do Plano Diretor, instituído em 1994, destacamos a flexibilização do uso do solo, a implantação de habitações de interesse social e criação de instrumentos de proteção ambiental. As emergentes necessidades de reorganização territorial levaram o governo diademense a integrar as áreas de ocupação ilegal ao tecido urbano, impor a regularização fundiária, aumentar o total de áreas destinadas à habitação social e planejar a ocupação do uso do solo de acordo com a sua potencialidade econômica.

³⁵² Lei Estadual 898/75.

Embora tenha sido alardeado como resultado da política de participação popular instituída em Diadema, de fato, o plano diretor não contou com a participação da população no processo de elaboração, mas foi amplamente debatido em centenas de reuniões, com diversas frações de classes, com o objetivo de esclarecer as propostas assumidas pelo governo e assim agregar apoio para sua efetivação.

A apresentação das diretrizes do plano diretor iniciou-se com as reuniões realizadas em núcleos habitacionais, no Fórum de Desenvolvimento Municipal e durante o I Encontro de Habitação, realizado em 1993. Era tarefa dos técnicos da prefeitura, nestas reuniões, convencer os ativistas na luta por moradia sobre a viabilidade das AEIS no atendimento das demandas por habitação via mercado imobiliário, como contraproposta à criação de um banco de terras a partir de desapropriações realizadas pela prefeitura, o que oneraria os cofres públicos. Tratava-se também de convencer os proprietários de terras de que este instrumento urbanístico não se opunha aos seus interesses de comercialização dos terrenos, mas antes conteria as ocupações e viabilizaria a oferta de terrenos via mercado imobiliário (CARVALHO; CYMBALISTA; POLLINI, 2009). Nestes encontros, a tentativa de construção dos consentimentos, pautou-se na apresentação da proposta de plano diretor elaborada pelos técnicos da prefeitura e em palestras formativas sobre a legislação urbanística, em especial a AEIS, com a presença dos vereadores locais (SCALLI, 1998).

As AEIS surgiram a partir da Lei de Uso e Ocupação do Solo recifense que instituiu, em 1983, as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS). Inspirada nesta proposta, a administração municipal de Diadema, 1993-96, criou as AEIS com o objetivo de urbanizar a cidade, regularizando as áreas ocupadas através da compra de terrenos em regime de parcerias, estimulando a negociação dos terrenos vazios, seja a partir da iniciativa dos proprietários ou das associações. A partir das instituições deste novo instrumento, várias associações e empreendimentos imobiliários passaram a negociar a compra e venda de terrenos diretamente com seus “clientes”.

Caracterizados como terrenos particulares não-ocupados, as AEIS 1 correspondiam a 3% da cidade. As AEIS 2 representavam 3,5% da área do

município e compreendiam todos os espaços ocupados irregularmente por “favelas” (SOMEKH; CAMPOS; WILDERODE, 1993). A construção de habitações em AEIS ficou restrita a Empreendimentos Habitacionais de Interesse Social (EHIS), habitações destinadas à população de baixa renda. Os EHIS podiam ser realizados:

por órgão da administração direta ou indireta e/ou pela iniciativa privada, em especial proprietários de terrenos ou associações e cooperativa de moradores³⁵³.

Os proprietários de terrenos localizados em AEIS 1 podiam utilizar 80% da área para EHIS e os 20% restante para instalação de comércios, indústrias ou residências, de acordo com o tipo de zoneamento definido para as áreas que faziam limite com o território. Nas AEIS 2, o mesmo poderia ser realizado, caso houvesse consenso entre os moradores e a remoção das famílias que ocupavam a área a ser utilizada para fins comerciais e industriais. Ficou a cargo da administração municipal elaborar, ou aprovar, propostas de urbanização para as AEIS.

As frações da classe proprietária através da Associação Comercial e Industrial do Estado de São Paulo (ACIESP), regional de Diadema e a Associação Comercial de Diadema (ACE) declararam-se contrárias à instituição das AEIS, pois a reconfiguração espacial proposta inviabilizaria o desenvolvimento econômico da cidade (BALTRUSIS; MOURAD, 2012). Embora houvesse interesses divergentes entre os proprietários de terras na região quanto à implantação das AEIS³⁵⁴, foi possível a conciliação entre aqueles que se sentiram coagidos a comercializar para um público restrito e carente. Resultante desta conciliação, um novo projeto foi criado, com a manutenção do texto da Lei Complementar e exclusão do mapa de delimitação das áreas de AEIS, o que obrigaria os ativistas a travarem discussões judiciais para definir quais áreas seriam consideradas ou não de interesse social. Tratava-se de estratégia amplamente assumida pelo Estado e grupos econômicos, ante as pressões das lutas sociais, de instituir uma legislação apaziguadora, cuja efetividade se mostra nula pelas obstacularizações jurídicas.

³⁵³ Documento: Art. 28, parágrafo único, da Lei Complementar 25/94.

³⁵⁴ Alguns proprietários enxergavam na instituição das AEIS 1 uma possibilidade de comercializar vantajosamente seus terrenos e realizar investimentos em outra área ou negócio; outros tinham interesse na retenção dos terrenos para comercialização futura no aguardo da valorização imobiliária.

Organizados contra a aprovação deste projeto substituto, ativistas ocuparam a Câmara dos Vereadores para pressionar pela aprovação do projeto original elaborado pelos técnicos da prefeitura. A partir dos embates sobre as propostas que compunham o Plano Diretor, em 1994, foi publicada sua institucionalização através da Lei Complementar 25, de 25 de janeiro, baseada nos artigos 182 e 183 da Constituição, instituindo a grande novidade do período: o elemento conciliador dos interesses sobre o uso do espaço na cidade, as “Áreas Especiais de Interesse Social 1 e 2” (AEIS), e em 1996 a Lei Complementar 50, de 1º de março, regulamentando o uso e a ocupação do solo, conforme sua redação original.

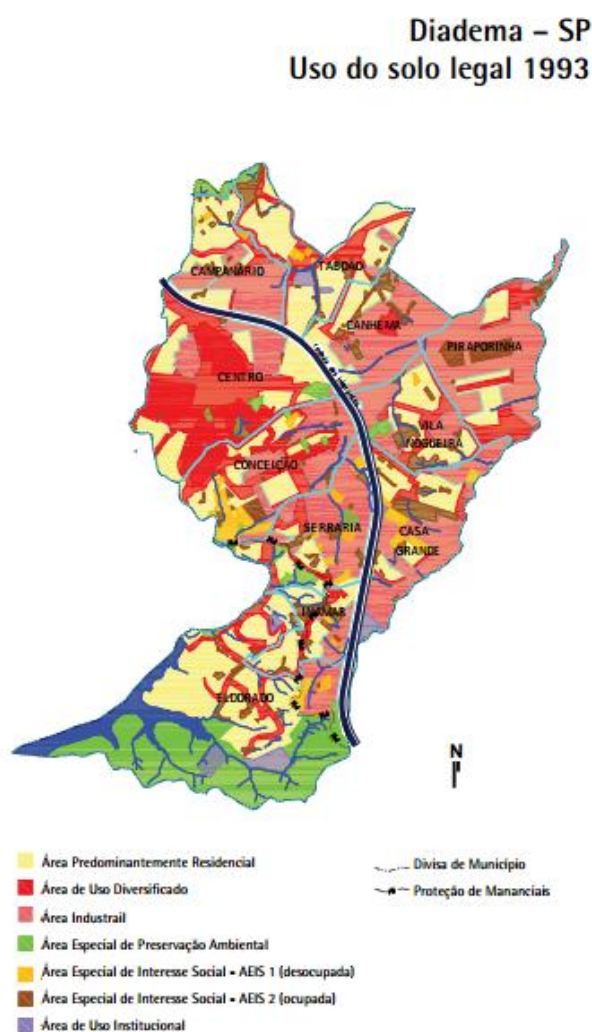
Houve grande dificuldade na aplicação real das AEIS, seja no que se refere aos problemas na aquisição de terras para a construção de habitações populares, seja na falta de financiamento para a construção, na descontinuidade das políticas públicas em habitação adotadas, na dificuldade de controle das associações de luta por moradia, além de outros.

Em todo o Brasil foram identificados planos diretores que não saíram do papel, pois, muitas vezes, representam interesses divergentes das administrações que se sucedem, o que impossibilita a sua aplicação. No Estado de São Paulo vários municípios, incluíram em seus planos diretores o instrumento das AEIS, porém um dos poucos que o colocou em prática foi o de Diadema (BALTRUSIS, 1999), especialmente devido à grande pressão popular dos grupos de lutas por moradia.

Fruto do privilegiamento escancarado das necessidades industriais, os conflitos entre ativistas na luta por moradia e proprietários de terras tornaram-se inclusive obstáculos ao desenvolvimento econômico da cidade. Na compreensão, dos representantes do PT no governo, as áreas privadas vazias, precisavam de uma destinação que atendesse tanto aos interesses de desenvolvimento econômico da cidade, quanto às necessidades de moradia da população, com o objetivo de desarmar a bomba instalada pelos planejamentos urbanos anteriores. Neste contexto, a melhor saída encontrada pela administração petista em Diadema foi a implantação de políticas públicas em habitação, instrumentalizadoras do novo plano diretor, como a Lei de Uso e Ocupação do Solo, o Plano Ambiental, o Plano

de Desenvolvimento Sócioeconômico, a Lei de Controle Urbanístico, o Código de Obras e Edificações e o Código de Posturas.

A análise sobre o uso legal do solo a partir do plano diretor evidencia a nova configuração do espaço social em Diadema, com prevalência da área industrial e de uso diversificado, conforme as necessidades de reorganização da produção.



Fonte: CARVALHO, M; CYMBALISTA, R; POLLINI, P. “Planos Diretores em Diadema, São Paulo: o desafio da efetivação da função social da propriedade”. In: CYMBALISTA, R; SANTORO, P (orgs). *Planos diretores: processos e aprendizados*. São Paulo: Instituto Pólis, 2009.

No período de implantação do plano diretor de 1994, a dinâmica industrial de Diadema, já estava amplamente diversificada, o que significou a baixa incidência de áreas vazias. Mesmo os galpões que ficaram vazios a partir da saída de

algumas empresas da cidade, logo foram ocupados por outras atividades. De fato, a conciliação dos interesses a partir dos instrumentos urbanísticos, como as AEIS, significou a delimitação de pequenas áreas no interior do território reservado para as atividades industriais, com a redução drástica do número de ocupações, já que os ativistas na luta por moradia estavam envolvidos nestas políticas, inclusive com a criação de associações que comercializavam lucrativamente as AEIS.

Não desconsideramos aqui a importância da efetivação das AEIS na cidade de Diadema, mas evidenciamos o caráter conciliatório desta política, pois de fato ela não significou uma revolução na organização espacial da cidade em prol dos interesses das populações de mais baixa renda, antes buscou acomodar o mais estridente conflito da cidade, com uma diminuição pouco expressiva (-6,5%) das áreas destinadas às atividades industriais e pelo incentivo deflagrado à comercialização destas áreas dentro dos mecanismos do mercado imobiliário.

Dentre as limitações destas políticas habitacionais relacionadas ao plano diretor de 1994, evidenciam-se o esgotamento da oferta de terrenos para a efetivação das AEIS, a baixa qualidade urbanística dos empreendimentos realizados nas AEIS (TSUKUMO, 2002), a descontinuidade do processo (DENALDI, 2003) e a centralidade da política habitacional voltada para os financiamentos, impossibilitando o atendimento das demandas dos trabalhadores de menor renda.

O Projeto Habitacional Sanko (PHS)³⁵⁵

O primeiro projeto habitacional resultante da AEIS 1, Sanko, foi apresentado para as associações de luta por moradia dia 1º de maio de 1995, uma data simbólica para as organizações de lutas sociais e para o PT.

O que vamos discutir hoje não é o projeto, é uma proposta de ocupação da área, um estudo para vermos quantas famílias podem morar nesta área depois dela toda urbanizada³⁵⁶.

³⁵⁵ Esta discussão é parte integrante de nossa dissertação, ver: SANTOS, Joana D. V. "Lutas por moradia na cidade de Diadema (1982-1996): cooptação e acomodação de conflitos do capital". 2009. 187f. Dissertação (Mestrado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História, PUC, São Paulo, 2009.

³⁵⁶ Documento: "Área da Sanko - Uma área que vai virar bairro". Diadema, Usina-CTAH, 1995.

Embora a proposta a ser discutida no encontro tenha sido apresentada como ocupação da área, o que foi tratado versou sobre o convencimento da população a respeito do tipo de habitação a ser construída segundo dois estudos realizados - casas ou prédios de apartamentos - e sobre a necessidade de as famílias, interessadas em participar do projeto, formarem associações com estatutos registrados e CGC. A construção de prédios foi apresentada, pelos membros da prefeitura, como o projeto mais viável para o empreendimento, considerando a demanda de lutas de 780 famílias e a necessidade de atender de 750 famílias em áreas de risco e remoções por motivo de urbanizações de favelas³⁵⁷.

As negociações para aquisição da área já estavam em curso quando a reunião de apresentação da proposta foi realizada. A área foi declarada como de interesse social em março de 1995 através de decreto e da celebração do convênio entre prefeitura de Diadema, associações comunitárias e CDHU mais de um ano depois, em junho de 1996.

As pessoas interessadas em participar do PHS não necessitavam ter participação anterior nas associações de luta por moradia, mas precisavam se inscrever em uma das cinco associações participantes do empreendimento: Associação Almiro Senna Ramos, Associação dos Funcionários na Luta por Habitação, Associação de Luta por Moradia Unidos da Leste (ALMUL), Associação dos Sem-Teto do Taboão e Associação Nossa Luta Nossa Terra.

As associações Luta por Moradia Unidos da Leste, Sem-Teto do Taboão e Nossa Luta, Nossa Terra têm origem nas organizações suscitadas pelos canais de participação popular de luta por moradia instituídos ao longo das administrações petistas em Diadema. Tratou-se de uma institucionalização das lutas por moradia a fim de viabilizar a aplicação dos instrumentos jurídicos da CDRU e AEIS. Para estabelecimento de convênio com a CDHU e a prefeitura, para o PHS, as associações foram obrigadas a se registrarem como entidades em cartório, conforme as exigências institucionais³⁵⁸. A organização das associações de luta por moradia por regiões, segundo a lógica estabelecida pelos administradores municipais para a realização das reuniões, estabeleceu-se como uma das marcas identitárias dos sujeitos, além da necessidade por moradia. Identifica-se tal fato a

³⁵⁷ Ibid., p 3.

³⁵⁸ Documento: "Ata de Fundação da Associação Nossa Luta, Nossa Terra - 20.5.1995". Diadema, 1995.

partir da análise documental das atas de reunião em que cada associação faz referência à região à qual pertence e pela escolha dos nomes de fundação. A Associação Nossa Luta, Nossa Terra, antes do registro oficial, era chamada de Movimento de Aluguel da Região Sul e congregava pessoas, com histórias de vida bastante diversas entre si, mas que viviam uma situação comum: devido aos baixos salários e desemprego, tinham imensas dificuldades de manter os pagamentos de aluguéis:

Em Diadema cheguei em 1982, mas eu já vim de São Paulo. Eu vim da Bahia, Iguai, fiquei em Poções... quando eu vim pra cá, já vim de Poções para cá. Eu vim para cuidar do meu sobrinho para a minha irmã ir trabalhar. Depois arrumei um namorado. Casei com 19 anos. Nasci em 1963. Casei depois de um ano e seis meses. A minha filha nasceu e ela estava com 19 dias quando vim para Diadema. Aí compramos um terreno no Eldorado, fomos morar de aluguel até construir uma casinha. Aí construímos a casinha. Minha filha já tinha 10 anos quando eu me separei. Aí fui pagar aluguel. Rolou na justiça a casa e teve a oportunidade de se inscrever na associação, na época me inscrevi. Nós ficamos um ano inscritos na associação até o registro. Aí me inscrevi na associação, tava pagando aluguel, aí surgiram os alojamentos pra gente vir morar aqui e tomar conta do terreno para os outros não invadir³⁵⁹.

Após a separação, Eremita Gonçalves da Costa, ativista integrante da Associação Nossa Luta, Nossa Terra, foi morar de aluguel na Rua Cachalote, em Eldorado, com os dois filhos - Patrícia e Rogério - em um cômodo pelo qual pagava R\$ 100,00 mensais. Como manicure, ela recebia R\$ 200,00 mensais, valor que não era suficiente para o sustento da sua família e não possibilitava que esta se mantivesse adimplente com o pagamento do aluguel³⁶⁰. Responsável financeiramente pela família, Eremita contava com um emprego informal para alimentar e abrigar a ela e seus filhos.

Soteropolitana de 48 anos, Vera Lúcia Maurício Lima chegou a Diadema em 1977 e estabeleceu residência na divisa com São Paulo. Casou-se em 1979 e foi morar de aluguel no Bairro Eldorado, em Diadema. Por ocasião das reuniões de divulgação do plano diretor da cidade de Diadema em 1994, durante a gestão de José de Filippi Júnior (1993-96), ficou sabendo que a instituição das AEIS 1 propiciaria que as associações devidamente registradas pudessem comprar terrenos e firmar convênios com a prefeitura para financiamento habitacional.

³⁵⁹ Depoimento de Eremita Gonçalves da Costa, coletado pela pesquisadora em 6.6.2008.

³⁶⁰ Documento: "Cadastro Socioeconômico Nossa Luta, Nossa Terra nº 27". Diadema, 30.11.96.

Diante desta oportunidade, Vera juntou-se a outras pessoas, muitas participantes do Movimento Famílias de Aluguel, e formaram a Associação Nossa Luta, Nossa Terra em 1994, com registro de CGC em 1995, com o intuito de participarem do PHS:

Quando nós compramos o terreno achamos que não ia demorar tanto. Aí a proposta na época, o Filippi era prefeito, aí ele perdeu a eleição e acabou mudando muita coisa. A CDHU só fechou o projeto em 1997 quando iniciou as obras e foi em 2000 que começou a entregar as unidades. A demora foi fechar o projeto e a execução³⁶¹.

Evidencia-se que entre a aprovação das AEIS e a sua primeira implementação decorreram seis anos. Tal fato deveu-se aos trâmites de financiamento e convênios com o CDHU, mudanças na administração municipal, dentre outros fatores.

Outra parceira no convênio PHS, a Associação Almiro Sena Ramos, criada para cumprir as formalidades exigidas para celebração convênio, congregou 220 famílias que ocupavam a beira da Avenida Almiro Senna Ramos e ficaram desabrigadas pelo desaguamento do córrego local entre janeiro e fevereiro de 1995 (SCALLI, 1998:90). As famílias foram abrigadas no terreno destinado ao PHS³⁶², em alojamentos provisórios, com abastecimento de água encanada e luz elétrica individual, cujas ruas não eram pavimentadas e não possuíam iluminação pública³⁶³. Dentre os integrantes da Associação Almiro Senna Ramos destacam-se Raimundo Oliveira Pires e a companheira Cléia Pereira da Silva³⁶⁴. Baiano de 24 anos, Raimundo exercia atividade profissional como operador de prensa no período em que sua moradia foi atingida pela enchente. Chegou a Diadema aos 14 anos no ano de 1985, e no mesmo ano estabeleceu moradia na área de ocupação próxima à Avenida Almiro Senna Ramos. Depois da enchente, Raimundo e a companheira foram transferidos para alojamento construído na área destinada ao PHS.

³⁶¹ Depoimento de Vera Lúcia Maurício Lima concedido à pesquisadora em 1º de junho de 2008.

³⁶² Documento: Associação de Luta por Moradia Unidos da Leste. "Ofício para Departamento de Habitação - 27 de outubro". Diadema, 1998, p 3.

³⁶³ Documento: Prefeitura Municipal de Diadema. "Cadastro 127. Cadastro Sócioeconômico e Habitacional Sanko". Diadema, 1995.

³⁶⁴ Documento: Associação Almiro Sena Ramos. "Listagem de Associados". Diadema, 1995, cadastro 87.

A Associação dos Funcionários na Luta por Habitação teve sua instituição incentivada pelos membros da prefeitura, através do cadastramento de funcionários através dos núcleos de recursos humanos das secretarias. Apenas os(as) estatutários(as) e celetistas com salário igual ou menor que R\$ 470,04, sem imóvel, puderam se inscrever. Os(as) funcionários(as) poderiam se inscrever em qualquer uma das associações envolvidas no projeto, mas a organização suscitada pela inscrição de forma institucional propiciou a aglutinação das pessoas de forma corporativa. Funcionária da Empresa de Transportes Coletivos de Diadema (ETCD), Eloiza Cláudia Gomes recebia como salário pela sua atividade profissional o valor de R\$ 471,08. Solteira, Eloiza morava de aluguel em uma casa na Rua André Vidal de Negreiros com dois dependentes. Ficou sabendo do PHS através dos cartazes de divulgação das inscrições para os funcionários da prefeitura, fixados em seu local de trabalho e pelos(as) colegas, que a incentivaram a procurar a ponte de recursos humanos para fazer inscrição. Ela não participava de qualquer associação de luta por moradia e compareceu em 30 de agosto de 1995 ao núcleo de recursos humanos da ETCD para realizar a sua inscrição. A associação de Eloiza, ao empreendimento, esteve vinculada ao compromisso de pagar durante 34 meses o valor de R\$ 50,00, correspondente à sua fração do terreno³⁶⁵.

A Associação dos Sem Teto do Taboão foi criada a partir da instituição da CDRU em 1985. Um de seus associados, Justino Feitosa de Rosa residia em uma área de ocupação na Rua Pablo Neruda e trabalhava na ETCD. Solteiro, Justino garantia o seu sustento e o de mais três pessoas, com as quais residia, a partir de seu salário de R\$ 470,00.

A implantação do Projeto Sanko deu-se apenas na segunda gestão de Gilson Meneses, mas pelo Partido Socialista Brasileiro. Em dezembro de 1996 em reunião realizada com as cinco associações, o já definido secretário de habitação da gestão de Gilson Meneses, Artur dos Reis, reafirmou o compromisso de continuar as ações programadas para a implantação de infraestrutura na área³⁶⁶.

Alguns fatores foram determinantes para a escolha dos projetos de construção dos apartamentos, realizados pelos participantes da associação. Entre

³⁶⁵ Documento: Prefeitura Municipal de Diadema. "Cadastro 10433. Cadastro Sócioeconômico e Habitacional Sanko". Diadema, 1995.

³⁶⁶ Documento: Associação de Luta por Moradia Unidos da Leste. "Ofício para Departamento de Habitação - 27 de outubro". Diadema, 1998.

eles, a necessidade de cada família designar alguns membros para participarem do mutirão. Como a ampla maioria dos associados trabalha todos os dias da semana, para garantir a subsistência: “Não dava para fazer um mutirão com 1,5 mil famílias como a CDHU queria. Isso representa quase cinco mil pessoas”³⁶⁷.

A Associação Luta por Moradia Unidos da Leste optou pelo Programa Paulista de Mutirão; a dos Sem Teto do Taboão, a Nossa Luta, Nossa Terra e a dos Funcionários Públicos na Luta por Moradia votaram pela empreitada global, cujo projeto urbanístico e arquitetônico foi desenvolvido pela Assessoria Passo³⁶⁸. Os membros da Associação Almiro Senna Ramos optaram pela construção dos prédios com pré-moldados.

O projeto deles (da ALMUL) foi diferente do nosso, porque foi mutirão. Eles optaram pelo mutirão e as outras associações não. Porque assim, para trabalhar no mutirão ou tinha que tá, por exemplo, uma parte desempregada, porque era trabalhar a semana inteira, não era só final de semana. Porque pagar aluguel, tinha que pagar terreno, às vezes você precisa pagar outra pessoa para trabalhar no final de semana. Então a associação que optou pela empreitada global foi por causa disso, pela falta de condições de você deixar o seu serviço para fazer mutirão. Senão, nós não ia [sic] conseguir pagar. A votação foi feita nas associações, na verdade era para todos serem mutirão. Mas os próprios associados optaram se iam querer mutirão ou se queriam empreitada global. Era mais fácil empreitada global³⁶⁹.

Os associados que optaram pela empreitada global assumiram o compromisso de pagamento parcelado em 25 anos da construção de cada unidade habitacional financiada pela CDHU pela regra básica SFH³⁷⁰. O valor de pagamento das parcelas do financiamento foi fixado entre 10% e 15% do salário do associado, conforme sua renda.

Diversas negociações foram travadas para a garantia da viabilidade do empreendimento, haja vista que o público-alvo, embora quase todos estivessem empregados, recebia salários baixíssimos, suficientes apenas para a alimentação. Em reunião realizada em abril de 1997 entre representantes da CDHU, 500

³⁶⁷ Depoimento coletado pelo jornalista Fabio Josgrilberg, por ocasião da manifestação dos cinco movimentos do projeto Sanko durante a reunião do presidente da CDHU, Gorro Hama, e do então prefeito de Diadema, Gilson Meneses.

³⁶⁸ Documento: Assessoria Passo. “Relatório de acompanhamento período 5/99 a 10/99”. Diadema, 1999.

³⁶⁹ Depoimento de Eremita Gonçalves da Costa, coletado pela pesquisadora em 6 de junho de 2008.

³⁷⁰ Documento: CDHU. “Proposta de atendimento - Diadema- Sanko”. São Paulo, 6.5.1996.

associados da Associação de Luta por Moradia Unidos da Leste (ALMUL), coordenadores da associação, assessoria técnica da associação, representantes da coordenação do Programa Paulista de Mutirão e o secretário de habitação do município de Diadema, foi definido que, na hipótese de o valor do financiamento aprovado ficar abaixo do valor orçado para o projeto de mutirão, a prefeitura arcaria com a contrapartida a ser paga pela ALMUL.

Os apartamentos construídos segundo proposta do Programa Paulista de Mutirão foram orçados em R\$ 11.786,28, porém o financiamento aprovado foi de R\$ 11.300,00. O pagamento do valor de R\$ 486,28, por unidade habitacional, não financiado, ficou a cargo dos cofres públicos da administração municipal. Foi autorizado através de lei municipal³⁷¹ o repasse de R\$ 243.626,18, provenientes das verbas do FUMAPIS, ou seja, do orçamento da Secretaria de Habitação, para a complementação do financiamento. Os serviços de infraestrutura negociados para implantação do projeto foram:

rede de água, esgoto e energia elétrica, bem como se necessário das obras de: estação de tratamento de esgoto, elevatória de esgoto, emissário de esgoto, adutora, poço artesiano, reservatório de água e serviços de terraplenagem, drenagem, guias e sarjetas³⁷².

O valor por unidade habitacional financiada pela CDHU em regime de empreitada foi de R\$ 21.217,65, com pagamento da primeira mensalidade pelo associado de R\$ 171,40³⁷³.

Enquanto as obras do PHS não foram concluídas, famílias ocuparam 196 alojamentos e 85 barracos-padrão³⁷⁴, onde o esgoto corria pelos traçados de rua. Poucas famílias puderam mudar para os alojamentos enquanto aguardavam a construção dos prédios³⁷⁵; portanto, a maioria dos associados necessitou pagar aluguel ao mesmo tempo em que pagava os valores referentes à sua fração do terreno. Tal fato, aliado ao desemprego e pauperização das condições de vida dos

³⁷¹ Lei 1.595, de 31 de outubro de 1997.

³⁷² Documento: Contrato 1.2.00.00/3.1.00.00/401/96. Processo 43020003-04.

³⁷³ Documento: CDHU. "Proposta de atendimento - Diadema-Sanko". São Paulo, 6.5.1996.

³⁷⁴ Fonte: DPH/PMD 11.12.96. Citado por SCALLI (1998:73).

³⁷⁵ Documento: Associação Nossa Luta, Nossa Terra. "Ata da Assembléia Ordinária da Associação Nossa Luta, Nossa Terra, 31.5.1997". Diadema, 1997. Foram cedidos 15 alojamentos para a Associação Nossa Luta, Nossa Terra.

trabalhadores, gerou uma série de dificuldades para que os sujeitos mantivessem em dia seus pagamentos com as associações:

Muita gente voltou a pagar aluguel. Tinha pessoas que pagava a água e pagava luz, tinha pessoas que vinha a conta, mas não pagava. Mas para nós foi um alívio. Mas tem pessoas que não aguentou, saiu de lá, pagava aluguel, passou dificuldades, umas saíram por condições financeiras, outras, como posso dizer assim, não confiou que ia sair, não confiou na nossa luta, não confiou que ia sair e desistiu. Hoje pouquíssimas pessoas do nosso tempo, meu e de Eremita, tá aqui morando³⁷⁶.

A vivência nos alojamentos marcou muito a vida das pessoas que conviveram durante anos em condições provisórias de moradia. Foi o momento em que eclodiram os primeiros conflitos entre os participantes das associações de luta por moradia, que compuseram o PHS, referentes à adaptação tanto aos modos de viver dos sujeitos, com suas diferentes experiências de vida, bem como às condições físicas e espaciais da moradia e à falta de uma rede de serviços básicos.

Sofremos. Muita gente foi embora, porque nós enfrentamos muitas coisas, tivemos muitas barreiras, tivemos muita fé em Deus. A preocupação de sair para trabalhar e minha irmã e deixar minha sobrinha pequenininha e tinha que deixar com umas pessoas que não era nem assim chegada, parente, pessoas que a gente conheceu aqui nos alojamentos. A gente vinha de um lugar sossegado que não tinha com o que se preocupar. A gente tinha muito motivo suficiente para a gente sair um segundo e se preocupar com filho, com irmão que chega porque era muito perigoso, muito perigoso. Aqui era perigoso por causa de bandido. Eles respeitava [sic] muito a gente. A prefeitura juntou gente que se dava bem, com gente de fora. Só que tem muitos deles que respeitavam a gente. Não tenho o que falar que eles pegavam e ameaçavam a gente. Mas para a gente era tudo novo, tudo para a gente era novo. A gente morava de aluguel, aí vem para alojamento, que era uma favela, né. Gente que batia na porta para pedir um cano para fumar. A gente não estava acostumado. Mas só que era assim, eles não mexiam com a gente. Teve uma época assim que eles vigiavam para ver quem entrava e quem saía. Tinha horário e aí tinha que se identificar. E pra gente tudo isso era novo. Era apavorante, né. Mas

³⁷⁶ Depoimento de Edineide Meneses Bispo, coletado pela pesquisadora em 6 de junho de 2008.

com o tempo a gente foi se acostumando. Tinha gente que era metido a valentão. Mas quantas pessoas foram embora³⁷⁷.

As pessoas moraram cerca de cinco anos nos alojamentos. Morei três anos no alojamento. A mudança para os alojamentos abriu a nossa cabeça. Até então eu não conhecia essa realidade, porque tínhamos (*as pessoas que moravam de aluguel*) uma visão de que quem morava em casa de madeira era ruim, mas não era assim, são pessoas humanas, boas³⁷⁸.

As análises sobre a convivência nos alojamentos, realizadas por Vera e Edineide, evidenciam as dificuldades de relacionamento entre pessoas que tinham histórias de vida e modos de vida muito diferentes. Elas citaram particularmente o caso da convivência entre as pessoas cuja moradia anterior era em residência de aluguel e as que residiam em áreas de ocupação em habitação de madeirite.

A impressão positiva ao estabelecer contato com as pessoas que vinham das “casas de madeira” foi destacada por Vera porque, até a chegada ao alojamento, persistia entre suas convicções um estereótipo negativo sobre os moradores de área de ocupação. Porém, durante o convívio diário com seus vizinhos, Vera enxergou que estes eram como ela e sua família, pessoas que dependiam da venda de sua força de trabalho para sobreviver e que exerciam atividades remuneradas instáveis, cujos salários não possibilitavam a aquisição de uma moradia pelas vias do mercado e que, ali vivendo sob as mesmas condições, padeciam de muitas necessidades comuns.

Durante o processo de construção, ainda sem infraestrutura, o PHS tinha uma segurança frágil, que gerava desconfiança entre os moradores. Diante do medo de possíveis invasões realizadas por outras associações de luta por moradia e da ação de sujeitos que pudessem causar conflitos entre os moradores, foi necessário o controle da entrada de pessoas no PHS. Estes elementos compuseram a tensa situação em que viviam os trabalhadores associados no PHS, pois, imersos em uma precariedade e precarização no trabalho, sentiam-se duplamente ameaçados pela possibilidade de ficarem inadimplentes com os pagamentos da habitação e pelas condições precárias de habitabilidade.

³⁷⁷ Ibid.

³⁷⁸ Depoimento de Vera Lúcia Maurício Lima concedido à pesquisadora em 1º de junho de 2008.

Dois anos e dois meses após o contrato firmado entre a CDHU e a prefeitura para a execução das obras de infraestrutura, a terraplanagem não havia sido concluída, o platô do reservatório vertical de abastecimento de água não estava concluído, não foi implantado sistema de drenagem, mesmo que provisório, o que tornou as ruas em dias de chuva intransitáveis, os muros de arrimo não haviam sequer sido projetados e a implantação da rede de água, esgoto e coleta de esgoto não havia sido planejada³⁷⁹.

O prolongamento das situações inóspitas de moradia nos alojamentos, aliadas às dificuldades de pagamento das mensalidades, fizeram com que muitos moradores desistissem de aguardar a construção do conjunto habitacional e vendessem os alojamentos em acordos que envolviam o pagamento do valor por parte do comprador em troca da ocupação do alojamento na espera da construção dos prédios. A venda dos alojamentos era proibida, conforme acordado entre prefeitura e associações³⁸⁰, mas na prática se deu livremente, com a fixação até de um parâmetro de valor para a realização da transação.

Lutas por moradia na cidade de Diadema: lutas por igualdade na democracia burguesa³⁸¹

Com o objetivo de explicitar as particularidades da participação popular na cidade de Diadema, centraremos a análise na implementação do Projeto Habitacional Sanko (PHS), focando a institucionalização da Associação Nossa Luta, Nossa Terra como caso particular exemplar, cuja gênese é de aglutinação de trabalhadores que pagavam aluguel na região sul de Diadema e estavam em eminente situação de inadimplência em decorrência de diferentes tipos de precarização do trabalho. Este projeto, propiciado pela efetivação das AEIS, que compuseram o plano diretor de 1994, significou a primeira experiência de convênio entre o órgão estadual CDHU, a prefeitura municipal de Diadema e as associações

³⁷⁹ Documento: Associação de Luta por Moradia Unidos da Leste. "Ofício para Departamento de Habitação - 27 de outubro". Diadema, 1998.

³⁸⁰ Documento: Associação Nossa Luta, Nossa Terra. "Ata da Assembleia Ordinária da Associação Nossa Luta, Nossa Terra, 31.5.1997". Diadema, 1997.

³⁸¹ Esta discussão foi desenvolvida em nossa dissertação: SANTOS, Joana D.V. "Lutas por moradia na cidade de Diadema (1982-96): cooptação e acomodação de conflitos do capital". 2009. 187f. Dissertação (Mestrado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História, PUC, São Paulo, 2009.

de luta por moradia e foi concebido como solução estratégica para a falta de recursos públicos disponíveis para a aquisição de novas áreas de provisão e desenvolvimento de empreendimentos habitacionais voltados para a população de baixa renda. Portanto, a partir da análise da prática social desenvolvida nesta que constituiu a alardeada tentativa de efetivação da aliança entre o Estado e os trabalhadores, explicitaremos a existência ou não de coerência entre o discurso contido nas propostas e a efetivação concreta destas políticas, isto é, sua prática social.

Para o desenvolvimento do PHS os trabalhadores necessitaram se organizar como entidade jurídica com a fundação de associações, eleição de coordenadores e instituição de um estatuto.

A ata de fundação da Associação Nossa Luta, Nossa Terra data de 20 de maio de 1995³⁸², portanto, mais de um ano depois da instituição do plano diretor organizado pela prefeitura, 50 dias depois de a área Sanko ter sido declarada como área de interesse social³⁸³ e 36 dias antes da assinatura do instrumento particular de compromisso de compra e venda desta mesma área³⁸⁴. A constatação desta ordem de sucessão de acontecimentos é um indicativo de constituição do processo analisado, em que houve uma clara institucionalização das lutas por moradia, a fim de que os ativistas passassem a encaminhar suas demandas a partir dos canais indicados pelo Estado.

Portanto, nos ateremos ao que foi possível constatar das concretudes historicamente postas em Diadema, consideradas enquanto abstrações razoáveis, reconhecendo a possibilidade de elementos importantes constitutivos do processo não terem sido captados.

O regulamento interno da Associação Nossa Luta, Nossa Terra trata exclusivamente das condições para a realização do empreendimento imobiliário. A normatização da atuação dos associados e as especificações quanto à função administrativa da associação são objeto de discussão da assembleia extraordinária que aprovou o regimento interno da associação e, neste primeiro momento,

³⁸² Documento: Associação Nossa Luta, Nossa Terra. "Ata de Fundação da Associação Nossa Luta, Nossa Terra". Diadema, 20.5.1995.

³⁸³ Documento: Decreto 4.679, de 30 de março de 1995.

³⁸⁴ Documento: "Instrumento Particular de Compromisso de Compra e Venda". Diadema, 26.7.1995.

observa-se como a articulação entre estes indivíduos permitiu-lhes dar o primeiro passo no sentido de concretizar a necessidade básica de ter uma casa: adquirir o terreno onde ela poderia ser construída.

A Associação Nossa Luta, Nossa Terra adquiriu juntamente com três (03) associações, uma gleba de terra com área total de 50.000,00 [sic] metros quadrados, imóvel este devidamente registrado e caracterizado na matrícula 32483 no cartório de registro de imóveis de Diadema, fazendo frente para a Rua Érico Veríssimo, Bairro Conceição - Diadema. Caberá à ASSOCIAÇÃO NOSSA LUTA, NOSSA TERRA uma fração ideal de 15,2% da área acima conforme instrumento particular de compromisso de compra e venda, datado 26 de julho de 1995.

Na referida gleba de terra, será executado projeto habitacional de interesse social, a ser financiado pela CDHU - Companhia de Desenvolvimento Habitacional Urbano do Estado do Estado [sic] de São Paulo³⁸⁵.

Observa-se a partir deste documento, e de outros que instituem a normatização do convênio que resultou no PHS, que o objetivo da formação de uma entidade jurídica por parte dos trabalhadores era atender a uma exigência instituída legalmente pelos representantes da prefeitura municipal de Diadema e da CDHU para a realização do empreendimento imobiliário³⁸⁶. A inicial organização autônoma dos trabalhadores que desde muito tempo pressionava, por um lado, os empresários para a obtenção de melhores salários que lhes possibilitassem sair da informalidade e, por outro, o poder público para o desenvolvimento de políticas que lhes dessem acesso à habitação, sofreu assim uma progressiva institucionalização. Isto é, os representantes do governo municipal de Diadema impuseram aos trabalhadores um tipo de “parceria”, aos moldes neoliberais, com a canalização das

³⁸⁵ Documento: “Ata da assembleia extraordinária para aprovação do regulamento interno da Associação Nossa Luta, Nossa Terra”. Diadema, 16.3.1996.

³⁸⁶ Documento: CDHU. “Relação de documentos necessários à doação por associações e mutirões”. Sem data. Para a efetivação da parceria para realização do empreendimento imobiliário Sanko, a CDHU solicitou alguns documentos. São eles: certidão vintenária do imóvel, expedida pelo cartório de registro de imóveis, certidão de matrícula do cartório de registro de imóveis, já em nome da associação, devidamente atualizada, com negativa de ônus e alienações, certidão de valor venal do imóvel, atualizada no mês em que será lavrada a escritura de doação, certidão negativa de tributos municipais com localização e metragem do imóvel e número de cadastro na prefeitura municipal, dados completos do representante da associação que irá assinar escritura de doação, estatuto social da associação, registrado em cartório, ata de eleição da atual diretoria da associação, registrada em cartório, ata da reunião de diretoria da associação, autorizando a doação de terreno à CDHU, registrada em cartório, certidão da Receita Federal atualizada, cópia autenticada; CND do INSS, atualizada, com firma reconhecida do chefe do posto de arrecadação, cópia autenticada; cópia do RG e do CIC do representante da associação que irá assinar a escritura de doação, autenticada; certidões dos distribuidores cível/protesto/federal.

demandas sociais pelas vias institucionais e realização das necessidades por moradia via mercado formal.

Esta institucionalização foi necessária para dar viabilidade jurídica à aplicação de recursos da esfera estadual e municipal em financiamentos de empreendimentos habitacionais realizados em regime de mutirões e/ou contratação de empreiteiras diretamente pelas associações. Argumentou-se que tal contratação direta baratearia o custo da empreitada. Para o recebimento dos financiamentos, as associações necessitavam cumprir todas as exigências estabelecidas nos convênios firmados entre representantes do governo municipal e a CDHU. O que se observa, e conforme foi indicado neste capítulo, é que as políticas públicas desenvolvidas por estes representantes do Estado criaram uma estrutura que modificou a organização autônoma dos trabalhadores e limitou sua atuação.

Como parte integrante do processo que veio a consolidar o PHS, em 26 de julho de 1995 foi firmado o instrumento particular de compromisso de compra e venda³⁸⁷ do terreno que sediou o PHS. Este documento, que institui a compra da área Sanko pelas associações, contém cláusulas em referência à parceria com a CDHU, indícios de que o convênio já estava em discussão desde longa data sendo anterior às negociações de compra do terreno e à instituição jurídica das associações.

Na cláusula 14^a deste documento, foi descrito o compromisso da vendedora na outorga de hipoteca em favor da CDHU como garantia do financiamento a ser concedido às associações:

Cláusula Décima Quarta - A vendedora compromete-se a outorgar hipoteca que recaia sobre a área objeto deste contrato em favor da CDHU - Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - como garantia real do financiamento que esta concederá à Associação dos Sem Teto do Taboão, Associação Nossa Luta, Nossa Terra e Associação de Luta por Moradia Unidos da Leste para a construção de unidades habitacionais populares³⁸⁸.

A vendedora citada no documento é a entidade jurídica Sanko Industrial Química Ltda, proprietária do terreno de 50.000m², vendido para as cinco

³⁸⁷ Documento: "Instrumento Particular de Compromisso de Compra e Venda". Diadema, 26.07.1995.

³⁸⁸ Documento: "Instrumento Particular de Compromisso de Compra e Venda". Diadema, 26.7.1995.

associações de luta por moradia, envolvidas no PHS. Nesta negociação, o pagamento de 15,2% do total do terreno, ou seja, 7.006m², destinados à Associação Nossa Luta, Nossa Terra foram financiados pela CDHU³⁸⁹. Em assembleia geral extraordinária, a aprovação da doação da referida parte à CDHU, foi tratada como único ponto de pauta:

Esta assembleia aprovou por unanimidade a doação dos 7.006 metros quadrados do terreno supracitado, que tem uma superfície total de 50.000 metros quadrados, para a CDHU. Este terreno está sendo comprado da Sanko Espumas Indústria e Comércio Ltda, que comprometeu-se a outorgar hipoteca em favor da CDHU como garantia real do financiamento das 180 unidades habitacionais desta associação, como reza no instrumento particular do compromisso de compra e venda na cláusula décima quarta de 26 de julho de 1995. Sem outros pontos para serem discutidos encerrou-se esta assembleia às 17 horas, sob a presidência de Antonio Onofre Rodrigues³⁹⁰.

Embora os direitos reais do terreno já tivessem sido concedidos à CDHU em 26 de julho de 2005, como condição para a aprovação do financiamento do empreendimento, três meses depois houve uma votação entre os associados da Nossa Luta, Nossa Terra para a aprovação desta doação. Votação esta que foi unânime e em cuja ata consta como único esclarecimento a citação da cláusula 14ª do Instrumento Particular de Compromisso de Compra e Venda. A referida votação constituiu-se, portanto, como consentimentos a partir do referendo de uma norma previamente estabelecida pela CDHU como condição legal necessária para a efetivação do PHS.

O valor negociado para a compra do terreno, cujo pagamento total realizado pelas associações foi fixado em R\$ 2 milhões³⁹¹, mais correções monetárias de 50% do índice do IPC-FIPE.³⁹² Cada associação efetuou pagamento de acordo com a fração ideal do terreno que lhe coube conforme o acordo de compra e venda:

Cláusula Terceira - Da área descrita na cláusula segunda caberá à ASSOCIAÇÃO DOS SEM-TETO DO TABOÃO-DIADEMA uma

³⁸⁹ Ibid.

³⁹⁰ Documento: "Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Associação Nossa Luta, Nossa Terra". Diadema, 28.10.1995.

³⁹¹ Documento: "Cláusula Quinta. Instrumento Particular de Compromisso de Compra e Venda. Diadema", 26.7.1995.

³⁹² Documento: "Cláusula Décima. Instrumento Particular de Compromisso de Compra e Venda". Diadema, 26.7.1995.

fração ideal de 42,4% (por cento); ASSOCIAÇÃO NOSSA LUTA, NOSSA TERRA, uma fração ideal de 15,2% (por cento); ASSOCIAÇÃO DE LUTA POR MORADIA UNIDOS DA LESTE, uma fração ideal de 42,4% (por cento).

Cláusula Quarta - Os comparadores cederão 7,81% (por cento) do total de suas frações ideais à associação de funcionários públicos municipal, a ser criada para este fim, logo que esta esteja legalmente constituída³⁹³.

Ficou a cargo da Associação Nossa Luta, Nossa Terra o pagamento de 15,2% do total dos R\$ 2 milhões que, acrescidos de correções monetárias, significou um total de R\$ 324.877,29³⁹⁴. Para a quitação do terreno, os associados efetuaram o pagamento de quatro parcelas de R\$ 50,00, mais 36 prestações no valor de R\$ 51,00³⁹⁵.

Coube à coordenação da associação a função administrativa de receber os depósitos bancários dos associados para a quitação do terreno e de repassá-los aos antigos donos do terreno. O acompanhamento dos depósitos de cada associado era realizado pela coordenação da associação, através do recebimento dos comprovantes³⁹⁶.

É possível compreender as bases das relações sociais desenvolvidas entre associados com diferentes níveis de participação na associação a partir dos processos de exclusão e inclusão de sócios, baseados no regulamento interno:

I – Será excluído o sócio que:

- a) deixar de pagar 3 (três) prestações consecutivas à associação sem justificativa;
- b) desistir de participar da associação por livre e espontânea vontade;
- c) faltar em 3 (três) assembleias consecutivas sem justificativa;

³⁹³ Documento: “Instrumento Particular de Compromisso de Compra e Venda”. Diadema, 26.7.1995.

³⁹⁴ Documento: Sanko. “Recibo de quitação”. Diadema, 18.12.1998.

³⁹⁵ Documento: “Ata da Assembleia Extraordinária para aprovação do regulamento interno da Associação Nossa Luta, Nossa Terra”. Diadema, 16.3.1996. Documento: “Ata da primeira reunião de assembleia da Associação Nossa Luta, Nossa Terra”. Diadema, 26.8.1995. O primeiro valor de mensalidade informado nas assembleias foi de R\$ 48,03. Em reunião realizada em dezesseis de setembro de mil novecentos e noventa e cinco foi votado acréscimo de três reais na mensalidade destinados a gastos da associação. Ver: “Ata da segunda reunião de assembleia da Associação Nossa Luta, Nossa Terra”. Diadema, 16.9.1995.

³⁹⁶ Documento: “Ata da primeira reunião de assembleia da Associação Nossa Luta, Nossa Terra”. Diadema, 26.8.1995.

d) faltar em 5 (cinco) assembleias alternadas;

e) descumprir o presente regulamento;

II – A exclusão somente acontecerá por decisão da assembleia e depois de ouvido o sócio³⁹⁷.

Muitos sujeitos subverteram a normatização, imposta através do Regimento Interno da Associação e de acordos com a prefeitura e a CDHU³⁹⁸, atuando de forma autônoma para tratar de seus interesses, vendendo diretamente os seus alojamentos por um valor que alcançou um parâmetro comum nas negociações. O valor pago pelos alojamentos variou de R\$ 1.800,00 a R\$ 2.000,00:

O Sr. Luiz vendeu o alojamento para Almerileide Souza Andrade. No cadastro consta o nome de Cíntia Alves de Jesus, que morou durante um período quando o comprou do Sr. Luiz e este, quando voltou do Norte, comprou novamente o alojamento e vendeu-o³⁹⁹.

Helena vendeu para Helena Almeida da Silva, por R\$ 1.800,00⁴⁰⁰.

Regiane Palmeira da Silva e Expedito Esídio Andrade compraram o alojamento, por R\$ 2.000,00, de Sueli Sena de Oliveira, que atualmente está morando no Taboão⁴⁰¹.

José Nildo Roberto Araújo comprou o alojamento, por R\$ 2000,00 de Josefa Estevam Jesus que foi embora para o Norte⁴⁰².

Tais fatos obrigaram a coordenação da associação e os representantes da prefeitura a recadastrar os associados com o objetivo de fazer vigorar a normatização estabelecida⁴⁰³.

Os sócios que negociaram diretamente com a associação foram submetidos à normatização vigente. Quando a negociação para o pagamento das mensalidades em atraso não era alcançada, o associado era excluído e tinha direito a receber de forma parcelada 50% dos valores pagos sem correção monetária. A vaga do sócio excluído era disponibilizada para os sujeitos inscritos

³⁹⁷ Documento: “Ata da Assembleia Extraordinária para aprovação do regulamento interno da Associação Nossa Luta, Nossa Terra”. Diadema, 16.3.1996.

³⁹⁸ Documento: Nossa Luta, Nossa Terra. “Ata da Assembleia Ordinária da Associação Nossa Luta, Nossa Terra 31.5.1997”. Diadema, 1997.

³⁹⁹ Documento: “106A - Atualização dos alojamentos Sanko”. Diadema, 1997.

⁴⁰⁰ Documento: “119A - Atualização dos alojamentos Sanko”. Diadema, 1997.

⁴⁰¹ Documento: “59A - Atualização dos alojamentos Sanko”. Diadema, 1997.

⁴⁰² Documento: “105A - Atualização dos alojamentos Sanko”. Diadema, 1997.

⁴⁰³ Documentos: “106A - Atualização dos alojamentos Sanko”. Diadema, 1997. “119A - Atualização dos alojamentos Sanko”. Diadema, 1997. “59A - Atualização dos alojamentos Sanko”. Diadema, 1997. “105A - Atualização dos alojamentos Sanko”. Diadema, 1997.

na lista de espera da associação por ordem de cadastramento⁴⁰⁴, de que é um exemplo a prescrição abaixo.

Foi passado pelo coordenador o Sr. Antonio Onofre Rodrigues à assembleia que, de acordo com o regimento interno, o associado que tiver mais de 3 (três) mensalidades em atraso [sic] será excluído, desta forma o Sr. Alan Kardek José Tavares, portador do RG 25.899.150-1, foi excluído e seu título foi passado para a Sra. Maria Rita da Mota Vasconcelos portadora do RG 2.794.860.

E a associada Sra. Maria dos Anjos Oliveira Silva, portadora do RG 25.318.966-4, desistiu da compra da fração ideal que lhe caberia do terreno Sanko. Porém a mesma não compareceu até a presente data para receber o que lhe cabe, conforme regimento interno o seu título foi passado a Sra. Maria José Arcanjo Pereira, portadora do RG 27.784.631-6⁴⁰⁵.

A inclusão e a exclusão dos membros da associação estiveram atreladas ao pagamento das parcelas necessárias à quitação da compra do terreno. Não foram encontrados em atas de reuniões registros de expulsão de associados por não participação nas reuniões. Não foi descartada a possibilidade de tal fato ter acontecido, mas o que se considera para esta análise é que o fator financeiro, decisivo para a permanência dos sujeitos como associados, dependia de estes estarem empregados e recebendo salários que possibilitassem o pagamento das parcelas para a quitação do terreno.

Para justificar a expulsão de Alan Kardek José Tavares, o coordenador da associação, Antonio Onofre Rodrigues, citou o Regulamento Interno sem maiores esclarecimentos sobre a especificidade do caso. Não foram registradas em ata de assembleia a razão do atraso das mensalidades de responsabilidade deste associado e as tentativas de negociações para pagamentos das mensalidades, embora provavelmente tenham ocorrido diversos contatos com este fim. A concretude histórica que emerge da análise destas documentações evidencia a necessidade de os membros da coordenação da associação agregar pagantes e desagregar inadimplentes com o objetivo de tornar viável o empreendimento.

⁴⁰⁴ Documento: "Ata da Assembleia Extraordinária para aprovação do regulamento interno da Associação Nossa Luta, Nossa Terra". Diadema, 16.3.1996.

⁴⁰⁵ Documento: "Ata da Assembleia Ordinária da Associação Nossa Luta, Nossa Terra". Diadema, 11.10.1997.

Dois motivos são destaques entre as razões para a não-permanência dos primeiros sócios no empreendimento, passados 13 anos das primeiras negociações: falta de condições financeiras para efetuar o pagamento das mensalidades do terreno, do financiamento da CDHU, das contas de água e luz e a desconfiança quanto à efetivação do projeto. Conforme uma das ativistas, Edineide:

Mas tem pessoas que não aguentou, saiu de lá, pagava aluguel, passou dificuldades, umas saíram por condições financeiras, outras, como posso dizer assim, não confiou que ia sair, não confiou na nossa luta, não confiou que ia sair e desistiu. Hoje pouquíssimas pessoas do nosso tempo, meu e de Eremita, tá aqui morando⁴⁰⁶.

Grande parte dos associados continuou morando em casas alugadas até a entrega dos apartamentos, acumulando com essa obrigação financeira o pagamento das mensalidades referentes ao PHS. Muitos que estabeleceram moradia nos apartamentos do PHS não conseguiram manter os pagamentos de água e luz e por isso voltaram para as áreas de ocupação em que estes recursos eram disponibilizados de forma clandestina e o valor de aluguel era mais acessível: “Mas quantas pessoas foram embora. Muita gente voltou a pagar aluguel. Tinha pessoas que pagava a água e pagava luz, tinha pessoas que vinha a conta, mas não pagava”⁴⁰⁷.

Tais fatos, associados a outros fatores sociais e psicológicos não identificados nesta pesquisa, ocasionaram a evasão de 35,5%⁴⁰⁸ do público alvo do empreendimento, que foram substituídos por sujeitos que tinham condições de efetuar os pagamentos necessários à aquisição do apartamento.

⁴⁰⁶ Depoimento de Edineide Meneses Bispo, coletado pela pesquisadora em 6.6.2008.

⁴⁰⁷ Ibid.

⁴⁰⁸ Para o alcance do resultado explicitado nesta pesquisa, consideramos remanescentes da demanda inicial (RDI) os sujeitos que adquiriram o apartamento através da vinculação associativa com a Associação Nossa Luta, Nossa Terra. As trocas de associados mediadas pela associação pouco puderam ser captadas por esta pesquisa, pois se trataram de substituições que, em muitos casos, apagaram os registros anteriores. Conseguimos identificar alguns destes casos e citamos como exemplo a associada Maria José Arcanjo, cujo título de associada foi recebido de Maria dos Anjos Oliveira Silva, conforme registrado no documento: “Ata da assembleia ordinária da Associação Nossa Luta, Nossa Terra”. Diadema, 11.10.1997. Em pesquisa realizada para levantamento dos RDI, Maria José Arcanjo foi considerada uma remanescente, pois a troca de associados foi realizada pela associação com aquisição do apartamento vinculada a esta sociedade.

Atualmente, 116 sujeitos dos 180, que compunham a demanda social inicial da Associação Nossa Luta, Nossa Terra atendida pelo PHS, permanecem residindo nos apartamentos⁴⁰⁹. Houve apenas um caso identificado de perda do apartamento por dívidas com a CDHU. Segundo dados levantados durante as entrevistas, grande parte dos moradores está inadimplente com a CDHU, mas negocia os pagamentos periodicamente. Os principais fatores, captados por esta pesquisa, que incidiram diretamente na venda dos apartamentos são perda do emprego, não quitação das mensalidades referentes à compra do terreno, o que ocasionou troca de associados, renda insuficiente para quitar os pagamentos de água, luz e financiamento da CDHU, retorno à cidade natal e não adaptação à moradia em apartamentos.

Portanto, o que se evidencia é que as lutas por moradia desenvolvidas pela Associação Nossa Luta, Nossa Terra foram enquadradas aos moldes neoliberais de negociação do Estado. Observa-se que, embora as lutas tenham sido apaziguadas e os ativistas tenham se tornado sujeitos políticos, procurando efetivar mudanças de acordo com a ordem social organizada, a partir da lógica do aparato burocrático “democrático”, enxergam sua prática social como revolucionária, socialista, quando efetivamente contribuem para a construção de consentimentos que permitem a manutenção das condições de desigualdade, realizando movimentos de acomodações de conflitos. Nesta perspectiva a Associação Nossa Luta, Nossa Terra também teve papel importante no enquadramento dos ativistas aos ditames do Estado. A conquista da tão sonhada moradia esteve condicionada, neste projeto, à adequação às normas do convênio e do mercado imobiliário, ou

⁴⁰⁹ Houve grande dificuldade em mensurar o número de sujeitos que compunham os RDIs da Associação Nossa Luta, Nossa Terra devido ao desconforto da associação e dos moradores em informar a venda de apartamentos fora do prazo legal estabelecido. Segundo o contrato de financiamento com a CDHU, estes apartamentos só poderiam ser negociados após a quitação. Como negociação para levantamento destes dados, foram realizadas, pelos membros da associação, duas pesquisas indicando a ocorrência de venda dos apartamentos destinados a seus associados, pois havia um mal-estar causado pela possibilidade de a coleta destes dados, feita por alguém de fora da associação, trazer problemas aos moradores novos e à associação. Os dados destas duas pesquisas foram cruzados. A partir deste cruzamento, visitei 10% dos moradores, de cada um dos 4 blocos, indicados na pesquisa como RDIs para confrontar os dados apresentados. Do universo destes 20 moradores entrevistados, 2 informaram ter comprado apartamento de outro morador, sem se associar, logo no início da construção dos prédios e que por isso se consideravam RDIs. Tal fato indica a possibilidade de uma margem de erro na quantificação exata dos RDIs identificados nesta pesquisa. O que não pôde ser completamente sanado pela impossibilidade de levantar estas informações de todos os 116 moradores indicados como remanescentes.

seja, aos processos de institucionalização das lutas por moradia e a adesão aos planos de financiamento.

Tal característica foi objeto de reflexões de Izaguirre⁴¹⁰, em análise sobre a diferenciação que as lutas sociais apresentam conforme o tipo de luta e o âmbito de sua ação. Diferentemente do que compreendem os ativistas, as lutas por moradia em Diadema se caracterizaram pelo seu caráter democrático, pois se configuraram como batalhas por igualdade na tomada de decisões, em detrimento do projeto de fundação do PT, de caráter socialista que objetivava mudanças na ordem social que reproduz as desigualdades.

Comumente, as análises sobre os conflitos sociais, realizadas por Izaguirre, têm identificado diversas contradições entre as ações objetivas e as subjetividades dos sujeitos que compõem os grupos de lutas. A chegada do PT, um partido oriundo das hostes do sindicalismo, ao poder do governo municipal trouxe expectativas de realização das demandas populares na esfera política. Desenvolvidas no interior da lógica política que acomodou os conflitos sociais, as ações dos ativistas por moradia foram domesticadas, de acordo com a estrutura administrativa organizada, e condicionada pelos representantes governamentais, segundo os limites da prática politicista.

A prática social resultante das ações destes grupos de ativistas, em alardeada aliança com os representantes do governo municipal, não alteraram as condições que reproduzem as desigualdades sociais, dentre as quais está a impossibilidade de os trabalhadores realizarem suas necessidades por moradia de forma autônoma. Antes, incorporaram os ativistas nos novos procedimentos da relação entre Estado e demandas sociais, criando consentimentos espúrios que propiciaram a implantação da lógica do Estado neoliberal e, conseqüentemente, da nova Reestruturação Produtiva. A precarização das condições de vida dos trabalhadores residentes em Diadema foi intensificada, e aqueles que não

⁴¹⁰ A análise das lutas sociais em Diadema neste estudo respalda-se em Izaguirre, cujo texto possibilitou dar continuidade à abordagem metodológica que engendra as especificidades histórico-sociais da atuação dos sujeitos moradores de Diadema, os quais, diante da contingência de efetivar suas necessidades básicas por moradia, organizaram-se em processos de enfrentamentos. Ver: IZAGUIRRE, Inês. "Algunos ejes teórico metodológicos en el estudio del conflicto social". In: *Movimientos sociales y conflicto en América Latina*. Buenos Aires: Clacso, 2004.

conseguiram efetuar os pagamentos referentes à quitação do PHS continuaram sem moradia.

Como efetivação do instrumento urbanístico AEIS 1, o PHS constituiu-se como domesticação das lutas por moradia em Diadema, uma negociação exemplar em termos de acomodação de conflitos do capital e cooptação política. A institucionalização das lutas por moradia indicou o caminho a ser seguido pelas lutas sociais nesta cidade. Aqueles que não se adequaram ao novo canal de participação, não tiveram suas demandas atendidas e foram enquadrados na legislação em vigor. Os interesses dos proprietários do terreno negociado foram preservados pela destinação de outra área para a implantação da empresa Sanko e pela imediata liquidez dos recursos engessados, com remuneração, paga em maior parte, pelos próprios ativistas na luta por moradia. Em período de franca implantação do processo de Reestruturação Produtiva em Diadema, a partir da Fragmentação Sistêmica, as negociações do PHS, propiciaram a superação de um conflito que atravancava a desenvolvimento econômico da cidade, com poucos recursos públicos e construção de consentimentos dos trabalhadores sobre os novos trâmites da participação popular.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desenvolvemos nesta pesquisa análises sobre as administrações petistas em Diadema, no período de 1983 a 1996, em face das demandas sociais via governo municipal, com destaque para aquelas oriundas das lutas por moradia. Durante os 13 anos ininterruptos de hegemonia política do PT na cidade, estiveram à frente da administração, como prefeitos, Gilson Meneses (1983-88), José Augusto (1989-92) e José de Filippi Júnior (1993-96). Com o intuito de captar a dialética entre as propostas de atuação política e as práticas governistas, observaram-se também os debates estabelecidos entre as administrações públicas do PT em Diadema e o diretório municipal.

Utilizamos, como fontes de pesquisa diversificada, documentação composta por atas de reunião do diretório municipal do PT em Diadema e documentos oficiais da prefeitura, depoimentos produzidos pelos militantes petistas, organizações governamentais e não-governamentais sobre a atuação do PT na cidade e matérias jornalísticas. Optou-se por objetivar, da lógica interna contida nesta relação, a expressão de uma particular forma de ser do Estado, em sua dimensão local.

Localizada na região do ABCD paulista, em área que estabelece ligações rodoviárias entre a região portuária de Santos e a capital do Estado, Diadema, pelas suas características geográficas e histórico-sociais, figurou importância estratégica para a implantação no Brasil de processos de industrialização, baseados em baixos salários.

As análises deste estudo evidenciaram o processo de construção do território diademense, marcado pelo desenvolvimento do polo automobilístico e petroquímico instalado no ABCD paulista, e pelo processo de reestruturação produtiva, propulsores do surto de crescimento populacional ocorrido em Diadema, respectivamente, entre as décadas de 1960 e 1990.

Dentre os fatores que contribuíram para a chegada de grande quantidade de indústrias em Diadema, identificou-se: localização privilegiada entre o litoral sul do Estado e região sul da cidade de São Paulo, construção das vias de escoamento Anchieta e Imigrantes, que cortam a cidade, valorização dos terrenos da região sul

da cidade de São Paulo, fato que impulsionou a saída das empresas e instalação delas nas cidades próximas, principalmente Diadema, implantação da Fragmentação Sistêmica no polo automobilístico e petroquímico, o que possibilitou a instalação de diversas empresas subsidiárias em Diadema, pelos baixos preços dos terrenos, disponibilidade de mão de obra barata e política de incentivos fiscais e proximidade com as vias de escoamento.

Diadema é o quarto município mais populoso do ABCD e possui uma das maiores densidades demográficas do país, ou seja, 12.728,64hab/km² (SEADE). O vertiginoso crescimento populacional desta cidade deu-se no período entre 1960 e 1990 e teve como mola propulsora a necessidade de mão de obra nas empresas da região, aliada à grande quantidade de trabalhadores desempregados e desprovidos de meios para garantir a subsistência, nas regiões Nordeste e Sudeste do Brasil.

Impactados pela precarização das condições de vida nas áreas rurais, resultantes dos planos de desenvolvimento econômicos, estabelecidos pelos governos federais, milhares de trabalhadores-migrantes, semi e não-qualificados, chegaram a Diadema em busca de melhores condições de vida. Impossibilitados de adquirir terrenos via mercado formal, passaram a ocupar ilegalmente terrenos baratos e sem infraestrutura. Conforme os processos de luta por moradia foram tomando forma de organização, entre 1980 e 1990, passou-se a reivindicar, ao governo municipal, infraestrutura e saneamento básico, assim como se passou a ocupar terrenos privados, de zoneamento industrial, e terrenos públicos. Assim, até meados de 1990, esta cidade caracterizou-se pelas condições propiciadoras da implementação da industrialização, hipertardia e incompleta, baseada na superexploração da força de trabalho. Ou seja, dispunha de áreas vazias, desvalorizadas, seja pelo declive do terreno, riscos de enchentes, inexistência de infraestrutura, proximidade com córregos ou áreas de proteção ambiental, em que poderiam se instalar os trabalhadores-migrantes precarizados pelos baixos salários pagos pela indústria, naquele período.

Com 60% da área reservada para atividades industriais e 22% delimitada como proteção de mananciais, até a primeira metade da década de 1990 apenas 18% do território diademense eram destinados oficialmente à ocupação residencial.

Assim, na primeira fase de ocupação, os trabalhadores foram empurrados para áreas de proteção ambiental e cujas condições topográficas tornavam o terreno desvalorizado. Em período de maior organização das lutas por moradia, passou-se a ocupar terrenos privados e públicos vazios, o que gerou agudização dos conflitos entre Estado e ativistas na luta por moradia. A realização de ações diretas para pressionar o poder público desta cidade, pelo atendimento de demandas sociais por moradia, afrontou os interesses dos proprietários de terras que desejavam negociar ou utilizar vantajosamente suas propriedades. Compreende-se da análise destes dados, a tentativa de o poder público conter e conciliar as demandas sociais oriundas da intensa precarização das condições de vida dos trabalhadores desta cidade.

As administrações municipais em Diadema, posteriores à emancipação política e anteriores à administração petista (1960-82), investiram na implantação de infraestrutura na área central da cidade, local em que estavam instalados o comércio e os moradores de maior poder aquisitivo, e também nas áreas de uso industrial, que necessitavam de vias de escoamento, serviços de água encanada, esgoto e energia para funcionarem. Assim, a cidade de Diadema chegou à década de 1980 com apenas 20% das vias pavimentadas, sem saneamento básico, programas de saúde e investimentos expressivos em urbanização. Ficou conhecida nacionalmente pelos episódios de violência urbana e institucional, ocorridos na década de 1980 e primeiros anos da década de 1990, resultantes da política de desenvolvimento excludente e exploratória imposta à cidade.

Desde o período da emancipação da cidade de Diadema em 1960, as políticas públicas municipais de ordenamento do uso do solo seguiram as diretrizes impostas pelos planos nacionais e metropolitanos de desenvolvimento e planejamento. Assim, uma série de instrumentos jurídicos e políticos foi implantada a fim de atender aos planos de desenvolvimento impostos à cidade, com vistas a ampliar as zonas industriais e comerciais em consonância com a “vocaçãõ” da região. As formas de incentivo à industrialização da cidade variaram de acordo com a estratégia política de arrecadação de cada administração política, mas em geral pautou-se pela demanda de instalação de empresas. Ora privilegiou-se o aumento de incentivos fiscais, ora buscou-se disciplinar a ocupação do solo com canalização

dos recursos municipais para a implantação de infraestrutura nas áreas de zoneamento destinadas para o desenvolvimento industrial.

Evidenciou-se que as intervenções estatais promovedoras da industrialização brasileira, cujo locus privilegiado foi o ABCD paulista, propiciaram a acumulação privada a partir da superexploração do trabalho. A fragilidade crônica do capital monopolista nacional e estagnação econômica resultante do esgotamento do “milagre econômico brasileiro” intensificaram o processo de pauperização das condições de vida dos trabalhadores, especialmente sobre aqueles que possuíam pouca qualificação profissional, como é o caso dos residentes em Diadema. Verificou-se neste período a ampliação das desigualdades econômicas no país, e na cidade objeto de estudo, resultado das características atroficas, de subordinação e dependência do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, agravadas pela permanência do bonapartismo.

Contra a pauperização vivenciada neste período, os trabalhadores das indústrias do ABCD paulista realizaram, entre 1978 e 1980, paralisações dos processos de valorização de capital, reivindicando por liberdade de expressão e melhores condições de vida. Neste sentido, colaboraram para abalar a sustentação política da ditadura militar.

Em defesa da estrutura de dominação mantenedora da superexploração do trabalho, em contexto de desenvolvimento hipertardio e hiperatrofiado, os demiurgos militares implantaram um processo de descompressão política, baseado na incorporação de demandas sociais urgentes e instituição de mecanismos de sucessão partidária.

Convencidas de que a retomada dos processos de disputas eleitorais significava um passo para o alcance da democracia, as novas esquerdas passaram a se estruturar politicamente para encaminhar suas demandas pela via partidária. Neste contexto, dentre os intelectuais das esquerdas que analisaram positivamente o processo de abertura política no Brasil, Guido Mantega, Paul Singer e Carlos Nelson Coutinho construíram teorias de validação do Estado, como espaço importante a ser conquistado pela sua capacidade institucional de intervir na vida social. Tais teorias foram referendadas no PT, especialmente pela sua difusão promovida pela tendência Articulação nos âmbitos regional e nacional, lastreando as ações do partido naquele período.

Em busca da articulação política necessária para a construção de um governo democrático, pela reforma do Estado, as tendências petistas uniram forças e compuseram as comissões municipais provisórias (CMPs) do PT em várias cidades, dentre elas Diadema. Dada a situação mais precarizada dos trabalhadores residentes nesta cidade, o discurso e prática das tendências trotskistas encontraram solo fértil no processo de organização da CMP e influenciaram decisivamente os primeiros anos de atuação petista, colaborando para a eleição do primeiro prefeito operário do Brasil, Gilson Meneses, metalúrgico demitido pela participação na articulação das greves entre 1978-80.

Nas eleições de 1982 o PT elegeu apenas duas prefeituras Santa Quitéria-MA e Diadema-SP. Contudo, o boicote de verbas públicas, promovido pelo governo do Estado contra a prefeitura petista de Santa Quitéria, levou o prefeito recém-eleito a mudar sua filiação partidária para o PDS.

A dificuldade de atendimento das demandas populares com os poucos recursos da prefeitura, assim como o conflito de interesses entre as classes sociais no interior do Estado, também gerou crise interna no PT de Diadema. Logo nos primeiros meses da administração política do PT nesta cidade, as várias facetas das divergências internas do partido tornaram-se evidentes. Embora a atuação das tendências trotskistas tenha sido fundamental para a organização do PT na cidade e, conseqüentemente, para a conquista do poder político, estes não compuseram a diretoria da prefeitura. Excluídos dos processos decisórios da prefeitura, dada suas posições consideradas mais radicais, as tendências em oposição à Articulação discordaram das ações empreendidas durante o governo de Gilson Meneses, em especial denunciaram o descumprimento do programa de governo, a má administração do dinheiro público e a falta de critérios para a filiação ao partido.

Uma série de denúncias sobre mau uso e de apropriação privada do dinheiro público foi deflagrada durante a administração de Gilson Meneses (1983-88). Tais fatos agudizaram ainda mais os conflitos entre os petistas da prefeitura e os petistas do diretório municipal. Havia uma clara compreensão de que as promessas de campanha não estavam sendo cumpridas, em especial, a prevalência das decisões dos conselhos populares, alardeado diferencial do PT em relação aos outros partidos, sobre as decisões dos eleitos. Creditou-se esta incoerência entre a

carta de compromissos, documento da plataforma eleitoral, e a prática governista do PT em Diadema, a falta de caráter e retidão, daqueles que ocupavam cargos eletivos e em comissão.

Foi possível depreender da análise documental que, diante da tarefa de administrar uma cidade com poucos recursos e manter a governabilidade, a primeira prefeitura petista em Diadema viu-se coagida a conciliar interesses e a conter as demandas sociais. Assim, os membros da administração política petista 1983-88, no exercício de suas funções, foram impelidos a cumprir sua nova função social, que destoava dos princípios assumidos em período de campanha.

No dia a dia do exercício de suas funções, os petistas à frente da administração pública perceberam as disparidades entre os princípios estabelecidos na carta de compromisso e suas práticas. Contudo, a convicção de que estavam fazendo o que era possível naquela conjuntura os levavam a acreditar que os objetivos de atendimento das demandas sociais, pela via política, estavam sendo alcançados, mesmo que de forma limitada pelas condições impostas pelo sistema econômico vigente. Legitimados pelas trajetórias de luta por melhores condições de trabalho, como trabalhadores, acreditaram que a vitória política do PT em Diadema significava a vitória na luta contra a ditadura militar e pela democracia. Não estava ao alcance da compreensão dos administradores petistas que a permanência da estrutura de dominação econômica e exploração do trabalhador os colocavam a serviço de interesses divergentes de sua classe de origem, na construção de um novo tipo de dominação política.

Os resultados da eleição de 1982 frustraram a tentativa de fortalecimento do partido nacionalmente. Dentre as causas da inexpressiva votação do PT nas eleições de 1982, conforme avaliação dos membros do partido, estão a radicalização da campanha petista promovida especialmente pelos grupos trotskistas, a opção de estratégia de palavras de ordens na campanha, em detrimento da ampliação da discussão sobre os objetivos do PT, desorganização estrutural do partido e instituição do voto vinculado.

Nossas análises sobre esse processo histórico evidenciam que a pequena votação do PT resulta do sucesso do projeto de descompressão. Travestidos pela ideologia do pacto pela democracia, os partidos envolvidos na “transição transada”,

PDS e MDB, receberam grandes investimentos financeiros de empresários para a campanha eleitoral e alcançaram grande capilaridade nacionalmente.

O processo eleitoral de 1988 em Diadema foi marcado pelo rompimento de Gilson Meneses e seus apoiadores com o PT. Durante as prévias do partido para a definição dos candidatos nas eleições municipais de 1988, o conflito entre o prefeito petista e o diretório municipal e estadual levou a uma composição de forças viabilizadora da candidatura do médico, José Augusto, em detrimento do candidato indicado pelo prefeito. Com a saída de Gilson Meneses do partido, configurou-se uma unificação interna, propiciando assim a eleição do segundo prefeito petista em Diadema, José Augusto (1989-92). A trégua entre as tendências internas do PT de Diadema, deflagrada durante o processo eleitoral, terminou antes da posse do prefeito eleito, devido ao desrespeito do acordo de proporcionalidade na ocupação de cargos da prefeitura e desprezo às indicações dos conselhos populares. Assim, o vice-prefeito, Tonhão, indicado pelas tendências de oposição à Articulação, passou a se contrapor ao prefeito, desenvolvendo ações diretas em conjunto com as organizações de lutas sociais, em especial por moradia, para o atendimento das demandas. Enquanto o prefeito José Augusto buscou limitar a participação popular no interior do Estado, os grupos petistas em oposição passaram a impor suas necessidades através de ocupações de terra, manifestações públicas e outras formas de pressão popular não-institucionalizadas. Dentre as ações realizadas pelas organizações de luta por moradia em Diadema, apoiadas pelas tendências independentes e trotskistas, Causa Operária e Convergência Socialista, para pressionar o Estado, destacamos as ocupações realizadas em um terreno público, o Buraco do Gazuza (1989) e em uma área particular, a Vila Socialista (1990).

Os ativistas na luta por moradia envolvidos nas lutas do Buraco do Gazuza e da Vila Socialista foram massacrados pela ação militar, em uma clara demonstração de uso dos mecanismos de institucionalização da autocracia burguesa. Diante dos conflitos de interesses entre ativistas na luta por moradia e proprietários de terras, a administração política do PT 1989-92, em Diadema, negou a prevalência das forças sociais oriundas de sua base de sustentação e obstaculizou o atendimento de suas necessidades em defesa da legalidade da propriedade privada. Verificou-se o mesmo procedimento no caso da ocupação do

Buraco do Gazuza, uma área pública. Obstaculizado na intenção de usar politicamente a destinação daquela área, o poder público utilizou a força policial para a reintegração de posse, sob justificativa de defesa do interesse dos trabalhadores.

Com vistas a conduzir o partido a conquistas eleitorais mais expressivas e extirpar os radicais do PT, os setores hegemônicos buscaram o enquadramento das tendências internas ao projeto politicista, o que culminou com a instituição da Regulamentação das Tendências Internas, em 1990, e expulsão da Causa Operária e Convergência Socialista. No bojo deste processo, as discordâncias sobre o novo projeto de modernização do partido, imposto pelo grupo hegemônico, levou aos membros discordantes a romperem com a Articulação e fundarem em 1993 outra tendência, a Articulação de Esquerda.

Os diversos conflitos no interior do PT em Diadema provocaram a exacerbação da política nos procedimentos partidários depreciando os debates orgânicos e autênticos no interior do partido. Os opositores a José Augusto apontaram como traço resultante de sua administração os maus usos da coisa pública. Portanto, apontaram as falhas administrativas, como causadoras dos problemas sociais em Diadema, pois concluíram que se tratava de operar com eficiência para realizarem a potencialidade de organização inerente ao Estado.

Compreendemos que, pelas características inerentes à via colonial de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, as condições propícias à superexploração da força de trabalho foram garantidas pelo domínio político local e em âmbitos mais amplos, a partir da autocracia burguesa, do uso legítimo da força militar e da truculência. Assim, impossibilitados de reformar o Estado, progressivamente os petistas à frente da administração pública foram impelidos a agir de acordo com a lógica politicista, limitando o atendimento das demandas sociais ao ordenamento econômico existente. Restava àqueles, que acreditavam na potencialidade da condução racional do Estado, a busca pelo aperfeiçoamento dos mecanismos políticos.

Evidencia-se ao longo da trajetória do PT a exacerbação da política nos procedimentos partidários. Dentre os casos exemplares desta exacerbação destacamos o esquema milionário de desvio de dinheiro público desenvolvido em

centenas de prefeituras do Brasil, dentre elas a de Diadema, em parceria com a empresa Consultoria para Empresas e Municípios Sociedade Civil Ltda. (CPEM). A análise documental deste caso indica a dependência do PT em relação ao financiamento das campanhas eleitorais, assim como das alianças com empresários e outros partidos. Neste sentido, a adesão do PT ao politicismo, inerente ao sistema de sucessão partidário brasileiro, limitou o encaminhamento das demandas sociais a um mecanismo de preservação do ordenamento econômico. Para alcançar e manter o poder político pelo consentimento das massas, o mecanismo de disputa de votos, longe de ser autêntico, passa por diversos processos de manipulação induzidos por alianças espúrias que visam esvaziar os imperativos sociais e a determinação econômica.

Frustradas pelas primeiras tentativas de reforma do Estado, as lideranças políticas do PT foram impelidas à luta pela manutenção do poder e por novas conquistas políticas no âmbito municipal, estadual e federal, a fim de superar uma limitação, que, segundo eles, tinha cunho administrativo. Progressivamente a luta pelo atendimento das demandas sociais tornou-se secundária, pois prescindia do domínio político, que para ser alcançado dependia do aperfeiçoamento dos mecanismos partidários. Compreendemos da análise desta conjuntura que a política passou a ser o telos da ação partidária do PT, o princípio superior movente das suas ações como instituição.

Incrustado na nova lógica de ação do PT o aperfeiçoamento dos mecanismos partidários com o uso da máquina estatal, a administração de José Augusto em Diadema sofreu processos judiciais a fim de investigar denúncias de improbidade administrativa. Destacamos neste estudo quatro destas denúncias: o uso de recursos públicos para divulgação da marca administrativa, com alusão ao símbolo do PT, a existência de dois esquemas de corrupção na administração, a contratação fraudulenta de empresa de assessoria e o pagamento de funcionários fantasmas e irregularidades em concurso público que aprovou José Augusto, sua esposa, Maridite, e a esposa do presidente da comissão do concurso.

A condução da investigação destas denúncias padeceu de manipulações jurídicas que conduziram a uma compreensão isolada do fenômeno, sem alcançar sua condição genésica, provocando a absolvição das ações políticas e no raro

caso em que houve punição isso se deu de forma conciliatória e pessoal, sem atrapalhar os grandes interesses envolvidos. Como parte integrante do Estado brasileiro, cujas características são inerentes à nossa formação social, o sistema jurídico, com sua debilidade, assumiu função importante no desenvolvimento do projeto politicista, adequando-se aos interesses de manipulação dos grupos de poder.

As disputas internas das prévias para as eleições municipais de 1996, entre José Augusto e José de Filippi Júnior foram temperadas pelas denúncias, acima destacadas, e, além disso, pela vitória política da Articulação de Esquerda nos diretórios estadual e nacional. Os embates empreendidos no interior do diretório assumiram o telos da política, sufocando as soluções orgânicas e autônomas durante os processos de busca de hegemonia interna, com a prevalência de mecanismos fraudulentos e antidemocráticos.

No mesmo sentido se deram as decisões das instâncias estadual e nacional sobre os impasses instalados em Diadema, com o intuito de fortalecer as tendências que representavam, sem atentar para a deturpação dos princípios éticos e para as necessidades de atendimento das demandas sociais.

As disputas das prévias definidoras dos candidatos, para as eleições municipais em 1992, constituem a expressão da composição de forças no diretório de Diadema no interior do processo de aperfeiçoamento dos mecanismos partidários do PT. Como a reeleição ainda não era permitida, o prefeito ao longo de sua administração buscava alavancar a candidatura do seu sucessor. Assim, a indicação da tendência remanescente da cisão, Articulação Unidade na Luta para as prévias de 1992, na figura do prefeito José Augusto, foi o então secretário de obras, José de Filippi Júnior.

Fortalecido, com o apoio de 70% dos militantes petistas nas prévias, o candidato da Articulação Unidade na Luta venceu as eleições municipais e para livrar-se da sombra das denúncias contra a administração anterior, buscou progressivamente afastar José Augusto do centro decisório da prefeitura.

Em reação às denúncias sobre improbidade administrativa do período de José Augusto, o novo prefeito José de Filippi Júnior passou a incorporar algumas

diretrizes da Nova Gestão Pública, teoria anglo-saxônica neoliberal que preconiza a adoção de metodologias de gestão da qualidade, valores ideológicos e administrativos, para melhorar a qualidade dos serviços prestados. Em um contexto muito diferente da que a originou, a adoção destas novas diretrizes alcançou três perspectivas imediatas, a possibilidade do uso propagandístico da certificação ISSO-9000, anteriormente adotada apenas pelas empresas, a difusão entre os funcionários da prefeitura de valores e regras padronizadas, para o incentivo de uma conduta com foco na produtividade e o progressivo enquadramento dos cidadãos na categoria de clientes dos serviços públicos, operando uma separação ainda mais aprofundada entre sociedade civil e Estado. Este novo aperfeiçoamento do método político reposicionou a prefeitura como “vendedora” de serviços públicos e propôs uma relação comercial com os “cidadãos-clientes”, impelindo-os a adotar uma perspectiva distanciada e opinativa em relação à atuação dos administradores públicos.

Este esforço em implementar um processo de modernização do Estado, aliado às denúncias de improbidade administrativa contra a administração anterior, colaborou para a composição de aliança entre o grupo apoiado por José de Filippi Júnior e o grupo dissidente, Articulação de Esquerda - Hora da Verdade, pela candidatura a prefeito de Joel Fonseca, vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, nas prévias municipais de 1996.

Em meio a inúmeras denúncias de irregularidades nos processos de filiação, contra ambos concorrentes, a chapa da Articulação - Unidade na Luta sagrou-se vencedora das prévias municipais, com a indicação de José Augusto como candidato a prefeito. Foi possível identificar, a partir da análise da documentação, processos de desrespeito à democracia interna, durante a consulta aos filiados do PT para as prévias de 1996. Com destaque para a promoção de invasões dos locais de votação pelo grupo de José de Filippi Júnior, sob justificativa de que o processo estava sendo fraudado e tentativa de registro de chapa para as eleições municipais, apenas com candidatos aliados de José Augusto. Decorreram destes episódios uma intervenção no diretório municipal do PT em Diadema e consequente processo de desagregação interna.

Neste contexto, o candidato a prefeito, da oposição partidária pelo PSB, Gilson Menezes, passou a reivindicar para si a tarefa de resgatar os princípios norteadores da fundação do PT. Encerrando treze anos de administração petista nesta cidade, Gilson Menezes venceu as eleições para prefeito, em 1996, pela expressiva diferença de 16 mil votos.

No ano seguinte ao processo eleitoral, o envolvimento de um dos seguranças do diretório municipal do PT em mais um caso de repercussão nacional - o episódio da Favela Naval - culminou com a expulsão de José Augusto do partido.

Com o objetivo de averiguar as relações entre as administrações do PT em Diadema e as organizações de lutas sociais, privilegiamos a análise das lutas por moradia. Evidenciou-se que as administrações petistas em Diadema (1983-96) realizaram uma inversão de prioridades nos investimentos, destinando as despesas em habitação para a implantação de infraestrutura básica na região periférica da cidade. Propuseram um novo modo de governar, baseado na participação direta dos munícipes nas decisões acerca da destinação orçamentária desta urbe, através da chamada democracia participativa. Tal proposta significou, na prática, a incorporação da população na implantação de políticas públicas elaboradas pelas administrações e a construção de consentimentos espúrios, segundo os interesses de acomodação de conflitos que eclodiram no enfrentamento entre as necessidades da população e a manutenção do ordenamento político e econômico local.

Diversos fatores influíram nas decisões sobre a destinação da receita municipal para gastos em habitação. Entre estes fatores, podemos citar a governabilidade, a pressão exercida pelos representantes de classes e frações de classes para atendimento de suas demandas e o projeto político da administração.

Evidenciou-se que o atendimento das demandas sociais por moradia em Diadema significou a regulamentação municipal da legislação federal que dispõe sobre o ordenamento físico das cidades e financiamento habitacional. Resultantes da pressão de diversas organizações de luta por moradia articuladas no Movimento Nacional pela Reforma Urbana, os artigos 182 e 183 da Constituição federal de 1988 e sua posterior regulamentação sofreram uma série de entraves na aplicação

prática. O conjunto de instrumentos urbanísticos e financiamentos habitacionais, implementados padeceram de várias debilidades, indicando particularidades da relação entre as associações de luta por moradia e o poder público.

Durante a administração 1983-88, foi implantado o programa de urbanização de favelas, carro-chefe do programa de governo, que teve por objetivo dotar de infraestrutura básica as áreas de ocupação ilegal densamente ocupadas. Os membros deste governo explicitaram em documentos oficiais os entraves que impossibilitaram a efetivação de uma mudança estrutural das condições de vida dos trabalhadores desta cidade durante esta administração e indicaram, entre os fatores limitadores, a incapacidade de solucionar essa situação a partir do aparato burocrático da prefeitura. A administração de Gilson Menezes, inaugural na aplicação da pretensa democracia participativa, significou, comparativamente às outras duas administrações do PT, a segunda administração em percentagem de investimento em habitação e urbanismo, com menos da metade da receita municipal da administração de José de Filippi Júnior (1993-96).

Ao longo da década de 1990, quando se deram as administrações petistas de José Augusto (1989-92) e José de Filippi Júnior (1993-96), a cidade de Diadema passou a integrar de forma mais expressiva o desenvolvimento industrial da região do ABCD, a partir da implantação das novas estratégias de retomada da acumulação capitalista, em âmbito mundial, especialmente a terceirização de cadeias produtivas. O incremento de atividades econômicas na cidade, a partir de 1990, significou o aumento da arrecadação municipal e geração de empregos precarizados.

As características histórico-sociais e geográficas tornaram a cidade um locus privilegiado de realização da acumulação flexível: disponibilidade de recursos humanos, infraestrutura, facilidade de acesso aos centros de produção de conhecimento tecnológico e mercados consumidores. Assim, a especialização regional, oriunda das concepções impostas pela nova divisão internacional do trabalho, configurou-se no ABCD paulista, em especial na cidade de Diadema, a partir de um processo de Fragmentação Sistêmica, com a ampla articulação entre o setor industrial e o terciário e crescimento das prestações de serviços ligados às atividades industriais.

A segunda administração do PT em Diadema (1989-92) realizou investimentos nas áreas que constituíam as principais demandas sociais dos munícipes e procurou garantir a visibilidade das ações governamentais. Para isto, utilizou como estratégia a concentração de investimentos em regiões que necessitavam de obras menores e menos custosas, bem como regiões que já contavam com intervenções governamentais iniciadas na administração anterior e necessitavam ser concluídas. A criação do FUMAPIS e de seu conselho foi apenas sancionada na forma de lei, não tendo sido efetivada nesta administração, gerando apenas movimentação para o processo de eleição dos conselheiros durante o período de eleições municipais. Embora a administração de José Augusto (1989-92) tenha sido a que mais realizou investimentos em habitação e urbanismo em números absolutos e em percentagem, consistiu no período em que se utilizou o aparato repressivo do Estado contra os ativistas na luta por moradia. Além disso, os canais de participação estavam pouco mobilizados e possuíam pequena expressão.

Durante a administração 1993-96, os instrumentos urbanísticos e o aparato jurídico estabelecidos na instância federal foram implantados na cidade e visaram a consolidação de uma política habitacional a partir das conquistas das associações de luta por moradia alcançadas em âmbito nacional. A posse dos conselheiros do FUMAPIS deu-se dois anos depois de sua eleição, em 1994, ano de promulgação do plano diretor da cidade.

Constatou-se que a criação do conselho deliberativo do FUMAPIS em Diadema teve por objetivo a captação de recursos da União, atendendo às exigências da Constituição federal de 1988, e que tal intento não foi alcançado durante as administrações 1989-92 e 1993-96. Não constituiu uma prioridade para estas administrações fortalecer a autonomia deste conselho.

A falta de recursos de destinação municipal e federal impossibilitou a efetivação do conselho deliberativo do FUMAPIS, conforme seus objetivos de criação registrados na forma de lei. Os pagamentos realizados pela população através do plano comunitário de pavimentação, em 1996, compuseram o primeiro orçamento próprio do FUMAPIS, sobre o qual os conselheiros puderam deliberar.

A administração de José de Filippi Júnior (1993-96) constituiu o período de maior arrecadação do município e o de menor percentual de investimento na área de habitação, considerando as três administrações petistas.

Alardeados como grandes realizações políticas da administração de José de Filippi Júnior em sua primeira administração (1993-96), o plano diretor de 1994 e os instrumentos urbanísticos, com destaque para as AEIS, significaram de fato, a conciliação dos interesses divergentes entre trabalhadores e grupos econômicos, a partir da delimitação de pequenas áreas de interesse social no interior do território reservado para as atividades industriais. Esta estratégia política resultou em redução do número de ocupações, pois envolveu os ativistas na luta por moradia na implementação de políticas em habitação, inclusive com a criação de associações que comercializavam lucrativamente as AEIS.

Embora, a efetivação das AEIS na cidade de Diadema tenha se configurado como uma importante vitória das lutas por moradia, evidenciamos o caráter conciliatório desta política, pois de fato ela não significou uma revolução na organização espacial da cidade em prol dos interesses das populações de mais baixa renda, antes buscou acomodar o mais estridente conflito da cidade, com uma diminuição pouco expressiva (-6,5%) das áreas destinadas às atividades industriais e pelo incentivo deflagrado à comercialização destas áreas dentro dos mecanismos do mercado imobiliário.

Alardeada como solução para os problemas sociais da cidade, a chegada de novos grupos econômicos, na década de 1990, não significou amplo desenvolvimento social. Os trabalhadores das empresas de autopeças, comércio e serviços recebiam baixíssimos salários que não permitiam a satisfação de suas necessidades básicas via mercado. O valor pago pela força de trabalho possibilitava apenas a aquisição de produtos alimentícios pouco variados, o necessário apenas para que os trabalhadores tivessem o que comer.

Compreendemos que a promoção da participação política dos ativistas na luta por moradia, a partir dos canais institucionalizados pela prefeitura, conferiu às ações de governo legitimidade, contribuindo para a superação dos impasses que dificultaram a sua implementação. As associações que se alinharam às propostas governamentais puderam dialogar com o poder público e alcançaram a

operacionalização dos programas e projetos em seus bairros. As associações que obstaculizaram o modo de fazer imposto pela prefeitura foram isoladas pelos membros da administração.

Concluimos da analítica sobre as propostas de participação popular em Diadema e atendimento das demandas sociais por moradia, durante as administrações de José Augusto (1989-92) e José de Filippi Júnior (1993-96), a manutenção das condições que reproduzem as desigualdades sociais, dentre as quais está a impossibilidade de os trabalhadores realizarem suas necessidades por moradia de forma autônoma. Destacamos ainda a incorporação dos ativistas aos novos procedimentos da relação entre Estado e demandas sociais, criando consentimentos espúrios que propiciaram a implantação da lógica do Estado neoliberal e, conseqüentemente, da nova Reestruturação Produtiva. Ao longo da década de 1990, embora a cidade tenha vivenciado o aumento da oferta de emprego, nas áreas industrial, de serviços e no comércio, verificou-se a ampliação da precarização das condições de vida dos trabalhadores residentes em Diadema.

No caso específico da Associação Nossa Luta, Nossa Terra, identificou-se que suas lutas esbarraram em limites estabelecidos por uma série de restrições econômicas e políticas. A luta principal desta organização - a efetivação do direito à moradia - foi alcançada pelos sujeitos que puderam efetuar os pagamentos necessários à compra do terreno e ao financiamento da construção realizada pela CDHU. Tal conquista ficou restrita aos sujeitos que possuíam fonte de renda que lhes possibilitou quitar os pagamentos necessários à aquisição da moradia. Aqueles que não tinham os pré-requisitos necessários à participação no PHS não puderam filiar-se à associação. Houve aqueles que, no processo de construção dos prédios, perderam seus empregos e foram obrigados a se dissociarem. Observa-se, portanto, que a solução para o problema da moradia dos grupos analisados efetivamente contribuiu para a manutenção das condições de desigualdade, realizando movimentos de acomodações de conflitos.

A efetividade da política de participação popular em Diadema significou, para os ativistas por moradia, fazer o que lhes era possibilitado pelas condições sócio-históricas que propiciaram as suas ações: os que dispunham de renda financiaram suas moradias, autoconstruíram suas casas e as obras necessárias nas ruas em

que residiam e, por breve período, autofinanciaram o FUMAPIS. Embora fosse possível ao governo municipal mobilizar o Legislativo e o Executivo para viabilizar o repasse do orçamento municipal para o FUMAPIS, por decisão político-partidária, tal fato não foi concretizado.

Além de os ativistas por moradia terem continuado impossibilitados de decidir sobre a aplicação do orçamento público municipal, necessitaram dedicar seus dias de folga e recursos financeiros para o alcance de suas demandas por moradia.

Identifica-se que os representantes do PT, que ocuparam cargos públicos eletivos e comissionados durante as administrações 1983-96, utilizaram os meios jurídicos disponíveis para realizar interesses privados na esfera pública. Constatou-se que os ativistas na luta por moradia, que participaram do PHS e necessitam permanentemente utilizar os serviços do Estado, reconhecem sua dependência em relação ao poder público municipal e, como decorrência desta situação, consideram uma necessidade moral exercerem submissão àqueles que detêm o poder e podem em situação oportuna ajudá-los.

Compreendemos que de fato, o tipo de democracia imposta pelos militares significou a substituição da tutela armada pela autocracia burguesa institucionalizada. Assim, a classe proprietária brasileira, dependente do capital internacional e desprovida de condições de exercer domínio social moderno, utilizou do recurso da autocracia política para explorar a força de trabalho e remunerar as classes proprietárias das economias centrais.

Portanto, reproduzem a autocracia burguesa na instância local, embora substituindo alguns dos sujeitos da dominação no interior do Estado. Aninhados nos canais de participação popular, instituídos pelo governo, atuando de acordo com a lógica politicista, contribuem para a manutenção do controle sobre as lutas sociais, de modo que não signifiquem obstáculos para a realização dos interesses de manutenção do poder político e do desenvolvimento econômico dos que detêm meios para isso.

As três administrações petistas (1983-96) tiveram diferentes dificuldades para a implementação da legislação urbanística. Dentre elas, destaca-se o

burocratismo que implicou a sua efetivação, a necessidade de mediação dos sujeitos que compunham os quadros legislativos e executivos para o exercício da lei e a necessidade do governo municipal em manter sob controle as demandas sociais de acordo com a possibilidade de ação governamental frente aos interesses dos empresários e proprietários de terras. Durante os períodos de disputas eleitorais, foi verificada maior efetividade dos instrumentos legais.

A atuação das três administrações petistas em Diadema pautou-se na prática politicista por priorizar a dimensão política no interior das relações societárias e, com isto, conforme demonstraram os dados, finalizou por proteger os interesses de desenvolvimento de proprietários de terras e outros grupos econômicos que se instalaram na cidade, em detrimento das necessidades da produção e reprodução da vida dos trabalhadores. Possibilitou o estabelecimento de mudanças no plano político, através da elaboração de legislações que em muitos casos mostrou-se ineficaz e propiciou o esvaziamento dos significados das lutas por moradia, sem alcançar mudanças estruturais na organização sócioeconômica da cidade e, por outro lado, sem completar seu projeto politicista de atendimento das demandas populares no legislativo e executivo municipal devido à falta de verbas públicas e aos interesses de governabilidade do PT.

Os administradores petistas em Diadema viram-se diante de uma tarefa inerente ao Estado: defender os direitos de propriedade privada. O cumprimento deste papel visou resolver de forma burocrático-legal o conflito entre direitos fundamentais autônomos: a moradia, função social da terra e propriedade privada. Embora teoricamente o direito à moradia prevaleça sobre interesses patrimoniais, para os trabalhadores de fato ele está limitado ao poder de compra dos salários. Neste conflito entre os interesses das classes proprietárias e trabalhadoras, a “conciliação” passa pela imposição dos mecanismos de dominação societal regulados pelo Estado.

A forma política desenvolvida pelas administrações do PT em Diadema expressou-se pela realização das necessidades de transformação de diferentes frações das classes sociais, por meio das disputas de interesses. Nessas disputas de interesses privados, cada fração de classe social buscou utilizar os aparatos burocráticos da prefeitura de Diadema conforme suas capacidades de mobilização.

Os impactos destas mobilizações sobre a governabilidade das administrações apresentaram-se como decisivos nos processos de disputas. Pode-se observar a partir desta análise que na cidade de Diadema, durante o período estudado, as relações clientelistas prevaleceram sobre a efetivação da isonomia na concretização dos instrumentos legislativos. Identificou-se que os prefeitos, vereadores e funcionários que ocuparam cargos públicos de confiança, no período estudado, utilizaram o aparelho burocrático do Estado à sua disposição para orientar o emprego deste aparato segundo seus interesses de governabilidade, a partir dos processos de interação de interesses, em que assumem papel predominante os grupos que possuem maior capacidade de mobilização e influência econômica e política.

Evidencia-se pela condição genesíaca do Estado, uma impossibilidade na sua coerência interna, pois sua função administrativa, conciliar interesses de classe, garante a prevalência dos interesses particulares sobre os gerais. Portanto, mesmo imbuídos do desejo de reformar o Estado, os administradores petistas em Diadema viram-se impotentes diante da tarefa de revolucioná-lo. Movidos pela expectativa de que novas conquistas eleitorais, nos diversos âmbitos federativos, abririam caminho para as reformas do Estado, as lideranças políticas do PT investiram na exacerbação da política nos procedimentos partidários, depreciando o desenvolvimento autêntico dos debates internos, limitando os imperativos sociais a partir dos mecanismos estatais, o que levou progressivamente à domesticação das lutas sociais.

FONTES

1. Documentos do Arquivo do DOESPSP

Ficha 1 - José Augusto da Silva Ramos. Disponível em:
<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/upload/Deops/Fichas/DCSR00197.pdf>.
Consultado em 15.7.2013.

Ficha Manoel Boni. Disponível em:
<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/upload/Deops/Fichas/DCSB02086.pdf>.
Consultado em 15.7.2013.

Ficha Romildo Raposo Fernandes. Prontuário 00149250.
Ficha Tonhão. Disponível em:
<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/upload/Deops/Fichas/DCSAPELIDOS00541.pdf>
Consultado em 15.7.2013.

2. Documento oficiais da prefeitura municipal de Diadema

“Diadema - Política Habitacional: novos rumos com participação popular”. Diadema, 2001, p 17.

“Diadema: Cada vez melhor”. In: *Revista Trimestral da Prefeitura Municipal de Diadema*. Ano 1, nº 1. Diadema, 1996, p 29;

Diadema: Caminhos e Lugares, 1999, p 93.

PMD. “Documento Base do I Encontro Municipal de Habitação”. Diadema, 1993, p 3.

“Portaria 175, de 26 de junho de 1991”, que solicita publicação dos indicados natos e designados do prefeito e secretarias e os eleitos representantes das associações aos cargos do conselho deliberativo do FUMAPIS.

Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Social. “Bases da Política Habitacional do Município de Diadema”. Diadema, 1987, p 1.

Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Município de Diadema. “106A - Atualização dos alojamentos Sanko”. Diadema, 1997.

Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Município de Diadema. “119A - Atualização dos alojamentos Sanko”. Diadema, 1997.

Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Município de Diadema. “59a - Atualização dos alojamentos Sanko”. Diadema, 1997.

Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Município de Diadema. “105A - Atualização dos alojamentos Sanko”. Diadema, 1997.

Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Município e Diadema. “Cadastro 10433. Cadastro Sócioeconômico e Habitacional Sanko”. Diadema, 1995.

Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Município de Diadema. “Cadastro 127. Cadastro Sócioeconômico e Habitacional Sanko”. Diadema, 1995.

Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Município de Diadema. “105A - Atualização dos alojamentos Sanko”. Diadema, 1997.

Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Município de Diadema. “106A - Atualização dos alojamentos Sanko”. Diadema, 1997.

Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Município de Diadema. “119A - Atualização dos alojamentos Sanko”. Diadema, 1997.

Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Município de Diadema. “59A - Atualização dos alojamentos Sanko”. Diadema, 1997.

Secretaria de Obras, Habitação e Desenvolvimento Urbano do Município de Diadema, com apoio do Programa Habitar Brasil/BID. “Diadema - Política Habitacional: novos rumos com participação popular”. Diadema, 2001, p 16.

“Sumário de Dados”. Diadema, 1995.

“Sumário de Dados”. Diadema, 2010.

3. Documentos produzidos por associações não-governamentais

Assessoria Passo. “Relatório de acompanhamento período 5/99 a 10/99”. Diadema, 1999.

Associação Almiro Sena Ramos. “Listagem de Associados”. Diadema, 1995, cadastro 87.

Associação Almiro Senna Ramos. “Listagem de Associados”. Diadema, 1997.

Associação de Luta por Moradia Unidos da Leste. “Ofício para Departamento de Habitação - 27 de outubro”. Diadema, 1998.

Associação Nossa Luta, Nossa Terra. “Ata da assembleia extraordinária para aprovação do regulamento interno da Associação Nossa Luta, Nossa Terra”. Diadema, 16.3.1996.

Associação Nossa Luta Nossa Terra. “Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Associação Nossa Luta Nossa Terra”. Diadema, 28.10.1995.

Associação Nossa Luta, Nossa Terra. “Ata da Assembleia Ordinária da Associação Nossa Luta, Nossa Terra 31.5.1997”. Diadema, 1997. Foram cedidos 15 alojamentos para a Associação Nossa Luta, Nossa Terra.

Associação Nossa Luta, Nossa Terra. “Ata da Assembleia Ordinária da Associação Nossa Luta, Nossa Terra”. Diadema, 11.10.1997.

Associação Nossa Luta, Nossa Terra. “Ata da Assembleia Ordinária da Associação Nossa Luta, Nossa Terra 31.5.1997”. Diadema, 1997.

Associação Nossa Luta, Nossa Terra. “Ata da primeira reunião de assembleia da Associação Nossa Luta, Nossa Terra”. Diadema, 26.8.1995.

Associação Nossa Luta, Nossa Terra. “Ata da segunda reunião de assembleia da Associação Nossa Luta Nossa Terra”. Diadema, 16.9.1995.

Associação Nossa Luta, Nossa Terra. “Ata de Assembleia Ordinária 31.5.1997”. Diadema, 1997.

Associação Nossa Luta, Nossa Terra. “Ata de eleição de conselheiro do FUMAPIS 2.3.1991”. Diadema, 1991.

Associação Nossa Luta, Nossa Terra. “Ata de Fundação da Associação Nossa Luta, Nossa Terra - 20.5.1995”. Diadema, 1995.

Associação Nossa Luta, Nossa Terra. “Ata de reunião 9.12.1995”. Diadema, 1995.

Associação Nossa Luta, Nossa Terra. “Cadastro 9”. Diadema, 16.10.1996.

Associação Nossa Luta, Nossa Terra. “Cadastro Sócioeconômico Nossa Luta, Nossa Terra 2730.11.96”. Diadema, 1996.

AUGUSTO, José. “Carta aos filiados do Partido dos Trabalhadores”. Diadema, 10.7.1997.

AUPV: Projeto Consultoria e Obra Ltda. “Plano Diretor de Diadema - Diagnóstico: área sócioeconômica e serviços comunitários”. Diadema, 1991.

BALTRUSIS, N. “Relatório final sobre o processo de urbanização de favelas em Diadema”. Realizado para a pesquisa “Parâmetros para urbanização de favelas”, FINEP Labhab, FAUUSP. Coordenado pelas professoras Ermínia Maricato e Laura Bueno. São Paulo, 1999.

Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro. “Quinzena”. 1º de outubro de 1989. p 20.

“Comissões dos moradores do Morro do Samba, Vila Socialista e comitê de apoio”. (mimeo.) 25 de janeiro de 1991.

Dirigentes eleitos dos 39 fundos de pensão. “Carta de Brasília: apoio do setor de fundos de pensão ao candidato Lula”. 17 de outubro de 2002.

FUMAPIS. “Relação dos conselheiros e suplentes do conselho deliberativo do FUMAPIS”. Diadema, sem data; “Relação das equipes responsáveis pela urbanização e indicação das lideranças a serem consultadas no processo divididas por macro-área e núcleo habitacional”. Diadema, sem data.

Instituto Diadema de Estudos Municipais. “Diadema e a cidade informal”. Diadema: Idem, 2011.

Movimentos De Moradia. “Documento dos Movimentos de Moradia”. In: *Caravana dos Movimentos de Moradia*, 1989. Brasília, 1989.

Observatório dos Direitos do Cidadão. “Observatório das Metrôpoles, Projeto Rede Habitat. Estudo de Caso: As Áreas de Interesse Social - AEIS em Diadema”. Relatório final. 2004.

Processo de habeas corpus impetrado pelos advogados Anderson Bussinger Carvalho e Emílio Astuto Rocha Gomes, em favor de Romildo Raposo Fernandes. São Paulo, 4 de janeiro de 1991.

Resoluções do IV Congresso Nacional da CUT. São Paulo, 1991. Disponível em http://www.abcdeluta.org.br/textos.asp?id_CON=2199. Consultado em 2.8.2011.

SANKO. “Recibo de quitação”. Diadema, 18.12.1998.

União dos Movimentos de Moradia de São Paulo. “Carta de reivindicações para a reformulação da política habitacional para a população de baixa renda”. São Paulo, 1991.

Usina-CTAH. “Área da Sanko - Uma área que vai virar bairro”. Diadema, 1995.

VILLAS-BOAS, Renata. “Avaliação da Participação Popular na Gestão da Política Habitacional de Diadema”. Encomendada pela prefeitura municipal de Diadema ao Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais. São Paulo: Instituto Pólis, 2005.

4. Câmara municipal de Diadema

“Dossiê sobre as prisões políticas dos vereadores Romildo Raposo e Manuel Boni” (mimeo).

“Ofício 480/90 de encaminhamento ao presidente da Câmara municipal da cidade de Diadema, Milton Capel, do Projeto de Lei que institui o FUMAPIS”. Diadema, 1990, p 3.

5. CDHU

“Cláusula Décima. Instrumento Particular de Compromisso de Compra e Venda”. Diadema, 26.7.1995.

“Proposta de atendimento - Diadema - SANKO”. São Paulo, 6.5.1996.

“Relação de documentos necessários à doação por Associações e Mutirões”. Sem data. Documento: “Instrumento Particular de Compromisso de Compra e Venda”. Diadema, 26.7.1995.

6. Leis e decretos

BRASIL. “Coletânea de normas dos Fundos de Pensão”. Brasília, MPS, 2004. LC 109.

BRASIL. “Emenda Constitucional 15”, 19.11.80. Extingue os senadores biônicos.

BRASIL. “Emenda Constitucional 25”, 15.5.85. Altera dispositivos sobre os processos eleitorais.

DIADEMA. “Decreto 4.679”, de 30 de março de 1995. Institui a área Sanko como AEIS.

DIADEMA. “Lei Complementar 57 e 61/96”, 19 de julho de 1996. Autoriza o Poder Executivo a contrair empréstimo junto ao IPRED e dá outras providências.

DIADEMA. “Lei Complementar 82/98”, 23 de dezembro de 1998. Autoriza ao poder executivo a celebrar acordo para pagamento de débitos com o IPRED e IPRED-SAÚDE.

DIADEMA. “Lei Complementar 25/94”. Institui o Plano Diretor de Diadema.

DIADEMA. “Lei Municipal 09/60”. Dispõe sobre a concessão de vantagens para o pagamento do imposto de indústrias e profissões para as indústrias que se instalam no município, pelo prazo de 5 anos, e dá outras providências.

DIADEMA. “Lei Municipal 17/60”. Autoriza a prefeitura a abater até 30% da dívida ativa de empresas industriais localizadas em Diadema, ou que recolham seus impostos estaduais e federais nesta cidade.

DIADEMA. “Lei Municipal 252/66”. Dispõe sobre redução e isenção de imposto de sisa para a aquisição de imóveis para estabelecimentos industriais, comerciais e residenciais sob condições, e dá outras providências.

DIADEMA. “Lei Municipal 253/66”. Concede por 30 dias anistia de multas e correção monetária a taxas e impostos atrasados, aos inscritos em dívida ativa do município.

DIADEMA. “Lei municipal 1.093/91”, com regulamentação pelo Decreto 3.966.

DIADEMA. “Lei 1.595”, de 31 de outubro de 1997. Autoriza o poder executivo a firmar convênio com a Associação de Luta por Moradia Unidos da Leste, para repasse de recursos do FUMAPIS.

SÃO PAULO. “Lei Estadual 898/75”. Dispõe sobre o uso do solo para a proteção dos mananciais, cursos, reservatórios de água e demais recursos hídricos de interesse da Região Metropolitana da Grande São Paulo.

7. Ministério Público de São Paulo

“Requerimento de Ação Penal contra os acusados na forma dos arts. 498 e segs. da lei adjetiva penal caso Vila Socialista”. Diadema, 26 de dezembro de 1990.

“STF determina perda de cargo de ex-prefeito aprovado em concurso para médico aberto em sua gestão”. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/noticias/publicacao_noticias/2013/fev_ereiro_2013/2013%2002%2001%20STF%20determina%20perda%20de%20cargo%20de%20ex-prefeito%20aprovado%20em%20concurso%20para%20m%C3%A9dico%20aberto%20em%20sua%20gest%C3%A3o.pdf. Consultado em 4.5.2014.

8. Documentos produzidos pelos membros dos diretórios do PT

8.1 Encontros, congressos, resoluções e manifestos do PT

“As eleições presidenciais e a candidatura Lula”. Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo Partido dos Trabalhadores. Disponíveis em: <http://csbh.fpabramo.org.br/uploads/aseleicoespresidenciaiseacandidaturalula.pdf>. Consultado em 10.1.2012.

“Manifesto aprovado pelo Movimento Pró-PT em 10 de fevereiro de 1980”, no Colégio Sion (SP). In: *Diário Oficial da União*, de 21 de outubro de 1980. Disponível em <http://www.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/memoria-e-historia/exposicoes-virtuais/manifesto-aprovado-na-reuniao-do-sion>. Consultado em 11.1.2012.

“Momento atual e nossas tarefas”. VI Encontro Nacional do PT realizado no colégio Caetano de Campos em São Paulo entre 16 e 18 de junho de 1989.

“O socialismo petista”. VII Encontro Nacional de 31.5.90 a 3.6.90, Anhembi, São Paulo.

“Resoluções”. I Congresso Nacional. Pavilhão Vera Cruz - São Bernardo do Campo (SP), 27.11 a 1º.12.1991. Disponível em: www.fpabramo.org.br. Consultado em 10.1.2012.

“Resoluções”. V Encontro Nacional. Senado Federal - Brasília (DF) - 4 a 6/12/1987. Disponível em: www.fpabramo.org.br. Consultado em 10.1.2012.

8.2 Comissão provisória municipal

“Ata da Reunião Extraordinária da Comissão Municipal Provisória do Partido dos Trabalhadores de Diadema”. 14.12.1980.

“Ata da Reunião Ordinária da Comissão Municipal Provisória do Partido dos Trabalhadores de Diadema”. 18.10.1980.

8.3 Diretório municipal de Diadema

“Ata da Convenção Extraordinária do Partido dos Trabalhadores de Diadema”. 21.5.1983.

“Ata da Convenção Extraordinária do Partido dos Trabalhadores de Diadema”. 21.5.1983.

“Ata da Plenária dos Filiados do Partido dos Trabalhadores de Diadema”. 23.1.1983.

“Ata da Plenária dos Filiados do Partido dos Trabalhadores de Diadema”. 13.5.1983.

“Ata da Reunião dos Representantes do Núcleo com a Executiva”. 16.4.1982.

“Ata da Reunião Ordinária da Comissão Municipal Provisória do Partido dos Trabalhadores de Diadema”. 14.12.1980.

“Ata da Reunião”. Diadema: 11 de novembro de 1983.

“Ata de Reunião Extraordinária dos Membros do Diretório Municipal do PT de Diadema”. 19.8.1983.

“Ata de Reunião Extraordinária dos Membros”. Diadema: 19.8.83.

“Ata de Reunião Ordinária dos Membros do Diretório Municipal do PT de Diadema. 15.4.1983.

“Ata de Reunião Ordinária dos Membros do Diretório Municipal do PT de Diadema”. 5.8.1983.

“Ata de Reunião Ordinária dos Membros do Diretório Municipal do PT de Diadema”. 9.9.1983.

“Carta de Compromissos dos Futuros Parlamentares do Partido dos Trabalhadores de Diadema”. Documento elaborado pelos representantes do PT-Diadema. Convenção Municipal de 11 de julho de 1982.

“Nossa história foi ferida”. Junho/1995.

“PT-Diadema: 21 anos com você”. Junho, 2004.

8.4 Diretório nacional

“Carta de princípios do PT”. 1.5.79.

Documento encaminhado por ativistas do PT à International Secretariat da Amnesty Internacional. “Assuntos da América Latina”. Diadema, 14 de dezembro de 1990.

9. Documentos produzidos pela Associação Nacional dos Servidores Municipais de Saneamento

ASSEMAE. “Triste o fim da Companhia de Saneamento de Diadema”. Disponível em:

<http://www.assemae.org.br/arquivoArtigos/Triste%20o%20fim%20da%20Companhia%20de%20Saneamento%20de%20Diadema.pdf>. Consultado em 13.5.2014

10. Documentos produzidos pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

“Fusão entre Saned e Sabesp aperfeiçoará sistema de água”. Disponível em: <http://al-sp.jusbrasil.com.br/noticias/2216143/fusao-entre-saned-e-sabesp-aperfeicoara-sistema-de-agua>. Consultado em 12.5.2014.

11. Entrevistas

Aparecida Tejiwa - “Movimento dos Sem Teto do Taboão”. Depoimento coletado pelo jornalista Fabio Josgrilberg em 1997, por ocasião da manifestação das cinco

associações do Projeto Sanko durante a reunião do presidente da CDHU, Gorro Hama, e do então prefeito de Diadema, Gilson Meneses.

Edineide Meneses Bispo - “Associação Nossa Luta, Nossa Terra”. Depoimento coletado pela pesquisadora Joana Darc Virgínia dos Santos em 6.6.2008.

Edmundo da Silva Ribeiro - “Associação de Luta por Moradia Unidos da Leste”. O depoimento foi coletado em 1997 por Eliete Rocha de Almeida, Fabiana Lo Bello, Janete Barros Nunes e Silmara de Paulo Santos, quando o depoente ocupava o cargo de presidente da ALMUL, uma das cinco organizações que participaram do Projeto Sanko. Os depoimentos estão transcritos no Trabalho de Conclusão de Curso: “Participação popular no Programa de Urbanização de Favelas: a contribuição do Serviço Social na experiência do município de Diadema (gestão 93-96)”, apresentado à PUC. São Paulo, 1997.

Eremita Gonçalves da Costa - “Associação Nossa Luta, Nossa Terra”. Depoimento coletado pela pesquisadora Joana Darc Virgínia dos Santos em 6.6.2008.

Josemundo Dario Queiroz - Depoimento colhido pelo jornalista Adauri Antunes Barbosa e publicado pelo jornal *O Globo*, em 11.5.2004.

Rosana Denaldi - Professora Doutora da Universidade Federal do ABC, ocupou o cargo de Chefe de Serviço na Secretaria de Habitação do Município de Diadema entre 1988 e 1991. Depoimento coletado pela pesquisadora Joana Darc Virgínia dos Santos por ocasião da participação de Rosana Denaldi na banca de qualificação deste mestrado em 4.9.2008.

Vera Lucia Maurício de Lima - “Associação Nossa Luta, Nossa Terra”. Depoimento coletado pela pesquisadora Joana Darc Virgínia dos Santos em 1.6.2008.

Paulo Skromov - Disponível em <http://www.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/memoria-e-historia/exposicoes-virtuais/fundacao-legal-do-pt-no-colegio-sion-10-de-feve>. Consultado em 10.1.2012.

Raul Pont - Disponível em <http://www.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/memoria-e-historia/exposicoes-virtuais/fundacao-legal-do-pt-no-colegio-sion-10-de-feve>. Consultado em 10.07.2013.

Rubens Torres Medrano - Museu da Pessoa. Disponível em: <http://www.museudapessoa.net/index.php/historia/8690-o-mundo-passa-por-diadema/texto>. Consultado em 1.11.2013.

Tonhão - Disponível em <http://passapalavra.info/2009/07/7955>. Consultado em 8.7.2013.

12. Câmara dos Deputados

“Taquigrafia, revisão e redação do depoimento do deputado José Augusto da Silva Ramos”. 10.4.96.

13. Sindicato dos Funcionários Públicos De Diadema

“Dívidas da prefeitura fragilizam IPRED”. Disponível em: http://www.sindema.org.br/noticia_170513-2.html. Consultado em 1.11.2013.

14. Jornais

14.1 *Diário Popular*

“A bomba foi atirada pela polícia”. São Paulo. 14 de dezembro de 1990, p 4.

“Boni sustenta a luta armada”. São Paulo. 14 de dezembro de 1990, p 4.

“Expulsão de Boni é confirmada e PT suspende prefeito e vereador”. Diadema, 25 a 27 de janeiro de 1990.

“Militantes querem ex-prefeito fora do PT”. 22.7.1993.

“Sem-terra farão manifestação”. São Paulo, 14 de dezembro de 1990.

14.2 *Diário do Grande ABC*

“Ausência de Zé Augusto favorece Gilson”. Caderno A, p 4, 24.8.1996.

“Candidatura de José Augusto é um retrocesso, afirma Filippi”. Caderno A, p 3, 8.7.1995.

“Convenção do PT de Diadema promete ser uma ‘guerra’ hoje”. Caderno A, p 3, 11.6.1995.

“Debate sobre corrupção sofre tumultos partidários”. 2.12.1993.

“Decisão do TCE opõe Filippi a José Augusto”. Caderno A, p 2, 27.8.1996.

“Deputado denuncia escuta telefônica no PT de Diadema”. Caderno A, p 3, 23.1.1996.

“Diadema elege PT para a Câmara”. 16.12.1994.

“Diretório do PT de Diadema pode ser extinto”. Santo André, 8.6.1996.

“Ex-diretor ameaça Juraci com processo”. 15.10.83, p 5.

“Executiva quer pôr fim à crise”. Santo André, 8.6.1996.

“Ex-prefeito de Diadema é condenado em ação contra petista”. 20.6.2000.

“Ex-prefeito Zé Augusto anuncia aposentadoria”. 1.6.2013. Disponível em: <http://www.dgabc.com.br/Noticia/459452/secretario-de-saude-ex-prefeito-ze-augusto-anuncia-aposentadoria>. Consultado em 9.5.2014.

“Filippi anuncia apoio a Joel Fonseca em festa no dia 30”. Caderno A, p 3, 22.9.1995.

“Filippi critica José Augusto”. Caderno A, p 3, 7.6.1995.

“Filippi é tirano e ditador”. Caderno A, p 3, 7.7.1995.

“Filippi não comprova restituição de desvio”. Caderno A, p 4, 30.8.1996.

“Fleury decide desapropriar a ‘Vila Socialista’”. 20 de março de 1991.

“Gilson Menezes diz que PT precisa de reestruturação”. Caderno A, p 5, 16.7.1996.

“Gilson: Programa do PT não é aplicado em Diadema”. 20.1.84, p 5.

“José Augusto acusa Filippi de dividir o PT em carta a filiados”. Caderno A, p 3, 21.5.1995.

“MP de Diadema entra com ação contra José Augusto”. 11.9.1996.

“MP pede que José Augusto devolva R\$ 23 mil em ação”. 26.10.1996.

“Padaria comunitária vai atender CDHU Vila Socialista, em Diadema”. Disponível em: <http://www.dgabc.com.br/Noticia/402571/padaria-comunitaria-vai-atender-cdhu-vila-socialista-em-diadema?referencia=buscas-lista>. Consultado em 2.9.2013.

“Ping-Pong”. 6.8.1993.

“Polícia apreende carro da prefeitura com ficha de filiação”. Caderno A, p 2, 9.11.1995.

“PT de Diadema fará convenção dia 11 sob intervenção estadual”. Caderno A, p 3, 7.6.1995.

“Reunião do PT de Diadema vira pancadaria”. Caderno A, p 3, 16.12.1995.

“STJ aceita recurso e livra Zé Augusto”. 17.5.2013. Disponível em: <http://www.dgabc.com.br/Noticia/456577/stj-aceita-recurso-e-livra-ze-augusto>. Consultado em 9.5.2014.

“TCE culpa José Augusto por ‘fantasmas’”. Caderno A, p1, 14.6.1996.

“Vereador pede processo no caso das fichas”. 11.11.1995

“Zé Augusto contesta versão sobre funcionário fantasma”. Caderno A, p 4, 11.7.1996.

14.3 Folha de S.Paulo

“A tática do soco”. São Paulo 7.6.2000.

“Conflito entre polícia e invasores de terreno causa 2 mortes em Diadema”. São Paulo, 12.12.1990.

“Deputado federal do PT diz que vai processar cúpula do partido. Cotidiano, 9.4.1997. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/4/09/cotidiano/51.html>. Consultado em 17.5.2014.

“Eleições em Diadema sofrem intervenção”. Caderno 8, p 3, 6.6.1995.

“Gilson é o único prefeito petista”. 20.11.1982, p 7.

“Governador vai desapropriar áreas em Diadema”. São Paulo, 20.3.1991. Política, p 7.

“Juiz concede liberdade provisória a 2 vereadores”. São Paulo, 8 de janeiro de 1991.

“Menezes diz que esperava briga”. Caderno 11, p 3, 9.7.1995.

“Murilo Macedo estuda auxílio para Diadema”. São Paulo, 12.1.1990.

“Promotor abre inquérito contra PM e segurança”. São Paulo, 23 de fevereiro de 1991.

“PT abre comissão de ética contra Filippi”. Caderno 8, p 1, 11.7.1995.

“PT usa ‘estrelas’ para reverter esvaziamento do partido na região”. Cidades, p 7, 5.8.1993.

“Ramos diz que inquérito é ‘perseguição política’”. *Folha ABCD*. 24.6.1994, p 2.

“Ramos entra com recurso”. Caderno 8, p 3, 8.6.1995.

“Ramos recorre e aprofunda crise em Diadema”. 9.6.1995.

“Suplente de deputado do PT adere a Maluf”. 23.9.1986.

14.4 O Estado de S.Paulo

“Diadema e a nova Sabesp”. Geral, p 2, 5.7.1993.

“Em Diadema culpa recai sobre ex-candidato”. Política, p 17, 12.12.1996.

“Empresa quer reduzir tarifas de água até em 30%”. Cidades, p 21, 30.8.1994.

“Grupo quer anular 8,3 mil filiações em Diadema”. Política, p 6, 23.2.1996.

“Inquérito apura desvio de US\$ 1 milhão da prefeitura”. 21 de outubro de 1993, Política, p 20.

“Itautec-Philco recebe hoje o ISSO-9001”. Economia, p 33, 30.9.1994.

“Juiz libera vereadores que atuaram em invasão”. São Paulo, 20.4.1991.

“Justiça bloqueia bens e quebra sigilo do prefeito de Diadema”. Cidades, p 22, 9.11.1999.

“Moleque de rua”. Política, p 4, 18.6.1994.

“Moradores querem novo nome para Diadema”. Cidades, p 30, 10.10.1994.

“O PT falso e o verdadeiro”. São Paulo, 17 de agosto de 1989.

“Petistas juntam dinheiro para pagar fianças”. 16 de março de 1990, p 25.

“Polêmica de Diadema deve ter solução hoje”. Política, p 6, 9.7.1996.

“Polícia solta o vice de Diadema”. São Paulo, 3 de setembro de 1989.

“Prefeito espera Fleury para desocupar a Sabesp”. Cidades, p 23, 15.6.1994.

“PT decide ficar sem candidato em Diadema”. 7.7.1996.

“PT expulsa o economista que acusou Lula”. Política, p 11, 14.3.1998.

“PT, depois do sonho, a agonia”. 13.11.86, p 90.

“Uma tarifa de água justa”. Editorial, p 3, 18.8.1997.

“Velhos conflitos reaparecem”. 16 de março de 1990, p 25.

“Vereador é trotskista”. 16 de março de 1990, p25.

14.5 *Jornal da Tarde*

“Denúncias tumultuam prévias petistas”. São Paulo, 9.2.1996.

14.6 *Diadema Jornal*

“Debate explicita divergências internas”. Diadema, 11.9.96.

“Diretório investiga grampo telefônico”. Caderno A, p 5, 1.2.1996.

“Expulsão de Boni é confirmada e PT suspende prefeito e vereador”. Diadema, 25 a 27 de janeiro de 1990.

“Filippi confirma Joel Fonseca como seu candidato à prévia do PT”. Caderno A, p 4, 24.9.95.

“João Paulo prepara defesa contra a expulsão”. 19.8.1993.

“José Augusto”. Caderno A, p 2, 1.2.1996.

“Nossa opinião”. Caderno A, p 8, 13.7.1995.

“Promotoria poderá investigar nomeações em concurso público”. Caderno A, p 4 15.9.1996.

“Promotoria propõe Ação Civil contra José Augusto”. 12.9.1996.

PT afasta João Paulo da CEI dos fantasmas”. 14.2.1993.

“Testemunha de Romildo e Boni é ameaçada de morte”. Diadema, 24 de fevereiro de 1991.

“Vereadores petistas querem saber como é gasto o dinheiro do partido em Diadema”. 3-A, 27.4.1995.

14.7 *Gazeta do ABCD*

“Diadema reelege José Augusto”. 21.3.1993.

15. *VEJA*

“A escolha de Lula”. Edição 1498. 4 de junho de 1997, p 32-3.

“Amigo problemático”. Edição 1560. 19 de agosto de 1998, p 48.

“DATAS”. Edição 1535. 25 de fevereiro de 1998, p 57.

“O amigo oculto”. Edição 1561. 26 de agosto de 1998, p 46.

“O triângulo amigo”. Edição 1355. 31 de agosto de 1994, p 28-31.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, Zilah Wendel. “10 de fevereiro de 1980, o significado da data”. Disponível em <http://www.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/memoria-e-historia/exposicoes-virtuais/10-de-fevereiro-de-1980-significado-da-data>. Consultado em 10.12.2013.
- ALBUQUERQUE, Afonso de. “Aqui você vê a verdade na tevê: propaganda política na televisão”. Niterói: MCII-UFF, 1999.
- ALMEIDA, Eliete; LO BELLO, Fabiana; NUNES, Janete; SANTOS. “Participação popular no Programa de Urbanização de Favelas: a contribuição do Serviço Social na experiência do município de Diadema (gestão 93-96)”. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Serviço Social). 2007. Faculdade de Serviço Social, PUC, São Paulo, 1997.
- ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. “Lutas sociais e questões nacionais na América Latina”. In: “Lutas Sociais, Dossiê Estado e Trabalhadores(as) em perspectiva histórica”, v. 17/18. São Paulo: 2007.
- ALVES, Giovanni. *Dimensões da Reestruturação Produtiva. Ensaio de Sociologia do Trabalho*. Bauru: Editora Praxis, 2007.
- ALVES, Giovanni. *O novo (e precário) mundo do trabalho: Reestruturação Produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo, 2000, p 165.
- ALVES, Maria Helena Moreira. “Diadema: an experience of popular government within an authoritarian context”. XI International Congress of the Latin American Studies Association (LASA). Cidade do México, 1983, p 26.
- AMES, B. *Os entraves da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas. 2003.
- ANDERSON, Perry. *A crise da crise do marxismo: introdução a um debate contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- ANGELO, Vitor Amorim. “O PT visto de dentro: as correntes trotskistas”. In: *O Partido dos Trabalhadores e a política brasileira (1980-2006)*. Uma história revisitada. São Carlos: EDUFSCAR: 2009.
- ANGELO, Vitor. “A trajetória da democracia socialista: da fundação ao PT”. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). 2007. 130f. Faculdade de Ciências Sociais, UFSCAR, São Carlos, 2007.
- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do Trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.

ANTUNES, Ricardo. *A Rebelião do Trabalho: o confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/1980*. São Paulo: Editora Ensaio, 1988.

ANTUNES, Ricardo; POCHMANN, Márcio. “Dimensões do desemprego e da pobreza no Brasil”. Disponível em:

http://www.interfacehs.sp.senac.br/br/traducoes.asp?ed=8&cod_artigo=140.

Consultado em 10.11.2012.

ÁRABE, Carlos Henrique. “Desenvolvimento nacional e poder político: O projeto do Partido dos Trabalhadores em tempos de crise”. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). 1998. 141f. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 1998.

ARRIGUI, Giovanni. *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

ASSENCIO, Sandro. *A teoria do agir comunicativo: os pressupostos da “guinada linguístico-pragmática” de Jürgen Habermas*. São Paulo: Novas Edições Acadêmicas, 2014.

ASSUNÇÃO, Vânia. “O Satânico Doutor Go: A Ideologia Bonapartista de Golbery do Couto e Silva”. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). 1999. 238f. Faculdade de Ciências Sociais, PUC, São Paulo, 1999.

AVRITZER, Leonardo. “Cultura Política, Atores Sociais e Democratização: Uma crítica das Teorias da Transição para a Democracia”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. nº 28. v 10. 1995.

AZEVEDO, Clóvis Bueno de. *A Estrela partida ao meio: ambigüidades do pensamento petista*. São Paulo: Entrelinhas, 1995.

BALTRUSIS, N. “Relatório final sobre o processo de urbanização de favelas em Diadema”. Realizado para a pesquisa “Parâmetros para urbanização de favelas”, FINEP Labhab, FAUUSP. Coordenado pelas professoras Ermínia Maricato e Laura Bueno. São Paulo, 1999.

BALTRUSIS, Nelson. “Mercado Imobiliário em favelas e o processo de estruturação da cidade”. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). 2005. FAU, USP, São Paulo, 2005.

BALTRUSIS, Nelson; MOURAD, Laila Nazem. “AEIS em Diadema 10 anos: a propriedade cumprindo a sua função social”. In: “*Anais: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*”, v 8, nº. 4, 2012.

BOBBIO, N. *Liberalismo e democracia*, 4ª. ed.. São Paulo: Brasiliense, 1993.

BORGES, A. “A construção do Partido dos Trabalhadores no Maranhão”. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). 1998. 303f. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 1998.

BRAGA, Cláudio Mendonça. “O caráter nacional dos partidos políticos na federação brasileira”. Dissertação (Mestrado em Direito do Estado). 2009. 146f. Faculdade de Direito, USP, São Paulo, 2009.

BREGMAN, Daniel. “Reforma tributária e mudança no critério de distribuição da cota-parte do ICMS: compatibilidade e impacto nos orçamentos municipais”. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev3507.pdf. Consultado em 27.9.2013.

BRESSER-PEREIRA, L. C. *Desenvolvimento e Crise no Brasil: História, Economia e Política de Getúlio Vargas a Lula*. São Paulo: Editora 34, 2003. Campinas: Papirus, 1995.

CARVALHO, M; CYMBALISTA, R; POLLINI, P. “Planos Diretores em Diadema, São Paulo: O desafio da efetivação da função social da propriedade”. In: CYMBALISTA, R; SANTORO, P (orgs). *Planos diretores: processos e aprendizados*. São Paulo: Instituto Pólis, 2009.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHASIN, J . *O Integralismo de Plínio Salgado: Formas de Regressividade no Capitalismo Hipertardio*. São Paulo: Ad Hominem, 1999.

CHASIN, J. “Hasta Cuando? A propósito das eleições de novembro”. In: *Revista Escrita/Ensaio*, n.º 10. São Paulo: Ensaio, 1982.

CHASIN, J. “A democracia política e emancipação humana”. In: *Ensaio Ad Hominem*, nº 1, t III. Santo André: Estudos e Edições Ad Hominem, 2001, p 75.

CHASIN, J. *A miséria Brasileira. 1964-1994: Do golpe militar à crise social*. Santo André: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000.

CHASIN, J. “Estatuto ontológico e resolução metodológica”. Posfácio de: TEIXEIRA. *Pensando com Marx*. São Paulo: Ensaio, 1995.

CHESNAIS, François. “A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século”. In: *Economia e sociedade*, Campinas, n. 5, dez. 1995, p1-30.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã,1996.

KLAGSBRUNN, V. H. “Uma leitura crítica dos conceitos de mundialização do capital e de regime de acumulação com predominância financeira”. Disponível em:

http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo154Artigo2.pdf.

Consultado em 10.02.2014.

COLLING, Leandro. “O ‘estado da arte’ dos estudos sobre mídia e eleições presidenciais de 1989 a 2002”. In: “XVI Encontro da Campós”. Curitiba 2007.

Disponível em: <http://faculdadesocial.edu.br/dialogospossiveis/artigos/11/02.pdf>

Consultado em 22.5.2014.

COTRIM, Livia. “Marx: Política e emancipação humana - 1848-1871”. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). 2007. 517f. Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, PUC, São Paulo, 2007.

DANIEL, Celso. “Gestão local e participação da sociedade”. In: *Revista Pólis*, nº 14. São Paulo: 1994.

DENALDI, Rosana. “Políticas de urbanização de favelas: evolução e impasses”. Tese (Doutorado em Urbanismo). 2003. 242f. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, USP, São Paulo, 2003.

DIRCEU, José. “Socialismo real: O pluralismo inevitável”. In: *Teoria e Debate*, nº 9, 1990.

DRAGHICHEVICK, Perla. “Da vocação industrial e ausência de políticas sociais: os movimentos populares pela moradia”. In: IOKOI, Zilda. *Diadema nasceu no Grande ABC: História Retrospectiva da Cidade Vermelha*. São Paulo: Humanitas, 2001.

DUARTE, Ozeas. “Sem fantasias doutrinárias”. Disponível em: <http://www.teoriaedebate.org.br/materias/politica/debate-eleicoes-1994?page=0,2>.

Consultado em 20.5.2014.

DUVERGER, Maurice. *Os partidos políticos*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

FALCÃO, Rui. “Alianças e hegemonia”. Disponível em: <http://www.teoriaedebate.org.br/materias/politica/debate-eleicoes-1994>. Consultado em 20.5.2014.

em 20.5.2014.

FERNANDES, Edesio; VALENÇA, Márcio. *Brasil urbano*. Rio de Janeiro: Muad, 2004.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FERNANDES, Florestan. *A Constituição Inacabada*. São Paulo: Liberdade, 1989.

FERNANDES, Florestan. *Pensamento e ação: o PT e os rumos do socialismo*. São Paulo: Globo, 2006.

FERREIRA, J. S. W. *O mito da cidade global*. Petrópolis: Vozes, 2007.

FONSECA, Silmara. "Diadema e o Grande ABC: expansão industrial na economia de São Paulo". In: IOKOI, Zilda. *Diadema nasceu no Grande ABC: História Retrospectiva da Cidade Vermelha*. São Paulo: Humanitas, 2001.

FRANCO, Augusto. "Socialismo real: Muito o que (des)fazer". *Teoria e Debate*, nº 9, 1990.

GABIATI, Osvaldo Leandro. "O poder de veto dos governadores na política nacional: uma comparação a partir dos sistemas de partido na Argentina e no Brasil". Dissertação (Mestrado em Ciência Política). 2006. 175f. Instituto de Ciência Política, UNB, Brasília, 2006.

GADOTTI, Moacir e PEREIRA, Otaviano. *Pra que PT: origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Cortez, 1989.

GARCIA, Marco Aurélio. "Terceira via: A social-democracia e o PT". In: *Teoria e Debate*, nº 12, 1990.

GIAMBIAGI, F. "A economia brasileira nos anos do 'milagre': 1968/1973". FEA/UFRJ, 1998. Texto Didático, 34.

GIAMBIAGI, F., VILLELA, A., BARROS DE CASTRO, L., & HERMAN, J. (orgs). *Economia Brasileira Contemporânea*. Campus, Rio de Janeiro. 2005.

GOHN, Maria da Glória (org). *Conselhos gestores e participação sociopolítica*. 2ª ed., São Paulo: Cortez, 2003a.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e luta pela moradia*. São Paulo: Loyola, 1991.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. Petrópolis: Vozes, 2003b.

GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 3ª ed., São Paulo: Edições Loyola, 2002.

GOLDMAN, Lucien. *A criação cultural na sociedade moderna: por uma sociologia da totalidade*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. V 3. *Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, p 225.

GUILHON, J. A. Albuquerque. "Identidade, oposição e pragmatismo: uma teoria política do voto": In: *Lua Nova: revista de cultura e política*. nº 26, 1992.

HABERMAS, Jürgen. *A inclusão do outro: estudos de teoria política*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

HABERMAS, Jürgen. “Teoria do agir Comunicativo”. V 2: *Sobre a crítica da razão funcionalista*. São Paulo: Martins Fontes, 2012, p.708.

HARNECKER, Marta. “El controvertido tema del uso de la policia”. Disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/martah/diadema.rtf>. Consultado em 9.7.2013.

HARNECKER, Marta. “Fundação legal do PT no colégio Sion (10 de fevereiro de 1980)”. Disponível em <http://www.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/memoria-e-historia/exposicoes-virtuais/reportagem-de-perseu-abramo-sobre-reuniao-do-si>. Consultado em 10.1.2012.

HARVEY, David. *A condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1989.

HEREDA, Jorge. “O impacto das AEIS”. In: *Revista Polis*, nº 29. São Paulo, 1997.

HEREDA, Jorge; ALONSO, Emílio. “Política Urbana e Melhoria da Qualidade de Vida em Diadema”. In: *Habitat: as práticas bem sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras*. São Paulo: Studio Nobel, 1996.

IZAGUIRRE, Inês. “Algunos ejes teórico metodológicos en el estudio del conflicto social”. In: *Movimientos sociales y conflicto en América Latina*. Buenos Aires: Clacso, 2004.

JARDIM, Maria Aparecida Chaves. “Entre a solidariedade e o risco: Sindicatos e Fundos de Pensão em tempos de governo Lula”. Tese (Doutorado em Sociologia). 2007. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UFSCAR, São Paulo, 2007.

KECK, M. *PT, a lógica da diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*. São Paulo: Ática, 1991, p 135.

KINZO, M. *Radiografia do quadro partidário brasileiro*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 1993.

KINZO, MARIA D’Alva. “Os partidos no eleitorado: percepções políticas e laços partidários”. In: BRAGA, Maria S; KINZO, Maria D’Alva (orgs). *Eleitores e representação partidária no Brasil*. São Paulo: Humanistas, 2007.

LAFER, Celso. *JK e o programa de metas (1956-1961): processo de planejamento e sistema político no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

LAMOUNIER, Bolivar; MENEGUELLO, Rachel. *Partidos políticos e consolidação democrática: o caso brasileiro*. São Paulo: IDESP, 1986

LEITE, Márcia de Paula. “Reestruturação Produtiva, Novas Tecnologias e Novas Formas de Gestão da Mão de Obra”. In: OLIVEIRA, Carlos Alonso de (org). O

Mundo do Trabalho: crise e mudança no final do século. Campinas: Scritta/Cesit, UNICAMP, 1994.

LESSA, Carlos. *15 anos de Política Econômica*. 3ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1982.

LESSA, Carlos. "A estratégia do desenvolvimento 1974-76: Sonho e fracasso". Tese (Professor Titular) 1978. Universidade Federal do Rio de Janeiro (mimeo) RJ, 1978.

LUNGUINHO, Lairton; VIANNA, Pedro. "Domínio territorial do abastecimento de água na Paraíba". Disponível em: <http://www.geociencias.ufpb.br/leppan/gepat/files/gepat010.pdf>. Consultado em 13.5.2014.

MACARINI, José Pedro. "A política econômica da ditadura militar no limiar do "milagre" brasileiro: 1967/69". Campinas: IE/UNICAMP, set. 2000. (Texto para Discussão, nº 99).

MACARINI, José Pedro. "Um aspecto da política econômica do 'milagre brasileiro': A política de mercado de capitais e a bolha especulativa 1969-1971". In: *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 38, nº 1, p 151-72, janeiro-março, 2008.

MAINWARING, Scott P. *Rethinking Party System in the Third Wave of Democratization: the case of Brazil*. Stanford: Stanford University Press, 1999.

MAINWARING, Scott P. *Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil*. Tradução de Vera Pereira. Porto Alegre: Mercado Aberto. Rio de Janeiro: FGV, 2001, p 376-7.

MAINWARING, Scott; SCULLY, Timothy. "A institucionalização dos sistemas partidários na América Latina". *Dados*, v. 37, nº 1, p. 43-79, 1994.

MANSO, Bruno P; FARIA, Maryluci; GALL, Norman. "Diadema, do 'faroeste' para a vida civilizada da periferia de São Paulo". In: DAMMERT, Lúcia; PAULSEN, Gustavo (orgs). *Ciudad y seguridad en América Latina*. Santiago: FLACSO-Chile, 2005.

MANTEGA, G; MORAES, M. *Acumulação monopolista e crises no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MANTEGA, Guido. "O governo Geisel, o II PND e os economistas". In: "Relatório de Pesquisa nº 3/1997". Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2935/P00163_1.pdf?sequence=1. Consultado em 3.11.2012.

MANTEGA, Guido; REGO, José M.; SINGER, Paul Israel. In: *Conversas com economistas brasileiros II*. São Paulo, Editora 34, 1999.

MARIANO, Ricardo; PIERUCCI, Antonio Flávio. “O envolvimento dos pentecostais na eleição de Collor”. In: *Novos Estudos*, nº 34, 1992. Disponível em: http://novosestudios.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/68/20080625_o_envolvimento_dos_pentecostais.pdf. Consultado em 10.11.2013.

MARICATO, Ermínia. *Brasil, cidades alternativas para a crise urbana*. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

MAROSI, Tânia Maria. “Utopia e realidade: os núcleos de base do Partido dos Trabalhadores na cidade de São Paulo nos anos 80”. Dissertação (Mestrado em Sociologia). 2009. Programas Pós-Graduados em História Social, PUC-SP, 2000.

MARTINS, C. Estevan. *Capitalismo de Estado e Modelo Político no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

MARX, Karl. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARX, Karl. “Glosas críticas al artículo ‘El Rey de Prusia y la Reforma Social. Por un prusiano’”. In: *Marx - Escritos de Juventud*, México: Fondo de Cultura Económica, 1987.

MARX, Karl. *O Capital*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

MARX, Karl. “Sobre la Cuestión Judía”. In: *Marx - Escritos de Juventud*, México: Fondo de Cultura Económica, 1987.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MARX Karl. “O 18 Brumário de Luis Bonaparte”. In: *Marx - Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

MATAS, Carles. “Los problemas de la implantación de la nueva gestión pública en las administraciones públicas latinas: modelo de estado y cultura institucional”. Disponível em: <http://www.top.org.ar/ecgp/FullText/000000/RAMIO%20MATAS,%20Carles%20-%20Los%20problemas%20de%20la%20implantacion%20de%20la%20nueva%20gestion.pdf> Consultado em: 13.5.2013.

MATHIAS, Suzeley K. *Distensão no Brasil: o Projeto Militar (1973-1979)*. Campinas: Papyrus, 1995.

MATTEO, Miguel; TAPIA, Jorge. “A reestruturação da indústria paulista e o ABC”. Disponível em:

http://www.cebrap.org.br/v1/upload/biblioteca_virtual/a_reestruturacao_da_industria_paulista.pdf. Consultado em 27.9.2013.

MELLO, João Manuel Cardoso de. *O Estado brasileiro e os limites da estatização. Ensaios de Opinião*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

MENDES, Gabriel. “Da Frente Brasil Popular à aliança capital/trabalho: as campanhas de Lula a presidente de 1989 a 2002”. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). 2004. 104f. IUPERJ, Rio de Janeiro, 2004.

MENDONÇA, José M. “Os conselhos do doutor Huntington, de Médici à abertura”. *Jornal da Tarde*, 29/3/1982, Coluna de Brasília.

MENEGUELLO, Rachel. *PT: A formação de um partido 1979-1982*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p 125.

MENEGUELLO, Rachel; DO AMARAL, Oswaldo E. “Brazilian Studies Programme”. Disponível em: <http://www.lac.ox.ac.uk/sites/sias/files/documents/BSP-02-08%20Amaral%20O.pdf>. Consultado em:8.5.2014.

MÉSZAROS, István. *Para além do Capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

MONTE, Gonzaga do; TAVARES, Júlio. *PT Diadema: uma história de militância e luta*. São Paulo: Terra das Artes Editora, 2004.

MOURAD, L. N. “Democratização do acesso à terra em Diadema”. Dissertação (Mestrado em Urbanismo). 2000. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, PUC, Campinas, 2000.

NICOLAU, Jairo. *Multipartidarismo e democracia: Um estudo sobre o sistema partidário brasileiro*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

NOVAES, C. A. M. “Dinâmica institucional da representação - individualismo e partidos na Câmara dos Deputados”. In: *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, nº 38, p 99-147, março 1994.

NOVAES, C. A. M. “PT: dilemas da burocratização”. In: *Novos Estudos Cebrap*, 35, março/novembro. São Paulo, 1993. Disponível em: http://www.novosestudios.com.br/v1/files/uploads/contents/69/20080625_pt_dilemas.pdf. Consultado em 2.9.2013.

OLIVEIRA, Francisco de. *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro, Graal, 1977.

OLIVEIRA, Francisco de. “Estado e ciência econômica: a contribuição da economia para uma teoria do Estado”. *Ensaios de Opinião*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, (2-H3):9-13, 1977.

OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à razão dualista. O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Merilyn. “Sob o signo do ‘novo sindicalismo’: das mudanças de identidade e de estratégia na trajetória do PT e da CUT à consolidação do populismo sindical do governo Lula”. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). 2008. 125f. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, PUC, São Paulo, 2008.

PARANHOS, Kátia. *Era uma vez em São Bernardo. O discurso sindical dos metalúrgicos (1971-1982)*. Campinas: Editora Unicamp, 2011.

PERES, Crystiane L; NETO, Miguel Huertas; SERRAO, Rafael Soares. “50 anos de luta dos trabalhadores por reajustes salariais”. In: *Revista ABET*, v IX - nº 2/2010. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/abet/article/view/15500>. Consultado em 15.6.2013.

PINHEIRO, Jair. “As classes trabalhadoras em movimento: alguns aspectos teóricos”. In: *Lutas sociais, dossiê Estado e trabalhadores(as) em perspectiva histórica*, v 17/18. São Paulo: 2007.

PONT, Raul. *PT: breve história*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1992.

RAGO FILHO, Antonio. “A ideologia 1964: Os gestores do capital atrofico”. Tese (Doutorado em História Social). 1998. 390f. Programa de Pós-Graduação em História, PUC, São Paulo, 1998.

RAGO FILHO, Antonio. “O ardil do politicismo: do bonapartismo à institucionalização da autocracia burguesa”. In: *Revista Projeto História*, nº 29, t 1. São Paulo: Educ, dezembro de 2004.

REZENDE, Claudinei. *Suicídio revolucionário: A luta armada e a herança da quimérica revolução em etapas*. São Paulo: UNESP, 2010.

RIBEIRO, Pedro F. *Dos sindicatos ao governo: A organização nacional do PT de 1980 a 2005*. São Carlos: EDUFSCAR, 2010.

ROMÃO, Wagner de Melo. “O PT, os movimentos sociais e a questão da participação: preocupações metodológicas no estudo das experiências de São Paulo e Porto Alegre”. Disponível em http://www.geocities.ws/politicausp/instituicoes/grupos_interesse/ROMAO.pdf.

Consultado em 8.7.2013.

SADEK, Maria Tereza A. "Concentração industrial e estrutura partidária: O processo eleitoral no ABC 1966-1982". Tese (Doutorado em História). 1984. FFLCH, USP, São Paulo, 1984.

SAES, Flávio Azevedo Marques de. *As ferrovias de São Paulo, 1870-1940*. São Paulo: Hucitec, 1981.

SANTOS, Joana D. V. "Lutas por moradia na cidade de Diadema (1982-1996): Cooptação e acomodação de conflitos do capital". 187f. Dissertação (Mestrado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História, PUC, São Paulo, 2009.

SANTOS, Mauricléia Soares dos. "A política habitacional do município de Diadema e a intervenção do assistente social (1994-2004)". Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, PUC, São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SASSEM, Saskia. *As cidades na economia mundial*. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

SCALLI, Cláudio. "Diadema: A Cidade Vermelha - desafios do poder local". Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) 1998. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, PUC, São Paulo, 1998.

SCOLESO, Fabiana. "Reestruturação Produtiva e sindicalismo metalúrgico do ABC paulista: As misérias da era neoliberal na década de 1990". Tese (Doutorado em História Social). 2009. 401f. Programa de Pós-Graduação em História, PUC, São Paulo, 2009.

SECCO, L. *A história do PT*. São Paulo: Editora Ateliê, 2011.

SERRA, José. "A crise econômica e o flagelo do desemprego". In: *Revista de Economia Política*, v 4, nº 4, outubro- dezembro/1984.

SILVA, Felipe H. "Democracia e socialismo nos debates do Partido dos Trabalhadores (1987-1991)". Dissertação (Mestrado em História). 2012. 298f. Faculdade de História, PUC, São Paulo, 2012.

SIMÕES, Julio Assis. *Dilema da participação popular: A etnografia de um caso*. São Paulo: Marco Zero, 1992.

SINGER, Paul I. *Desenvolvimento e crise*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977a.

SINGER, Paul I. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo, Editora Nacional, 1968.

- _____. *Dinâmica populacional e desenvolvimento*. São Paulo, Hucitec, 1970.
- SINGER, Paul. *A crise do milagre: interpretação crítica da economia brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- SINGER, Paul. “Planejamento: Estratégia de mudança”. In: *Teoria e Debate*, nº 7, 1989.
- SOMEKH, Nádia; CAMPOS, Cândido Malta; WILDERODE, Daniel Van. “Mercado Imobiliário e Política Urbana: AEIS de Diadema”. Pesquisa apoiada pelo Lincoln Institute of Land Policy, São Paulo, 1993.
- SOUZA, Lincoln Moraes de. “Crônica de um partido não anunciado: programas e governos do PT entre 1979-2000”. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas). 2004. 615f. Instituto de Economia, UNICAMP, Campinas, 2004.
- TAVARES, J; MONTE, G. *PT Diadema: Uma história de militância e luta*. São Paulo: Terra das Artes Editora, 2004, p 41.
- TOGLIATTI, P. *O caminho italiano para o socialismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- TOURAINÉ, A. *Crítica da modernidade*. Trad. Elia Ferreira Edel. Petrópolis: Vozes, 1994.
- TOURAINÉ, A. *O que é a democracia*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- TROTSKY, León. *A revolução permanente*. 2º ed. São Paulo: Kairós, 1985.
- TSUKUMO, Isadora Tami Lemos. “Produção de Habitação em Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS): o caso do município de Diadema-SP”. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo). 2002. FAU, USP, São Paulo, 2002.
- VANNUCCHI, Paulo. “Adeus às armas?” In: *Teoria e Debate*, nº 11, 1990.
- VIEIRA, Vera Lúcia. “Criminalização das lutas sociais em estados autocráticos burgueses”. In: *Projeto História*, (31), p 189-205, dez. 2005. São Paulo: Educ.
- VILLAS-BOA.S, Renata. “Avaliação da participação popular na gestão da política habitacional de Diadema”. Encomendada pela Prefeitura Municipal de Diadema ao Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais. São Paulo: Instituto Pólis, 2005.
- WAHRLICH, Beatriz Marques de Souza. *A Reforma administrativa da era de Vargas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1983.
- WEFFORT, Francisco. *Por que democracia?* São Paulo: Brasiliense, 1984.

YOUNG, Iris Marion. "Representação política, identidade e minorias". *Lua Nova*, São Paulo, nº 67: 139-90, 2006.